O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 90.º

FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1936

O INSTITUTO

VOLUME 90.º

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 90.º



FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1936

SÓCIO BENEMÉRITO

Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Arco do Bispo, n.º 1—COIMBRA

ÍNDICE POR AUTORES

Pág.

ANDERSEN (MARIA JOSEFINA PIRES DA BANDEIRA DE VASCONCELOS ABREU)—Ibsen e Grieg 230

BARROS (MANUEL GASPAR DE)—¿Porque não se fabricam adubos azotados em Portugal? 84

——Hidrogénio Industrial—Possibilidades técnicas e económicas do seu fabrico no nosso país 276, 360, 458

CARVALHO (ALFREDO DE)—Os portugueses em Bordéus durante o século XVII 149

CORREIA (VERGÍLIO)—Conímbriga visigótica. 410

COSTA LÔBO (F. M. DA)—Théorie radiante 416

COSTA LÔBO (GUMERSINDO SARMENTO DA)—A observação dos fenómenos solares e algumas contribuïções para a sua interpretação 394

FALCÃO MACHADO (FERNANDO)—O «Mapa dos direitos do foral de Coimbra em 1824» 138

GUICHEN (VICOMTE DE)—Les responsabilités du tsarisme dans l'avènement du bolchevisme 289

HOJER (OLOF)—Une lacune du droit des gens 97

LEITE (SERAFIM)—Conquista e fundação do Rio de Janeiro . . . 72

MADAHIL (A. G. DA ROCHA)—Relação das grandiosas festas qve na cidade de Coimbra hoje por novo titvlo ditosa Cidade fez o illustrissimo senhor Dõ Ioão Manoel Bispo Conde, á canonização de Sancta Isabel Rainha de Portugal. 4

MATOS (ARMANDO DE)—Manual de Heráldica Portuguesa. 172

MONTEIRO (CORONEL HENRIQUE PIRES)—Os exércitos no direito internacional 302

Pimenta (Alfredo) — A conquista de Coimbra por Fernando Magno 254
Pinto Loureiro (J.)—O segrêdo dos Arquivos e a obra de Simões de Castro 64
——Novos subsídios para a biografia de Camões 115
Ribeiro (Luciano)—Gil Vicente e o «Auto da Festa» 193
Vilhena (João de)—Coimbra em 1815 379

ÍNDICE POR ARTIGOS

Pág.

Boletim do Instituto 1, 385

Coimbra em 1815, por João de Vilhena 379

Conímbriga visigótica, por Vergílio Correia 410

Conquista (A) de Coimbra por Fernando Magno, por Alfredo Pimenta 254

Conquista e fundação do Rio de Janeiro, por Serafim Leite . . 72

Exércitos (Os) no direito internacional, por Coronel Henrique Pires Monteiro 302

Gil Vicente e o «Auto da Festa», por Luciano Ribeiro 193

Hidrogénio Industrial—Possibilidades técnicas e económicas do seu fabrico no nosso país, por Manuel Gaspar de Barros 276, 360, 458

Ibsen e Grieg, por Maria Josefina Pires da Bandeira de Vasconcelos Abreu Andersen 230

Lacune (Une) du droit des gens, por Olof Hojer 97

Manual de Heráldica Portuguesa, por Armando de Matos . . . 172

«Mapa dos direitos do foral de Coimbra em 1824» (O), por Fernando Falcão Machado 138

Novos subsídios para a biografia de Camões, por J. Pinto Loureiro 115

Observação (A) dos fenómenos solares e algumas contribuïções para a sua interpretação, por Gumersindo Sarmento da Costa Lôbo 394

¿Porque não se fabricam adubos azotados em Portugal?, por Manuel Gaspar de Barros 84

Portugueses (Os) em Bordéus durante o século XVII, por Alfredo de Carvalho 149

Relação das grandiosas festas qve na cidade de Coimbra hoje por novo titvlo ditosa Cidade fez o illustrissimo senhor Dõ Ioão Manoel Bispo Conde, á canonização de Sancta Isabel Rainha de Portugal, *comentada e publicada* por A. G. da Rocha Madahil 4

Responsabilités (Les) du tsarisme dans l'avènement du bolchevisme, por Vicomte de Guichen 289

Segrêdo (O) dos Arquivos e a obra de Simões de Castro, por J. Pinto Loureiro 64

Théorie radiante, por F. M. da Costa Lôbo 416

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1—COIMBRA

VOLUME 90.º



NÚMERO 1

FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1936

SÓCIO BENEMÉRITO

Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Boletim do Instituto 1

Relação das grandiosas festas qve na cidade de Coimbra hoje por novo titvlo ditosa cidade fez o illustrissimo senhor Dõ Ioão Manoel Bispo Conde, á canonização de Sancta Isabel Rainha de Portugal, comentada e publicada por A. G. da Rocha Madahil 4

O segrêdo dos Arquivos e a obra de Simões de Castro, por J. Pinto Loureiro 64

Conquista e fundação do Rio de Janeiro, por Serafim Leite . . . 72

¿Porque não se fabricam adubos azotados em Portugal? (conclusão), por Manuel Gaspar de Barros 84

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 14 DE FEVEREIRO DE 1936

Aos 14 de Fevereiro de 1936 reüniu a Assembleia Geral de «O Instituto de Coimbra» sob a presidência do Professor Francisco Miranda da Costa Lôbo.

Pelo Senhor Presidente foi comunicado que S. Ex.ª o Embaixador de Inglaterra virá a Coimbra em Outubro, expressamente para assistir à sessão que o Instituto projecta realizar para comemorar as relações entre Portugal e a Inglaterra.

O Senhor Presidente anunciou, a seguir, a vinda êste ano ao Instituto de Coimbra dos seus sócios: Prof. S. Charlety, Reitor da Universidade de Paris, e Conde de Romanones.

O Presidente dirigiu ainda palavras de congratulação ao sócio Dr. Raúl Miranda que pela primeira vez tomava parte nas sessões do Instituto, depois da sua eleição.

O sócio Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho procedeu à apresentação do relatório e contas do exercício findo, com um saldo de Esc. 633$40.

Depois do Senhor Presidente significar a Sua Ex.ª o seu grande aprêço pelos importantes serviços que, de longa data, o Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho vem prestando à

Sociedade, homenagem a que se associaram todos os sócios presentes, foram aprovadas as contas por unanimidade.

O Senhor Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho propôs depois que se consignasse na acta um voto de louvor ao Senhor Presidente da Comissão de Turismo, Ex.mo Senhor Dr. João dos Santos Jacob.

Todos os sócios presentes se associaram a êste voto e foi resolvido que se enviasse um ofício ao Senhor Dr. Santos Jacob, reiterando o reconhecimento da Sociedade e comunicando esta resolução da Assembleia Geral.

O sócio Dr. Costa Rodrigues disse que Sua Ex.a o Governador Civil, Dr. A. Ferreira da Silva, não podendo comparecer, como era seu desejo, o encarregava de agradecer a sua eleição.

O Senhor Dr. Agostinho José da Costa Lôbo, Secretário Geral do Govêrno Civil do Pôrto, também o incumbiu de, em seu nome, significar o seu reconhecimento pela sua eleição. Se tivesse estado presente na sessão em que foram eleitos, disse ainda o Senhor Dr. Costa Rodrigues, teria muito prazer em lhes dar o seu voto.

Seguidamente foi resolvido convidar o Professor Dr. Silva Carvalho para vir fazer uma conferência no Instituto.

Procedeu-se finalmente à eleição dos novos sócios e foram eleitos:

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

D. Maria Josefina de Vasconcelos Abreu Andersen, musicógrafa e publicista.

Álvaro Eduardo Guimarães de Caires, médico e publicista.

José de Esaguy, publicista.

Armando Ribeiro, publicista.

General Ferreira Martins, publicista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANJEIROS

Dr. Tancred Borenius, Prof. da Universidade de Londres.
Olof Hoÿer, publicista.
Padre Stein, Director da Specola Vaticana.
Giorgi Abetti, Director do Observatório Astronómico de Arcatri.
Dr. Fritz Lejeune, Prof. da Fac. de Medicina de Colónia e Director do Instituto de Estudos Portugueses da mesma Universidade.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmento da Costa Lôbo, secretário, lavrei a presente acta.

(*aa*) F. M. da Costa Lôbo

Gumersindo Sarmento da Costa Lôbo

RELAÇÃO DAS GRANDIOSAS FESTAS QVE NA CIDADE DE COIMBRA HOjE POR NOVO TITVLO DITOSA CIDADE FEZ O ILLUSTRISSIMO SENHOR DŌ IOÃO MANOEL BISPO CONDE, Á CANONIZAÇÃO DE SANCTA ISABEL RAINHA DE PORTUGAL

Sempre Coimbra venerou com particular sinceridade e tocante devoção a memória excelsa dessa extraordinária figura de Mulher e de Raínha, Santa Isabel, que pela terra portuguesa passou praticando o Bem, ensinando todos a melhor amarem o seu semelhante, e deixando na lembrança agradecida das gerações luminoso rasto de incomparáveis virtudes.

Das festas que em sua honra a cidade há séculos vem realizando, associando às comemorações da Igreja a nota viva e colorida da alegria das ruas, uma houve que pelo seu extraordinário brilhantismo e grandeza vem a propósito recordar neste corrente ano de 1936 em que excepcional imponência, também, celebra o sexto centenário do falecimento da santa Raínha.

Dificilmente, mesmo, outra festa mais luzida e pomposa se terá observado em Coimbra.

Passou-se no ano de 1625, e deu-lhe lugar a canonização de Santa Isabel. Conseqüência das diligências iniciadas de 1576 a 1578, a canonização de Santa Isabel era decretada por Urbano VIII em 25 de Maio de 1625, e logo em 6 de Julho dêsse ano a notícia chegava ao Convento de

Santa Clara de Coimbra por diligência de D. Teodósio, Duque de Bragança, que ali mandou um portador com ela, expressamente.

Em 9 do mesmo mês também o Rei D. Felipe 3.º a comunicava à cidade.

Foi então uma série interminável de repiques festivos na Sé, na Universidade, em tôdas as igrejas e conventos; iluminações na cidade durante três noites seguidas, acções de graças em três tardes, e desde logo se projectaram festas públicas à altura da honra advinda a Coimbra e da satisfação geral, comovidamente sentida.

O Bispo-Conde D. João Manuel tomou à sua conta os festejos, e o Convento de Santa Clara quis encarregar-se da procissão soleníssima.

Aprontou-se tudo para Outubro seguinte; a 20 de Setembro ergueu-se no campo de Santa Clara uma pirâmide de grandiosa e trabalhada arquitectura e complicado engenho, que se deslocava, mercê de rodas em que assentava, e que constituía o pregão ou cartaz das festas, como hoje diríamos; armou-se no referido campo um soberbo palanque, a modo de praça, para corridas de toiros e torneios, e em 4 de Outubro começavam as festas.

Duraram nove dias, e houve de tudo um pouco, sacro e profano, como actualmente: festas de igreja soleníssimas, comédias castelhanas ricamente postas, toiros de Montargil e de Almeirim, manilha corrida por 20 cavaleiros de boa nobresa «louçãmente trajados», um formosíssimo torneio servido pela melhor fidalguia de Coimbra, estadeando sedas, oiros, balsões, e cavalos ricamente ajaezados, canas reais de duas quadrilhas de 10 cavaleiros onde os veludos e as plumas eram um deslumbramento, «danças, chacotas, & todo o genero de jogos festivos», a tudo sobressain-

do, no oitavo dia, a mais suntuosa e inconcebivel procissão que jamais Coimbra viu, habituada, muito embora, às tradicionais procissões do Corpo de Deus, ricas de pitoresco, de côr e de movimento.

A procissão, grandioso cortejo mais mitológico do que cristão, como necessitava de grande espaço para poder desenrolar suas galas e complicada maquinaria, saiu da igreja de São Lázaro, ao fundo da Rua da Sofia, fora de portas; carros triunfais, alegóricos, exibia inúmeros, e nada faltava: à frente, rompendo o cortejo, atabales e trombetas a cavalo; depois, entre cânticos e variada música, uma série inacreditável de personificações: a *Alegria pública*, o *Rei David*, *Hércules* e *Atlante* carregando aos ombros o globo celeste, *S. Miguel, S. Gabriel, S. Rafael,* o *Sol* «vestindo hũ corsolete cortado á Romana», a *Lua*, os Planetas *Júpiter*, *Marte, Venus* (levando Cupido pela mão), *Saturno*, *Mercúrio*, os quatro Elementos *Terra, Água*, *Ar,* e *Fogo,* arcabuseiros, cavaleiros, El-Rei D. Deniz, o Infante *D. Afonso,* a *Raínha Santa*, a *Paz*, a *Segurança, Coimbra, Portugal,* o *Mosteiro de S.ta Clara*, a *Disciplina,* a *Obediência*, um *monte* (!), um *penhasco,* a *Arca de Noé* carregada de bicharada a espreitar pelas janelas, todos os *Reis da Europa,* muitos *Príncipes* e *Senhores* a cavalo com luzidas insignias, as *12 tríbus*, os *juizes do povo hebreu*, um carro de *meninos inocentes*, as *Ciências,* doze *Doutores de Capelo* montados em suas mulas, uma *nau* embandeirada transportando a Raínha Santa e farta comitiva, *S.to Antonio*, *S. Luiz* rei de França, *S.to Inácio de Loiola*,—estes a pé—*S. Bento de Palermo*, e, no couce da procissão... o *Convento de S. Francisco!*

Por fim, debaixo do pálio, o *bordão* com que a Raínha Santa fêz viagem a Santiago de Compostela.

Tão rico e extraordinário isto foi, que na procissão «se gastou o dia todo».

Custaram os festejos, só à parte do Bispo D. João Manuel, perto de dez mil cruzados.

Seguiram-se, extra programa religioso, mais seis dias de folgança e festas da cidade: encamizada, luminárias, alcanzias, toiros, comédias, manilha, e canas. A Universidade colaborou também, largamente, e a seguir executou programa próprio, mais grave e intelectual, como a seus créditos convinha: orações solenes, préstito, sermões, poesias em línguas clássicas.(1) Foi um delírio nunca visto, colectivo, e devemos presumir que verdadeiramente sentido.

O que êsses extraordinários festejos foram, e como a sociedade de Coimbra *viveu* a emoção que a ambicionada sentença pontifícia de canonização lhe veio trazer, di-lo com todo o pormenor um anónimo folheto nesse próprio ano impresso, mas de tal forma espalhado que por maravilha se conhece dêle actualmente um exemplar apenas, e êsse mesmo *na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, na miscelânia de *relações* de festas organizada pelo grande bibliógrafo português, Diogo Barbosa Machado, oferecida, com tôda a sua notabilíssima livraria, ao rei D. José I, para se refazer a Biblioteca real, destruída pelo terramoto, e transportada depois, com D. João VI, para o Brasil, donde não mais voltou.

Nem Coimbra nem qualquer outra colecção, além da Biblioteca do Rio de Janeiro, possui o raríssimo folheto, inexplicàvelmente desaparecido; na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, onde, de Junho de 1927 a Fevereiro de 1932, exerci o cargo de 1.º Conservador, e

(1) Diogo Gomes de Loureiro imprimiu, em 1626, essas poesias e sermões: *Sanctissimæ Reginæ Elisabethæ poeticvm certamen...*

onde, entre outros trabalhos que realizei, iniciei a catalogação dos seus folhetos de cordel, deixando cêrca de 3.000 verbetados de modo especial para o catálogo próprio que o director da Biblioteca, ao tempo, projectava imprimir, nessa colecção existem numerosas espécies descrevendo festejos de variadas épocas e categorias, que, se fôssem publicados de novo, trariam à história da Arte portuguesa notável contributo; por tôda a parte e especialmente aí, procurei eu o folheto de 1625, sem lograr todavia encontrá-lo.

Não fui nesse ponto mais feliz que o meu ilustre antecessor nessa secção da Biblioteca—o grande bibliógrafo coimbrão Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, que igualmente o procurara com o mais justificado empenho, e que me recomendara com particular interêsse essa pesquisa entre as espécies da Biblioteca ainda por catalogar, e que êle não pudera revolver tôdas.

Para mais, possuía aquêle meu dedicadíssimo amigo e notável bibliófilo um vélho manuscrito, caderno arrancado a uma miscelânia, cuja caligrafia faz lembrar a do século dezassete, que suspeitava fôsse cópia do famigerado folheto, sem que nunca lhe tivesse sido possível cotejar os dois textos; com a grande amizade que sempre nos ligou, desde logo transferiu para mim a posse do referido caderno manuscrito, que ainda conservo, autenticado pelo seu próprio punho, fácil de reconhecer.

Não se enganava o erudito bibliógrafo: o manuscrito é, de facto, a cópia do folheto; condiz o seu texto, perfeitamente, com o texto da Biblioteca do Rio de Janeiro, agora meu conhecido já, e documenta como desde muito cedo o folheto se tornou raro, visto no próprio século XVII, ao que presumo, ter havido necessidade de se copiar.

A-pesar-do rápido desaparecimento do texto de 1625, não ficaram, todavia, os extraordinários festejos desconhecidos dos vindouros.

Conjectura, e com razão, o eminente historiador da Raínha Santa Isabel, o Prof. Doutor António de Vasconcelos, que o Bispo do Pôrto, D. Fernando Correia de Lacerda, tivesse presente um exemplar do folheto quando escreveu a sua *Historia da vida, morte, milagres, canonisaçaõ e trasladaçaõ de Sancta Isabel sexta Rainha de Portugal*, impressa em Lisboa na oficina de João Galrão em 1680, «pois descreve minuciosamente e com todos os pormenores, a páginas 343 e seguintes, os festejos realizados a expensas do bispo-conde.» (1)

Nunca, no entanto, bibliógrafo algum, que eu saiba, reeditou êsse exemplar único, evitando uma possível perda irremediável, de que espécies nestas condições de raridade sempre estão ameaçadas.

Proporcionando-me o meu erudito amigo, Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho, por intermédio de pessoa das suas relações na Embaixada portuguesa no Rio, a possibilidade de obter uma cópia cuidadosamente feita por um oficial da própria Biblioteca, a público aparece de novo hoje o vélho texto, passados 311 anos de reclusão.

Considero-o (e creio que justificadamente) como a espécie mais rara da avultada bibliografia isabelina; mais rara, ainda, que o *Officium sanctæ Elisabeth Portugaliæ quõdam Regenæ. Secnudũ* (sic) *cõsuetudinẽ ordinis Cistercieñ.*, que João Álvares imprimiu em Coimbra em 1569, acompanhado duma deliciosa gravura aberta em madeira,

(1) *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão esposa do rei lavrador Dom Dinis de Portugal (a Rainha Santa).* Coimbra, Imprensa da Universidade. M. Dccc. xciv., pág. 455.

portuguesíssima, e que possivelmente será a mais antiga representação iconográfica *local e impressa* da Rainha Santa Isabel de Portugal, não estudada ainda, mas que a história da gravura portuguesa tem de considerar devidamente, quando algum dia se fizer.

Aproveito a ocasião para a reproduzir, deixando-a junta a esta nótula.

Essa composição icónica, em meu entender, acusa *processo* pictural; não me parece desenho expressamente pensado para gravura; estamos em presença dum quadro, devidamente perspectivado, de ambiente usual em pintura *primitiva*, parecendo-me legítimo lembrar que a gravurinha seja, afinal, uma reprodução tôsca, e bastante inhábil, dalguma *tábua* que no Convento de S.ta Clara, de Coimbra, existisse, e hoje desaparecida.

Pedro João Perpiniano, quando escreve *De vita et moribus B. Elisabethæ Lusitaniæ Reginæ Historia* (Colonia, 1609), aludindo ao chamado *milagre das rosas*, refere que *...in templo S. Claræ, quod illa ad urbem Conimbricam excitavit, in altari sacelli superioris sic est in tabula depictum. Stat ex altera parte Elisabetha regali habitu atque vestitu: habet in capite coronam indicem potestatis, in sinu rosas partim candidas partim rubras, vestigia facti satis manifesta.*

E acrescenta, em comentário não destituído de interêsse, mas que também não contraria a hipótese que deixo registada:

Verum illæ tabulæ non sunt antiquiores Emmanuele Lusitaniæ Rege.

A gravurinha do *Officium* de 1569 ajusta-se perfeitamente à descrição que Perpiniano faz da Raínha Santa na *tábua* do convento coimbrão.



Officium ſanctæ Eliſabeth Portu-
galiæ quõdam Regenæ. Secnu
dũ cõſuetudinẽ ordinis Ciſ-
tercien. Anno Dñi. 1569.

Por essa razão, e pela raridade da própria espécie, pareceu-me de algum interêsse abrir aqui êste pequeno parágrafo, que pode ajudar a reconstituïção dum perdido quadro de pintura *primitiva*, porventura portuguesa.

Após 311 anos de reclusão, o texto de 1625 conserva ainda tôda a sua frescura de ingénuo descritivo, e constitui um precioso documentário da sociedade da época; reproduzímo-lo na íntegra; lê-se todo com o maior agrado, possuindo, na sua grande simplicidade, extraordinário poder evocativo.

O que seria Coimbra de então, em panorama, é-nos mostrado pela maravilhosa e fidelíssima aguarela cuja reprodução aqui juntamos também para melhor compreensão do local em que decorreram os festejos; é uma vista de 1669, mas as transformações citadinas não se passavam então com tanta rapidez que tornassem grandemente sensível a diferença panorâmica de Coimbra no decorrer de 44 anos.

Fêz a aguarela o pintor florentino Pier Maria Baldi, que acompanhava o Príncipe da Toscana, Cosme de Médicis, na viagem de recreio que o levou a Espanha, Portugal, Inglaterra, Holanda, Bélgica e França; o artista foi desenhando quanto pelo caminho se lhe deparou digno de atenção, cidades, vilas, aldeias e simples pousadas, com o fim de ilustrar o relatório da viagem, que outro companheiro do Príncipe, o Conde Magalotti, ia elaborando. O precioso relatório e as aguarelas conservam-se na Biblioteca Laurenciana, de Florença; mas em 1933 foi editada pelo *Centro de Estudios Históricos*, de Madrid, tôda a viagem através de Espanha e de Portugal (1) acompanhada por

---

(1) *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal* (1668-

um opulento album de estampas onde fielmente se reproduzem tôdas as aguarelas relativas aos dois países; pelo que respeita a Portugal, lá se encontram as vistas de Campo Maior, Elvas, Vila Viçosa, Extremoz, Venda de Busseiras (?), Évora, Venda de Patali, Montemor, Venda de Filhafan (?), Landeira, Setúbal, Aldeia Galega, Lisboa, Vila Real, Belém, Via Longa, Vila Franca, Cartaxo, Santarém, Golegã, Tomar, Estalagem da Gaita, Ancião, Fonte Coberta, Coimbra, Mealhada, Cerdam, Pinheiro, Grijó, Pôrto, Moreira, S. Pedro de Rates, Viana e Caminha. Muito brevemente reproduziremos o texto respeitante ao nosso país, onde abundam valiosas observações e comentários dos viajantes italianos.

O desenho de Coimbra, que pela primeira vez agora *no seu conjunto* (1) se apresenta designadamente ao *público português*, permite-nos conhecer pormenores de tôda a cidade e reconstituir o percurso da extraordinária procissão de 1625; passado, depois, o arco da Portagem, mostra-nos, magnificamente pormenorizada, a ponte manuelina, o Ó da ponte, a cruz de S. Francisco, tão citada em documentos, o terreiro de Santa Clara onde as festas decorreram,

---

-1669). Edicion y notas por ANGEL SANCHEZ RIVERO y ANGELA MARIUTTI DE SANCHEZ RIVERO; Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, S. A., 1933.

Completa a obra um album, *in-fólio,* com 71 estampas.

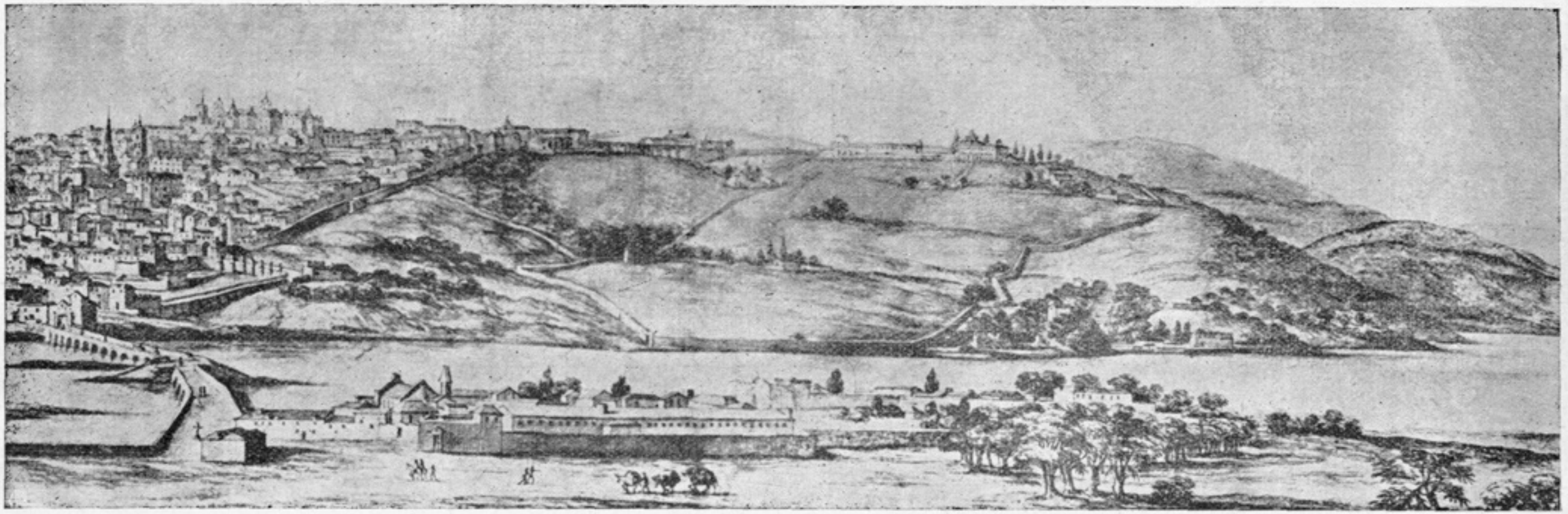
(1) Foi já extratado pelo desenhador conimbricense Sr. JOSÉ CONTENTE e publicado pelo Prof. GUIDO BATELLI no semanário *Correio de Coimbra*, n.º 645, de 3 de Outubro de 1934, mas apenas na parte que circunda a vélha Catedral. Também o erudito monografista da *Sé-Velha de Coimbra,* Sr. Doutor ANTÓNIO DE VASCONCELOS, reproduziu idêntico trecho no segundo volume da sua obra monumental, acompanhado de preciosos esclarecimentos locais.



I

A cidade de Coimbra vista pelo pintor florentino Pier Maria Baldi em 1669

Trecho desde *fora de portas,* além da Rua da Sofia, até o Castelo, que se vê nitidamente desenhado. Do outro lado da ponte, à esquerda, a empena da igreja de S. Francisco



II

A cidade de Coimbra vista pelo pintor florentino Pier Maria Baldi em 1669

Trecho permitindo observar todo o pitoresco arrabaldino à ilharga da *Couraça de Lisboa,* o *aqueduto de S. Sebastião, Colégio de Tomar, Convento de Sant'Ana, S. José dos Marianos,* e, sobretudo, a *Ponte,* o *Convento velho de Santa Clara,* e os *Paços da Rainha Santa Isabel*

o Convento Vélho, e o Paço da Raínha a-par-de Santa Clara; na publicação que vamos fazer do texto italiano acima referido, como fica dito, procuraremos identificar tôda a cidade. A conhecida estampa de JORGE BRAUNIO, do *Theatrum Urbium Præcipuarum,* perde definitivamente todo o interêsse em presença desta aguarela panorâmica de Coimbra, fidelíssima e compreensível.

*

Intitula-se o folheto que anotamos RELAÇÃO DAS/ GRANDIOSAS / FESTAS QVE NA CIDADE / DE COIMBRA HOjE POR NOVO TITVLO / Cidade ditofa fez o Illuftriffimo Senhor Dõ Ioão Manoel / Biſpo Conde, á Canonização de Sancta / Iſabel Rainha de Portugal.

In-fólio sem rosto próprio, tem 31 páginas e foi impresso em Coimbra nas oficinas de Nicolau Carvalho em 1625, segundo declara o encerramento na última fôlha.

LAUS DEO, & REGINAE.

Com as licenças necessarias. Em Coimbra. Por Nicolao Carualho Impressor del Rey, & da Vniversidade. Anno 1625.

Gràficamente, apenas uma inicial historiada, talvez alusiva, *ilumina* o texto. Reproduzimo-la também.

INOCÊNCIO regista a *relação* (vol. VII, pág. 71, N.º 158) dando-a, contudo, como de 1626, o que é manifestamente lapso tipográfico, pois afirma não a conhecer de observação directa, louvando-se em FIGANIÈRE (*Bibliographia Historica Portugueza*) que, aliás, lhe menciona o ano correctamente. Também os *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, no vol. VIII, relativo a 1880-1881, catalogam com precisão o raríssimo opúsculo (N.º 1796, a pág. 420), incluído no Tômo II de «*Noticia das festas, e procissões, que em Portugal se dedicarão a Deos, sua Mãy Santissima, e diver-*

sos santos. Collegida por Diogo Barbosa Machado, Abbade da Parochial Igreja de Santo Adrião de Sever, e Academico da Academia Real»; são quatro tomos, abrangendo os anos de 1582 a 1750, com centos de espécies, preciosíssimas e muito raras.

Era costume muito antigo imprimirem-se relatos circunstanciados das festas que por qualquer motivo, de júbilo ou de piedade, se realizavam; o pormenor é sempre tão grande que essas espécies constituem hoje elementos da maior valia para a reconstituïção de épocas, conhecimento de artistas e de materiais, e são, por isso, magnífico subsídio para a história da Arte.

Usaram-se, a bem dizer, em todos os países; conheço inúmeras, de Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Holanda, Alemanha, Bélgica, Itália, etc.

A propósito, até, da canonização da Raínha Santa Isabel, publicaram-se folhetos em Espanha e em Itália, descrevendo os grandes festejos com que o povo daqueles países celebrou a sentença pontifícia de 1625.

São notáveis as colecções de folhetos de festas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Nacional de Lisboa, e na do Rio de Janeiro; a quem o possa fazer, daqui sugerimos a conveniência da sua publicação ordenada e metódica; prestava-se com isso um altíssimo serviço à Bibliografia e à Investigação, fácil de compreender, e que não necessita de maiores encómios. Precisa apenas de execução, e rápida; o estado de conservação de algumas dessas espécies é já muito deficiente; impressas em papéis de baixa qualidade e mau fabrico, nem sei como teem resistido os dois, três, ou mais séculos que contam de existência!

E agora, siga o leitor o relato colorido, pomposamente

comentado pelo cronista, do que foram essas opulentas festas de Coimbra em 1625, grandes em tudo: no pensamento que as inspirou e na realização que receberam; à suntuosidade e ao brilhantismo das cerimónias religiosas, adicione a magnificência, a distinção e a galhardia das comemorações cívicas; recorde-se doutras festas portuguesas, dos séculos seguintes, de que não faltam relatos; tenha presente, também, o que teem sido ùltimamente as festas da Raínha Santa em Coimbra; concluiremos ambos depois, desolados talvez, mas resignados com a Vida e com o destino imutável das coisas, que as festas, reflexo natural duma Sociedade e duma época, são afinal, na forma exterior que assumem, índice e documento duma civilização, fotografia real duma geração.

E mais: já em 1625 o Bispo-Conde D. João Manuel, e a cidade de Coimbra, tendo de traçar programa de festejos que desejavam ficassem memoráveis e excedessem quanto até aí se havia feito, recorreram a uma concepção de festas medieval, com suas justas, torneios, canas e toiros, como sendo o melhor que podiam encontrar, completado apenas com a procissão famosa, formidável cortejo pagão, de recorte francamente renascentista.

Hoje como então, é às grandes épocas históricas, à magnificência de passados séculos, que vamos pedir elementos se desejamos elevar o *espectáculo* da Vida ou deslumbrar os olhos cansados de vulgaridade.

É de tôdas as épocas, afinal, o prestígio do Passado —o encanto irresistível dos Tempos idos.

Coimbra, Maio de 1936.

A. G. da Rocha Madahil

RELAÇÃO DAS GRANDIOSAS FESTAS QVE NA CIDADE DE COIMBRA HOjE POR NOVO TITVLO ditoſa Cidade fez o Illuſtriſſimo Senhor Dõ Ioão Manoel Biſpo Conde, á Canonização de Sancta Iſabel Rainha de Portugal

Oy Canonizada a Rainha Sancta Isabel em Roma, pella Sanctidade do Papa Vrbano Outauo nosso Senhor, & posta no thesouro da Igreja mais esta preciosa joya, em Domingo primeiro dia do mes de Iunho de 1625, ficando a cabeça do mundo Roma, tendo neste dia noua coroa. E por duas vias chegarão a esta ditosa Cidade de Coimbra as nouas desta gloria do nosso Portugal, tantos tempos ha desejadas. Hũa veyo aos seis dias do mes de Iulho, em segunda feira, do mesmo anno: outra, aos noue, á quarta feira, da mesma somana. A primeira mandou a Excellencia do Duque de Bragança, per hũ proprio ao Mosteiro de Sancta Clara, rico depositario do corpo da Sancta Rainha,

onde viueo, & aonde foi seu enterro, & está miraculosamente inteiro seu corpo, & se vè seu sepulchro famoso Mausoleo, dos notaueis do mundo. Aqui veyo demandar a primeira noua, buscando seu lugar proprio: que aonde a Sancta Rainha deixou seu corpo na terra, ahi era conueniente chegasse primeiro a noua, de como no ceo ficaua sua alma.

A segunda noua veyo á Cidade de mandado da Catholica Magestade de Phelippe Quarto, & precedeu a particular noua a esta, ainda que geral, porq̃ nouas de tanta alegria de todos, não podião esperar rezões de estado pera se communicarẽ; mas o seu era romperẽ o peito, & sahirẽ a publico com o primeiro impeto, & mouimento de aluoroço. *Gaudia non remeant:* porque não dão paciencia pera tanto, *sed fugitiua volant.*

Mart. lib. I

As Religiosas do Mosteiro, tanto que lhe chegou a particular noua que tiuerão, derão em hũ estremo de prazer, como foy sobirẽse de improuiso sobre o telhado da Igreja, fazendo hũ nouo espectaculo ao mundo, dando por aquelle tão nouo, tão notauel, & extraordinario modo a entender, que redundaua nellas a alegria: & por não caber dentro dos limites do coração, trasbordaua por fora dos telhados.

Quint.: *Se laeta gaudia fundunt*

Foy de todos geralmente bẽ reçebida esta demonstração de prazer, & cordeal jubilo, porque a muita religião & obseruancia daquella casa, fazia desimaginar poder ser leuiandade, antes persuadia ser força de spirito, que á muitos Sanctos arrebatou ja, & leuantou ao ar. Muitas das Religiosas sairão ao mesmo telhado cõ guiões, & bandei-

ras, como que as aruorauão cõ authoridade da Sancta Rainha, prometendonos as nouas vitorias de que logo a poucos dias ouimos os viuas, chegando Relação de como os exercitos Catholicos gloriosamente vençerão os inimigos da Fé, tomando a hũs a poderosa Cidade de Bredá, recobrando de outros a Bahia: & muitas outras prosperidades que nos podemos prometer neste felicissimo anno, que sobre ser o anno Sancto do Iubileu geral, nelle, hũa Rainha nossa foy canonizada & declarada por sancta, & ja por fé temos que está no Ceo, & por boa rezão certos nòs, de sermos per sua intercessão de Deos mimosos, & fauorecidos; a tão grande felicidade que acompanhe outras que muito.

Mant.

Fatales properant anni

A Cidade recebendo a Carta de Sua Magestade, significou a alegria que teue da noua com hũ repique geral, que a hũ mesmo tempo se deu em todos os Mosteiros, Sé, Vniuersidade, Collegios, & mais Igrejas: & na noite daquelle dia ouue luminarias, em tanta quantidade de lumes, cõ tanta curiosidade dos moradores todos, que as punhão pellas janellas, telhados, torres, muros, que parecia esta pouoação no concerto dos lumes o firmamento das estrellas, quando mais claras, viuas, espertas, & brilhantes+ vemos na noite serena*: & na muita luz, a çarça que a Escritura sagrada diz, que ardia e não se queimaua. Este artificioso incendio continuou as noites dos tres dias seguintes á noua, & começaua sempre a acenderse cõ repique geral dos signos, que muito aluoraçaua os animos, & a muitos podia meter em saudades de gloria, & desejos de ser sancto.

+ *Pulchrum tremulis caput astris*, Mant.

* *Dum nox claris incederat astris.* Idem.

Haec lux gaudia contulit beata

Augur.

Nas tardes daquelles dias ouue solémnes Completas no Real Mosteiro de Santa Clara: & se os lumes das noites representauão as estrellas do ceo; a musica das tardes, não menos representaua a que há na gloria.

Feitas estas primeiras demonstrações de alegria, cõ que forão recebidas as desejadas nouas da Canonizaçao da Sancta Rainha: tratouse de festas grandiosas, de que nascesse fama, que disesse com o motiuo dellas no mundo tão sabido, e conhecido por Real; pera as quaes se offereçeo o senhor Dom João Manoel Bispo Conde, que nesta occasião foy, o que he em todas as de honra christãa, grandioso no dar: & por se singularizar na presente, alem de se mostrar magnifico foy solicito na execução, concerto, ornato, & perfeição das cousas, ordenando tambem muitas, que sò seu zelo, & posses podia trazer ao fermoso sucesso, que foy visto. As Religiosas do Mosteiro Real de Sancta Clara quiserão que per sua conta corresse a Procissão, como correu, em que mostrarão grãde magnificencia, génerosos spiritos, & fizerão larga despeza.

A primeira demostração das festas foi hu Pyramide, que se leuantou aos vinte de Setembro, oito dias antes do solemne, em que tiuerão seu principio. Era o Pyramide de oitenta palmos, começaua do chão em hũ embazamento quadrado, de vinte palmos de largo, & dez de alto, sobre o qual se seguião tres degráos em diminuiçaõ: no vltimo dos quaes se assentaua hũ pedestal Corinthio, de altura de treze palmos, donde começaua a nascer o pyramide, que acabaua em hũa bola, dõde encaixaua h̃a hastea cõ a bãdeira das armas da Senhora Sancta Rainha: & mais acima por vltimo remate aruoraua hũa Cruz, armas do

Ceo, em que a Sancta Rainha não tinha menos dereito, que nas de Aragão, & nas do Reyno Lusitano, por ser tao descendente do Ceo, polla vida que cá fazia, como era pollo sangue dos Reys de Aragão, dos Reys das Sicilias, & de Emperadores. Todo o pyramide, & seu pedestal foy ornado de prata, & branco, com ornamẽtos bem architectados com muita graça; tinha mais de arte estar armado sobre quatro rodas, com que o mouião pera onde parecia, a todo tempo, que querião ficasse a praça liure.

Este fermoso, & famoso pyramide, como era o pregão das festas, foy posto em hũa praça publica, que per arte estaua feita no campo de Sancta Clara, pera os Touros se correrẽ, & terẽ campo as festas do caualo.

Vobis rura dabunt, preciosas aequora pompas Claud.

E que esta praça não fora feita mais que para ser vista, era muito de estimar, & de se hauer por bem empregado o custo todo, a que chegou com ser muito; porque os olhos tiuerão nella grande emprego, muito em que se occupar, & em que se recrear: estaua posta em quadro; duzentos e oitenta palmos tinha de campo, acompanhada era de palanques pellas tres partes que ficão a Norte, Sur, & Este, só para onde está o Mosteiro ficou desarmada, por ficar daquella parte o Miradouro, & as Religiosas com vista liure. Os palanques erão todos lançados a medida & compasso, fazendo igual prospectiua, indo ordenados em arcos, cada hu de viuo a viuo de quatorze palmos, com seus pilares, frisos, & pedestaes estriados, fechauão em esquadria com muita graça os cantos em que cada hũ dos palanques hia acabar: erão repartidos em dous andares, o

primeiro leuaua compartimentos quadrados, com grades de balaustres entre os pilares que fazião os compartimentos. Por cima dêste primeiro andar corria hũ frizo, & logo se seguia o segundo andar, armado de arcos sarapaineis, sobre os quaes torneaua hũ friso mui cheo de releuo, que muito o fazia auultar & apparecer: tinhão os arcos de pilar a pilar tambem grades abalaustradas, que fazião prospectiua de hũa varanda Real: os remates erão pyramides, que fechauão a obra toda com muita graça. Fermosa estaua em tudo a architectura, até em a cor, porque era pintada de hũ branco escuro, que fingia pedra: não se tratou de cor alegre, porque não ficasse parecendo obra garrida, a que tudo tinha de grandeza, e magestade, mas parecesse hũa praça Romana de seus soberbos edificios acompanhada. No meio desta bizarria de praça foy posto o soberbo Pyramide, não cõ o Cartel das festas, como a principio nelle se trataua pór, mas aonde o quartel se podera fixar, que era o campo dos quatro lados do pedestal, vinhão saindo quatro carrancas de prata de meio releuo, assombradas de negro, apontando na cor prata, os grandes custos das festas, & na ferocidade do seu aspecto representando a que hauião de ter os Touros que ali se corrérão, & izẽção com que se tratarião os Caualeiros que nos Torneos sahirão a desafio. Nao se pór Cartel de festas foi por parecer, que a occasião o escusaua, por quanto ella mesma as promettia: & que não fora, senão de industria, estaua bem negado ao publico o Cartel, pello grande motiuo que deu de alegria & applauso, aparecerem de repẽte as cousas trazidas de diuersas partes, de muitos não esperadas: de Castella famosas Comedias só para o intento chamadas, ricas marlotas & capilhares, pera a occasião feitas: muitas & fermosas plumas compradas para mais galhardia dos Caualeiros,

caparações bordados, & jaezes, hũs de ouro, outros de prata de martelo: ginetes muitos, & de diuersas partes: de Lisboa sedas, & muitas galas, ouro, joyas, & muita pedreria: ternos de charamelas, trombetas bastardas, danças, chacotas, & todo o genero de jogos festiuaes, que ha naquella opulenta, & grande Cidade, por nella não faltar nada, como emporio do mundo. Os Touros forão trazidos das charnecas, donde são os famosos, ainda que muy distantes, como estão desta Cidade, as de Montragil, & Almeirim.

Popularium pomparum gaudia sileo Th. Rad.

Começarão as festas aos quatro de Outubro dia de São Francisco, & nem por se dar este dia á Sancta Rainha, se tirou ao Serafico Padre, por quanto, assim na aspereza do habito, como em vida angelica, foy outro S. Francisco a gloriosa Princessa: até na diuisa que tem dos outros Sanctos S. Francisco, & a Sancta Rainha se não dessemelharão, porque em hũ & outro a diuisa he de rozas, no regaço as mostra a Santa Rainha, & o Christifero Padre nos pés, nas mãos, & no lado.

Forão as festas repartidas por esta ordem; em as manhãas dos noue dias que durarão, se solemnizou o Culto diuino no Real Mosteiro de Sãcta Clara, & sempre cõ singular perfeição, rica armação de Igreja, grande apparato de altares, muita riqueza de cousas em seu ministerio; & o Sepulchro da Rainha Sancta hũ leito estaua de flores, estando a gloriosa Senhora entre ellas mais que todas florecendo: helhe proprio o que disse o outro:

Florescet autem flos purus. Lãctant.

Foram estas manhãas distribuidas pellos Collegios, & Mosteiros dos Religiosos Mendicantes, Cabido da Sé, & Clero da Cidade. O Cabido teue o primeiro, & segundo dia: no primeiro que foy o de S. Francisco, forão de tarde em procissão á Sancta Rainha, indo o Bispo Conde de Pontifical, juntamente com todo o Ecclesiastico, que foy conuocado na forma que pera a procissão de Corpos: & nesta conformidade foy tambem esta procissão põposa de magestade, acõpanhada de muitas festas. No seguinte dia disse o senhor Bispo Conde Missa de Pontifical, assistindo o Cabido. Pelos mais dias forão os Conuentos de Religiosos, & cada hu em seu dia sahio de seu Mosteiro em Procissão ao Sepulchro da Sancta Rainha, acompanhados de todas as danças, folias, chacotas, & charamellas, representando a alegria de coração com que se hião offereçer ao seruiço da grande Senhora: & dos que hião, cada qual podia com verdade dizer de sy com muita propriedade o do Poeta Clasico.

Virg. lib. georg

Iam nunc solemnes ducere pompas
Ad delubra iuuat.

Os religiosos officiauão a Missa, & a Cappela da Sé cantou semprẽ a todas, com musica de singular harmonia. Em todas estas Missas ouue Sermão, & os Pregadores erão da Ordem, a que cabia por distribuição o dia de hir em Procissão a dizer a Missa: mas cada qual foy douto, erudito, & eloquente:

Stroz.

Sed nitidus, grauis, atq elegans, plenusq. leporis.

Tambem forão conuidados, pera darem seu dia os Collegios das ordẽs Monachaes, o de Christo, o de S. Bento, Sao Bernardo, & S. Hieronymo, mas escusárãose com seus Statutos, que lhes prohibem sahirem fora com procissão. O mesmo comprimento se teue com o Collegio da Companhia de Iesu, & com o da Trindade. O Collegio de Christo em parte desempenhado estaua com a Sancta Rainha, por quanto o Real Conuento de Thomar, cabeça da Ordem, ja tinha feito festa no dia em que lhe chegou a noua da Canonização, como o de Paschoa, assi foy naquelle Real Conuento solemnizado este dia, conuocouse o pouo com repiques alegres: disse Missa Pontifical de Mitra & Bago o Dom Prior Geral; ouue Sermão, & solemnissima Procissão pella claustra principal, que com musica angelica dando hia acclamações de louuores á gloriosa Rainha com particular rezão; porque per conselho da Serenissima Senhora o muy Catholico Rey Dom Denis seu marido creou de nouo a Ordem de Christo, illustre, Real, & inclyta milicia neste Reyno de Portugal, & gloria de suas conquistas, & estados Orientaes.

Nao acabei de dizer, como esteue o Culto diuino em seu ponto de perfeição nas manhãas dos oito dias, que forão de festa: viase um retrato da gloria na Igreja de Sancta Clara, onde era o Concurso dos que querião assistir ás Missas, & Pregações: os mesmos sentidos vos arrebatauão, per hua parte a vista, pollo que via de perfeição no adereço, & composição com que estaua tudo; por outra o cheiro, pollo que recebia de frangancia na suauidade dos perfumes: os ouuidos com a armonia da musica, que parece se conçertara com a de Orpheo, & Theseo, pera embair, & as pedras assi atrahir. Bem era que taes dias tiuessem

estas aruoradas de manhãa, pois corrião per conta da grão Senhora Isabel Rainha nossa, que os esclareçia melhor, do que o Sol ordinario aclara, alumia, & doura os outros dias. Forão pollas tardes repartidas as demais festas desta maneira.

Primeiro dia Comédia

Em a tarde do primeiro dia, ouue Comedia Castelhana, que se representou cõ grãde aparato de theatro, ornato, & numero de figuras, nenhua saindo duas vezes com o mesmo vestido, mas sempre com differente, & sempre rico, sempre loução, & sempre dizendo com o que representaua a figura, respeitãdose muito a propriedade da causa. Ouue diuersos bailes: sahirão letras nouas, em apraziuel toada cantadas bem sobre maneira: podiase dizer, que tudo a Musa aqui fizera composera a letra, & a cantara: & mais com aquella melodia, que nos enculcou o Poeta:

Remac.

Fundebat placidum Coelica musa melos

Foy este o primeiro acto festiual, em que se vio junta toda a gẽte desta Cidade, com a que de diuersas partes era vindo a ella, & só a confusão lhe faltou de pouo grande, porque:

Pacificus, venit in hos celebres ludos.

Mas teue o numero da grande multidão posto em singular ordem polos palanques, em que se acabou de ver, quanto foy em tudo perfeita a traça delles. Entorno estaua a artificiosa praça, como murada de serras de gente. Authorizou sempre este famoso ajuntamento o Senhor Bispo Conde, com sua assistencia: & em todas as tardes, que

ouue festas, que ver, nunca o spectaculo deixou de ser menos grande, & fermoso, que no seu primeiro dia.

Segundo dia Touros

Em segunda tarde se correraõ Touros de Caualo, em que ouue singular ordem. Pera os Touros hauia dous touris, hum em que estauaõ os touros juntos; o outro aonde recolhiaõ o que hauia de sahir ao corro, pera que tanto que hum se acabasse de correr, ja estiuesse prestes outro pera sahir, & não tiuessem os assistentes a molestia do esperar. No embazamento quadrado, sobre que se fundaua o pedestal do pyramide, que no meyo do corro estaua leuantado, hauia quatro portas, de cada lado sua, abertas per onde os toureiros de pé entrauaõ, quando se viaõ apertados, & corridos do touro: com estremado artificio era feyto este acolhimento, porque da maneira que o emmadeiramento estaua pintado, naõ parecia estando, senaõ hua bem segura fortaleza, & disso seruia aos que no corro andauaõ porque em se acolhendo a ella por taõ seguros se dauaõ, como outros Romanos no antigo Asylo, que lhes edificou Romulo, de quem disse o outro:

Quo, velut ad turum confugerat hostis Asylum Cantal.

Por cima deste valhacouto, taõ seguro, ficauaõ pellos degraos, que hiaõ acima ao pyramide assentados os atabales, os trombetas, os charamelas, donde com a pandorga destes instrumentos juntos, o corro era alegre, e os toureiros em suas sortes festejados. Nao sei que mais podiaõ ter que ver os amphyteatros antigos, onde se corriaõ feras e eraõ trazidas ao publico; porque á porfia estaua esta praça do corro fermosa, alegre, apparatosa, e de magestade. Daqui sahiraõ os toureiros de caualo taõ venturosos, e

victoriosos nas sortes, como entraraõ airosos na pessoa, e cortesaõs no trage.

Terceiro dia Manilha

Ouue manilha ao terceiro dia, & sahiraõ do Paço do Bispo os Caualeiros que hauiaõ de correr, louçáamente trajados, com capa, & gorra, enriquecida de ouro, e perolas. Eraõ per todos vinte, & todos pessoas nobres, emparelhados hiaõ de dous em dous, sobre fermosos ginetes ricamente ajaezados, muitos de jaezes de ouro, & prata, & todos com caparações bordados, fazendo apraziuel, & fermosa ostentaçaõ-polas ruas mais publicas da Cidade, leuando diante de sy folias, atabales, & trõbetas bastardas. Chamo a toda esta companhia com Iuuenal:

Iuuenal

Egregios equites, & castra domestica

Por esta ordem, neste concerto, & com o mesmo applauso festiual, que traziaõ, entrauaõ no campo em que se hauiaõ de correr as carreiras a ganhar a forte, & sustentar a porfia de quem melhor. Os premios naõ estauaõ á vista postos em publico com serem pera isso: mas tanto que o Caualeiro leuaua a manilha, logo o hia demandar hum homem acaualo, & lho entregaua. Neste tempo os ares heraõ armonia, com o som que faziaõ os charamelas, os trombetas, atabales, e folias: por fim, a todos os vinte de caualo foraõ dados premios, a hũs vestidos de velludo, & capas de gorgoraõ, a outros de damasco, & trancelins de ouro: outros leuauaõ ricos cortes de ouro & prata, & ainda outros espolins, meias de seda, com luuas dambar.

Quarto dia Comedia, & ao quinto touros de caualo.

O quarto dia tornou a hauer comedia, com naõ menos apparato, & magestade que a primeira. Tambem se dobrou com segundos Touros ao quinto dia, na forma dos primeiros, tendo de auantagẽ algũs soccessos, que em muitos dos

toureiros juntamente podemos crer obrou a Sancta Rainha: porque a naõ hauer socorro do Ceo, sempre, ou perderaõ a vida, ou a arriscaraõ pola crueza ferina cõ que se ouueraõ com elles os Touros que foraõ serpes. Tambem ouue sortes auantejadas de Caualeiros, que se ha milagres na lança, elles o fiseraõ com o garrochão, julgado assi por bons homes de caualo, que ali hauia de toda a sorte:

Equites hastati, Equites iaculatores, Equites sagyttarii, Equites cataphrasti. Aelius

Sexto dia Comedia, & no septimo dia canas Reais.

Tornouse a fazer Comedia ao sexto dia: & ao sabbado (septimo dia das festas) foraõ as canas Reais: & com que pompa, & apparato? tudo o que se podia esperar. No Paço do Bispo Conde se ajuntaraõ vinte Caualeiros, dez pera cada quadrilha. Era de hũa quadrilheiro Dom Antonio Mascarenhas sobrinho do Senhor Bispo Conde. Toda a sua quadrilha vestia marlotas & capilhares de carmesim & ouro, obra bordada com ramos de apraziuel laçaria, na cabeça monteras do mesmo, cõ touquilhas de volante de prata, lançadas por tudo flores de ouro, com muita graça: & leuantadas fermosas plumas das cores do mais vestido.

Da outra foy quadrilheiro Dom Ioaõ de Attaide, & sua quadrilha naõ hia menos louçãa; leuauaõ marlotas & capilhares de verde & prata, do modo, feitio, e ornato das primeiras. No tomar das cores destas marlotas, e capilhares, teuese respeito aos dous Reynos, ao de Portugal, onde a Sancta Rainha reynara, & ao de Aragaõ onde nascera; porque as cores das armas de hũ Reyno saõ carmesim & ouro, trajo da primeira quadrilha: & o verde & prata cores do outro, & eraõ as que vestia a segunda. Foy bem achado este pensamento, polla muita conueniencia que hauia pera se fazer caso de Aragaõ juntamente com Portugal, quando

por Sancta se festejaua a gloriosa Rainha, porque esta gloria, esta honra, particularmente de ambos os Reynos era. Com singular ordem foy saindo a lustrosa e fermosa caualaria do Paço onde se ajuntara: diante hiaõ logo tres trombetas bastardas, vestidos em vaqueiros de seda, com giroẽs verdes, & carmezins em forros de telinha de prata, sombreiros forrados de seda & cores dos vaqueiros, com touquilhas de veo de prata. Atras destes hiaõ atabales de libré consoante á sua. Seguiaõse dous azemeis com pellotoẽs de seda, & sombreiros de giroẽs de cores. Leuauaõ estes as azemalas das canas, por cabrestos de seda vermelhos, com ferragem dourada: & as azemalas hiaõ de testeiras tambem douradas, que pareciaõ pello muito que reluziaõ estrellas que leuauaõ na testa, com suas plumagens que deitauaõ a vento, & pareciaõ bem. Os peitoraes eraõ franjados de franjas taõ largas, que lhe deciaõ abaixo dos joelhos. Cobriaõ as canas reposteiros, feitos so pera a ocasiaõ, muy apraziueis, com as armas da Sancta Raynha: & apertauaõse estas cargas com arrochos de prata, de maneira, que tudo a que se estendiaõ os olhos aqui era riqueza, & perfeição. Seguiaõse vinte homẽs de pe, com vinte caualos a destro, dez pera cada quadrilha. Os homẽs hiaõ vestidos de hua libré apraziuel, dez de hua cor, & dez de outra, sem differença das duas quadrilhas. Os caualos ateli concerto, hũs com jaezes de ouro, outros de prata, com caparações bordados de ouro tambem & prata, que os fazia taõ reluzentes, que se podiaõ per excellẽcia chamar caualos luciferos, como outrem chamou aos caualos do Sol, por serem como os seus mesmos rayos luzidos, & refulgentes.

Pont. *Quum iuga luciferis mane ligaret equis*

Começaraõ a sair os Caualeiros, de dous em dous, fazendo parelha entre sy: & naõ na fazendo nas cores dos capillares, & marlotas, mais graça lhe daua: que toda a variedade apraz: ainda que o Sol dando no ouro dellas, fazia parecer que todos hiaõ trajados de refulgente luz. Nesta ordem, & concerto, riqueza, & adereço, foraõ pellas ruas mais publicas, dando vista de sy, & á Cidade lustre. Eis que entrando ja pella praça em que auia de ser a escaramuça, os caualos que começauaõ a conhecer o campo, & a espertaremse com o som das trombetas bastardas, que lhe faziaõ o sinal de guerra.

Belligerosq. hortantur equos Stab. lib. theb.

A entrada foy pella porta do meio das tres que estauaõ nos palanques feitas pera a parte do rio. Entrando deraõ volta pella maõ esquerda, onde ficauão os dous palanques, o do Bispo Conde, & o dos juizes dos premios, que foraõ Dom Pedro Manoel, hirmaõ do Senhor Bispo Conde, Dom Pedro de Menezes, Conde de Cantanhede, Francisco de Britto de Menezes Reitor da Vniversidade, Dom André de Almada, & Dom Gastaõ Coutinho. Feitas as deuidas continencias foraõ passeando a praça, ao longo dos palanques, de dous em dous, na parelha em que vierão, tendo com todos cortezia: & chegãdo ao centro da parte que fica pera a ponte, da banda do rio, dahi correraõ as parelhas, per hum nouo, & artificioso modo, porque as correraõ em cruz haspada, desta maneira. As primeiras foraõ corridas do canto em que os Caualeiros se poseraõ, até o outro, que em diametro lhe ficaua fronteiro: dahi, com a mesma ordem dous em dous se puseraõ ao outro

outro canto da praça que fica pera o Mosteiro, donde correraõ as segundas parelhas, cortando de traues o campo, pera onde se passaraõ as primeiras: & aqui onde vltimamente pararaõ estaua hua das tres portas por onde foy a entrada, & por ella sairaõ a mudar caualos que ahi lhe estauaõ prestes os vinte que a destro trouxeraõ: & tornaraõ a entrar as duas quadrilhas diuididas pelas duas portas dos cantos, a tomar os postos donde auiaõ de jugar as canas: & trauandose a escaramuça de parte a parte, elles a jugaraõ com muito concerto naõ perdendo nenhũ de sua parelha; velos era como ouir hũa armonia, em que todos que olhauaõ, se enleuauaõ. Acabadas as canas, tornaraõ a mudar caualo, & tornaraõ a correr parelhas: juntamente ordenaraõ hũa escaramuça muy apraziuel a todos que assistiaõ, & naõ vencendo o cansaço o brio dos caualos, era para ver o furor em que ficaraõ de colera, bofauaõ, escumauaõ, batiaõ com as maõs a terra: parecia quererem comer, & roer a dente o freo.

Virg. lib. élig.

Fraenaq. magnanimi dente teruntur equi.

Com isto se despediraõ os Caualeiros da praça, & com a mesma companhia, & ordem com que vieraõ, se foraõ correr a cidade, & alegrar a todos com apraziuel vista de seu conçerto, louçainha, & trage.

Septimo dia Procissao

Veio o Domingo, & fezse a Procissaõ solemne que deraõ as Religiosas do Real Mosteiro de Sancta Clara, em que se gastou o dia todo: porque foy de grande fabrica, grande machina, pompa, & apparato. Traçouse pello Psalmo, em que o Propheta Rey canta assim: *Laudate Dominum de Coelis. laudate eum in excelsis.* Neste Psalmo conuoca, & chama o Sancto Rey todas as creaturas, pera louarem ao

Senhor, os Anjos, o Sol, a Lua, as Estrellas, os Ceos, os Elementos, Fogo, Ar, Agua, Terra, & os Montes, os Rayos, os Ventos, a Neue, o Caramelo, a Pedra, as Feras do mato, & os Reys & Senhores da terra: & quasi de todo este numero de creaturas foy composta a Procissaõ, guardandose muita propriedade nas figuras: attentandose tanto a letra do Psalmo, pera se obseruar, em seu rigor, que quem hia vendo a Procissaõ (estando no intento della) podia dizer que estaua lendo, o que Dauid dezia no Psalmo. Se differença ouue foy so no intento, porque Dauid teue de Deos ser louado de suas creaturas; & pera isso as chamaua, para que com todas juntas, fossem os diuinos louuores cantados como em capella de vozes bem concertadas. E o intento, de quem a Procissaõ ordenou pello Psalmo, foy querer louuar a Sancta Rainha com a mesma musica com que Deos he louado, como parecera ao diante da letra do primeiro Carro, em que vay o compositor do Psalmo o Propheta Rey, a quem com mais razaõ se deue o titulo de candido, puro, & niueo Poeta, que naõ a outro, a quem se deu.

Candidior pura Carbo poeta niue. Stroz.

Sahio a Procissaõ da Igreja de Saõ Lazaro, que esta fora da Cidade; lá se lhe foy dar o principio, pera ter espaço em que coubesse, dahi tè o Real Mosteiro de Santa Clara: & tambem nisto se parecesse triumpho, com que de nouo entraua a Sancta Rainha na sua Cidade de Coimbra; que costume foy dos Triumphos, ordenaremse fora, & entrar o triumphador pella Cidade de Roma. com a pompa ja em ordem, & posta em seu ponto, & conçerto.

Scipio praesigni pompa properabat in vrbem Pallad. Cor.

Hiaõ diante da Procissaõ atabales, & trombetas acaualo, vestidos de hũa librè de seda, de cores diuersas, fazendo cõ seu som esperto estar o pouo attento.

Virg. lib. 3. Aen. *Inde vbi clarae dedit sonitum tuba*

Logo hia hũa figura acaualo ricamente ajaezado: & intitulauase a figura: *Publica laetitia.* Vestida de carmesim, cor que o nosso Camoes chamou Contente. Grandemente hia louçãa, & ornada: assi de toucado, como de vestido. E o Sol, que bem inculcaua isso, porque reuerberando no ouro, & pedraria, daua á figura outro nouo lustre de riqueza & fermosura, com que parecia hirse o Sol nella retratando.

Aruoraua esta figura hum guiaõ brãco de seda, em que hiaõ de hua parte as armas dos dous Reynos, Portugal, & Aragaõ; & da outra, o retrato da Sancta Rainha, com esta letra.

Exhultet Coelum laudibus, resultet terrae gaudiis
Sanctae Reginae gloriam, & sacra canant solemnia.

A esta figura chamada Alegria publica, seguiaõ as danças, chacotas, & folias, fazendo grande aplauso. Parece ter aqui logar, o que disse o Poeta.

Mant. *Tum alacres Medea choros, & ouantia duxit Agmina.*

Seguiase hum Carro triumphal, & em elle assentado em trono Real o compositor dos Psalmos ElRey Dauid, vestia hũ collete de ouro laurado de pedraria, com faldaõ encarnado, todo em roda com pontas de ouro pendentes, &

sobrefaldraõ tambem de prata, & mangas do mesmo, & sobremangas. A mais roupa larga, que cahia tè perto do artelho, era de cor abrasada, com grande ornato de passamanes de ouro. Calçaua alparcas de tella branca, semeadas de perolas, & de reluzente pedraria. As meias mostrauaõ serem de amarelo tostado. Hia o Sancto Rey representando a flor dos seus primeiros annos, & de tal tinha a figura o aspeito. Em hũa maõ leuaua o Cetro, & em a outra hũa Tarja, em que se lia: *Laudate Dominum de Coelis in Canonizatione Sanctae Elisabeth;* que he o Psalmo da Procissão, & o intento della. Atras do Trono Real no mesmo Carro aultauaõ os dous Gigantes, Hercules, & Atlante, que os Gentios cuidauaõ serem, os que com seus hombros sustentauao toda a machina dos Ceos.

Ast humeris Coelum qui sustinet Atlas Caspius Cymbriae.

E assim leuauaõ aos hombros hũ globo Celeste, de dentro do qual, respondiaõ com musica de Dauid, que tinha começado o Psalmo: *Laudate Dominum de Coelis.* E respondiaolhe com o verso seguinte: *Laudate eum in excelsis.*

Puxaua por este Carro hũa aue Trux, de cor rosada, como a da aurora quando abre, & nos vem mostrando os Ceos, ja em outra graça differente, da que tinha a noite escura. Respondiaolhe as cores do Carro, que todo era pintado, de cor celeste, a fora os brutescos abronçeados, que lhe seruiaõ de ornamento, que muito illustraua.

Atras deste Carro hiaõ tres Anjos, Saõ Miguel, Saõ Gabriel, & Saõ Raphael, trajados ricamente, em fermosos caualos, tudo o que podia ser bem ajaeçados.

E a letra que leuauaõ, era o terceiro verso do Psalmo: *Laudate eum omnes Angeli eius.* Em que se mostraua,

que estes tres Anjos, como mais principaes conuidauaõ aos demais spiritos angelicos que lhe vinhaõ atras, a louuarem ao Senhor.

Hiaõ logo em seguimento, o Sol, a Lua, com os demais Planetas, com diuisas, por onde eraõ conhecidos. O Sol vestia amarelo ialde, co hu corsolete cortado a Romana, de retalho de ouro, sobre amarelo: & no meio, sobre o peito hia de obra bordada: o Sol, com rayos resplandecentes de fino ouro, calcaua a figura meias botas de ouro, com tufos de volante, que com muita graça, & arte que sahiaõ por antre laçaria de fitas encarnadas.

A Lua vestia brãco, sobre tunicolla hu colete de prata retalhado, & a cabeça ornada de quartões, & por elles com muito artificio sameada pedraria.

Iuppiter hia em trage de Rey, & como Rey hia rico, & bẽ tratado.

O Marte de armas brancas, & calçado de pedraria.

Venus vestia hua primauera, trajo louçaõ, & alegre; & leuaua o filho Cupido pola maõ.

E Saturno, & Mercurio, tãbem hião vestidos de maneira, que bem, como os demais planetas representauaõ figuras celestiaes. Leuauaõ em hua tarja a letra que tocaua a elles, & as demais estrellas, & dizia assim. *Laudate eum Sol, & Luna: laudate eum omnes stellae, & lumen.* Foraõ a pe estes Planetas, por particular tençaõ: que bẽ se deixaua ver, que mais proprio era irem a caualo, porque cada hum dos Planetas celestes, tem seu Ceo, em que anda: a que Dauid chamou caualos, sobre que correm de hũ Polo a outro em vinte & quatro horas: ja ao Sol, que lhe nega carro de quatro caualos, & com azas, por mais ligeiros.

Qui ascendis super equos tuos. Psalm.

Ouid. lib. 3 Fasti.

Phoebus in alatis aetherae carpit equis

Bem se aduertio a tudo isto: mais tambem se considerou, que não ficaua o Sol de caualo, nem as mais fermosas estrellas do Ceo, onde hia a Sancta Rainha, que foy mais nobre com as estrellas, mais que a Lua esclarecida, & que o Sol mais fermosa. E por significaçaõ de vassalagem a pe hiaõ, & naõ a caualo.

Seguiaose aos Ceos em figura de hum grande globo, de dezaseis palmos em diametro, sameado de Estrellas de ouro, posto aos ombros do gigante Atlante, que os Poetas assim o pintaõ.

Ubi Caelifer Atlas
Axem humero torquet stellis ardentibus aptum Virg. lib. 6.

Cortaua o globo Celeste esta letra. *Laudate eum Coeli Coelorum.*

Seguiaõse os quatro Elementos, Agua, Ar, & Fogo. A Terra hia em hũ Carro triumphal, não como elemẽto humilde, & infimo, mas como soberbo, & triumphante, asoberbando hũ Leaõ cõ o pè: & logo aos mesmos pès lançados hũ tambor, & muitas coroas diuersas, & septros Reais: como dominando dos estrõdos das guerras, & fazendo dos Imperios pouco caso. Hia esta figura assentada por diuisa da Terra, & Tambem com hũa torre sobre a cabeça: porque dos elementos, a Terra he a que sempre sosega, está queda, & firme, & por tal conhecida.

Despiciens mare veliuolum, terrasq. iacentes. Virg. lib. 1 Aen.

E porque queda firme, & segura, por isso sobre ella se edificaõ torres, que prometem seguridade, & firmeza: donde vem chamarse a Terra torrifera.

Turrifera, secunda, potens. Marull.

Nem o dia não era pera a Terra hir representando menos senhorio, menos imperio, & triumpho, que este que leuaua, pois era dia em que se festejaua por triumphante no Ceo hua Rainha, que na Terra nacera: & quem tal Princesa daua ao Ceo, porque se não mostraria vfana?

Este Carro hia armado sobre hũa espantosa serpe: & as pinturas do Carro eraõ flores, boninas: muita diuersidade de heruas, & variedade de frutos: como querendonos dizer. que a Terra representaua sua Primauera, tempo melhor de sua fermosura: assi o diz o Poeta.

Faust *Florida vernanti laetatur terra colore*

Leuaua este Carro diante de sy os dous filhos da terra, Gigantes de altura de dezoito palmos: em elles hia a letra, que pertencia á terra. *Laudate Dominum de terra.*

Iuntamente hiaõ duas. figuras, louçãamente trajadas, com capellas de flores na cabeça, cada hũa com sua cornicopia de fruitos nas mõas, representando a natureza da terra, que he ser fertil em dar flores, & produzir fruitos: por onde, dos Poetas he chamada hũa vez, odorifera.

Lactant. *Fructifer amq. terram, & aquae maris fluctus.*

Idem. Outra vez florida. *Florida vernanti, laetatur terra, colore.*

Val. Flac. lib. 6 E tambem fertil. *Et fertilis vbere terrae*

Uitruuius E pomifera. *Terra est, de qua dicuntur pomicosa.*

Seguiaõse dous grandes Dragões de medonho, & terribel aspecto com a letra, que diz: *Dracones, & omnes abysi.*

Elemento d'Agoa

O Elemento da Agoa vinha representado em hua figu-

ra de Neptuno, que entre os Poetas, que vsão de fabulas, & tratão em mentiras, he chamado Deos do mar.

Suspendisse potenti vestimenta maris Deo. Horat.

E o Rey das Agoas.

Talibus aloquitur Regem maris. Sylu.

De quem dizem nacerão as Nimphas, que no Mondego, & Tejo, querẽ os que cantão andem ainda hoje.

Vinha a figura em hũ Carro triumphal, assentada debaixo de hũa grande concha, que ainda que de prata, bem contrafazia as maritimas, a quem o Poeta Clasico chamou concauas, que como abobeda, podem bem agasalhar & fazer sombra.

Sed dum forte caua, dum personat, aequorae concha. Virg. 6 Aen.

Nas ilhargas do Carro hião quatro quartões, & antre elles, dous paineis muy alegres, & apraziueis a vista, porque mostrauão mares, embarcações, variedade de peixes muito ao natural, com cores viuas, & bem colorizado tudo: & por onde ficaua campo descuberto hia marisco dos penedos, & conchinhas das prayas.

Inde mare, inde aer inde aether, igniter ipse. Lucret. lib. 6

Puxauão por este Carro dous Caualos marinhos, & logo diante hia hum barco, & dentro dous Tritões monstros do mar.

Qui monstra Oceani, qui saxicolas Tritones. Pant.

Leuauão todos os instrumentos de pescar, redes, tresmalhos, tarrafas, canas de enzol. Seguia o barco hũa dança de Sereias: & posto que não cantauão, como as que encantaõ, porque só dançauão. Hia porem na guia a letra do verso, em que Dauid canta. *Et aquae, quae super Coelos sunt.*

Elemento do Ar.

Com muito ar, & graça hia no quarto Carro hũa figura, não de muita idade, mas pueril, & seria pera assim fazer milhor a figura do ar, quãdo mais fresco; mas não como aquelle de quem disse o Poeta.

Uirg. georg. *Ruit arduus aether.*

Porque entaõ he artrobulento, & tempestuoso, & naõ brando, & fresco, como se via este.

Hia esta figura em pé, que a pouca idade não assosega, como o ar, que sempre anda bolido. E hia sobre hũ Camaleaõ, com hu passaro na maõ, em postura de caçador do ar, que vai com falcaõ, ou açor buscar a preza. Leuaua hũa nuuem confrafeita sobre a cabeça, & com muita propriedade a leuaua naquella parte superior, porque o lugar das nuuẽs, he o mais alto do ar. Neste Carro aparecia muita variedade de passaros, pouoaçaõ do ar: hũs se viaõ andar no Carro, outros sobre a cabeça da figura, onde repontaua a nuuem, & tudo ha no ar: hũs passaros que saõ rasteiros, outros que se vaõ as nuuẽs, a respeito do que, hiaõ algũs caçadores junto do carro, cada qual melhor vestido, com instrumentos de caçar diuersos, desparando espingardas, como que hiaõ caçando no ar. O carro vinha como saindo de hũa nuue, ou hia entre nuues come-

tendo por antre ellas hũa cor azul, como de Ceo, descoberto, feito, & ordenado tudo com tal artificio, & graça, que ainda que este ar hia com nuues, podiase delle dizer o que o Poeta disse do verdadeiro ar, quanto mais limpo, claro, & sereno faz o dia fermoso.

Laetisicusq. dies erat omnibus aethere puro. Uirg. lib. I georg.

Tirauaõ polo Carro duas Aguias.

Eis logo hiaõ quatro figuras, que representauaõ o fogo fora do seu elemento, a neue, o caramelo, & a pedra que outros chamao seraiua, & os naturais de Coimbra escardosa, & os Castelhanos granizo: mostrandose em todas estas figuras muita propriedade em o que representauaõ. Pello fogo hia o monte Etna lançando lauaredas. A figura da neue vestia algodaõ, assi como sae da carda, que muito se parece com a lãa, que he a cousa, a que Dauid comparou a neue: dizendo em hum Psalmo, em que fala dos poderes de Deos, que dá neue, como lãa. A lãa da Palestina, com que Dauid fazia a comparaçaõ: mais alua que a nossa: & por isso entre nos o algodaõ por ser mais branco, que a lãa, fica sendo irmaõ da neue.

Qui dat niuem sicut ...am Ps. 147

De cristaes, & de perolas hia toda reuestida a figura, que representaua a pedra, ou seraiua, que do Ceo choue: & supposto parecerse com cristaes, & perolas, que saltaua aqui na figura de semelhança com a pedra que do Ceo cae, senaõ o chouerẽnos aquelles cristaes, & aquellas perolas, caindo com estrepito sobre os telhados, & delles saltando com viueza, & fugir dellas a gente, como de pedradas.

Tum multa in testis crepitans salit horrida grando. Uirg. lib. I georg.

Por Caramelo hia hua figura, reluzindo, como estando de nouo laurado, que naõ sei eu cousa com que mais se pareção: & cada hũa destas figuras, logo no gesto em que hião, representauão bẽ o frio, & neue. Forão estas figuras a pé & nellas vinha ao proprio, que a neue, he chamada infima, & baixa, porque cae nos valles, como cae nos montes.

Liuius *Iam tum infirmam ingredientia niuem.*

O mesmo se entende de pedra, & do caramelo: por quanto, este coalha-se até nos charcos; & a pedra, ainda, que he do alto, não fica lá, que no baixo cai. A letra destas figuras era. *Ignis, Glando, Nix, Glacies.*

Mais atras aparecia hũ Monte alto, & sobre elle Eolo Rey dos ventos. Leuaua diante de sy os quatro principaes, que erão quatro figuras cada hũa bem pouoada de azas, na cabeça, nos braços, nas costas, & nos pés, as leuauão: & assi Dauid por azas nomea os ventos, dizendo: *Qui ascendis super poenas ventorum.* Asoprauão mais de cima do monte quatro rostos, & deitauão vento, não assolador, como as vezes he. quãdo moue tormenta, & sesobram as embarcações.

Uirg. lib. I Aen. *Luctantes ventos, tempestatesq. sonoras.*

Mas ventáua õbrando, como o Zefiro, quando leuemente vai bolindo as flores.

Syl. lib. 12 *Blandisq, salubre*
Uer Zephyris tepidis mulcebat rura serena

A letra que aqui leuaua o Vento era esta. *Spiritus proscellarum.*

Elemento do Fogo.

Atèqui tudo pertencia ao elemento do Ar, a quem logo se seguio o elemento do fogo, & hia sobre hũ Carro a figura de Vulcano: a quem os Poetas fabulando chamaraõ Deos do Fogo.

Hoc tunc Ignipotens Coelo descendit ab alto. Uirgincul.

Hia vestido meio de ferro, meio de fogo: da cintura pera cima vestia o ferro. Foy este Vulcano, de quẽ os Poetas dizem inuentara as officinas do fogo, em que se laura o ferro, & batem as armas: por onde hũs lhe chamaraõ ferreiro. *Quem fumida Lemnos.*

Exercet fabrum. Pont.

Outros o nomeaõ por fogo:

Uulcanus fuerit igneus. Crinit

Tambem dizem. que ella o que forjaua os rayos, & deitaua as pedras de corisco.

Leuaua Vulcano diante se sy hua forja, & lha hiaõ ascendendo seus ministros.

Na dianteira do Carro vinha Cupido, na forma em que o costumaõ pintar com arcos & frechas, & olhos vendados. Pertencia esta figura do amor profano a este Carro do Fogo, assi porque era filho do mesmo Vulcano, como porque merece que nelle dem os rayos, & caiaõ os coriscos, & no mesmo fogo da officina de seu pay seja abrasado: & não haja outro amor que triumphe, senão o diuino. Puxauaõ pello Carro duas Salmanticas, bichos que viuem do fogo.

Atras deste Carro hia hña figura acaualo, em que a arte se esmerou, & a riqueza naõ faltou: representaua a

Concordia. Leuaua hũ pendaõ branco, & nelle duas mãos pintadas, hũa pegando da outra, coroadas com hũa coroa de ouro: junto a ellas dous corações vnidos. Dizia a letra: *Qui faciunt verbum eius.* Aqui entrauaõ as pazes que a Sancta Rainha fez entre ElRey Dom Iayme, & Dom Fernando. Iunto a esta figura hia hũa manga de arcabuzeiros, & quatro caualeiros armados de ricas armas, na mesma maneira hiaõ os dous Reys, mas como as espadas enramadas de oliueira, significando, que ja tinhaõ entrado em pazes os que ate ali auiaõ andado em guerra: que em quãnto as guerras duraraõ, as espadas andauaõ cruentas.

Sydon. *Pingues caedibus gladii*

E vindas as pazes, o mesmo ferro logo he oliueira, que as publica, & canta, como disse o Poeta do outro que as desejaua, e pretendia

Syl. lib. 3 *Praetendes dextra ramum canentis oliuae.*

Hia ElRey Dom Denis, marido da Sancta Rainha, entre o Infante D. Affonço seu irmão, & o Principe seu filho acaualo, tambem vestidos de armas brancas, que a Sancta Rainha, outro si, meteu em pazes. E na mesma estancia onde hiaõ os dous Reys ja pacificos, hia a Sancta Rainha em hũ Carro triũphal mui aparatozo, vestida em trajos Reais; & a sua ilharga a figura da paz, vestida louçãamente de branco, que cõ hũa maõ punha na cabeça da Sancta Rainha hũa capella de flores, com a outra lhe daua hũa palma: & deralhe eu esta letra.

Lucres. lib. 1. *Nam tu sola potes tranquilla pace iuuare.*
Mortales.

Acompanhauaõ a Sancta Rainha duas figuras, era hũa a

Segurança, & vestia cor celeste: & representaua estar tomando um doçe, & quieto sono; porque hia deitada, recostãdo a cabeça sobre a mão. A outra tinha um fruteiro de flores, e na cabeça hua grinalda tecida de boninas, & rozas, prometendo toda a alegria. Respondialhe hũa suaue musica que Anjos hiaõ dando no mesmo Carro.

Todo este aparato de figuras vinhaõ a dizer os effeitos que resultaraõ das pazes que fez a Sancta Rainha. A diuina senhora ficou alcançando noua coroa, & palma: & esta lhe deu a mesma Paz. Os Principes Christaõs ficaraõ viuendo tão seguros como quietos: ja podião dormir seu sono tão descançado como a mesma Segurança: seus Reinos alegres, & florentes, como senão restara mais que occuparse em ouir Anjos que lhe cantassem a maneira que aqui no Carro hiaõ fazendo.

Seguiase a Cidade de Coimbra logo, o Reyno de Portugal, atras o Real Mosteiro de Sancta Clara: cada hũa destas figuras hia em seu carro triumphal, porque na presente occasião cada qual se via triunphar, Coimbra em se ver depositaria de tao precioso, & celestial thesouro como he a reliquia do corpo inteiro da Sancta Rainha. Portugal por ser Reino, que ao do Ceo deu tal Rainha. O Real Mosteiro de Sancta Clara, por ter sido recolhimento onde a Sancta Rainha fez vida celestial o mais do tempo que cá viueu. E em esta conformidade hiaõ as tres figuras atencionadas, porque a Cidade de Coimbra, já por tenção, & industria hia mais que as outras figuras rica, mostrando o estado da riqueza em que se via, por ter em sy a Sancta Rainha precioso thesouro. E o Reyno de Portugal leuaua a Cruz de nossa saluação, a que hia encostado: & por armas, as cinco chagas, mostrando que a Cruz era o seu principal ceptro, & de sua mor gloria: & as chagas, as armas com que mais

so ennobrecia por serem instrumento de dar tantos Sanctos ao Ceo, & os que daua serem tão singulares na santidade, como se via por exemplo na Sancta Rainha. Sancta Clara leuaua junto a sy duas figuras, a Disciplina, & a Obediencia. Hia a Disciplina com hum liuro, & huas varas: & a Obediencia na mao leuaua hum freyo, mostrando nisso, como se prezaua o Real Mosteiro, assim de ser escola de santidade. onde a sancta Rainha por largos annos a ensinara, como tambem se estar sogeito inda hoje & obediente ao que aprẽdera da sancta Rainha. A todos estes Carros se apropiou a letra: *Populo appropinquante sibi.*

Seguiase logo hum Monte, & tambem um alto penhasco, muy frescos, ambos com artificiosa verdura, & aruores, huas agrestes, como as dos bosques, outras com frutos, como as dos pomares: & posto que de cera eraõ, tanto se pareciaõ com as naturais, que ao longe todos se enganariaõ: de perto muitos se suspendiriaõ. Viase nelles esta letra: *Montes, & omnes colles: ligna fructifera, & omnes Cedri.*

Atras hia a Arca de Noe, com muito artificio, & debuxo, contrafeita: dentro muita diuersidade de animais, que se deixauaõ ver pellas frestas dos compartimentos, por onde hiaõ repartidos, & apartados por seus generos, & especies diuersas. E dizia hũa letra: *Bestiae, & universa pecora.*

Seguiaõse todos os Reis da Europa, & algus Principes, & Senhores de potentados acaulo, todos com diuisas, & insignias de seus Estados, & como Reys ricamente hiaõ vestidos, & como Senhores bem tratados. Com rezão se podiaõ chamar, só por respeito das roupas, que leuauaõ, Purpureos, nome que se da aos Reys, pela excellencia de seu vestido Real.

Claud. *Sub tua purpurei venient vestigia Reges.*

A letra que nelles se lia era esta: Reges terrae, & omnes populi, & Principes.

Seguiaõse os doze Tribus, armados de ricas armas. Era guia Symeõ: leuaua em hum escudo esta letra: *Omnes Tribus terrae*. Logo hiaõ os Iuyzes que gouernaraõ o pouo Hebreo, antes de Deos lhe nomear Rey: & por principal pessoa, entre elles hia Samuel, em quem acabaraõ naquelle pouo; todos vestidos ao antigo: & a figura de Samuel leuaua em hũ escudo a letra: *Et omnes iudices terrae.*

Hia andando hũ Carro triumphal, cheo de innocencia, de muitos meninos, & donzellas de pouca idade, todos com muita lindeza vestidos, & com capellas de flores na cabeça: a figura de Abel, que hia por principal, leuaua a letra que dizia: *Iuuenes, & Uirgines.*

Aqui vinha outro Carro das sciencias trazendo todas suas insignias: seguiaõnas Doutores, vindo em seu seguimento doze, com seus capellos, & mulas bem concertadas.

Logo se seguio hũa Nao por estremo bem contrafeita, embandeirada com pendões, & galhardetes pellas gauias: & a Sancta Rainha assentada na popa, vestida em trajo de Freira de Sancta Clara, com Rosas tomadas no bentinho, bem assi como a vemos pintada: & por cima de sua cabeça esta letra: *Laudate Dominum in Sanctis eius.* O mais da Nao hia tomado de figuras que representauaõ algũas virtudes, das muitas em que ca viueo a gloriosa Senhora, com estoutra letra: *Laudate Dominum omnes virtutes eius.* Com isto dizia hirem as figuras cantando, & cantando tambem, como se foraõ do Ceo. Não hirem nesta Nao mais que quatro virtudes da esclarecida Rainha, florescendo nella tantas, daua motiuo a todos, que atentauaõ, a fazerem consideraçaõ, que quãdo so quatro virtudes desta grande Senhora tomauaõ, & occupauaõ hũa Nao toda, quão gran-

de, quão capaz, & em certa maneira, quão immenso seria o sogeito de sua Real pessoa, pois nelle couberaõ todas. Por onde hiaõ postos os galhardetes, hiaõ tambem campainhas de prata: & a letra: *Laudate eum in cymbalis bene sonantibus.* E hiaõ aqui bem instromentos que soauão, onde hiaõ virtudes da Sancta Rainha, porque são, & forão sempre bem soadas.

Hião mais a pé algũs Sanctos, Sancto Antonio nosso Portuguez, Saõ Luys Rey de França, Santo Ignacio fundador da Religiaõ da Copanhia de Iesus, cada qual vestido tão ricamente, como se o Oriente nelles viera mostrando, quanto tem de ouro, & pedraria. Antre estas figuras de tão esclarecidos Sanctos, vinha Sao Bento de Palermo do habito de S. Frãcisco, & como quer que sendo negro, era de seus tẽpos o aluo onde foy dar toda a sanctidade: derãolhe o verso do Psalmo, que contem nouidade, que diz assi: *Cantate Domino canticum nouum in Ecclesiis Santorum.* Em couçe de Procissão vinha o Conuento de São Francisco com Cruz aruorada cantando Psalmos, sanctificando as ruas publicas de Coimbra, com diuinos louuores, & recreando a todos que ouuião com doçe melodia. Eu pello que senti em mim dizia.

Faust. *Dulcibus hic vacuas mulcet concentibus auras.*

Debaixo do palleo trazião hua Reliquia da Sancta Rainha, & era o bordão, com que foy apè perigrinando a Santiago de Galiza. Este bordão foy achado dentro do sepulchro da Sancta Rainha, quando foy aberto para se começar a fazer a primeira diligencia necessaria á sua Canonização, & tão incorrupto se achou, que sendo de pao, parecia que naquella hora acabara de o laurar o artifice. Parece

quis o Ceo nos ficasse este bordão de quando a Sancta Rainha peregrinou pera hauer memoria de como fora na terra hũa rara & peregrina creatura. Tambem se achou o corpo da celestial Senhora tão intacto de corrupção, que não parecia estar morto, mas no estado de viuo, quãdo na Senhora a fermosura de sua idade mais florescia: como testemunharão todos os que presentes se acharão: & assi mais se achou inteiro o habito em que foy enterrada, & tudo o mais que com a grão Senhora ali foy depositado, goza do priuilegio da incorruptibilidade cõ a gloriosa Senhora. Em tal cazo digo, que esta Fenix morrendo não deixou cinzas, porque não hauia de renascer outra, que fosse segunda.

No vltimo dia festiual, que foy a segunda feira, se fizerão os Torneos. Pera esta festa militar se fabricou hum theatro no mesmo campo, leuantado do chão oito palmos: feito em figura quadrada de cento e quarenta palmos. Tinha em cada topo hũa escada. Nos quatro angulos em que este espaçoso theatro fenecia, se erguiao quatro fermosos pyramydes de altura de vinte palmos, que rematauão em globos esphericos, & sobre elles aruoradas quatro bandeiras de seda branca, com armas da Sancta Rainha, que muito apparatauão. Hia do lado deste theatro hũa ponte pera o palanque onde estauão os Iuyzes, que erão os ja nomeados. Foy feita a ponte, pera hirem por ella os pagens do Mantenedor, & auentureiros, a leuarem aos Iuyzes as tenções, & emprezas: por os lados della, & ao redor de todo o Theatro estauão leuantadas tochas em muita quantidade, pera que acezas quando viesse a noite, o theatro fosse alumiado, como foy, da maneira que o dia com o Sol. A tea onde hauia de ser a justa dos auentureiros tinha trinta palmos de comprido, & cinco de alto. Era guarnecida de

hũ tonellete de seda carmezim: ja na cor promettia o furor do encontro que se ali teria. Feito o theatro, seguiuse o desafio: pera o qual, tres dias antes mandou o Mantenedor fixar hum cartel no pyramide grande, que no meyo da praça artificiosa fora posto, & continha o seguinte.

Ioão de Sá Pereira Sottomaior faz saber a todo Caualeiro de qualquer qualidade & condição que seja, que em honra & gloria de Sancta Isabel Rainha de Portugal, sustento segunda feira o Torneo promettido: pera o qual estarei armado pera tornear tres lanças com seus bottes & encontros, com as condições seguintes.

Primeiramente, o que entrar mais galante, & com melhor inuenção, ganhara premio auantejado.

O que trouxer melhor empreza no escudo, & significação della ganhara premio.

O que tornear melhor tres lanças de corpo a corpo, ou dous a dous & derem melhores golpes de espada, ganhara premio.

O que começar primeiro, & acabar primeiro, ou sejão golpes de espada ou encontros de lança, ganhara premio: com tal condição, que dos golpes assim da espada como da lança, serão melhores aquelles, que forem mais altos. E se forem iguaes os do auentureiro com os do mantenedor, se dará premio ao mantenedor, pella obrigação que tem de tornear com todos.

Chegado o dia do desafio, o primeiro que entrou em campo foy o Mantenedor pera defender seu quartel. Veyo em hum Carro triumphal, armado de armas faxadas de ouro & vermelho, cores das armas de Aragão, que pello que tocão á Sancta Rainha, bem se deixaua conhecer a

tenção de quem as trazia, que so era pelejar pella gloria de tão grãde Senhora. Trazia o elmo, ou çellada callada, dé maneira, que todo o rosto lhe encobria: o tonellete & guarnição da espada era de ouro & vermelho: de vermelho trazia tambem a lança, & assi tudo parece que vinha ameaçando com cruenta guerra & promettendo sangue. Aseus pés se assentaua o pagem com o escudo, com a empreza, que era esta, a Sancta Rainha retratada entre nuuẽs, como que apparecia em visão, com hua coroa de louro, que mostraua querer dar ao Mantenedor: e dizia:

Quem defende estas Coroas
Mui certa tem a victoria,
Pois defende minha gloria.

Tirauão pello Carro duas Salmandras cheas por dentro de fogo artificial, como tambem vinha o Carro artilhado, pera a seu tempo desparar. Hião diante oito tambores, com pifaros, acabando de meter mais horror: & chegado o Mantenedor com este apparato bellico á escada do theatro, deçeu de seu trono alto, & assim como vinha armado, saltou fora em terra com muita destreza, & mostras do valor com que vinha acometter, & a defender seu cartel; querendo ja começar a subir pella escada, sahirão a recebello Dom Ioão de Attaide seu padrinho vestido á cortesãa, com hum bastão na mão: & Nicolao de Sá Cabral Mestre de campo do Torneo, com golla dourada hũa acha de armas, dourada tambem na mão, & hũ page que lhe trazia o escudo, em que vinha por tenção dous rios pintados, hũ sangue de muito vermelho, outro leite de muito

branco, & hũ braço armado com espada apunhada, cortando os dous rios, com esta letra em Italiano:

Tanto può engenho, & arte
Che junge Minerua, & Marte.

Dito em Portugues, val o seguinte: Tanto pode engenho, & arte, que ajunta Minerua & Marte. Significando, que o Mantenedor era graduado em letras, & juntamente armigero, & guerreiro.

Posto ja o Mantenedor no theatro, com seu padrinho, & Mestre de campo, deu com elles volta ao theatro, hindo todos tres fazendo cortezias aos circunstantes. E feita aos juyzes a deuida continencia, se forão na mesma conformidade, andando até o posto onde hauia de ficar o Mantenedor, pera ahi combater com os ventureiros. Ficarão os pagẽs leuando as emprezas aos juizes pella ponte que hia dar no seu palanque.

Começarão os ventureiros a entrar, & cada hũ per sy fez entrada no theatro, indo acompanhado de seu padrinho, e do pagem que lhe leuaua a empreza. Muito pera ver forão estas entradas, hus vinhão metidos em montanhas que se abrião, & os deitauão fora, outros em serpes, em hydras, & espantosas feras, & medonhos monstros, outros em Castellos armados, sobre elefantes, fazendo tão fermosa vista, como fora espantosa, horrenda, & fera, se assim como os que vinhão a tornear, pera fazerem festa, vierão de veras a pelejar, porque entrarão com estas medonhas mostras, que não bastaua a consideração de que era tudo contrafeito, pera deixar de meter horror: accresceo a isto o Fogo, que se pos a todo aquelle artificio de Feras, Montanhas, Torres, Castelos, que junto ao theatro deixarão os

ventureiros: se dantes medonho era tudo, pello que representauão de feras, muito mais ficou sendo depois que ellas foguetearão, & despararão as bombas de fogo, que dentro das entranhas trazião, não parecia fazeremno por festa, mas por quererem assolar, & acabar tudo com renhida, & pendenciosa guerra. Tanto que cessou de seu rigor o Fogo, os pagẽs dos ventureiros forão leuar aos juyzes os escudos que trazião com as emprezas, pera serẽ julgadas na forma do cartel; & começãdo apõtar a noute, forão acessas as tochas, & cõ sua luz fezse da noite dia, pera os Torneos se fazerẽ: & sahio logo ao theatro o primeiro auentureiro Ioão da Sylua de Castro, vestido de armas verdes, & ouro, com tonellete, & calças do mesmo lote: lança verde, plamagẽs verdes, brancas, & carmesiis, vindolhe caindo do pachife, & penacheira, hũ volante de seda & outro da mesma cor das armas, que lhe arrastaua pello chão, & daualhe muita graça o vento quando assoprando lho deitaua a voar. Por empreza no escudo trazia pintada hũa vella aceza, exposta a hũa tempestade, que a pintura bẽ contrafazia na sarração do ar, nos ventos que de todas as partes assoprauão, & na chuua muita que parecia trazer consigo o Ceo: hũa letra por baixo da vella, que dizia:

In extinctus.

O segundo ventureiro foy Stacio de Sá de Miranda, sahio de armas brancas, & ouro: lança amarella, & verde: faldão da mesma cor, & assim erão as calças. E da pennacheira vinha pendendo té o chão hum volante corado da maneira das armas, & não estaua mas ás pontas deste volante a leuiandade em que as trazia o vento. Era

esta a sua empreza o Sol pintado entre nuuẽs, & com a seguinte letra:

No puede la esquiua suerte
Eclypsar con sus nublados,
A los que nacen honrados.

Terceiro auentureiro Ruy de Albuquerque, armado de armas brancas, calças de tella amarella, tonellete alionado, lança branca, & ouro: tambem do pachife deitaua hũ volante de branco & prata, muy rozagante. O pagem do escudo hia vestido da mesma cor, com calças, & collete dambar, abotoado com botoes douro. A empreza era hũa Nao correndo temporal, ja com mastros quebrados, & na popa agulha de marear, com esta letra ao redor:

Seja o coração sempre igual.

O quarto ventureiro foy Ioão Aranha Chaues, vinha de armas brancas sameadas de chaues, vestia calça branca, espada prateada, tonellete amarello, plumas fermozas, & volante, da maneira que os demais ventureiros: & por empreza hu moinho de vento, co as aspas quedas, sem andarem, & os quatro ventos sem assoprarem: dizia a letra:

Ni spirat, immota.

Bartholomeu de Sá quinto ventureiro, sahio com armas brancas, tonellete branco, calças negras, lança azul plumagem de varias cores & seu volante cahido do pachife abaixo, solto per duas partes, & então cõ mais graça, quando

o ar bolido as descompunha. A empreza era hũa Esphera com Estrellas, & esta letra:

Não ha mudança em meu mal.

Seguiose Francisco Amado Varella sexto ventureiro, de armas brancas, calças de verde & ouro, faldão do mesmo, & assim plumagem, como tambem volante na pennacheira: mas leuantada a plumagem ao alto com bizarria: & o volante cahido até o chão com muita graça: no escudo esta empreza. Hũa donzella vestida de verde, com espada nua na mão, dandoa a hu Caualeiro armado, que com o joelho em terra lha estaua tomando, & dizia a letra:

Con armas tan desiguales
Que todos ponga a mis pies,
Poco hago, y poco es.

Christouão de Sá Pereira foy o septimo ventureiro, sahio com armas douradas, calças de negro & azul, tonolete azul, lança azul, & plumas tambem azues: o volante branco, que entre tanto azul nuuem parecia no Ceo. Por empreza leuaua em escudo hũa Lua, mais de meia cheia, com letra que dizia:

Até ser de todo chea.

Heytor de Sá, oitauo ventureiro, armas brancas, calças de verde & ouro, tonolete, calças, plumagẽs, volante, & lança, tudo da mesma cor. Por empreza o mar quando

mais brauo, & hu coelho posto sobre uma rocha firme, em que o mar batia, dizendo a letra:

Por mais que bata o mar
jamais me hei de mudar.

Logo Sebastião de Sá de Miranda, nono ventureiro, armado com armas brancas, guarnecidas de ouro, tonolete, & calças de amarello, & ouro, & amarellas as plumas: & tambem desta cor era o volante, & lança. Leuaua por empreza hũa donzella, com a mão na façe, como queixosa: & entre elle & a donzella estaua a roda da fortuna, com esta letra:

Es la rueda de fortuna,
En quien impossibles veo,
Contra mi gusto, y desseo.

Bento da Cunha Perestrelo decimo ventureiro, sahio vestido á Franceza, com armas brancas semeadas de flores de Lys, & Leões, com espadas de ouro nas mãos, tonolete, & calças de azul negro, assim tambẽ o volante & a lança. O pagem do escudo da mesma maneira á Franceza vestido. A tenção era a Rainha Sancta no alto do escudo, & no mais campo hũ Ceo claro, & quando estrellado, mas as estrellas negras, com letra em lingoa Franceza que assim dizia:

En net Ciel, Estoille noire.

Marçal de Macedo vndecimo ventureiro, arm s bran-

cas, tonolete branco, calças negras, lança & volante azul: mostraua em seu escudo por empreza hua donzella vestida do Sol, & a seus pès hũ rosto virado para baixo, onde corria esta letra:

Solo el alma que le adora
Puede mirar su luz bella:
Quel Aguila ciega, y llora,
Si atreuida quiere vella.

Aires Gil de Miranda duodecimo ventureiro, sahio armado de armas & ouro, tonellete de volante douro, calças verdes, lança de verde & prata, de que tambem era o volante. Leuaua por empreza em campo pardo hũa Nao no meio do mar, padecendo temporal. com os mastros quebrados, vellas rotas, & hũ marinheiro lançando anchora, com esta letra:

Perdida toda a esperança,
Na tormenta lanço ferro,
Porque firme morrer quero.

Francisco Vaz Perestrello decimotercio ventureiro, calças de brocado amarello, antreforros, tonellete, volãte da mesma cor, alguas plumas a tinhão tambem, outras erão vermelhas, & fazião fermosa & alegre plumage: no alto do escudo hia por empreza a Sancta Rainha, & hũm Ceo pintado com Estrellas douro, com esta letra:

Non magis elucescunt.

Antonio de Sá vltimo ventureiro, sahio com armas brancas, calça negra guarnecida de prata, faldão de seda & ouro, plumages negras & brancas, lança vermelha: & com não menos graça, que em todos lhe decia o volante do pachife té arrastar pello chão. & as pontas que andauão pello ar soltas, tinhão muita graça no mostrar de sua liberdade: & no escudo em Campo azul esta letra:

Melior fortuna notauit.

Estes forão os ventureiros que sahirão ao desafio, & as emprezas & tenções com que adornarão suas pessoas: todos tornearão de corpo a corpo valerosamente, assi os golpes de lança, como os golpes de espada, dandose hũa batalha á folha tão espantosa, que se passara de jogo festiual, não sei qual das mais cruentas se lhe comparára. Depois que por suas continencias tiuerão torneado, gouernoos o Mestre de campo, põdo tantos a hũa parte da Tea que cabia á do Manteneder, & tantos da outra: & assim leuantando todos as lanças em alto, partirão hũs pera outros, & aqui se derão os encontros nas celladas, & vizeiras, com tanto impeto & força de braço forte, que quebrauão as lanças, & mui longes saltauão as rachas: depois metendo as mãos ás espadas, fizerão trauada batalha á folha antre hũs & outros Acabada a folha, foy chamado pellos Iuyzes o Mantenedor, & lhe forão dados quatro premios, a saber o primeiro de mais galante, o segundo de tornear melhor a lança de todos, o terceiro de manter com todos os golpes da lança, o quarto pella melhor empreza. E per todos se hauerem mui destramẽte no Torneo, os Iuyzes mandárão

dar premios a todos, que forão cortes de seda a hũs, & a outros meias de seda com luuas dambar. E depois de dados os premios a cada hũ dos ventureiros se forão saindo do theatro, com pagẽs de tochas, não fazendo menos magestade a saida, do que foy espantosa & horrenda a entrada.

As bandeiras de seda, & as tochas que seruirão no theatro mandou o Bispo Conde que se não recolhessem, mas ficassem na liberdade de quem as quisesse. Grandeza conhecida por sua.

Estas forão as festas que correrão por conta do Illustrissimo Senhor Dom Ioão Manoel Bispo Conde, em que se gastarão quasi dez mil cruzados: & os que bem somão achão que foy pouco, atentando á magestade, & aparato que em tudo ouue: & todo o aprèsto necessario pera essas cousas ser trazido de distantes partes. Por conta tudo do Illustrissimo Senhor, que como magnifico não faltou em nada, antes por tudo sobrepujou a grandeza.

Festas da Cidade.

Entrou logo a cidade em suas festas que durarão seis dias. Começarão por hua encamizada em a noite de terça para quarta, estando a cidade toda ardendo em luminarias. Ouue Alcanzias, Touros, Comedias, Manilha, & Canas.

Festas da Vniversidade.

Não se calou nesta occasião da Canonização da Sancta Rainha a Illustre, inclyta, & Real Vniversidade, antes com grandes premios conuidou os ingenhos que nella florescem a sairem com poesias, & a fazerem dizer as Musas, não limitando lingoa, mas dando a todas o campo, quer Latina, quer Italiana, quer Espanhola: não falo na lingoa Portugueza, que essa, como mais eloquente, & a materna deste Reyno, em que a Sancta Rainha reinou, a primeira era que se conuidaua.

Por esta maneira a inclyta Vniversidade mostrou ao

mundo, como não erão limitados seus desejos em festejar a Sancta Rainha, mas os tinha dobrados, como tambem dobraua as lingoas; pera lhe dobrar os louuores.

Começarãose polla lingoa Latina a prorromper, & publicar estes louuores, por ser a lingoa mais versada das sciencias, tendose hũa oração publica na sala mais principal & Real dos geraes, presente o Reitor Fracisco de Britto de Menezes, juntos os Doutores, & mais graduados, cõuocado o Escolastico todo: illustre, esclarecido, & florente estaua o auditorio. Orou o Dom Abbade do Collegio de S. Bento Frey Bento da Cruz Doutor em Theologia na mesma Academia: & assim como orou por Rainha, assi podiamos chamar Rainha á Oração que disse, como o Tragico ja chamou a outra, quando a quis gabar de excellente.

Soph. trag. *Reginam rerum orationem vocauit, vt est apud Fabium.*

Outro dia foy o Reitor de tarde visitar a Sancta Rainha ao Real Mosteiro de Sancta Clara, acompanhado de Prestito de Capelos. E ao seguinte dia na mesma Igreja tiuerão Missa cantada de Coros que parecião dos anjos. Prègou o Lente de Prima em Theologia Fr. Antonio da Resurreição da Ordem dos Prègadores, a quem digo:

Stroz. pat. *Doctus es, & culti placido sermonis ab ore.*

Seguiose o dia em que hauião de aparecer as poesias que erão compostas, & as Musas cantarẽ louuores á Sancta Rainha, nas diuersas lingoas, Latina, Italiana, Espanhola, & Portugueza: juntamente daremse os premios aos que na competencia do dizer milhor, leuassem a palma: mas como

se dilatou este dia por conuenientes causas ja o não abrange esta minha penna, mas não ficará em silencio, que sua fama falará delle.

Et sua viuaci decorabit secula laude. Mant.

LAUS DEO, & REGINAE.

Com as licenças necessarias. Em Coimbra. Por Nicolao Carualho Impressor del Rey, & da Vniversidade.
Anno 1625.

O SEGRÊDO DOS ARQUIVOS E A OBRA DE SIMÕES DE CASTRO(1)

Ora pela palavra falada, ora pela escrita, em conferências e artigos publicados, venho há muito insistindo na inadiável necessidade de fazer entrar o sol no ambiente crepuscular dos arquivos públicos, trazendo para a luz clara da publicidade a vasta massa documental que aí dorme e apodrece, e sôbre a qual têm de elaborar-se novos capítulos da História, refazendo em grande parte muitos dos já escritos em forma pretensamente definitiva.

Essa insolação dos arquivos não deixaria de ter considerável transcendência, pelas múltiplas e transparentes vantagens que entranha.

Se por um lado proporcionaria aos estudiosos facilidades de tôda a ordem, pondo-lhes junto de casa, ao alcance da mão, a consulta e exame de documentos que no estado actual só é possível descobrir e ver depois de uma deslocação dispendiosa e incompatível com as posses do maior número, e depois de longos dias de porfiadas pesquizas, tantas vezes estéreis; por outro lado, estimularia e promoveria o aparecimento de uma rica floração de monografias de história local, sempre de um tão grande valor para o levantamento do vasto edifício da história pátria.

Assim se destruïriam a um tempo obstáculos ao pre-

---

(1) Vide nota da pág. 1, do vol. 87.

sente invencíveis, em grande parte causa da escassês e da inferioridade da nossa produção: a falta de meios para ir de longada com duvidosos resultados até à sede dos arquivos; a falta de tempo para esquadrinhar demoradamente amontoados informes de manuscritos desprovidos de roteiros e catálogos; e até a falta de preparação para o entendimento e interpretação de documentos de difícil leitura, acessíveis só a paleógrafos diuturnamente especializados.

Mas, a-par destas razões, há também a da necessidade de garantir êsses materiais de valor, inestimáveis ingredientes com que tem de construir-se a nossa história, contra as fatais destruïções ocasionadas pelo tempo, e contra possíveis estragos e desvios resultantes de guerras, de cataclismos, de revoluções e de furtos, de que encontramos fáceis exemplos nas invasões francesas do comêço do século passado, no terramoto de Lisboa do meado do século XVIII, na saída de D. João VI para o Brasil, e nos extravios misteriosos de espécies de grande valia, já mais de uma vez ocorridos.

Porque um documento publicado é um documento salvo. O desaparecimento do texto original será ainda fácil; mas já o do seu conteúdo se torna pouco menos que impossível. E ainda porque a resultante de um documento publicado, que vem juntar-se a outros conhecidos, longe de ser representada por uma soma aritmética, antes avulta numa multiplicação por factor de valor indeterminável. Criticando as verdades de hoje, que são não poucas vezes os êrros de amanhã, para as negar, confirmar ou simplesmente discutir, quer acuda a dissipar densas névoas de escuridão ou de mentira, quer venha abismar construções sem segurança, ou malèvolamente erguidas, reabre em todo o caso uma nova quadra de esforços de indagação e de crítica

que ora se realizam nos gabinetes de estudo, ora vêm até ao grande mundo, cavalgando espectaculosamente no dorso da publicidade, e de que, em todo o caso, pode esperar-se uma revisão dos conhecimentos, de que nasça nova luz a iluminá-los.

¿Que razão poderá na verdade invocar-se, não digo já para justificar, mas ao menos explicar que até agora não haja uma relação impressa, sumária mesmo, do que de mais importante existe nos arquivos públicos, acompanhada de índices analíticos, onomásticos e ideográficos, à semelhança do que fizeram, embora parcialmente, Aires de Campos para o arquivo municipal de Coimbra e Eduardo de Oliveira para o de Lisboa?

¿Que idea poderemos dar da nossa civilização e da nossa cultura ante o estranjeiro, se somos nós próprios os primeiros a manter ciosamente a camada de pó ocultadora das cintilações do nosso passado, que nós, feitos papagaios de nós mesmos, como diria Henri-Robert, insistimos tanto em enaltecer como em ignorar? ¿Como poderá alguém absolver-nos do inexplicável desaproveitamento dêsse opulento sub-solo documental que é a cerrada espessura dos nossos arquivos, onde raros mineiros se consomem em tentativas de estudos sérios? Forçoso se torna, pois, demolir a espessura da muralha que os circunda, substituindo-a por divisórias de cristal, arrasando de vez o hermètismo dêsses cárceres dos velhos documentos, esfacelados por humidades e parasitagem, para pôr a circular em letra de fôrma tudo quanto ali exista e possa ter utilidade.

E não é só a Tôrre do Tombo, com o simbolismo do seu nome e com o silêncio envolvente da sua riqueza documental, que é urgente revelar e dar minuciosamente a conhecer: todos os numerosos túmulos de documentos que

se estendem do Minho ao Algarve e da Espanha até ao mar, têm de sofrer a mesma sorte.

À publicação dos *Portvgaliae Monumenta Historica*, devemos atribuir o significado de um nobre e alto exemplo a seguir, com intrepidez e sem desfalecimentos.

E às manifestações isoladas de valioso alcance já iniciadas por diversas entidades (Câmaras de Lisboa, Pôrto e Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca Nacional, Arquivo da Universidade de Coimbra, Biblioteca da mesma Universidade, Biblioteca Municipal de Coimbra, etc.), tem de substituir-se a *frente única da publicação de manuscritos*, que os salve da destruïção e os liberte de *monopólios,* mas de forma sistemática, geral e completa.

Olhando atentamente a obra publicada de Simões de Castro, depois de bem a considerar, nela encontro argumento com que revigorar as afirmações feitas.

O Dr. Augusto Mendes—nome por que era mais geralmente conhecído — ou Dr. Simões de Castro — como há muito era tratado na república das letras — pacífica desavença que êle pachorrentamente concertava assinando quási sempre com o nome todo, e nunca com qualquer daquelas metades, não deixou a obra que seria legítimo esperar de uma longa vida de octogenário, repassada de beneditino gôsto pelo estudo e pela investigação. Obra bastantemente grande para ilustrar um grande nome, não pôde todavia assumir proporções em equação com o longo esfôrço dispendido, mercê de imperceptíveis e misteriosas influïções de ordem psicológica, e, mais do que isso, de múltiplas e variadas interferências de ordem material, entre as quais prima a silenciosa mudez dos arquivos.

Simões de Castro não era nos vinte anos últimos da

sua vida—e firmemente creio que o não foi nunca—um febril, um exaltado, exuberante de impulsos interiores, ardendo na ânsia de ultimar uma tarefa, açodando-se no alcançar de um objectivo. Bem ao contrário.

Alma de monge beneditino, vagamente errante e imensamente contemplativa, impregnado de espírito conventual, Simões de Castro não recearia iniciar uma obra vasta, se tivesse estímulos para a empreender, nem estugaria demasiadamente o passo por ser muito extenso o percurso a realizar, seguro como vivia, numa concepção bem monacal, de que a comunidade, na sua duração ilimitada, completaria o que a sua limitada vida e o seu esfôrço não permitissem efectivar.

Mas, sob a calma inalterável do seu temperamento tranqüilo, albergava-se uma tenacidade de bom aço ao serviço de uma alma simples e ingénua, aquecida pelo sol de um ideal de bondade e de beleza.

Renunciando espontâneamente a uma concepção nítida da vida, e a ter do mundo mais que uma visão esfumada e sem amplidão, recolheu-se num como que pudor envergonhado e numa perpétua, incorrigível timidez, desconhecendo a problemática filosófica, a estrutura política e económica do mundo, e esquecendo até a ciência jurídica em que se diplomara e que por tanto entrara na sua formação mental. Apaixonado desde novo pelos temas histórico-arqueológicos acentuadamente (podia quási dizer exclusivamente) de feição coimbrã, talhou a si mesmo e para sempre o doce recanto em que devia passar-se a sua bonançosa existência, resvalando de longe em longe ao campo literário, mas sòmente para rebuscar uma poesia alusiva ou uma frase de bom recorte que, pelo poder decorativo ou fôrça probatória, valesse a pena guardar.

Alheio, se não indiferente, ao barulhento quebrar da vaga alta das controvérsias políticas e religiosas, afastado sempre do marulhar suave das académicas pelejas literárias, tanto como do crepitar verrinoso das ofegantes disputas de escola, também não sentiu nunca as tempestades do coração, com o seu inevitável séquito de triunfos e de decepções.

Inacessível a ambições de glória ou de fortuna, nunca experimentou fulgentes alegrias nem tenebrosas amarguras. Imprimindo à sua actividade uma direcção que não mais sofreu pausas nem inflexões, a sua vida cumpriu-se inteiramente num ambiente de paz e decorreu mansa e igual como a clara corrente de um rio, deslizando sôbre areias muito brancas e reluzentes. Tal como o filósofo de Königsberg, nem temia credores que nunca teve, nem abandonou nunca a sua província natal: a vastidão do mundo pouco mais poderia valer do que *Coimbra e seus arredores;* e para êle valia mesmo menos. E tal-qualmente o alfarrabista Mendel, estranho personagem de Stefan Zweig, havia para êle um mundo superior ao das realidades, que era o mundo dos livros.

De índole singular e de compleição timorata, com indecisões e ingenuïdades incompreensíveis, sabendo muitas coisas interessantes e facultando-as pròdigamente a todos, sem chegar a medir-lhes justamente o valor, nunca sôbre elas pôde edificar qualquer conceito de utilidade pessoal, no sentido egocêntrico, interesseiro, da expressão.

Simões de Castro não era um apressado e essa razão pesou para que não deixasse a vasta obra que, no terreno mesmo da sua eleição, pudera esperar-se da sua inteligência, da sua memória e do seu gôsto pelo trabalho.

Mas, as melhores horas da melhor parte da sua vida foram desbaratadas em ocupações oficiais desinteressantes

em absoluto, e designadamente para quem só ambicionara para si um pequeno alegrete acolhedor em que, cultivando as flôres da história coimbrã e da sua arqueologia, se entretivesse em horas de ócio a assistir bonacheironamente—sem compreender, mas também sem protestar—ao desfilar apressado de uma sociedade que tem pressa de envelhecer.

Só cumpridos longos anos de cativeiro pôde evadir-se pela porta da aposentação, e confiar-se então inteiramente às suas queridas predilecções.

Mas às duas razões apontadas, já de si bastantes para justificar o reparo com que abri esta segunda parte, vem infelizmente juntar-se a falta de rendimento dos arquivos, que é ainda hoje pungitiva, e que muito mais o era há bons sessenta e tantos anos, quando Simões de Castro fêz o seu baptismo de publicista.

Estava tudo por fazer. E o seu esfôrço de investigação teve necessàriamente de ser longo e fatigante. Teria deixado obra consideràvelmente mais vasta e mais profunda, se não consumisse os anos de mais pujante actividade, e de maior frescura de espírito, na canseira inglória de descobrir e interpretar documentos—êle que nunca foi um paleógrafo—para sôbre êles ir elevando, numa lentidão forçada, fragmentos da história local.

O seu trabalho de investigação, como numa ânsia, quási obstinação de tudo conhecer e divulgar, não parou nunca. Nos últimos tempos já da sua vida, levou os serões de um inverno inteiro a folhear, página a página, na Biblioteca Municipal, que diàriamente freqüentava, os trinta e tantos volumes duma revista ilustrada, colhendo abundantes apontamentos e, conforme o seu método, passando-os a papelinhos de formato irregular que, chegado a casa, mergulhava em caixas de papelão.

Alguém facetamente comentara que Simões de Castro se documentava afanosamente para o outro mundo... Mas o gracejo nem envolvia censura, que seria de todo descabida, nem implicava a menor quebra de respeito pelo trabalho sempre digno, sempre desinteressado e sempre leal, dêste Homem que, da sua passagem pelo mundo, deixou tão indelével e tão luminoso traço.

Nunca ninguém o abordava para colher uma informação que o seu esclarecido espírito, a sua fiel memória, e as suas famosas caixas de papelão se não desentranhassem em prodigiosos ensinamentos.

Ao acender hoje a doce chama votiva dêste humilde escrito, que ajude a dissipar as sombras que se vão adensando sôbre a sua benemerente memória, não me envergonho da pobreza da oferenda, que, sem ostentar galas de vestuário nem arroubos de alado pensamento, traz sòmente singelas palavras de respeito e de saüdade. Se Simões de Castro foi na vida simples em tudo, se foi a própria personificação da modéstia, não será para estranhar que o seja igualmente (nesta parte ao menos) nas homenagens a receber.

Mas é obrigação indeclinável de quem com êle privou ajudar a erguer a ramaria alta que com sua sombra rumorejante e fresca tolde tão honrada e ilustre memória, libertando-a do pó fatal do esquecimento.

Coimbra, Outubro de 1935.

J. Pinto Loureiro
Director da Biblioteca Municipal

CONQUISTA E FUNDAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

A-pesar-de destruído o forte de Coligny em 1560, Mem de Sá não pôde ficar no Rio de Janeiro «por não ter o Governador gente para logo o povoar e fortificar como convinha» (1). Ora a fortaleza podia reerguer-se. É o que expõe o P. Manuel da Nóbrega ao Cardial Infante, lembrando a necessidade de se povoar o Rio de Janeiro e de «fazer-se nele outra cidade como a Baía, porque com ela ficaria tudo guardado, assim a Capitania de S. Vicente como a do Espírito Santo, que agora estão bem fracas». Tal emprêsa deve-se tomar a peito, encarecia êle, «porque a fortaleza que se desmanchou, como era de pedras e rocha, que cavaram a picão, fàcilmente se pode tornar a reedificar e fortalecer muito melhor» (2).

A fortaleza não tornou a erguer-se, mas os Tamóios entrincheiraram-se em terra. E os franceses não desampararam a região. Leonardo do Vale assinala a presença das seguintes naus francesas nos portos do Brasil, uma na Baía, sete no Rio, duas das quais foram atacar o Espírito Santo (3). Falava-se que viria socorro da França. A Capitania de S. Vicente via-se realmente em situação melindro-

(1) Nóbrega, *Cartas do Brasil*, p. 227, Rio, 1931.

(2) Nóbrega, *CB*, 227.

(3) *Cartas Avulsas*, 339-340; 362-364, Rio, 1931.

sa, quando em 1563 sucedeu o duplo facto do armistício de Iperoig e da volta ao Brasil de Estácio de Sá, com duas naus grandes (4).

Neste mesmo ano recolhia Anchieta a informação de que todos os franceses do Rio eram protestantes e até perseguiam e matavam a quem celebrasse missa(5), motivo a mais para se apressar a emprêsa. D. Catarina, o Governador, a gente do Brasil, os Jesuítas, todos a achavam urgente. E os Jesuítas talvez mais do que ninguém. A experiência de Iperoig mostrava-lhes que os Tamóios, instigados pelos franceses do Rio e Cabo Frio, queriam a guerra. Anchieta conta as terríveis depredações que os Tamóios iam fazer em S. Vicente depois das pazes e como «tinham determinado pôr tudo a fogo e sangue» (6).

Em S. Vicente esperava-se a armada de Estácio de Sá. Depois que chegou à Baía deu-lhe o Governador alguns reforços. No Espírito Santo recolheu o Capitão-mor Melchior de Azeredo e Araribóia, chefe Temiminó. Mem de Sá encomendou ao sobrinho que não arriscasse nada sem ouvir primeiro o P. Nóbrega. Estácio assim o fêz; «apenas chegou ao Rio mandou um navio pequeno a S. Vicente para com cujo conselho se assentar o que se havia de fazer. Nóbrega, trazendo Anchieta, partiu a 19 de março e chegou ao Rio a 31, sexta-feira-santa, à meia noite. A esquadra de Estácio de Sá, que saíu dois dias antes, voltou, obrigada pelo tempo, no sábado de aleluia» (7). Esta

---

(4) *De algumas cousas mais notáveis do Brasil,* in *Rev. do Inst. Histórico Brasileiro, 94,* p. 378; Vasc., *Cron. III,* 56.

(5) Anch., *Cartas,* 208-209, Rio, 1933.

(6) Anch., *Cartas,* 235.

(7) Capristano in Porto Seguro, *História Geral do Brasil,* 4.ª ed., 1,406; Anch., *Cartas,* 236; Vasc., *Cron.* III, 58-59.

volta foi a salvação de ambos, senão teriam sido infalivelmente capturados pelos Tamóios. Domingo de Páscoa, Nóbrega celebrou missa na Ilha de Villegaignon, já abandonada. Havia quási dois meses que viera Estácio de Sá. O Padre, vendo a atitude hostil dos Tamóios e como se haviam entrincheirado, foi de parecer que convinha melhor preparação. A armada portuguesa fêz-se na volta de S. Vicente.

A preparação meticulosa da campanha levou dois meses. Foi extraordinária a actividade de Nóbrega: alistar combatentes, ajudado pelos seus Padres e Irmãos. Havia quem se opusesse «assim do povo de S. Vicente como dos capitãis e gente da armada, aos quais parecia impossível povoar-se o Rio de Janeiro com tão pouca gente e mantimentos». Estavam firmes Estácio de Sá e o ouvidor Braz Fragoso, que também viera da Baía. Estácio de Sá preguntou ao grande jesuíta:

—«Padre Nóbrega! E que conta darei a Deus e a el-Rei, se lançar a perder esta armada? Respondeu êle, com confiança mais que humana:

—Senhor, eu darei conta a Deus de tudo: e se fôr necessário irei à presença do Rei e responderei aí por vós» (8).

---

(8) Vasc., *Cron. III*, 62, citando Anchieta. Antes de Vasconcelos, e citando o mesmo Anchieta, António de Matos: «Qualem (rationem) Pater mi, Deo me Regique praestabo si milites meos Tamoyarum, Gallorumque armis mactandos trucidandosque tradidero? Nam etsi illi fortes aeque ac leones sint, ipsa tamen certe barbarorum multitudine, cum perpauci sint, opprimentur. In me, ait Nobrega, sceleris istius culpa refundatur. Hac ipsa aspergar ignominia. Ego Regi pro te Deoque Optimo Maximo satisfaciam». António de Matos, «*De Prima Collegii Fluminensis Januarii Institutione,* p. 21, Roma, Gesù, fondo gesuitico, n.° 201 (Rio de Janeiro).

Emquanto se aprontou a armada, Nóbrega convidou Estácio de Sá e os outros capitãis a visitar as casas dos Jesuítas em S. Vicente e S. Paulo e apresentou-lhe os índios principais e publicou perdões em nome do Governador (9). O resultado não se fêz esperar. Escreve Leonardo do Vale alguns meses depois: «A maior parte dos índios que a armada levou consigo a povoar o Rio são os nossos discípulos de Piratininga, os quais têm tanto conhecimento do amor com que a Companhia os trata, e trabalha por sua salvação, que, com terem bem que fazer em defenderem suas casas, e sabendo que se apregoava guerra contra êles, sofreram deixar suas mulheres e filhos e repartirem-se por favorecer a armada, que sem êles mal se podia povoar, e lá andam» (10).

Para lhes assistir e os animar seguiram o P. Gonçalo de Oliveira e o Irmão José de Anchieta. Anchieta ia ser o cronista da expedição (11).

No dia primeiro de Março de 1565 estabeleceu-se o Capitão-mór à entrada da baía no sítio limitado da parte do mar pelos dois morros *Cara de Cão* e *Pão de Açúcar*, e pela parte da baía pelo mesmo *Cara de Cão* e outro morro, que vai até junto ao *Pão de Açúcar*. É o espigão da *Urca*. Aí armaram os soldados as tendas e construíram

---

(9) Vasc., *Cron. III*, 63-64.

(10) *Cartas Avulsas*, p. 451; J. C. Fernandes Pinheiro, *Breves reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos Jesuitas no Brasil*, in *Rev. do Inst. 19*, 2 P., 387.

(11) Anch., *Cartas*, 245-254. Da sua carta de 9 de julho de 1565 dão os diversos autores resumos ou interpretações próprias. A mais objectiva é a de Capistrano de Abreu, in Porto Seguro, *H. G.*, I, 427-429. E antes dêle Felisbelo Freire, *História da Cidade do Rio de Janeiro*, p. 34.

casas de palha. Do lado dos morros defendia-os a própria natureza. Do lado das praias cravaram-se estacas (12).

O arraial de Estácio de Sá recebeu a invocação de S. Sebastião, homenagem a El-rei, e deu-se princípio, na cidade que se fundava, a uma administração rudimentar, mas disciplinada. Com o inimigo iniciou-se um regime de ciladas e escaramuças «de sorte que até princípio de 1567 todo o dia era de guerra. De manhã uma emboscada no francês, de tarde uma sortida valente no tamóio. Só a presença dos Padres e a certeza da protecção de S. Sebastião, sem se contar com a valentia provada de Estácio, davam uma coragem religiosa à população, tôda ela tornada guer-

---

(12) Tal é a localização do acampamento de Estácio de Sá, segundo António de Matos. Diz êle que o Capitão-mór «locum pro castris delegisse ante ipsum Januarii sinus ostium quam ex parte littoris maritimi duae ingentes claudunt rupes (una *Canis Vultus* altera *Sachareus Panis* appellatur); ex parte vero alterius littoris sinuosi scilicet, eodem *Canis Vultu* et altera rupe usque ad *Sachareum Panem* decurrente, clauditur. Eo in loco ad planum tentoria ceu mapalia, siccato foeno tecta, disposuere milites; et ex parte littorum sudibus in terram defixis munierunt; nam caetera natura munivit *(De Prima Institutione,* f. 16). Se êste texto fôsse conhecido antes, poupar-se-iam algumas canseiras tanto a Vieira Fazenda na determinação deste local, *Fundamentos da cidade do Rio de Janeiro,* in *Rev. do Inst. 71,* I P., 23-31; *80,* p. 532-550, como a Morales de los Rios, *Subsídios para a história da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro,* in *Rev. do Inst.* Tomo Especial do Congresso de História, 1914, Parte I, p. 1161--1220. Aliás o *Roteiro do todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas que há na Costa do Brasil,* códice quinhentista da Biblioteca da Ajuda e publicada na *Hist. da Col. Port.* vol. III, p. 230-231, indica a *cidade velha* entre o *Pão de Açúcar* e o *Cara de Cão* (morro de S. João), o qual, colocado no extremo da península vai do mar à baía, como precisamente aponta o P. António de Matos, reitor do Colégio do Rio de Janeiro e conhecedor *de visu* dos locais que descreve.

reira, com a tenção única de desbancar o contrário, extinguindo a heresia e seu aliado selvagem» ([13]).

O primeiro mês foi para se fixarem e estabelecerem a defesa. Fizeram-se plantações e constituíu-se um baluarte de taipa e pilão, munido de artilharia. Ergueram-se guaritas de madeira. Para ficarem ao abrigo de incêndios cobriram-nas de telha trazida de S. Vicente. Também se fortificaram numa eminência vizinha, miradouro donde dominavam todas as evoluções do inimigo de terra e mar. Maravilha de tática e defesa, posição verdadeiramente inexpugnável para o tempo. Todavia, como os Tamóios por sua vez se entrincheiraram em terra e na Ilha do Governador, era mister desalojá-los sob pena de se eternizarem uns e outros inùtilmente nas posições respectivas. Tanto mais que os Franceses iam passando palavra e não tardariam a concentrar-se no Rio as naus artilhadas que êles tinham pela costa ou em Cabo Frio ou poderiam vir da Europa. Dos dois Jesuítas, presentes no arraial, um era sacerdote, outro não. É inegável que se ambos o fôssem mais úteis seriam os ministérios. Resolveu Nóbrega enviar à Baía o Irmão Anchieta para se ordenar. Ao mesmo tempo informaria Mem de Sá da situação do Rio de Janeiro e da necessidade de vir refôrço para a conquista efectiva. O socorro só havia de chegar em 1567. Anchieta partiu no dia 31 de Março de 1565 ([14]). Daí em diante (22 meses) Gonçalo de Oliveira trabalhou incansàvelmente no Rio de Janeiro, com brancos e índios; e de S. Vicente ia enviando Nóbrega outros companheiros ao P. Oliveira e os ia reve-

([13]) Jorge de Lima, *Anchieta,* 179, Rio, 1934; Vasc., *Cron. III,* 76-77, 84, *Vida de Anch.*, 103-118; Anch., *Cartas*, 307; *Cartas Avulsas,* 452-454; Pero Rodrigues, *Vida de Anch.* in *Annaes*, XXIX, 212-213.

([14]) Anch., *Cartas*, 252-253.

zando por vezes «com ocasião de socorros que mandava freqüentemente ao capitão-mór e soldados de refresco, canoas e índios, animando-os e consolando-os»(15). Os Tamóios de Iperoig permaneciam fieis. Estava portanto assegurada a comunicação pacífica entre o Rio e S. Vicente; e é de crer que não só por meio de emissários, mas pessoalmente, se tivessem avistado e falado Nóbrega e Estácio de Sá. Chegaram a acôrdo que era de absoluta necessidade a vinda de uma poderosa armada. Nóbrega escreve para Portugal e insiste que venha quanto antes, e que traga também novos obreiros para a Companhia, porque fazem falta. Luiz da Grã, corrobora o pedido, «para que se não perca por negligência e descuido o que com tantos trabalhos, como cá se sabem, se ganhou» (16). Anchieta reflete o mesmo espírito e insinua que Bois-le-Comte se aprestava (ao que corria) para vir em socorro de Tamóios e Franceses (17). O Governador Geral fazia instâncias semelhantes. Esta unanimidade não deixou de impressionar Lisboa que aliás ardia no desejo de arrancar, emfim, de Guanabara o escalracho inimigo.

Sob o comando de Cristóvão Cardoso de Barros chegou a armada à cidade do Salvador no dia 24 de Agôsto de 1566. Nela vieram também o P. Visitador Inácio de Azevedo e mais três padres e quatro irmãos (18).

---

(15) Vasc., *Cron.* III, 86.

(16) *Cartas Avulsas,* 454.

(17) Anch., *Cartas,* 253.

(18) Archivum S. I. Romanum, *Lus. 61*, f. 289; *Lus. 62*, f. 22; Franco, *Synopis*, an. 1566, n.° 6; Vasc., *Cron.* III, 90. A Armada saiu de Lisboa antes de 6 de Junho, de 1566; nesse dia escreve o P. Leão Henriques que «o padre Inácio de Azevedo já partiu com seus companheiros para o Brasil», *Lus. 62*, f. 44 v.

A armada constava de três galeões. O Governador Geral junta-lhes três caravelões, gente e mantimentos e vai pessoalmente ao Rio, saindo da Baía em Novembro e chegando no dia 18 de Janeiro de 1567. Vinham na armada, além do bispo D. Pedro Leitão, seis jesuítas: Inácio de Azevedo (Visitador), Luiz da Grã (Provincial), José de Anchieta, recem ordenado, António Rodrigues, Baltazar Fernandes e António da Rocha (19).

A posição dos Tamóios, à chegada de Mem de Sá, é a seguinte. Possuem três redutos fortificados: O de «Biroaçu-mirim, grande principal e muito guerreiro» (em Vasconcelos e na maior parte dos historiadores, Uruçú Mirim). Ficava numa posição altíssima onde havia alguns franceses, sítio que Capistrano identifica «sem grande risco de errar» com o actual Morro da Glória (20). Outro na Ilha do Governador, a que Mem de Sá chama Paranapecú; outro ainda, guarnecido de muitos franceses, com três cêrcas fortíssimas, baluartes e casas fortes.

Observada a situação logo se resolve o ataque geral e sucessivo. No dia 20 de Janeiro, dia de S. Sebastião, patrono da cidade, investe-se Biroaçu-mirim. É o maior feito de armas desta conquista. Vencem os Portugueses. Mas a luta é renhidíssima e nela fica ferido o Capitão-mór.

A seguir impugna-se a fortaleza da Ilha do Governador, sendo tomada depois de três dias de combate (21). A

---

(19) Vasc., *Cron. III*, 93 e 100. De Baltazar Fernandes existe uma carta referente a esta viagem, *Cartas Avulsas*, 481-487. A António Rodrigues, como antigo soldado e experimentado já nas guerras do Paraguai e da Baía, foram confiados os índios, recebidos no Espírito Santo. (Ant. Matos, *Prima. Inst.*, p. 22 v. 23).

(20) In Porto Seguro, *H. G., I*, p. 430.

(21) Vasc., *Cron. III*, 101-103.

terceira fortaleza não chega a ser combatida: é simplesmente entrada. Os inimigos, desmoralizados com as duas derrotas precedentes, fulminantes, antes de serem atacados, escreve Mem de Sá, «logo me vieram pedir pazes e lhas outorguei com ficarem vassalos de Sua Alteza» (22).

Para contrastar estes triunfos, Estácio de Sá sucumbe no dia 20 de Fevereiro de 1567 aos ferimentos recebidos um mês antes no Morro da Glória, conquistando-a para si eternamente. A morte dêste jovem capitão encerra o ciclo heróico da conquista (23).

Do fundador da cidade do Rio de Janeiro traçou Anchieta as seguintes palavras, que valem pelo maior elogio: «Nesta conquista que durou alguns anos andavam os homens como religiosos, confiados em Deus e na presença do capitão-mór, Estácio de Sá, o qual, além do seu grande esfôrço e prudência, era todo exemplo de virtude e religião cristã. E bem mostrou o Padre Nóbrega, que foi regido nesta matéria pelo Divino Espírito, pelas muitas e insignes vitórias que por misericórdia sua houveram tão poucos

---

(22) *Instrumento dos serviços de Mem de Sá,* in *Annaes da Bibl. Nac.* do Rio, vol. 27, pp.

(23) Estácio de Sá sepultou-se na capela dos Jesuítas da Cidade Velha. Teve exéquias solenes, fazendo o elogio fúnebre um Padre Jesuíta. Além do Beato Inácio de Azevedo e dos P. Grã, Anchieta, Oliveira, etc. achava-se o Bispo D. Pedro Leitão. (Vasc., *Cron.,* III, 109). Antes de 1583, transferiram-se os restos mortais do capitão-mór para a igreja de S. Sebastião. E ali permaneceram até ao presente século. «Em 1921, informa Rodolfo Garcia, com o desmonte do Morro do Castelo, foram os restos de Estácio de Sá trasladados para o novo convento dos Capuchinhos à Rua Conde de Bonfim» (In Porto Seguro, *H. G., I,* 417). Vieira Ferreira publicou a fotografia da lápide primitiva, *Antigas inscripções do Rio de Janeiro e Niteroi,* in *Rev. do Inst.* 160 (1930) gravura, n.° 96.

Portugueses de tanta multidão de Tamóios ferocíssimos, costumados por tantos anos a serem vencedores, e dos Franceses luteranos, que consigo traziam» (24).

«É notório a todos, diz Leonardo do Vale, em carta de 23 de Junho de 1565, nos começos da campanha, serem tantos e tão evidentes os prodígios que se viram na fundação desta cidade e nos combates, que houve, que podem já esquecer os da Índia e África» (25).

Mem de Sá mudou no dia 1 de Março de 1567 a cidade para sítio mais amplo, a uma légua, no *Morro do Castelo*, actualmente arrasado e que teve também, segundo o Barão do Rio Branco, as seguintes denominações: *Morro do Descanso*, *Alto da Sé*, *Alto de S. Sebastião* e *Morro de S. Januário* (26).

Neste morro célebre fundaram os Jesuítas o seu Colégio. Estabeleceram-se logo ali mais de 150 moradores (27). E aqui começou a desenvolver-se a actual capital do Brasil, para cuja posse tinham concorrido portugueses, mamelucos e índios de todas as missões jesuíticas, numa coadjuvação valente e leal. Nestes dias históricos, o Rio de Janeiro foi teatro de grandes actos de heroismo individual e colectivo. Silva Lisboa traz uma lista «das pessoas distintas que ajudaram a fundação e edificação do Rio de Janeiro», com os dados biográficos de cada qual (28).

---

(24) Vasc., *Cron., III*, 105.

(25) *Cartas Avulsas*, 448, Leonardo do Vale, Carta de 23 de Junho de 1565.

(26) Rio Branco, *Ephemerides Brasileiras*, in *Rev. do Inst.* vol. 82, dia 1 de Março de 1567; *Bras. 15*, f. 183.

(27) *Cartas Avulsas*, 482-483.

(28) Baltazar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, Tomo I, cap. VII, Rio, 1834. Esta lista acha-se também na *Rev. do Inst. 4*, p. 318-330.

A parte que coube aos Jesuítas foi grande. Ferdinand Denis exagera-a atribuindo a êles tudo: «Emquanto os franceses trabalhavam por se estabelecer nestas regiões, os Jesuítas, que haviam adquirido já grande influência sôbre os colonos da Capitania de S. Vicente, se decidiram a expulsá-los completamente. Aprestou-se a expedição» e operou-se a conquista (29). A Heulhard parecia-lhe tão grande a parte dos Jesuítas, que, para a explicar, os multiplica, escrevendo que Tomé de Sousa trouxera «*six bons vaisseaux chargés de Jésuites, admirables propagandistes, patients, insinuants, infatigables et disciplinés, tous formés en bataillon carré*» (30).

A verdade é que com Tomé de Sousa vieram apenas seis Jesuítas!

Sem chegarmos aos exageros dos historiadores franceses é certo que a iniciativa, intervenção e laboriosidade dos Padres foi preponderante e decisiva.

Três merecem especial referência.

José de Anchieta que esteve no arraial o primeiro mês, levou informações a Mem de Sá, e assistiu ao embate final.

Gonçalo de Oliveira, capelão militar da praça, companheiro de Estácio e assistente dos índios, todo êste tempo, desde o primeiro dia até ao último. A êle se refere êste passo de Pero Rodrigues: «algumas vezes deram os inimigos assalto na cidade, que não era mais que uma cêrca de pau a pique e casas de palha; e, uma delas, ajuntando-se muitos imigos, estava o padre junto do altar de giolhos, e

---

(29) Ferdinand Denis, *Brazil, I,* 77.

(30) Heulhard, *Villegaignon Roi d'Amérique,* p. 112, citado por Morales de los Rios, *Rev. do Inst.* Tomo Especial do Congresso de História (1914), P. I, p. 1172.

as flechas, que vinham de mais alto, passavam o telhado de palha e se pregavam no chão ao redor dêle sem lhe tocarem». Os soldados, vendo isto, «cobravam ânimo e tornavam ao combate, com mais esfôrço, até que de todo fizeram fugir o imigo» ([31]).

Emfim, Manuel da Nóbrega, que antes e durante a conquista atendeu com energia e providência de chefe, para que nada faltasse aos combatentes e se mantivesse bem desperta a coragem e confiança geral no triunfo definitivo. Nóbrega foi o verdadeiro animador desta gloriosa emprêsa. Os escritores brasileiros modernos notam que lhe não tem sido feita a devida justiça. Fale por todos Capistrano: «O primeiro reitor do Colégio dos Jesuítas do Rio foi o Padre Manuel da Nóbrega, que tanto concorreu para a fundação da cidade, sem o qual Estácio de Sá não poderia ter vindo reforçado de S. Vicente, de modo a arrostar Franceses e Tamóios durante quási dois anos. Êsse Jesuíta benemérito não tem sido condignamente apreciado; com grande desprêzo da perspectiva histórica, Simão de Vasconcelos esfumou-o na irradiação de Anchieta, seu discípulo querido; tácita ou explìcitamente outros o têm imitado» ([32]).

SERAFIM LEITE

([31]) Pero Rodrigues, *Vida do P. José de Anchieta,* in *Annaes XXIX*, p. 214.

([32]) Capistrano de Abreu, in Porto Seguro, *H. G., I,* 431 e 393.

¿PORQUE NÃO SE FABRICAM ADUBOS AZOTADOS EM PORTUGAL?(1)

(Conclusão)

A oxidação catalítica do amoníaco, que é uma reacção fortemente exotérmica, faz-se duma maneira geral utilizando a platina, sob várias formas, como catalisador. Apenas se pode indicar como excepção—entre numerosas instalações industriais—o emprêgo, pela Badische, na sua fábrica de Opau, de uma mistura de óxido de ferro e óxido de cromo activados pelo óxido de bismuto.

Sem o catalisador, à temperatura do rubro, a reacção é a seguinte:

$$2NH^3 + 3O \rightarrow N^2 + 3H^2O + 150.000 \text{ cal.}$$

Com o auxílio do catalisador a reacção torna-se:

$$2NH^3 + 5O \rightarrow 2NO + 3H^2O + 107.000 \text{ cal.}$$

No processo Fauser, como os gases contêm apenas 10% de NH^3, a temperatura da reacção não se eleva acima de 700°, todavia nas proporções teóricas a reacção pode atingir cêrca de 1.000°.

A mistura gasosa, à temperatura de 300°, determina sôbre a platina uma incandescência que se mantém de

(1) Cont. do n.º 5, vol. 89, pág. 452.

maneira que um contacto de 2 milésimos de segundo é suficiente à formação do óxido nitroso.

P. Pascal, que estudou especialmente as oxidações do amoníaco em presença da platina no caso do catalisador apresentar a forma duma rêde metálica, obteve resultados que mostram que o rendimento máximo é obtido com uma concentração de 9% de NH^3 à temperatura de 675°.

Em Novara a oxidação é feita em 4 convertedores tipo Frank e Caro de rêde de platina. Estes convertedores oxidam cada um 500 quilogramas de amoníaco por dia. Duas toneladas os quatro, o que corresponde a cêrca de 12 toneladas de HNO^3 a 35-36° Bé.

O ar é primeiro filtrado e depois aspirado com o amoníaco. Em presença da platina, que funciona como catalisador, o amoníaco oxida-se dando lugar ao óxido nitroso. A oxidação é feita em bicos que cada convertedor possui. O catalisador é uma rêde de platina de 0,^{m}60 de diâmetro e com 3.800 malhas por cm^2.

A reacção é iniciada por uma chama de hidrogénio e a temperatura não excede em geral 700°.

A absorção dos vapores nitrosos é obtida da forma seguinte:

Os gases são primeiro conduzidos a um recuperador de calor onde arrefecem até 200°. Nesta fase, os gases contêm cêrca de 9% de óxido azotoso e 12% de vapor de água. A maior parte dêste vapor de água é condensada sob a forma de ácido azotoso num refrigerante tubular. A seguir os gases entram numa série de 5 tôrres de elianite (ferro-sílica) onde, por meio de água, se faz a condensação depois em tôrres de grés regadas por ácido azótico em diluïção crescente. Finalmente em 3 tôrres de ferro de 8^m de altura e 1,^{m}50 de diâmetro regadas por uma lixívia de

soda onde são recuperados os gases nitrosos não absorvidos.

O rendimento da oxidação é de 90%; o da condensação é de 97% visto que 93-94% são transformados em HNO^3 e 6 a 7% em nitrato de sódio, de maneira que o rendimento total da instalação regula por 88-89%.

O ácido azótico produzido tem um título de 35° Bé.

Para 100 kg. de azote fixado sob a forma de ácido azótico a 35° Bé., são necessários 113,5 kg. de azote sob a forma de gás amoníaco, 50 kw-h de energia eléctrica e 80^{m3} de água para os refrigeradores.

Como se vê no esquema, o ácido azótico é dirigido a um reservatório onde, por outro lado, entra o amoníaco. A água amoniacal é concentrada emquanto que o ácido azótico é diluído, o que evita uma reacção violenta e as conseqüentes perdas por evaporação. Deve-se sobretudo evitar a subida de temperatura porque a 150° o nitrato de amónio começa a dissociar-se. Parece que na prática a temperatura não deve ultrapassar 100°.

Uma outra vantagem do processo Fauser, na preparação do nitrato de amónio, resulta do facto da oxidação de cada quilograma de NH^3 desenvolver 3.000 cal. Calorias estas que são integralmente recuperadas em caldeiras especiais destinadas a produzir o vapor de água necessário à evaporação das soluções amoniacais concentradas essenciais à transformação de todo o ácido nítrico em nitrato de amónio.

No processo Fauser a produção do amoníaco, na primeira fase da instalação, com o título de 25%, envolve a facilidade de armazenamento. Na verdade, no estado gasoso ou no estado líquido, a mesma quantidade de amoníaco exigiria ou imensos reservatórios ou pressões elevadíssimas.

A fábrica de Novara, em 1926, estava equipada para uma produção de 15 toneladas de amoníaco por dia.

Mas o processo Fauser foi instalado mais nas seguintes fábricas:

Na Ilha da Sardenha uma fábrica de 10 toneladas foi instalada pela *Societá Sarda Ammonia e Prodotti Nitrice* com o concurso da conhecida MONTECATINI e da *Societá Elettrica Sarda* e que utiliza a energia fornecida pelas quedas de água da bacia de Coghinas. Esta fábrica é de notar pelo facto da energia eléctrica lhe ser fornecida em corrente contínua.

Os adubos azotados por ela produzidos fazem parte dum triplo plano: hidráulica agrícola—central hidro-eléctrica—azotatos sintéticos, destinado a fertilizar e beneficiar agrícola e industrialmente a bacia do Tirso.

A *Societá Elettrica Alto Adige*, constituída com o concurso financeiro da Montecatini, montou em Marlengo, perto de Merano, uma fábrica para a produção de 50 toneladas.

O consumo da energia é de 40.000 H. P. A sala dos electrolisadores, que contém 880 com a intensidade de 14.000 amperes, está situada junto à central hidro-eléctrica pertencente à mesma sociedade. A energia é fornecida directamente sob a forma de corrente contínua à tensão de 500 volts e desenvolvida em 4 dínamos de 7.000 Kw cada e que alimentam independentemente, cada um, uma bataria de 220 electrolisadores. A produção de hidrogénio diária é de 120.000^{m3}.

A *Societá Industriale Ferroviaria* instalou uma pequena fábrica de 2 toneladas em Sedico-Bribano para utilizar o excedente da central de Mas.

CAPÍTULO VI

PROCESSOS GREENWOOD, JAHN, CARRARA, URFER, MONT-CENIS, DU PONT E N. E. C.

Além dos processos Haber, Claude, Casale e Fauser, a que nos referimos mais desenvolvidamente no decorrer dos capítulos anteriores, seguindo apenas uma ordem cronológica, há mais alguns, criados uns na mesma data, como os de Jahn, nos Estados Unidos e o de Greenwood, na Inglaterra, e outros posteriormente, como os da *Nitrogen Engineering Corporation,* na América do Norte, da *Zeche Mont-Cenis,* na Alemanha, etc. A êles vamos fazer uma breve referência, tanto mais merecida quanto é certo que alguns ocupam hoje um lugar importante no fabrico mundial dos adubos azotados sintéticos.

a) PROCESSO GREENWOOD

O Govêrno inglês cedeu depois da guerra à *Synthetic Ammoniac and Nitrates L.td,* algumas das suas fábricas para a instalação da síntese do amoníaco por um processo em todo semelhante ao de Opau e que H. C. Greenwood havia particularmente estudado em Inglaterra até à sua morte em 1919.

A caracteristica dêste processo consiste no abaixa-

mento de pressão para 120 atmosferas em conseqüência da escolha de catalisador muito sensível à humidade e que parece ser de ferro com potássio e molibdeno.

A capacidade da fábrica que a *Synthetic Ammoniac and Nitrates L.td*, instalou em Bellingham on Tees, é de 50 toneladas por dia.

A preparação dos gases combustíveis é feita utilizando um combustível pulverulento que é queimado em gasogénio a 3.000° juntamente com ar e vapor de água aquecido intensamente.

A mistura gasoza que se obtém traz pouca metana e a eliminação de óxido de carbono faz-se da maneira seguinte: à mistura dos gases junta-se vapor de água e faz-se passar sôbre um tubo catalítico contendo óxido de ferro à temperatura de 500°. O CO elimina-se em grande parte segundo a reacção

$$CO + H^2O \rightarrow CO^2 + H^2$$

A purificação continua depois pelos processos clássicos. Finalmente adiciona-se hidrogénio para estabelecer a proporção 1:3 entre o azote e o hidrogénio.

A sociedade *Brunner, Mond and Co.* montada com capitais particulares, fabrica o hidrogénio pelo mesmo processo de Opau.

Êste processo aperfeiçoado é que é hoje adoptado na Inglaterra pela *Imperial Chemical Industries*, que é o mais importante agrupamento europeu de produtos químicos.

A primitiva fábrica de Billingham foi extraordináriamente aumentada para fabricar, além do sulfato de amónio, nitrato de amónio, bicarbonato de amónio e cal azotada. Só em 1927 foram ali instalados dois novos gru-

pos para produzir mais 50.000 T. de azote por ano cada um. Em 1930 foram feitas e terminadas muito maiores e mais aperfeiçoadas instalações. Desde essa data a *Synthetic Ammonia and Nitrates Ltd.* ficou habilitada a produzir 2.000 toneladas de sulfato de amónio por dia.

b) PROCESSO DE JAHN

Nos Estados Unidos o govêrno fêz construir em 1917 uma fábrica em Sheffield, no Estado de Albama, que constituía a primeira parte do projecto de equipamento americano em fábricas de produtos azotados. O projecto primitivo atribuía a esta fábrica uma produção de 8.000 toneladas de azote, todavia, quando se assinou o armistício a sua produção era apenas de 2.000 toneladas. O capital total previsto era de 21 milhões de dólares, mas até àquela data só 13 milhões haviam sido gastos.

Parece, contudo, que surgiram logo a princípio várias dificuldades na síntese e na liquefacção do amoníaco.

Como no processo inglês, a característica do processo de Jahn consistia no abaixamento da pressão para 90-100 atm. pelo emprêgo dum catalisador muito activo: o amideto de sódio.

A fábrica fôra instalada pela *General Chemical Co.*

A mistura do hidrogénio e do azote era obtida pela acção do vapor de água em presença dum catalisador sôbre uma mistura de gás de água e de gás de ar. Mas surgiram várias dificuldades que obrigaram a aquecer os fornos de catálise. A purificação dos gases para a síntese do amoníaco era feita por um sal de cobre em solução amoniacal. Como o amideto de sódio empregado como catalisador era muito sensível à humidade, os gases tinham de

ser muito bem enxutos, o que se obtinha arrefecendo-os e fazendo-os passar por soda fundida. As maiores dificuldades surgiram quando se tratou da dissolução do amoníaco formado, que parece nunca ultrapassou 4 %.

A preparação dos gases, sendo o hidrogénio de origem electrolítica, custava cêrca de 100 dólares por tonelada de azote fixado, e a compressão e a síntese outros 100 dólares. Utilizando o coque e a água para a preparação dos gases a despesa baixava para 75 dólares.

Preparando o hidrogénio pela electrólise o consumo era de 13.000 Kw-h. por tonelada de azote fixado. Utilizando o carvão gastavam-se 2,5 toneladas de coque e 7 de vapor, correspondendo a uma despesa de 7 dólares.

Conclui-se daqui que o Kw-h deveria custar apenas a milésima parte do dólar para poder concorrer com o gás de água.

Como o preço da energia eléctrica é nos Estados Unidos muito mais elevado do que aquêle que acabamos de indicar, só o coque poderia ser econòmicamente empregado em Sheffield.

O Govêrno americano fechou aquela fábrica a-pesar-de tudo, embora a mantenha sempre apta a funcionar. O seu funcionamento por não ser económico só se justificava, na verdade, nos períodos perturbados da guerra.

Mais tarde a *General Chemical Co.* associou-se com outras emprêsas e formou a *Atmospheric Nitrogen Corporation*, que montou em Siracusa uma nova fábrica de amoníaco sintético para a produção de 15 toneladas de NH^3 por dia.

Nesta fábrica os gases são preparados pelo processo Haber. A única diferença nesta fase do fabrico consiste no aperfeiçoamento incontestável que os americanos introdu-

ziram na purificação dos gases. Estes, porém, são só comprimidos a 90 atm. Se esta relativamente baixa pressão faz durar o catalisador — cêrca de 4 anos — tem, porém, o inconveniente de aumentar as dimensões dos aparelhos.

A «Nitrat Division» que é um organismo destinado a investigações científicas sôbre os azotados, aperfeiçoou êste processo e obteve resultados mais favoráveis que permitiram a instalação de novas fábricas pertencentes à *Mathieson Alkali Works Co.* e à *National Ammonia Co.*

Mais tarde foi introduzido neste processo um aperfeiçoamento que consiste em que a mistura dos gases destinados à catálise é posta em contacto com amoníaco líquido antes de atingir o catalisador. Para realizar êste aperfeiçoamento, o amoníaco proveniente da catálise é liquefeito e o gás fresco destinado à catálise é posto em contacto com êste amoníaco liquefeito antes que êste último seja evacuado. Os gases frescos destinados à catálise e os gases que vêm do catalisador são conduzidos conjuntamente a um condensador de amoníaco. Os gases não retidos neste condensador são introduzidos no tubo catalítico, depois adicionados de novas quantidades de gás fresco antes de voltar para o condensador. O objectivo dêste aperfeiçoamento é reter os os últimos vestígios de óxido de carbono.

c) PROCESSO CARRARA

O professor de electroquímica do Instituto Politécnico de Milão, Giacomo Carrara, criou em 1927 um novo processo de síntese do amoníaco que logo nesse ano foi ensaiado na escala semi-industrial pela Sociedade da Indústria do Amoníaco, com sede em Pádua. Neste processo o azote é obtido do ar líquido e o hidrogénio é obtido pela electró-

lise da água em electrolisadores de construção nova. A pressão é apenas de 150 atmosferas.

As vantagens dêste processo residem na grande simplicidade da aparelhagem, no desgaste menos rápido do material e na diminuïção do perigo de explosão. O catalisador é de melhor rendimento, conserva-se mais tempo activo e é mais fácil de substituir. O amoníaco é obtido em solução a 20-25 %.

Não temos, porém, conhecimento de nenhuma fábrica montada em grande que utilize êste processo, aliás insuficientemente divulgado.

d) PROCESSO URFER

O processo Urfer, que já deu origem à constituïção duma sociedade, tem por principal característica uma muito baixa pressão: 18 atmosferas.

Consiste em fazer passar a mistura azote-hidrogénio, até 600º e à pressão de 16-18 atmosferas, sôbre um catalisador constituído por uma massa pulverulenta e homogénea. O corpo activo desta massa é um produto azotado dum metal que, aquecido com azote ou amoníaco, dá directamente um azoteto ou um amideto. E êste azoteto ou amideto aquecido numa corrente de hidrogénio decompõe-se e gera o amoníaco. O corpo activo é misturado intimamente com um óxido inerte, o que impede de se fundir.

Para preparar o catalisador para êste processo, aquecem-se os metais alcalino-terrosos ou o lítio, no estado compacto, em presença dum gás—amoníaco ou hidrogénio—com o qual se combinam e formam um composto dissociável que se mistura a um óxido inerte, cal ou magnésia. Aquece-se depois a mistura no vácuo e deixa-se arrefecer

numa atmosfera de azote. O produto obtido contém o azoteto do metal no estado de extrema divisão. Faz-se passar alternadamente o hidrogénio e o azote sôbre o catalisador.

e) PROCESSO MONT-CENIS

A sociedade proprietária das minas Mont-Cenis criou em 1926 um processo para a síntese do amoníaco que na ocasião fez sensação por constar que êsse processo trabalhava a apenas 100 atmosferas. E logo em 1927 a I. G. Farbenindustrie intentou contra a sociedade das Minas Mont-Cenis, conhecida pelo nome de «Zeche Mont-Cenis», uma acção judicial sob o fundamento de explorar ilegalmente patentes da Badische Anilin und Soda Fabrik filiada na I. G. Entretanto a Mont-Cenis foi continuando a explorar o seu processo com o auxílio financeiro do Fisco prussiano e logo em 1928, na primeira instância, ganhou o processo que a I. G. reivindicava parece que sem grande razão, porquanto as suas patentes, já antigas, tinham caído uma e estavam a cair outras no domínio público. Nesse mesmo ano a Zeche Mont-Cenis resolveu construir na região de Herne, sôbre o território da cidade de Bornig, uma segunda fábrica que custou 8 milhões de marcos ouro.

Surgiu dois anos depois a crise económica mundial e os azotados sintéticos foram gravemente atingidos. A I. G. aproveitou a oportunidade e, como colosso que é, arrendou primeiro e encerrou em seguida as fábricas da Mont-Cenis, anunciando que as conservaria apenas a funcionar a título experimental. Mas a crise de 1930, 1931, 1932, pelo menos quanto a êste ramo de produção, foi-se atenuando. Em 1934 a situação alemã era muito melhor do que em 1933 e as estatísticas indicam a existência de 7 fábricas traba-

lhando pelo processo Mont-Cenis e com uma capacidade de produção de 150.000 toneladas de azote por ano.

No seu estado actual, êste processo, devido a Uhde, utiliza uma pressão de 95 atmosferas e uma temperatura de 400° C. O segrêdo da fabricação consiste no emprêgo dum catalisador muito activo mas muito delicado que permite, além da baixa pressão e da baixa temperatura, separar, à temperatura ordinária, sob a forma líquida, grande parte do amoníaco produzido no tubo catalítico.

f) PROCESSO DA «DU PONT DE NEMOURS»

Processo criado nos Estados Unidos da América pela sociedade «Du Pont Ammonia Corporation», que é apenas uma variante do processo Claude.

g) PROCESSO N. E. C. (NITROGEN ENGINEERING CORPORATION)

É êste o mais notável de todos os processos descritos neste capítulo pela extraordinária expansão que tem conseguido, pois é sem dúvida o mais espalhado depois do de Casale quanto ao número de fábricas, embora quanto à capacidade mundial de fabrico venha em quinto lugar.

A N. E. C. tem por sucursal na Europa a *Hydro-Nitro S. A.*, e em 1934 havia instalado o seu processo em 20 fábricas situadas em diversos países.

Como o processo Casale, utiliza qualquer origem de hidrogénio e é especialmente recomendável nas pequenas instalações onde o hidrogénio pode aparecer como sub-produto de qualquer outra indústria.

Se, como é de aconselhar, mormente no período beli-

coso que atravessamos, o problema da instalação duma fábrica portuguesa de azote vier a ser pôsto de novo como o foi em 1925 e 1926, o processo da N. E. C. deve ser comparado com o de Claude, o de Casale e o de Fauser, por tal forma êle é interessante sob o ponto de vista económico para as pequenas instalações.

*

* *

Terminamos aqui êste nosso trabalho. Por êle se vê que nada nos impede de instalarmos, por qualquer dos processos descritos, uma fábrica destinada a produzir todos os adubos azotados até agora importados de outros países.

Brevemente começaremos a publicar um novo trabalho, que de alguma forma completa êste, sôbre as possibilidades técnicas e económicas do fabrico do hidrogénio industrial no nosso país.

MANUEL GASPAR DE BARROS

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894)—Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12$00

Fernão de Magalhães—Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarãis, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) ..... 6$00

Idem—Suplemento 1.º (1877-1883) .... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 ..... 4$50

Noticia sôbre uma serie de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 .... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cêrca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O *Instituto* põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação, rosto e capa próprios serão de conta dos autores.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso.....	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1—COIMBRA

VOLUME 90.º



NÚMERO 2

FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1936

SÓCIO BENEMÉRITO

Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Une lacune du droit des gens, por Olof Hojer 97
Novos subsidios para a biografia de Camões, por Pinto Loureiro 115
O «Mapa dos direitos do foral de Coimbra em 1824», por Fernan do Falcão Machado 138
Os portugueses em Bordéus durante o século XVII, por Alfredo de Carvalho 149
Manual de Heráldica Portuguesa, por Armando de Matos . . . 172

UNE LACUNE DU DROIT DES GENS

La sécurité collective que l'Europe cherche péniblement à organiser par des tâtonnements hésitants au milieu de difficultés politiques et économiques redoutables se heurte sans cesse à d'énormes obstacles d'ordres divers. En premier lieu les Etats modernes n'ont pas encore l'esprit de justice qui disciplinerait les forces inexorables qui mènent le monde. Aux deux conférences de la Haye, comme dans le Pacte de la Société des Nations, on a dû constater l'impossibilité de faire accepter l'arbitrage obligatoire. Sans doute certains Etats ont accepté, avec des réserves plus ou moins nombreuses mais toutes de la plus haute importance politique, la clause facultative d'arbitrage obligatoire conformément à l'alinéa 2 de l'article 36 du Statut de la Cour Permanente de Justice Internationale. Par le jeu des réserves on reprend d'une main ce que l'on a donné de l'autre. Dans les accords de Locarno, si une des parties veut déférer le litige au Conseil de la Société des Nations, organe *politique*, dont les décisions supposent l'unanimité pour s'imposer, l'autre partie doit s'incliner, même lorsqu'il s'agit d'une question *juridique*. Or les conflits politiques sont justement ceux qui par la sensibilité de l'opinion publique en face de la grandeur des problèmes soulevés sont les plus propres à susciter la guerre. Jusqu'à

présent les Etats, surtout les grands qui ont la force pour eux, n'ont pas voulu abdiquer leur pouvoir de décision en dernier ressort dans les questions importantes. Ceci révèle clairement comment l'aménagement du règne du droit dans les relations internationales entre Etats est infiniment plus malaisé qu'entre membres d'une même collectivité, car dans l'Etat l'homme est faible en face de la collectivité tandis que dans la communauté internationale les Etats seuls ont la force et entretiennent entre eux des rapports non de subordination mais de coordination.

Une autre différence fondamentale sépare le droit interne et le droit des gens, c'est l'absence d'un pouvoir législatif qui modifie le droit existant à côté du pouvoir judiciaire qui ne peut que conserver, sauvegarder, défendre. Même si le droit est périmé et constitue un facteur de désordre international, le juge ne saurait l'écarter sans le consentement expresse des parties en litige qui, la plupart du temps, ont des intérêts immédiats trop contraires pour s'entendre. C'est ce que la Cour Permanente de Justice Internationale a formellement reconnu dans l'affaire franco-suisse des zônes franches. Il s'en faut cependant de beaucoup que le besoin de conservation soit le seul, tant dans la vie sociale que de la vie des sociétés.

En effet, la vie sociale ne s'arrête jamais dans son mouvement perpétuel. Son élan vital suscite chaque jour des forces nouvelles et des besoins nouveaux, créateurs ou destructeurs selon l'esprit qui les anime. C'est pourquoi on n'a jamais vu les lois refaire une société, mais bien la société refaire constamment ses lois. A côté d'un pouvoir judiciaire qui conserve, défend et sauvegarde, il y a un pouvoir législatif qui modifie et des forces révolutionnaires qui bouleversent pour accueillir des forces nouvelles mo-

rales, intellectuelles ou matérielles. Les mêmes besoins contradictoires se rencontrent dans la vie internationale, qui n'est point une collection de fossiles, mais une réunion de sociétés vivantes, soumises aux deux grandes lois fondamentales de l'assimilation et de l'élimination. Dans la société internationale, des peuples apparaissent, grandissent et se développent, tandis que d'autres fléchissent et perdent l'élan créateur d'une vigoureuse vitalité. Ici, le problème de l'adaptation devient singulièrement délicat, car la communauté internationale est essentiellement rigide dans ses armatures juridiques. Les territoires de chacun de ses membres sont nettement délimités et soigneusement gardés, des barrières militaires et douanières s'érigent aux frontières, de sorte que la souplesse et la malléabilité ne sont assurément pas les qualités dominantes de cette grande association universelle, qui est, cependant, elle aussi, soumise aux transformations de la vie.

On constate ainsi qu'il est dans l'histoire des heures tragiques où dans la conscience des peuples se développe le sentiment profond qu'une lutte armée est devenue inévitable, non parce qu'on se plaint nécessairement de la violation des engagements pris, mais qu'il faudrait en prendre d'autres, parce que les anciens sont devenus injustes et malfaisants, et qu'en conséquence un droit nouveau doit être reconnu. L'État ne se plaint pas davantage de l'inexistence d'une juridiction internationale, car il sait bien que l'office à remplir n'est pas celui d'un juge, dont le verdict ne traduirait que la stabilisation du passé et la consécration du droit ancien, et que c'est justement contre cette immobilité juridique et ce droit ancien qu'il ne cesse de protester de toutes ses forces au nom de la vie créatrice avec ses modifications inévitables. En face des anciens

droits acquis se dressent les nouvelles situations conquises, qui demandent à leur tour la consécration d'un droit nouveau. Si, au lieu de disserter dans le vide, sous l'inspiration d'une généreuse idéologie, sur les erreurs et la malfaisance des guerres, nous avons assez de virile loyauté de recourir à la méthode d'observation réaliste pour analyser froidement les causes des guerres, qui dans le passé ont ensanglanté l'humanité, il faut reconnaître que dans bien des cas ces causes étaient justement du genre des conflits que nous venons de signaler.

Constatons simplement que dans le passé, la guerre a été quelquefois, à des heures troubles et tragiques, un moyen atroce et épouvantable, mais tout de même un moyen pour opérer des modifications territoriales et des transferts de pouvoir, indispensables pour rajuster la situation légale des sociétés vivantes avec les conditions nouvelles de l'évolution. Or, on n'abolit que ce que l'on remplace.

«Il faut encore admettre», dit Pradier-Fodéré, «des causes d'extinction qui sont historiques et fatales. Comme toutes les choses de ce monde, les traités s'affaiblissent, s'altèrent, tombent et disparaissent. Ils portent en eux-mêmes le principe de leur ruine et finissent avec les causes qui les ont produits. Comment en serait-il autrement! Oeuvres humaines, c'est-à-dire périssables, ils expriment les rapports qui existent, au moment où ils sont négociés, entre les forces morales et matérielles des Etats qui les concluent. Or, les nations se modifient sans cesse. Lorsque ces rapports viennent à changer, les traités qui les exprimaient ont contre eux la force des choses et leur raison d'être disparaît. C'est ainsi que les traités qui paraissaient au moment où on les a conclus, les plus nécessaires et

même les plus équitables, finissent par devenir avec le temps inutiles et parfois abusifs».

La vie apporte constamment des changements dans la situation des Etats. Les uns, grâce à leur travail et à leur énergie s'élèvent, passent au premier rang, tandis que d'autres doivent céder leur place à des peuples plus jeunes et plus vigoureux. L'équilibre des forces, qui avait motivé les traités, est rompu, et ceux-ci ne correspondent plus à la réalité des choses et aux intérêts respectifs des contractants. Ils peuvent devenir aussi nuisibles à celui qui les a imposés, qu'insupportables à celui qui les subit. La perpétuité des traités, dans un sens absolu, aurait pour résultat d'enchaîner le présent et l'avenir au passé, d'arrêter tout progrès, d'être une entrave au développement normal des peuples. Pour qu'un Etat soit à tout jamais équitablement lié par un traité, il faudrait que, non seulement cet Etat s'immobilisât, mais qu'il en fût de même des autres Etats qui l'entourent, car bien qu'un Etat reste au même point, il suffit que les autres se modifient pour que ses rapports avec eux soient changés et pour que le traité qui les exprimait perde son fondement dans la réalité des faits. D'autre part, dans les traités internationaux, comme dans toute convention, le champ des prévisions contractuelles des parties est nécessairement limité. Pourrait-on alors refuser d'admettre qu'un traité, conclu pour une duree indéterminée, perd sa raison d'être lorsqu'un changement, survenu dans les circonstances, a pour effet de bouleverser complètement l'équilibre primitif des intérêts qu'il a eu pour but de réaliser?

Les circonstances politiques ou économiques qui ont dicté un traité peuvent se modifier à tel point qu'il devienne évident, que, si leur altération avait pu être prévue, le

traité n'aurait pas été conclu. La sagesse commanderait, en pareil cas, aux Etats qui se sont liés, de se délier de commun accord, de réviser tout au moins leurs traités pour les adapter aux circonstances nouvelles. Mais l'histoire enseigne que la sagesse n'inspire pas toujours tous les Etats. Ainsi il arrive souvent que, les circonstances ayant changé, l'une des Puissances contractantes estime que le traité a perdu sa raison d'être parce qu'il lui est devenu défavorable, tandis que l'autre ou d'autres jugent que le traité doit d'autant plus être maintenu qu'il leur procure des avantages imprévus et parfois démesurés. L'obstination intéressée d'un Etat peut-elle suffire, en pareil cas, à empêcher la révision ou l'abrogation d'un traité dont les changements survenus ont ruiné les fondements rationnels?

Dans l'ordre interne, les contrats ne peuvent pas être dénoncés par l'un des contractants pour la seule raison que les circonstances qui avaient déterminé son consentement ont changé. La loi prohibe, avec raison, la condition purement potestative, c'est-à-dire celle qui laisse l'exécution du contrat à la discrétion de l'humeur changeante d'un des contractants. A plus forte raison ne saurait-elle sous-entendre pareille condition. Toutefois si des circonstances nouvelles viennent à tourner en iniquité un contrat à l'origine équitable, d'une part le législateur peut intervenir, si des évènements exceptionnels, bouleversant toutes les prévisions, ont changé les données sur lesquelles étaient fondés les contrats. Il peut en ordonner ou permettre l'annulation ou la révision. D'autre part, le juge peut, en cas de force majeure, dispenser le débiteur de l'exécution.

Toutefois, dans l'ordre international, il n'y a ni législateur, ni juge pour imposer ou permettre l'annulation, la modification ou la dispense d'exécution des traités. Et ce-

pendant les Etats peuvent être fortement tentés de rejeter et de rompre les traités qu'ils jugent intolérables, parce que des circonstances imprévues ont détourné ces traités de leur cours et de leurs suites naturelles.

La doctrine alors a imaginé une formule ingénieuse pour concilier la rigueur des principes juridiques et les tendances plus ou moins équitables d'Etats, décidés à se libérer d'obligations devenues trop lourdes. Tous les traités, dit-elle, sont affectés d'une condition tacite, de la clause «rebus sic stantibus» les choses demeurant ainsi, les choses restant en l'état où elles se trouvaient lors de la conclusion du traité. Si donc les choses viennent à changer, si l'état de choses, en vue duquel l'accord est intervenu vient à disparaître ou à être profondément altéré, le traité perd sa force avec sa raison d'être. L'Etat qui le dénonce ne se délie pas. Il dénonce les circonstances qui l'ont délié. En d'autres termes, on appelle clause «rebus sic stantibus», une clause qui serait sous-entendue dans tout traité, et qui permettrait à un Etat de se dégager des obligations contractées, sans commettre une violation de droit, si les circonstances, existantes au moment de la conclusion de la convention, subissaient de tels changements, que le but poursuivi par l'Etat en la signant ne pourrait être atteint, ou si les motifs qui avaient déterminé son consentement cessaient d'exister. Il faut remarquer à cet égard, que, d'une part, il convient d'assimiler le cas où un changement inattendu survient au cas où un évènement prévu par l'un des contractants ne se réalise point et que, d'autre part, la clause «rebus sic stantibus» pourrait être invoquée avec tout autant de raison pour l'inobservation de n'importe quelle règle de droit international.

Quels sont les changements de circonstances qui justi-

fieraient la résiliation d'une convention? Bluntschli dit que «lorsqu'un ordre de faits déterminé forme la base et la condition de l'existence d'un traité, et que cette base vient à être renversée, la validité du traité s'écroule en même temps.

D'après Heffeter, il faut que le traité mette en danger les droits et le bien-être du peuple, que l'Etat ne puisse garder sa position politique antérieure vis-à-vis des autres et soit placé dans un état d'infériorité, pour qu'une nation ait le droit de se délier de ses engagements. F. de Martens dit qu'un Etat ne peut raisonnablement s'engager qu'en vue d'un but politique, et que toute obligation n'existe qu'autant qu'elle concorde avec ce but, et que, si ce but ne peut être atteint ou si le traité devient un danger pour l'Etat, le traité cesse d'être obligatoire. Merignhac prétend que les traités perdent leur force obligatoire s'il se produit dans la situation interne ou externe de l'un des contractants une transformation complète telle, que les motifs et les intérêts essentiels qui ont déterminé le consentement disparaissent, et que le traité risque de compromettre ses intérêts essentiels.

Celui qui s'en est exprimé avec le plus de clarté et de perspicacité est M. Charles Dupuis, dans son livre sur les relations internationales (pages 340-341) dont nous tenons à citer les paroles qui suivent: «On peut dire de la théorie de la clause «rebus sic stantibus» qu'elle est à la fois nécessaire et dangereuse: nécessaire parce qu'il n'est ni rationnel, ni raissonnable, que les engagements survivent aux causes qui les avaient déterminés, -cessante causa, cessat effectus—dangereuse parce qu'elle ouvre la voie à la destruction des traités selon le bon plaisir et la fantaisie de chacun des Etats contractants. La vérité est que la

clause «rebus sic stantibus» doit être entendue avec prudence, interprêtée de bonne foi, appliquée avec circonspection, qu'elle ne doit être invoquée que dans des circonstances très rares et très exceptionnelles, que, pour passer outre à la volonté d'un des Etats contractants de maintenir le traité, il ne suffit ni du désir d'un Etat de secouer le joug d'engagements qui lui déplaisent, ni d'un changement quelconque dans l'état de choses existant lors de la conclusion du traité, qu'il faut de tels changements dans la situation respective des Etats signataires que le maintien du traité aille à l'encontre des intentions manifestes qui en avaient déterminé la signature. La clause pourrait être légitimement invoquée au cas où un Etat, exportateur de denrées agricoles, aurait promis de livrer ou laisser livrer annuellement de grandes quantités de ces denrées, si un fléau inattendu le réduisait à ne pouvoir suffire aux besoins de la consommation de son peuple. Elle ne saurait l'être si, par suite des aléas naturels qui pouvaient et devaient être prévus, l'exécution du traité ne procurait pas à l'un des Etats contractants les avantages, que celui-ci en avait espéré. Les traités ont pour objet d'établir quelque fixité dans les rapports entre Etats, parmi la mobilité continue des éléments qui influencent ces rapports; ils deviendraient illusoires et donc parfaitement inutiles, s'ils devaient s'évanouir au moindre mouvement, affectant les intérêts qu'ils visent précisément à garantir contre une oscillation des règles ou décisions particulières suivant le cours des événements. Il ne faut rien moins qu'un bouleversement radical, ruinant les fondements mêmes du traité, pour justifier l'entrée en scène de la clause «rebus sic stantibus». Rare, exceptionnelle en ce qui concerne les traités perpétuels, l'invocation justifiée de la clause sera plus rare encore dans

les traités conclus à temps. Par cela même que les traités temporaires limitent la durée des risques pouvant résulter de leur exécution, ils impliquent acceptation sans réserve des risques non seulement prévus mais même imprévus, qui ne mettraient pas en péril grave et imminent les intérêts essentiels de l'un des Etats contractants.

La clause «rebus sic stantibus» ne peut être invoquée par les Etats qu'à raison de l'absence de législateur ou de juge susceptibles de les relever, dans les cas extrêmes, de leurs obligations; elle ne peut donc l'être que dans des circonstances analogues à celles qui justifieraient l'intervention du législateur ou du juge pour relever des particuliers des obligations résultant de leurs contrats.

On ne saurait nier qu'on ne peut fixer à tout jamais d'une façon équitable les relations internationales. Mais il ne faut pas non plus oublier, que celui des contractants, à qui une convention offrira des avantages supérieurs à ceux de l'autre partie, ne se résoudra guère à y renoncer de bon gré. Mérignhac s'exprime d'une manière analogue: «Il y a dans tout traité, qualifié de perpétuel, une clause tacite en vertu de laquelle les parties ne sont censées s'être liées que pour le temps où seront encore existants les intérêts et les motifs essentiels qui ont déterminé leur consentement». «La condition tacite de tout traité», observe Pradier-Fodéré, «est, en effet, qu'il n'obligera que tant que les circonstances qui ont motivé sa conclusion restent les mêmes».

Ce serait, en d'autres termes, un principe de droit naturel que les États ne pourraient pas ne pas reconnaître et qui, même sans cette reconnaissance présumée, serait obligatoire. Mais est-ce en même temps un principe de droit positif?

La réponse de l'histoire ne fait pas de doute à cet égard. Une telle règle n'a jamais été reconnue expressément par les États. Au contraire, chaque fois que les États ont eu l'occasion de manifester leur opinion, ils ont admis le système opposé, sans aucune restriction: pacta sunt servanda. Il en a été notamment ainsi em 1871, lorsque les grandes Puissances ont signé à Londres le protocole du 17 janvier, dans lequel elles déclarent formellement «que c'est un principe essentiel du droit des gens qu'aucune puissance ne peut se libérer des engagements d'un traité, ni en modifier les stipulations, qu'à la suite de l'assentiment des parties contractantes, au moyen d'une entente amicale».

Par la signature du protocole de 1871 les Puissances ont montré, de la façon la plus explicite et la plus certaine, leur intention de ne pas admettre comme règle du droit des gens, la clause rebus sic stantibus, en tant que cause de résiliation des conventions internationales. La Russie elle-même, en souscrivant le protocole, a désavoué par là le principe qu'elle venait d'invoquer et reconnu que la règle «pacta sunt servanda» ne souffrait pas d'exception. En fait, cependant, l'affirmation de principe est affaiblie, vu qu'elle n'était que le prélude et la condition de la renonciation à s'en prévaloir.

En dehors du cas précité, cette clause a-t-elle trouvé une application constante et générale? Résulte-t-elle de la coutume? Sans doute, à maintes occasions l'on a fait appel à la clause «rebus sic stantibus» et pour ne citer que quelques exemples: l'Autriche et la Prusse en 1864, pour justifier la guerre contre le Danemark; l'Autriche-Hongrie, pour motiver l'annexion de la Bosnie et de l'Herzégovine qu'elle occupait depuis le traité de Berlin. Mais n'oublions pas

qu'aussitôt connue l'annexion de la Bosnie-Herzégovine souleva une émotion intense dans toute l'Europe. Sans doute, les écrits des diplomates ne sont pas des paroles d'Evangile, de même que les faits sont plus forts que les parchemins. Comme les États ne meureut que fort rarement, la perpétuité des traités est difficile à admettre, car ils ont été faits en vue de circonstances et de besoins déterminés, auxquels ils ne peuvent survivre qu'au prix d'une désharmonie de plus en plus insupportable. Et à ce point de vue, il faut reconnaître que le désaccord d'un traité avec les changements survenus est souvent de nature à opposer les intérêts des co-contractants beaucoup plus violemment que ne le ferait l'absence totale d'engagements.

C'est indéniablement une faiblesse du droit des gens que ce manque d'adaptabilité et de souplesse des traités qui les empêche d'épouser, avec plus ou moins d'exactitude, suivant l'intelligence des homens d'État, la forme des besoins politiques, économiques et autres, auxquels ils devraient correspondre.

En 1919, la France invoqua la clause rebus sic stantibus pour dénoncer les traités de 1815, relatifs aux zones franches, mais la question a donné lieu à de vives controverses entre la Suisse et la France.

L'article 31 du traité de paix de Versailles du 28 juin 1919 a fait une application de la dite clause, en l'invoquant à l'appui de la révision du traité du 19 avril 1839, établissant le régime de neutralité perpétuelle de la Belgique. Comme toutes les Puissances garantes de la neutralité belge étaient d'accord, aucune difficulté n'a été soulevée et les conditions politiques et juridiques furent telles qu'on ne peut pas voir dans cet évènement un acquiescement formel

à la théorie de la clause rebus sic stantibus, mais plutôt une application de la règle de dissentiment mutuel.

Quoiqu'il en soit, le commencement de la sagesse en matière de politique internationale consiste dans la reconnaissance du fait, que de temps à autre il serait parfois rationnel de réviser certains grands traités politiques, pour les mettre en harmonie avec les transformations accomplies. Le Pacte de la Société des Nations, dans son article 19, s'est occupé de ce grave problème en disant: «L'Assemblée peut, de temps à autre, inviter les membres de la Société à proceder à un nouvel examen des traités devenus inapplicables, ainsi que des situations internationales dont le maintien pourrait mettre en péril la paix du monde». Un nouvel examen des traités devenus inapplicables présente indubitablement un puissant intérêt, et plus la Société des Nations voudra proscrire les guerres, plus elle devra travailler à faciliter l'adaptation des relations politiques et économiques des peuples aux conditions changeantes de leur existence collective. Tant qu'elle n'aura pas réalisé cette possibilité d'adaptation, ses efforts louables pour assurer la solution pacifique des conflits internationaux resteront incomplets et précaires. Dans la mesure des possibilités pratiques, la Société doit ainsi faire une politique de longue haleine et de sage prévoyance, afin d'écarter les circonstances de nature à faire naître de ces conflits redoutables, où les droits du passé et les exigences du présent s'affrontent dans des combats sanglants. Certaines personnes ont ainsi voulu voir dans la première partie de l'article 19 du Pacte une solution ingénieuse à ce problème, en attribuant à l'Assemblée un pouvoir de révision des traités. C'est prendre ses désirs pour la réalité, car, en fait, l'article en question ne contient rien de tel.

Pour s'en convaincre, il suffit d'examiner en détail et avec due attention ses dispositions. Tout Membre de la Société peut, sans doute, attirer l'attention de l'Assemblée sur un traité qui, à son avis, est devenu inapplicable. Le Conseil pourra, sans doute aussi, user de la même faculté, mais il n'a aucun droit de s'adresser directement aux parties. L'Assemblée aura ensuite la faculté d'examiner le problème sous tous ses aspects politiques et économiques. Toutefois, pour arriver à une solution, il lui faudra l'unanimité de ses membres, de sorte qu'il suffira de l'opposition d'un seul membre de la Société pour mettre obstacle à la décision de l'Assemblée qui, à son tour, n'aura d'autre valeur que celle d'un simple voeu. Il s'agit, en effet, d'une invitation, et cette invitation laisse les parties intéressées libres de l'accepter ou de la refuser au gré de leurs convenances et au nom de leur souveraineté. L'Assemblée n'a aucun pouvoir de contraindre les parties à examiner les traités, devenus à son avis inapplicables.

Lorsque, par une lettre en date du 1.er novembre 1920, adressée à l'Assemblée de la Société des Nations, le Gouvernement de la Bolivie invoqua l'article 19 du Pacte dans le but d'obtenir de la Société la révision du traité de paix que la Bolivie avait signé avec le Chili à Santiago le 20 octobre 1904, l'Assemblée écarta immédiatement de son ordre du jour cette demande bolivienne, qui reposait en plus sur une fausse interprétation du Pacte. La Charta magna de la Société des Nations, dans l'article 19 comme dans le préambule, a résolu le cas du changement de l'état de choses existant lors de la conclusion du traité par suite d'un renversement ultérieur des forces, non seulement par des dispositions qui condamnent formellement toute atteinte au respect des obligations internationales, mais aussi

par les stipulations non moins nettes de l'article 10 qui exclut pour les membres originaires ou adhérants toute agression fondée sur la convenance de modifier l'état territorial ou politique à raison de changements survenus dans l'état des forces respectives.

Mais, s'il convient de noter avec exactitude cette règle du droit positif, il convient également de se garder de toute illusion sur sa puissance effective. Il s'en faut de beaucoup que le droit positif ait l'empire du monde et que toutes les questions qui divisent les hommes et les États se règlent juridiquement. En fait, il en est des traités imposés par la force comme des lois imposées par la force. Qu'ils soient justes ou injustes, raisonnables ou imprudents, leur autorité demeure fragile et précaire tant que leur justice, leur convenance ou leur utilité sont contestées par des États assez puissants encore pour pouvoir, dans un avenir plus ou moins proche, les détruire en recourant aux armes. Le droit positif ne les protège que dans la mesure où il est reconnu, accepté, observé par ceux qui pourraient être tentés de les abattre. Cette mesure est d'autant plus faible que les États à qui les traités ont été imposés sont plus enclins à exalter et à pratiquer le culte de la force. Une signature apposée à contre-cœur au bas d'un traité suffit à lier, en droit, l'État qui la donne. Elle ne suffit pas à constituer, en fait, une garantie d'exécution spontanée et persévérante.

Tant que le traité signé à regret n'a pas conquis l'assentiment de l'État et de la nation qui l'ont subi, sa plus sûre et souvent sa seule garantie est, en fait, dans le mantien de la supériorité de force qui l'a dicté.

Un peuple, qui est atteint dans ce qu'il considère comme des intérêts essentiels et vitaux, maudit ses juges,

non pendant vingt-quatre heures, mais aussi longtemps qu'il sent peser sur lui le fardeau de leur jugement.

Il ne faut pas avoir peur des mots. Tous les traités de l'histoire ont été qualifiés de perpétuels. Et tous ont été révisés. Les traités de Westphalie, qui incorporaient la sagesse du XVII siècle, ont duré soixante ans. Le traité d'Utrecht a régi l'Europe à peu près jusqu'à la Révolution. Le traité de Vienne a commencé à s'effriter au bout de quinze ans, lorsque les Belges ont proclamé leur indépendance.

Il n'y a pas de traités éternels, parce qu'il n'y a pas d'immobilité dans le monde. Les traités de paix traduisent toujours un certain rapport de forces et une certaine philosophie. Les traités de 1815 reposaient sur la défaite de la France et sur l'idée de la légitimité. Les traités de 1919 reposent sur la défaite de l'Allemagne et sur le droit des peuples à disposer d'eux-mêmes. Or, la conception de l'histoire et les rapports de forces sont des éléments essentiellement mobiles. Il ne faudrait pas croire, en particulier, lorsqu'on parle aujourd'hui de la révision du Traité de Versailles qu'on aborde un sujet entièrement nouveau. Un grand nombre d'articles du traité ont déjà été révisés, en fait sinon en droit, par voie d'interprétation, d'abandon ou d'amendement. Dès 1922, la commission des réparations a publié un tableau synoptique du traité et de son application, qui prouvait qu'un grand nombre de dispositions avaient sérieusement évolué. Depuis lors, le plan Dawes est venu bouleverser le chapitre des réparations. Gardons-nous de croire, lorsque nous parlons du Traité de Versailles, que nous avons affaire à un bloc intact et intangible. On ne peut pas davantage prétendre que les traités, celui de Versailles et les autres, n'aient besoin de révision sur

aucun point. Ce sont des oeuvres humaines. Bien plus, c'est l'oeuvre de trois hommes. Ces hommes étaient sujets à l'erreur. Ils se sont trompés lourdement, par exemple, dans leurs prévisions économiques. Ils ont parfois péché par ignorance. Ils ont appliqué leurs propres principes à faux. Et aujourd'hui, l'un des principaux auteurs des traités, M. Lloyd George, les qualifie d'explosifs.

Ainsi, la séduisante formule «la paix par le droit» qui n'a jamais empêché dans l'ordre intérieur les révolutions et les coups d'Etat, mettant un droit nouveau à la place de l'ancien à l'aide de la violence, saurait encore moins valoir dans les relations internationales où il n'y a pas de législateur commun pour apporter un peu de souplesse dans la rigidité de l'armature juridique entre les grands Etats qui sont tout puissants en face de la collectivité, aussi longtemps que la solidarité internationale n'est qu'un beau mais lointain idéal. Dans l'absence d'un pouvoir législatif apte à adapter les traités politiques des peuples aux conditions changeantes de leur existence collective, «l'insurrection internationale» contre un droit jugé périmé sera considérée par beaucoup comme un droit naturel sacré, d'autant plus redoutable que les notions de juste et d'injuste sont infiniment délicates dans les relations complexes des peuples. Pour les uns la justice consiste dans la cristallisation d'une situation avantageuse, comme si l'on pouvait par des stipulations conventionnelles immobiliser artificiellement le perpétuel devenir de l'histoire avec ses forces sociales profondes. Pour d'autres Etats dont les forces augmentent, «la justice» des premiers semble une parfaite «injustice», une immoralité. Les uns et les autres, selon leurs intérêts variables, prôneront ou le statu quo contre nature ou l'abro-

gation violente des traités contraire au droit. Et plus les adaptations des faits et des droits tardent, plus le choc risque d'être rude entre «les droits acquis» et «les situations conquises». Et tant que le droit des gens n'aura pas réalisé la possibilité d'une adaptation entre les stipulations conventionnelles et les modifications naturelles, tant qu'il ne sera pas véritablement une vivante règle de vie et qu'il n'aura pas trouvé une solution satisfaisante à ce problème crucial il sera vain d'espérer une solution pacifique des conflits internationaux et une organisation collective satisfaisante de la sécurité internationale.

OLOF HOIJER

NOVOS SUBSÍDIOS PARA A BIOGRAFIA DE CAMÕES (1)

XVII

Carta de sentença tirada da acção movida (1589-1590) pelo Colégio de S. Bernardo contra o Dr. Roque Pereira Tavares, com fundamento na falta de pagamento dos dizimos da quinta de Lordemão.

O Lᵈᵒ João m*artin*s de llemos provisor no esprjtuall e temporall nesta cidade e bispado de cojmbra pello Ilᵐᵒ e Rᵐᵒ sõr o sõr dom Afõso de castello branquo p*or* merce de deos e da samta Igreja de Roma bispo da dita cidade e bispado conde darguanill e do cõselho del Rej noso sõr etc. (?) Aos q̃ esta mjnha carta de sẽtemça tirada do Auto do processo virem e o conhecimẽto della com direjto p*er*temçer saude para sempre em Iesu xpo nosso senhor q̃ de todos he v*er*da-d*eir*o remedio e sallvaçao das allmas faço saber q̃ neste ẽclesiastiquo Juizo do dito sõr ..... se tratou e finallmẽte semtemçeou hũ fejto e causa civell amtre partes autor da huã o Rejtor e comvẽto do collegio de são bernardo da ordem de sister e Reo da outra o doutor Roque perejra tavare*s* morador na dita cidade sobre e por Resão de ho dito autor e cõvẽto demandarẽ ao dito Reo Roque pʳᵃ tauares por certos dizimos q̃ deuja aos autores de huã qujnta e propriedades q̃ o Reo tem

---

(1) Cont. do n.º 5, vol. 89, pág. 437.

no llimjte de lordemão cujo senhorjo direjto hera o dito collegio autor e por ello ho mandarão citar por meu Juizo e sendo asj citado ho mãdej aperguoar e sẽdo apregoado em sua Residencia foj avido por citado pª a djta causa e seos termos pª meo Juizo e mãdej ao autor viese obrjgando ao dito Reo pª llibello cõ ho quoall por seo procurador foy vindo cõ elle articullado e por escrjto dizemdo nelle // q̃ prouaryam elles autores e seu cõvemto no llemjte de lordemão he da frjguesia de são paullo q̃ he anexo ao dito collegio e asjm todo o sitio em q̃ o dito Reo tem huã qujnta cujo senhorjo direjto he o dito collegio de q̃ Recolhe foros e ..... frujtos q̃ deos daa e de todo o dito llemjte ..... cõ os disimos aa Igreja de são paulo delles autores e estão em posse paçifica de majs de cem anos a esta parte e de tamto tempo que a memorja dos homẽs não he em cõtrajro de llevarem os ditos dizimos de dez hum de todas as novidade q̃ deos daa no dito llemjte e na qujta do Reo sem Igreja nem pesoa outra ter cousa allgua no dito llemjte de dizimos. E que prouarjam q̃ ho reo de noue ou dez anos a esta parte q̃ haa q̃ he casado cõ sua molher tem llevado e mandado llevar a seos crjados e escravos e servidores em cada hũ dos ditos anos cinquoemta ou sesẽnta canastras de vuas q̃ davão outros tantos allmudes de vinho dos vinhos do dito llemjte sẽ paguar o dizimo a elles autores a quem pertemce de que deve a elles autores sesemta almudes de vinho q̃ hũ ano por outro vallẽ a dous tostões o allmude e posto q̃ por parte delles autores lhe foj pedido o dito dizimo, atee guora o não qujs nem quer paguar sẽ comtemda de Juizo, pello q̃ deue ser comdenado que ho pague e q̃ daquj adiamte Respomda a elles autores com o dito dizimo ¶ E que prouariam q̃ o Reo tem huã nuguejra na dita qujmta q̃ este ano e novidade pasada e os outros atras passados des q̃ he cassado a manda varejar e Recolhe ho frujto della q̃ hũ ano por outro dara tres ou quatro sacos de nozes de q̃ lhe deve a elles autores de dizimo tres saquos de nozes ao menos dos ditos dez anos e quada allquejre vall a duzemtos rs ¶ e que prouarja q̃ o Reo tem impedido e embaraçado hũ saquo de tremoços em casa de Amdre llopes q̃ se recolherão na sua qujntaa e não dejxa dar o dizimo a elles autores dizemdo q̃ os malharão sem ho chamarem e com jsto jmpede dar se a elles autores o dito dizimo. E que prouarõ q̃ ho Reo tem huã orta mujto grande na dita sua qujmtaa em q̃ haa muitos mellões e pepinos e feijoãos e muitas amejxoas em duas vinhas suas

que tẽ de q̃ não deu dizimo a elles autores somẽte de aboboras os dous anos pasados e do mais se não quis dizimar do q̃ deve de dizimo douse tostões por ano e majs q̃ são dous mil rs dos ditos anos e como poderosso não quer o Reo paguar o dito djzimo pello q̃ deue ser cõdenado e o ano de ojtemta e sejs nao deu dizimo de nada da dita orta: / pedindo me emfim e cõclusão do dito l° os ditos autores q̃ ho Reo fose cõndenado e q̃ paguase a elles autores os ditõs dizimos e daquj em diamte lhes Respomdese cõ os q̃ lhe deuer cõ as custas o q̃ asj pediam pello mjlhor modo do direjto segumdo q̃ todo esto asj e tao Imtejramẽte era comteudo no dito llibello dos autores q̃ lhe foj recebido tamto quanto cõ direjto era de Receber e dado fiamça pellos autores as custas e fejto pelo Reo procurador pª a causa mandej se lhe dese vista pª comtestar e comtrarjar no termo do estillo e semdo lhe dada vejo cõ huã comtrarjadade articullada dizẽdo pello dito seu procurador nela / q̃ prouarja *ho Reo q̃ aJnda despois da pascoa deste presẽte ano de oytemta e nove faz sete anos q̃ he cassado* e os padres de são bernardõ lhe pedem e demandão o dizimo de dez anos das vinhas de llordemão q̃ não são suas senão de casejros e tem seus donos por estarẽ aforadas e que prouarja q̃ os casejros da qujmta do llordomão paguão o djzimo ao mostejro de são paullo q̃ he anexo ao collegio de são bernardo asy das vuas como da frujta e de tudo o q̃ lhe deos daa, e os padres q̃ residem em sao paullo e seos crjados e fejtores e remdejros aRecadão o dito dizimo dos lavradores donos das vinhas e das teRas os quoaes lhe paguaõ jmtejramẽte e emtanto que das vuas q̃ comẽ e de hũ sesto de vuas q̃ os lavradores dão ao Reo como a quoallquer outro homẽ partjcullar no cabo da dorna sempre dão majs ao mostejro autor do que lhe vem de dizimo e elle Reo quer fazer ẽ todas as dornas quando elle em pesoa vaj partir allgũm vinho ao llaguar e o cordavão Remdejro q̃ o procura demaziadamente provarja o Reo q̃ dez vimte trjmta quoremta çem anos a esta parte tempo q̃ a memoria dos homẽs não he ẽ contrajro nẽ elle nem seos amtecessores paguarão dizimo da Resão q̃ recebem da qujmta de llordemão por quanto fica cõ os lavradores e elles paguão tudo aos mostejro autor asy do que lhe deos daa como da Resão do Reo e asy o dira o padre frej marcos e outros padres muito bõõs Relligiosos q̃ aRecadaraõ as Rendas dos dito mostejro de são paullo e outras pesoas que se acharaõ presemtes quando se par-

tiraõ os dizimos e Resão da dita qujmta de llordemaõ pello q̃ o mostejro de são paullo estaa paguo Intejramẽte de todo seu dizimo ate o presemte E q̃ provarja o Reo q̃ no ano de ojtẽta e sejs não recolheo nada da qujtaa de lordomão porquanto o ... e frᵉᵒ soares cõ outra mujta gemte lhe tomarão tudo amtes das vindimas e foj desapossado de tudo pelo que mall devja paguar dizimo do que não Recolheo, e estamdo desapossado das propriedades..... portesto merece o mostejro autor cõdenado em quatro dobro por saber a verdade do q̃ pasa e demãdar ao Reo taõ Injustamẽte porquanto recolheo de parcejrarja cõ as pesoas q̃ esbulharão ao Reo q̃ lhe era divido da mão dos casejros pellos laguares. E q̃ provarja o Reo q̃ no ano de ojtẽta e sete não ouue nada nas vinhas e emtamto q̃ o Reo e o padre frej..... q̃ por nome nao perqua q̃ estava no mostejro de são paullo forão partir alguãs uvas aos sestos porq̃ naõ ouuera pera majs e o dito padre aRecadou esse dizimo do q̃ lhe coube jntejramẽte // E que prouarya o Reo q̃ das propriedades suas propias q̃ posue em llordomaõ como saõ duas vinhas e huã orta sempre paguou o dizimo do q̃ lhe deos daua e paguou este ano presẽte naõ fazendo elle Reo a dita orta senaõ pª seus crjados naõ jrem destrojr as fazendas alheas e cõtudo della foy caReguado hũ rendº do mostejro q̃ se chama o cordovaõ e huã sua filha e dous asnos q̃ leuaraõ quatro sacos do q̃ avia na orta e se deraõ por mujto satisfejtos pello q̃ o mostejro autor faz mall em querer fazer esta demanda ao Reo // prouarja q̃ emtamto o Reo amjguo do mostejro autor aRecada os seus dizimos Intejramemte que manda vigiar os lavradores pelos seus crjados e se os crjados do Reo naõ fosem q̃ per seu mandado amdaõ nas vemdimas o mostejro autor naõ aRecadarja a metade do q̃ o Reo lhe faz aRecadar e asy o diujaõ os padres q̃ os anos atras pasados Receberaõ os dizimos do dito mostejro e seos crjados e as pesoas q̃ se acharaõ presẽtes, pello q̃ andou mall o mostejro em fazer esta demanda ao Reo e lhe paguou mall o mostejro amizade q̃ ho Reo até o presẽte lhe fez // E que prouarja o Reo q̃ a noguejra he de mujtos erdejros *f.* ..... de antº pires pedrejro e doutras pessoas e estaa em hũ pousio q̃ hos moços comem e o Reo este ano lhe mandarja vareJar obra de dous allquejres de nozes q̃..... dando a todos os do lluguar e por Iso e pella frujta do ano passado q̃ podia aver na sua orta se comçertou cõ ho cordovaõ q̃ apanhava a Renda e lhe deu hũ allmude de vinho a bica

do llaguar pello q̃ o Reo naõ devja cousa allguã ao mostejro autor e mujto menos da noguejra q̃ os Rapazes comẽ q̃ he de erdejros // e q̃ prouarja o necesarjo, pedindo em cõclusaõ e fim de sua cõtrarjadade recebimẽnto della e q̃ o mostejro autor fose cõdenado na penas de direjto por pedir o q̃ em ..... e Intejro cõprimẽto da Justiça, segũdo q̃ todo isto asy e taõ comprjdamemẽte era cõteudo na dita cõtrarjadade q̃ lhe foj Reçebida tanto quãto era de Reçeber e asy vieraõ majs os procuradores das ditas partes cõ artiguos de Reprica e trepica q̃ lhe forão Reçebidos e foj asynado lluguar a proua a prjmejra e segnmda dillacom demtro no quall tempo e outro q̃ lhe foj asynado por mjm por eu ser seu Juiz dado *per* comjsão de sua Ill^ma^ *senh*orja neste caso, elles partes estãdo o feito nestes termos o doutor Roque tavares Reo fez peticaõ a sua *Senh*orias q̃ tinha embargos a eu ser seu Juiz e a dita comjsaõ na quoall o djto sr *per* seu despacho mãdara q̃ se tinha os embarguos q̃ dizia q̃ viese cõ elos e elle Reo pello dito seu procurador vejo cõ os ditos embarguos e sobre ellos foj de parte a parte Rezoado e *por* mjm pronũciado q̃ naõ Recebia os ẽbarguos do ẽbargamte vista sua materja e quanto as ferias coRese o fejto visto ser causa dizimall e sendo pubrjcado o dito meu despacho o procurador do Reo apelara delle p^a^ a corte de bragua Im forma Juris e vejo com ella *per* escrjto e me foj llevado cõcluso e *per* mjm lhe não foj R^da^ appellacaõ per ser frjvolla e não de Reçeber q̃ se cũprjse o q̃ estava mãdado e ellos partes deraõ no dito fejto suas prouas *per* Inqujrjçoẽs e ditos de testemunhas e papejs e documẽntos q̃ tudo se aJuntou ao fejto e por naõ darem majs proua foraõ as partes llãçados della e mãdej dar os nomes das test^as^ p*ar*a cõtraditas e vieraõ cõ ellas p*or* escrjto e me foraõ cõclusas e nellas pronũcjey p*er* meu despacho q̃ não Recebia as cõtraditas «excanha» q̃ avia as Imqujrjçoẽs por abertas e pubrjcadas Rezoasẽ as partes em finall e sendo pubrjcado ẽ cõprimẽto delle os procuradores destas partes sẽdo lhe dado vista p*ar*a elles cada hũ p*er* sy de parte a parte aRezoou de seu direjto e Iustica ate q̃ majs não qujseraõ e cõ as ditas Rezoẽs estamdo asy aResoado da parte dos autores e Indo p*ar*a se Rezoar por parte do Reo deu seu procurador o fejto sem Rezões dizemdo q̃ estas partes estavaõ cõcertadas na manejra e forma segujnte neste termo q̃ se se segue // Anno do nascimẽto de noso sõr Iesu xp^o^ de mjll e quinhẽtos e novẽta anos em esta cidade de cojnbra e collegio de são bernardo homde es-

tavaõ presẽtes o mujto Rdo sõr doutor frey gerardo Rejtor do dito collegio e seu procurador o Ldo frco pires de moraes e o sõr doutor Roque perejra Reo pellos quaes foj dito em prezença de mjm escripvão e das testemunhas ao diante nomeadas q̃ elles desistiaõ desta causa e demanda e naõ queryaõ segujr por q̃ estavaõ cõsertados na manra segujnte convẽ a saber q̃ elle sõr doutor Roque pa e sua molher e socessores na qujnta da cõtemda doJe em diamte paguarjam Inteiramẽte e sẽ cõtradiçaõ de pesoa alguã o dizimo de todos os sestos de uvas q̃ llevavaõ das pesoas q̃ tinhaõ vinhas no lemjte da dita quimta ·ſ. paguarjaõ de dez cestos hũ e bem asy paguarjaõ Imtejramẽte o dizimo de todas as novidades q̃ noso sõr lhe desse nas propiadades q̃ tinhaõ na dita qujmta asy de paõ como de vinho e azeite e lugumes e ortalliça frujta e nozes e de todas as mais novidades que deos lhe desse na dita qujmtaa e a Iso nẽ elle sõr doutor nẽ seos socesores terjam duvjda nẽ embarguos nẽ em tempo allgũ Irjaõ comtra este seu comserto amtes em todo e por todo o comprjrjaõ asy e da manejra q̃ aqui vaj declarado ao q̃ elle sõr doutor se obriguou per sua fazenda e Remdas avydas e per aver e polla dita qujmta q̃ especialmẽte para ello Ipotecou. e cada hũ paguarja a sua parte das custas destes autos e q̃ quãtos aos dizimos q̃ lhe pediaõ dos anos decursos q̃ eses lhe naõ querja elle sõr Rejtor nem seu collegio levar e lhos qujtavaõ e larguavaõ livremẽte cõ tall comdicaõ q̃ elles sõr doutor e seos socessores lhos pagarem doje em diamte da manejra q̃ dito he asy dos ditos sestos q̃ ele doutor levava dos casejros como de todas as majs novidades atras declaradas e q̃ tudo isto faziaõ pa boa paz e comcordia e por naõ saberem o fim da demanda por todos elles serẽ Incertos no q̃ todo elle sõr Reitor e seu procurador cõsentiraõ e o acejtaraõ e todo o outorguaraõ e pediraõ q̃ este cõserto jullguase per semtẽça pa guoarda e cõservaçaõ de cada hum delles partes e do dito collegio no quoall cõserto asinarja a Sõra dona fra molher delle sõr doutor e cõ Isto pedio se Jullguase per sẽtemça o q̃ todo elles partes e cada hũ per sy acejtaraõ louvaraõ (?) e outorguaraõ e foraõ testes presemtes jorge esteves morador em llordomaõ e greguorio frco de saõ Joaõ de tarouqua e eu symaõ dalmejda o escripvy. frej gerardo das chaguas Abade Reitor / o doutor Roque pra tavares / dona fra Rebella / frco pires de moraes / gryguorjo frco / Jorge esteves ta / E sendo fejto e asjnado o dito termo de cõserto atras

como dito he pollas partes nelle me pedirem q̃ eu asy o Jullguase por mjnha semtemça mãdej q̃ pª iso me fosem os autos Jũtos ao djto termo cõclusos pª asy mãdar o q̃ fose Justiça e semdo-me cõclusos em eles pronũciej a minha setẽça segimte finall // visto o termo das partes atraz que estaõ avindos e cõsertados sobre esta demanda Jullguo o tall cõserto por mjnha semtẽça por bom firme vallioso e mando que valha e se cũpra como se nelle cõthem coJmbra a synquo de majo de novemta anos / A quoall sẽtẽça foj por mjm pubrjcada nesta cidade de coJmbra em mjnhas pousadas aos cinquo dias do mes de majo de novemta anos a Rª das partes e por parte dos ditos autores me foj pedido q̃ pª guoarda e cõservaçaõ do dito comvẽto lhe mãdase dar sẽtẽça dos autos e eu lha mãdej dar e se lhe pasou a presemte a quoall mando autoritate ordinarja se cumpra e guoarde em Juizo e fora delle como se nella cõtẽ e como per mjm he jullguado acordado sẽtemceado e detremjnado sem duvida nẽ embarguo allgũ q̃ a ello posto seja e se lãçara no cartorjo do dito cõvẽto pª ẽ todo tempo se saber dello e da obrjgaçaõ dos ditos dizimos da dita qujntã das propiadades do dito Reo e se paguam na forma do dito cõserto pª sempre / e por ella mesmo admoesto e mãdo a prjmejra segũda e tercª vezes ao dito doutor Roque pª tavares Reo em virtude dobedičcia e sob pena de escomunhaõ q̃ ẽ termo de sejs dias q̃ lhe dou e asino pollas tres canonjcas admoestacoes dous dias pª cada canonjca q̃ faz do dito termo persiso e peremtorjo ele pague aos ditos autores da sua parte de custas do escrjvaõ de seu sallarjo e de seu procurador e doutras custas meudas e necesarjas q̃ elle dito Reo fezq̃ se lhe mõte paguar decllaro q̃ naõ pagará o Reo nestas as quoais custas foraõ contadas por o cõtador deste Juizo e Isto afora o fejtio e sello desta sẽtẽça q̃ o mostejro paguou por ser pª seu cartorjo q̃ tudo o Reo pagara no dito termo de seis dias allias pasados e não paguando a sua dita parte de custas acima declaradas ponho e si (?) por posta ẽ sua pesoa delle dito doutor Reo sẽtẽça da escomunhaõ major ẽ estes presẽtes escrjtos e o cito e chamo pª agravaçaõ dos majs procedimẽtos e sẽsuras e sob a dita pena descomunhaõ major e de dez ttdos pª as despezas da Justiça e acusador mando a quallquer cleriguo notajro taballiaõ escrivaõ ..... oficiall de Justª q̃ com esta da mjnha parte for Requerjdo a notifique ao dito doutor e asemtẽ a notificasaõ nas costas della cõ testes presẽtes ou em modo q̃ faça fee dada na dita ci-

dade de coymbra sob meu synall e sello do dito sõr bpõ q̃ amte mj̃ serve aos vinte e nove dias do mes de majo de mill e quinhemtos e novẽta anos / decllaro q̃ naõ paguara o Reo custas nẽ sello nẽ feytio de sentença porq̃ paguou a sua parte amtes da sentença tirada nẽ asinada sjmaõ dallmda escripvaõ a fez escrepver e .....

.....

(*Cartório do Colégio de S. Bernardo*, t. IX, fl. 348).

XVIII

Aditamento à réplica na acção movida pelo Colégio de S. Bernardo, contra Roque Ferreira Pereira e Paio Correia Pereira, sobrinhos e herdeiros de Isabel Tavares.

Acresentando a Replica percisa de restituiçaõ conforme a licença de V. M. dizem os A. A. e se comprir

Que os Reos contra termos de direito no lugar da replica ujeraõ com huã noua contrariedade e resão della naõ so differente mas ainda encontrada com huã contrariedade q̃ tinhaõ feito en seu lugar; a fim de q̃ naõ cabendo lugar aos A A pera responderem a dita contrariedade por ser dada no lugar da treplica ficassem os ditos A A lesos em sua iustiça. E q̃ seia a ditta contrariedade noua encontrada com a primeira mostrasse porq̃

q̃ na primeira contrariedade a resão por onde os R R se defenderaõ no praso e quinta da contenda foi com diser q̃ sempre a ditta quinta fora tida e avida de todos os seus anteçesores e do mundo todo por liure e naõ praso nẽ foreira e q̃ isto era assim e q̃ auia mais de dusentos annos e q̃ nessa posse estiueraõ assim elle como os ditos seus antesesores e pello contrario

q̃ os R R no nono artigo de sua treplica e no desimo e outros muitos artiguos disem q̃ os dittos seus antesessores sempre conheseraõ a quinta da contenda por foreira ao Mosteiro A. por lhe ser julgada por bem emprassada pello ditto Mosteiro auia mais de sem annos. Mais assim

q̃ os R R em sua contrariedade disem q̃ ao Mosteiro ditto de S.

Paulo se naõ deuia foro algum da d. quinta mais q̃ taõ somente hum censo q̃ fora deixado em forma de legado pio ao ditto Mosteiro A. e q̃ esse ditto censo tinhaõ elles R R. por uesses offeresido aos A A. e por naõ quererem reseber o depositaraõ E pello contrario

q̃ no nono artiguo da treplica dissem os R R q̃ sempre elles estiveraõ prestes pera pagarem o foro e reconheserem o Mosteiro A. com elle e pello não querer reseber o tinhaõ depositado. Assim mais

q̃ en sua contrariedade dissem os RR. q̃ a quinta da contenda foi de joaõ vas de uilla franca e por sua morte ueo a outras pessoas por desendensia e q̃ desas uiera Simaõ uas Camoes e q̃ depois delle a possuira Dona Fr.ca Rabella sua molher e depois desta o Douthor Roque Pereira a quem Isabel tauares tia dos RR. a tirara por demanda e a deixara ao R. Paio correa pereira como a seu herdeiro q̃ era. E pello contrario

q̃ os RR. dissem no artigo 14 de sua Replica q̃ a ditta quinta da contenda ueo a ditta jsabel tauares por lhe ficar de seu pai joaõ uas de villa franca e de sua Mai Branca tauares o q̃ sendo assim naõ podia a ditta quinta uir ao ditto Simaõ uas Camoens e depois a ditta sua Molher dona francisca Rabella porquanto o ditto Simaõ uas Camoens foi irmaõ enteiro de pai e Mai da ditta Isabel tauares e assim e por faleçimento dos dittos pais a ditta quinta ueo enteira ao ditto Simaõ uas Camoens e assim a possuio toda sua uida e depois delle sua Molher mal podia uir a ditta quinta dos dittos pais a ditta Isabel tauares o q̃ suposto

q̃ Conforme o direito qui allegat contraria non staudiendus, e assim a ditta noua contrariedade e artiguos della naõ devem ser admitidos porquanto isso seria gram preiuisso delles AA. porq̃

q̃ a resão delles AA. naõ pedirem antes de sua Replica aos RR. q̃ mostrassem a sentença ou pello menos disessem o fundamento por onde a ditta Isabel tauares tirara por demanda a ditta quinta da contenda ao ditto Douthor Roque pereira foi porq̃ pera os Autores fundarem sua iustiça bastaualhes q̃ a quinta da contenda tiuesse uindo por desendencia ao ditto Simaõ uas Camoens e a ditta sua Molher como disem, o qual fundamento negado era nessesario ver o fundamento por onde a ditta Isabel tauares tirou a dita quinta e por conseginte ouueraõ os AA. de faser differente replica no q̃ tudo ficaõ lesos auendo ser admitida a noua contrariedade dos RR. E assim Mais

q̃ se os RR. no proprio lugar da contrariedade alegaraõ a sentença q̃ alegão nos artigos da noua contrariedade na treplica a qual sentença dissen ser dada no casso presente contra o mosteiro A. pediraõ elles AA. uista da ditta sentença e achando q̃ era uerdadeira naõ fariaõ mais custas no q̃ tudo estaõ lesos por se naõ traser a ditta contrariedade en seu proprio lugar. Pello q̃ mais

q̃ se acasso os RR. na resposta destes artiguos uierem com outra noua resaõ e nouos artiguos de contrariedade não devem ser admitidos porquanto assim como o A. na Replica não pode acresentar os artigos do libello por cousas encontradas senaõ só responder a contrariedade do R. assim o R. na treplica naõ pode acresentar com cousas encontradas os artiguos da contrariedade senaõ so responder a replica de A. porquanto de outro modo aueria artiguos de contrariedade sen Replica e condenado o A..... dita parte. E pera q̃ se veia clarissimamente q̃ a resaõ do A. alegar cousas encontradas he naõ ter iustiça alguma.

q̃ o praso da quinta da contenda he hereditario e assim conforme o direito naõ pode nelle suseder pessoa alguma sem ter a qualidade de herdeiro a qual a ditta Isabel Tauares nunca teue nem foi herdeira de algun ultimo posuidor do ditto praso porq̃

q̃ por falecimento do dito joaõ vaz de villa franca e se de sua Molher Branca Tauares pai e Mai da ditta Isabel Tauares e ditto Simaõ uas camoens, a ditta Isabel Tauares fes doaçaõ irreuogauel entre uiuos de toda sua legitima e herança q̃ lhe podia pertenser e assin do dito e Mai como dos outros jrmaõs todos ao dito Simaõ Vas Camoens seu jrmaõ a qual ditta doaçaõ lhe fes por setesentos e corenta milreis os qnais no mesmo dia a ditta Isabel taurres recebeo en dinheiro de contado specificando na ditta doaçaõ q̃ lhe daua a ditta herança naõ so q.to as mais cousas mas tambem q.to aos prasos em q̃ podia soseder. E pera q̃ isto se ueia mais claro

q̃ a ditta Isabel tauares naõ teve mais irmaõs q̃ o ditto Simaõ vas Camoens e Don Bento frade de Santa Crus cuia legitima ficou ao ditto Simaõ uas Camoens e Esteuaõ uas Camoens e Enrique de freitas q̃ naquelle tempo eraõ falecidos tidos e auidos por tais e como de defuntos deixou a ditta Isabel tauares a herança q̃ delles lhe podia uir pello ditto dinheiro ao d. Simaõ uas Camoens. Alen disso

q̃ entre a ditta Isabel tauares e mais irmaõs ouue partilhas e

nellas nen a ditta quinta ficou a ditta Isabel tauares nen a outro algun irmaõ de quen ella a pudesse erdar. porq̃

q̃ o ditto Simaõ uas Camoens en virtude da folha q̃ lhe coube tomou posse da ditta quinta e assim como propia a possuio enquanto uiueo : e depois disso

q̃ o ditto Simaõ uas Camoens deixou por herdeira uniuersal a sua Molher Dona francisca Rebella e ben assin lhe deixou a ditta quinta esta deixou por herdeiro a seu segundo Marido o Douthor Roque pereira com a dita quinta. E assim

q̃ a ditta dona francisca Rabela possuio a ditta quinta enquanto uiueo e depois o D Roque pereira te q̃ a ditta Isabel tauares lha tirou pello q̃ se deixa ver claro q̃ mal dissem os R R. en sua treplica q̃ a ditta quinta ficou a dita Isabel tauares dos dittos seus pais donde visto como a d. Isabel Tauares não herdou a d. quinta de seus pais nem de algum de seus irmãos, nem de outro algum possuidor della.

Q. alem de a ditta Isabel tauares lhe faltar a qualidade de herdeiro requesita no ditto titulo e por conseguinte todo o direito q̃ nella como emphiteuta podia ter ben assim lhe falta todo outro qualquer iusto titulo con q̃ pudesse posuir a ditta quinta e por conseginte como os RR. naõ tem mais direito q̃ o da dita Isabel tauares se deixa ben uer q̃ nenhun dereito tem na ditta quinta e assin como cousa q̃ por nenhuã uia lhe pertençe a deue largar ao mosteiro A. q̃ he como os mesmos RR. confesaõ o direito senhorio. Alen disso

Q. os RR. ha des ou dose Annos possuen a ditta quinta e quando menos passa de seis annos asima. Mais

Q. os RR. e seus antesesores sabiaõ todos mui bem q̃ a quinta da contenda era foreira e assim o confesaõ os RR. na sua treplica da confiçaõ da qual e da q̃ fiseram na sua noua contrariedade protestaõ os AA. ainda essa naõ obstante q̃ os artiguos da ditta noua contrariedade naõ seiaõ admitidos E q̃ a confissão ahi feita seia verdadeira mostrasse porq̃

Q. no inuentario q̃ se fes da fasenda q̃ ficou do ditto ioaõ uas de villa franca esta hum titulo q̃ dis ser das escrituras q̃ ao ditto ioaõ uas ficaraõ e deste titulo consta ser a quinta da contenda praso de S. Bernardo donde como este inuentario ande num feito publico q̃ ha m.tos annos corre entre a ditta Isabel tauares e o ditto Douthor Roque pereira e os RR. e do ditto inuentario tirassem o R. Paio Correa perei-

ra ha mais de quinse anos huã certidaõ fasendo mençaõ nella do dito titulo das escrituras q̃ anda nun feito en q̃ o dito R. foi procurador da ditta Isabel tauares bem se deixa uer q̃ naõ podem alegar ignorançia q̃ a quinta da Contenda fosse prasso de S. Bernardo maiorm.te pois assim o confessaõ alegando huã sentença q̃ dissem ser auida ha mais de çem annos sobre a ditta quinta ser bem aforada pello mosteiro A a qual sentença de qualquer calidade que seia mostra claro ser a ditta quinta prasso E naõ censual specialm.te confessando o ditto R. q̃ o titulo do ditto praso da ditta dona fr.ca Rabella ficou ao ditto Douthor Roque pereira como se deixa uer no artiguo de sinco e seis da treplica. donde

q̃ conforme a ordenação do Reino tem o R. perdido todo o direito da ditta quinta pois sabendo q̃ era ella praso ha 10 ou 12 annos som.te naõ pagou o foro nem o depositou ategora antes arguindo o disso o A. contestou a demanda negando devesse lhe foro algun ao Most.re A. e afirmando q̃ so censo se lhe deuia. Alem disto q̃ suposto q̃ a terra de Lordemaõ andase aforada en fateusin antes do ditto titulo feito ao Conego Gil pires todauia delle se pagauaõ as resoens de b, c, d, ao Most.re A. donde supposto q̃ o titulo feito ao dito Conego pudesse ser fateosim q.te a propriedade da terra do modo q̃ os caseiros Antesessores a trasiaõ: todauia q.te as rasoens q̃ de novo foraõ enprasadas naõ podia o dito titulo ser fateosim nen pera requerer este ponto tem o R. prescripsão alguã contra o mosteiro A. porquanto o ditto ponto naõ conuinha tratar se senaõ agora acabadas tres uidas. donde quando menos deue o ditto titulo ser iulgado por deuidas e naõ fateusim e sendo em uidas nen tem obrigacam o most.e A de o renouar. E assi

q̃ na ordem de S. Ber.do e nos mais conuentos semelhantes naõ podem os Abbades per si sos faser enprasam.te algum senaõ q̃ o fas o conuento q̃ que fes o ditto titulo ao ditto Conego não podia correr prescripsão maiorm.te

q̃ na ordem de S. Ber.e en Portugal ouue sempre Abbades perpetuos te a era de 1550 annos pouco mais ou menos alen disso

q̃ os titulos antiguos q̃ os caseiros da ditta quinta renunciaraõ nas maos do conuento foi para efeito de se fazer nouo titulo ao dito conego e assin se fes tudo en continente no mesmo dia donde conforme o direito as clausulas q̃ faltaraõ no nouo titulo se haõ de buscar nos

uelhos nen he uisto conseder o Most.ro no nouo titulo mais de q̃ tinha consedido nos uelhos q.do expressam.te o naõ declare donde e como nos titulos uelhos as resoens fosen do most.ro A. e no titulo nouo nenhuã mençaõ se faça do most.ro A. demitir de si as ditas resoens senaõ q̃ so modifique o foro fica claro q̃ as ditas resoens ficaraõ reseruadas ao most.ro na conformidade dos titulos antiguos maiorm.te naõ au ndo resaõ alguã p.a o most.ro as largar porq̃
q̃ todas as terras do limite de S. Paulo q̃ saõ uisinhas e contiguas con as da dita quinta pagaõ ao most.ro Resaõ e foro de tempo ememorial sendo assim q̃ a terra da ditta quinta milhor q̃ m.tas dellas ou seg.do comumemte affirmaõ milhor q̃ todas.

(*Cartório do Colégio de S. Bernardo,* t. XIII, fl. 138 e seg.).

XIX

Certidão da tréplica do réu Roque Ferreira Pereira na acção movida pelo Colegio de S. Bernardo, sôbre a quinta de Lordemão

Dizem o Reitor e religiosos de S. Bernardo do collegio desta cidade de Coimbra q̃ pera bem de sua iustiça lhe he necessario o treslado da treplica com q̃ veo Roque ferreira p.ra na demanda q̃ elles supplicantes trasem diante de v. m. sobre a quinta de Lordemam de q̃ he escrivam Ant.o uas Martins pello q̃

Pedem elles supplicantes a v. m. mande ao d. escrivam lhe de em forma q̃ faça fe o treslado da dita treplica e

Recebera .m. e Just.a

Passe do q̃ constar

Monteiro

Satisfazendo ao pedido na peticaõ asima dos supljcantes os Reuerendos padre Reitor e mais padres do collegio de Sam bernardo da cidade de Cojmbra e ao despacho atraz do lecemceado nicullao mõtejro coneguo prebemdado na see cathedrall da dita cidade e vigario gerall em ella e seu bispado pellos se*nhore*s do cabido da dita

see sede vacante ap*ostolic*a certifico e dou minha fee eu Antonjo Vaz martins escrjuaõ no juizo ecllesiastico da mesma cidade e bispado que em meu poder he hũ feito ciuell de que saõ es*crip*vaõ e o quall corre no dito juizo entre partes os Relligiosos do dito collegio de Sam bernardo e Reo o padre Roque feRejra perejra clleriguo de ordens de epistolla Rezidente em Lordemaõ termo da mesma cidade em o qual feito esta a tRepica com que o dito Reo nelle vejo de que os supljcantes em sua peticaõ fazem menssaõ da quall ho tresllado de verbo he o seguinte

T Repca

Prouara que a quinta de lordomaõ pertence ao Reo e della esta de posse paciffica per ssj e seus antecessores que possuiraõ a dita quinta ha mais de duzentos annos sem contradissaõ alguã

Pouara que os ditos possuidores da dita quinta nunqua reconheceraõ ao mostejro de sam paullo cõ mais foro nẽ pensaõ que de cento e quatorze rs, porquãto na dita quinta naõ tem o djto mostejro outra Remda nẽ foro ainda que seija senhorio direjto das ditas propiedades nem dellas se lhe pagou laudemio terradeguo ou dominio em tempo allgum

Pouara que o ulltimo prazo que da dita quinta se fez foi feito ha mais de cento e setenta annos a hũ gil pires coneguo da see de cojmbra e foi feito ho dito prazo com todas as solenidades de direjto sem nelle auer dollo nẽ engano allgum nẽ mallicia da parte do dito coneguo nem do abbade que o dito prazo fez.

Pouara que ao tempo que o dito prazo se fez estauaõ as terras da dita quinta de matos e tudo taõ denefficado que pondosse a preguaõ as ditas propriedades não ouue quem por ellas desse coussa allguã e soo o dito coneguo as aceitou com o dito foro de cento e quatorze rs fatheosim e perpetuo.

Pouara que ao tempo que se fez o dito prazo naõ Remdiaõ as terras de lordomaõ coussa allguã e mais de sesenta anos depois de feitas mujtas bemfeitorias pello djto coneguo e por sua filha e genrro q̃ jmmediatamente lhe sucederaõ e depois por Joaõ Vaz de Villafran-

qua naõ vallia a dita quinta de aRemdamento des mill rs como cllaramente constara do aRendamento della.

Pouara que dado e naõ concesso que no dito prazo falltassem sollenidades allguas e naõ fosselegitimamente feito comtudo por tempo de cento e setenta anos e prescripssaõ taõ jmme*mo*riall que exceda toda a memoria dos homẽs se presume ser tudo solemne e canonicamente feito e naõ se pode aleguar defeito de solemnidade onde ha prescripssaõ de cento e setenta annos

Pouara que contra o dito prazo pera effeito de ho anullar pellas mesmas caussas e defeitos que agora articúllaõ os Autores moueraõ demãda o mostejro e collegio de sam paullo a Joaõ Vaz de Villa franqua possuidor do dito prazo e quimta e uintillãdosse a materia na cassa da supllicassaõ de lixboa se deu sentenssa contra o abbade do dito mostejro em fauor do djto Joaõ Vaz decllarando-se e jullgandosse na dita sentenssa que ho mostejro naõ tinha direjto algum no dito prazo e que elle fora feito legitimamente cõ as sollenidades de direjto.

Pouara que a dita sentenssa se deu na cassa da supllicasaõ pellos desembarguadores dos agrauos ha cem annos e passou em caussa jullguada sem della auer mais apellasaõ nẽ agrauo pello que ha cem annos que os Autores estaõ excllluidos de sua aucaõ e foraõ comdenados naquillo mesmo que agora jndiuidamẽte jntentaõ afim de molestar e uexar o Reo;

Pouara que o Reo tẽ e teue sempre boa fee possuimdo a dita quinta como sua que he lljure e sem embarguo allgum mais que o dito foro de cento e quatorze rs cõ que estaa e esteue sempre prestes pera reconhecer ho djto mosteiro e assim tem depossitado por Authoridade de justiça a dita penssaõ cõ que fez oferta por mujtas vezes aos Autores e a naõ quizeraõ Receber;

Pouara que os antecessores do Reo sempre tiueraõ a mesma boa fee por a dita quinta the ser jullguada pella ditta sentenssa e os

Autores comdenados que lhe naõ pertencia a dita quinta pella dita sentenssa auida ha cem annos

Pouara que ajnda que ouuera maa fee presumpta o que se negua esta maa fee esta purguada com prescripssaõ taõ jmmemoriall e curso de tempo que excede a memoria dos homens como de direjto se apontara

Pouara que os Autores e o dito seu mostejro nunqua receberaõ laudemio nẽ terradeguo da dita quinta de mais de duzentos annos ha esta parte e o Reo per ssj e seus ãtecessores esta em posse de os Receber e os tem prescripto contra ho dito mostejro com posse mais de sentenaria e alem disso tem uencjdo pella dita sentenssa aos Autores e ao dito mostejro nos ditos teRadeguos jullguãdosse que naõ pertencem ao dito mostejro.

Pouara que o Reo nunqua teue titollo allgum da dita quinta porquãto Roque perejra os tinha em seu poder e a quinta lhe foi tirada por demãda e elle os Reteue sempre em ssj e os deixou a quem lhe pareceo priuando ao Reo dos djtos titollos que de *direi*to lhe pertenciaõ

Pouara que o ho Reo he sobrinho de jsabell tauares ultima possuidora que foi da dita quinta por lhe pertencer de direjto e ficar de seu paj joaõ vaz e sua maj branqua tauares senhorios e possuidores que da dita quinta foraõ.

Pouara que a dita jsabell tauares fez seu testamento em que jnstituio por herdejros ao Reo e a seu jrmaõ paio correa perejra e assj lhe deu a dita quinta que como naõ he morguado nẽ capella e he de bens lljures podia dispor e fazer della o que lhe parecesse como de ffeito fez deixando a ao Reo e seu jrmaõ os quaes naõ duuidaõ visto o prazo Reconhecerẽ aos Autores por senhorios direjtos na forma da posse em que estaõ de pagar o foro de cento e quatorze rs do que he publjca uos e fama; o que tudo se conthem e he decllarado nos propios artigos de Replica do Reo cõ o tresllado dos quaes passei a prezente certjdão que comcertej bem e fielmente cõ os pro-

pios escrjuaõ comiguo aqui asinado e vaj tudo na v*er*dade sem leuar coussá que duuida faca e aos propios que ficaõ em meu poder em todo e por todo me Reporto em cojmbra de outubro uinte e sinquo de mill e seis sentos e uinte e tres annos; montasse esta certidaõ cento e sinqoenta e seis rs sobredito ant*onio* vaz m*artinz* escrjvam q̃ ho sobesc*re*vj. . . . . .

. . . . . .

concertado p*or* mj es*cri*pvam

Cons*er*tado comjgo es*cri*pvaõ . . . . . .

p.º leite

(*Cartório do Colégio de S. Bernardo*, t. XIII, fl. 448).

XX

Instrumento de venda, de 2 de Março de 1627, por parte de Catarina Freire, viúva de Paio Correia Pereira, e do Padre Roque Ferreira Pereira, ao Colégio de S. Bernardo, da quinta de Lordemão

Em nome de Deus amen saibaõ quoantos este publico instromento de cartta de pura venda deste dia pera todo sempre virem que no anno do nascimento de nosso senhor Ihũo xpo de mill e seiscentos e uinte e sete annos em dous dias do mes de março do dito anno em a sidade de coimbra e Rua de Sancta Sofia della e dentro no collegio de Sam bernardo e na sella do mujto reverendo padre em cristo ho doutor e dom abbade frej flogencio coelho reitor do dito collegio e bem assim de prezente estaua ho reuerendo dom (?) abbade luis pinto abbade do Salluador de medrozo do bispado do porto e Ioguo por elle foi ditto que elle hee procurador bastante de donna catherina freire veuua que ficou de paio correa pereira q̃ Deus tem sua Irmaã moradora na cidade do porto como loguo fez serto por hum publliquo instromento de procurasaõ que aprezentou o quoall consta ser feito nas notas de pantalliam pinto taballiaõ de notas na cidade do porto e por elle he escrita cõ seu sinall publliquo ho pee della segundo delle tudo paressia e consta pella ditta procurasaõ ser feita em uinte e dous dias do mes de feuereiro deste prezente anno de seis çentos e uinte e sete na quoall procurassaõan-

daõ nomeados por testemunhas bento da costa e antonio teixeira e manuel ferros todos famillíares e creados da dita constituinte dona caterina freire asinou por sua maõ por saber escreuer como tudo consta da ditta procurasaõ e outrosim consta pella procurasaõ larguamente ella ditta dona catherina freire fazer ao dito seu jrmão luis alluares pinto seu bastante procurador com poder de sobestaballecer hum e muytos procuradores e entre os mais poderes que na ditta procurasão lhe dar larguamente lhe da o poder pera elle em nome della constituinte poder vender e venda a quinta de lordomão de iunto desta cidade que lhe pertẽse e o que nella lhe cabe por morte e fallecimento do dito seu marido atras nomeado e uidas e dereito que nella tem e vendella ao Reitor e padres do collegio de sam bernardo desta cidade e a vẽda em presso e contia de nouecentos e trinta mil Reis e os Resseber e dar quitassão e fazer disso da tall uenda escretura com todas as clausullas e condissõis que se costumão de fazer em semelhantes compras e uendas como tudo mylhor e mais compridamente se contẽ na ditta procurassão que fiquou em poder do ditto abbade ha que me Reporto e assim loguo por ho dito abbade luis aluares pinto atras nomeado foi dito que elle outrosim hee procurador bastante de Roque ferreira saserdote de myssa estante na çidade de lisboa como loguo fez serto por hum publico instromento de procurassão que apresentou a qual consta ser feita nas notas de cristouão de Sequeira tabalião de notas na sidade de lisboa por elle sobescrita e com seu sinall publliquo ho pee della como tudo delle paresse e consta pella dita procurasam ser feita em quatro dias do mes de janeiro deste prezente anno de seis centos e vinte e sete na quoall procurasão andão nomeados por testemunhas bento matias descouar escrivão das iustjfiquasois da lleguacia do arcibispado e antonyo cerrea rezidente no dito passo que ambos disserão ser ho outorgante e consta pella dita procurasão larguamente elle dito Roque ferrejra fazer ao dito Luis allvares pinto seu bastante procurador em tudo a bundozo (?) pera poder vender a sua quinta de lordomão que estaa junto ha esta cidade a quem quizer e os presos por que vender resseber e dar quitosam e tudo afirmar escritura tam compridamente como elle fizera sendo prezente com todas as clausulas e condyssois que se costumão de por em semelhantes compras e obriguar seus bens como tudo millior e mais compridamente se contem na

ditta procurasaõ que ficou na mão do ditto abbade a que me Reporto e outrosjm pello ditto procurador constituido loguo foi aprezentado hum chamado testamento que por elle consta ser de paio correa pereira atras nomeado que Deus tem segundo parese e antre as mais cousas que nelle se contem assim hee huã verba em que dis que nomea por sua unyversal erdeira e testamenteira a sua molher dona catherina freire de todos seus bens como milhor e mais compridamente consta do dito testamento que fiquou em poder do dito abbade a que me Reporto e loguo por elle ditto luis allv*a*res pinto foi dito que antre hos mais bens de Raiz que seos constituintes tem e de q̃ andaõ de posse assim hee da quinta de lordomão de iunto desta cidade a quoall foi de Roque pereira que Deus tem morador que foi nesta cidade da quoall hee direito senhorio este ditto collegio e parte a ditta quinta com terras delles compradores e de seu mosteiro de sãm paullo e da bãda do norte com terras e olivais do lugar deiras e com vinhas desta cidade e com as mais confrontassois com que de dereito deua e ayaa de partir e assim de monte en fonte como seus constetuintes a traziaõ e trouxerão Roque pereira e sua molher e isabel tavares; e loguo por elle dito luis allu*a*res pinto que presente estaua foi dito em prezenssa de mim taballião e das testemunhas ao diante nomeadas que elle por este publlico instrom.to em sua pessoa e de seus constituintes e por vertude de suas procurasois estaua contratado como de feito loguo se coutratou com o dito Reittor deste colegio atras nomeado e padres delle que prezente estaua pera lhe vender a dita quinta de lordomão assim a nomeada e confrontada e assim e da manejra que ella toda pertensja de monte en fonte a seus constituintes e milhor se milhor com direito puder ser como de ffeito loguo lha uenderão deste dia pera todo sempre a elle dito reitor e padres deste collegio e pera o dito collegio e seus sosessores deste dia pera todo sempre e isto em presso e cõtia serta e nomeada e sabida de noue centos e trinta mill Reis em dinheiro de contado forros e empos e en salluo pera elles vendedores os quoais noue çentos e trinta mill reis elle dito procurador constituido luis alluares pinto Ressebeo ao fazer desta ditta escritura da mão do dito reitor comprador e perante mim taballião e das testemunhas ao diante nomeadas por dinheiro de prata moeda corrente deste Reino que elle vendedor contou e olhou sem

lhe faltar cousa alguã e o ressebeo em sim e loguo por elle foi ditto que elle em sua pessoa e em nome de seus constituintes e por vertude de suas procurasois doje pera todo sempre daua como de feito loguo deu a elles ditos(?) compradores e o seu collegio e bẽis por quites e liures dos ditos noue sentos e trinta millreis pelos em sim ter ressebidos que hee o presso e conthia por que lhe vendeo a ditta quinta atras nomeada e confrontada dizendo mais elle dito uendedor e por vertude de sua procurasão de seus constituintes que da dita quinta e suas pertensas e Rendas e direitos della de tudo demetia de sim e de seus constituintes todo ho direito senhorio e posse e aussaõ e ausõis e vso e fructo e quoallquer outro dominio e dereito que nella tenhão ou possão ter por quollquer modo cuia que seia tudo loguo disse que sedia como de ffeito loguo sedeo e trespassou nelles dittos compradores e em seu collegio e sosessores que delles pera todo sempre uierem pera desta ditta quinta e suas pertensas poderem fazer e despor como de cousa sua que hee liure e desembargada dizendo mais elle dito procurador constituido q̃ elle em nome de seus constituintes que des naguora e quando quizerẽ elles ditos compradores por sim e por quem lhes aprouuer sem mais sua liçenssa nem authoridade de iustjssa que pera ello lhe seja necessario podem tomar e tomem posse da dita e suas pertensas e logradouros e entradas e saidas e de tudo assim e da maneira que ella pertensia ha seus constjtuintes posse corporall e autuall siuell e naturall que por esta escriptura somente os haa por metidos e emuestidos na ditta posse corporall e autuallmente e que des nagora elles vendedores se constituẽ por simplles collonos e pessuidores da dita quinta e suas pertensas debaixo da mão e poder delles compradores e de sobsessores dizendo mais elle dito vendedor e procurador constituido que por este estromento e em nome de seus constituintes se obriguaua como de ffeito loguo se obriguou a elles dittos compradores e seus sosessores de pera todo sempre lhe fazerem esta ditta escretura boa e de pas e de iusto tjttollo de toda a pessoa ou pessoas que contra ella quizerem hir por quoallquer modo e uia que seia a tudo serão autores e defenssores e tudo seguirão atee mor allsada e fjnall despacho e de tudo tirarão apos e asalluo ha elles compradores sob penna de lhe paguar os dittos noueçentos e trinta mill reis presso desta ditta escretura com todas as mais custas e perdas e danos e

bemfeitorias que na ditta quinta forem feitos dizendo mais que sendo cazo que elles vendedores ou cada hum delles ou outra quoallquer pessoa em allgum tempo per sim ou per outrem queirão ir contra esta ditta escretura em parte ou en todo nella não serão ouuidos nem admittidos em juiso algum nem fora delle sem primeiro dar e paguar ha elles senhorios e seus sosessores os ditos noue centos e trinta mill reis presso desta dita escretura e lhe serão entregues sem fianssa sem sem embarguo da noua lei que sua magestade passou pera se não depositar porque neste caso disse a Reuogaua e auia por Reuoguada ho que disse perante mim taballeão e das testemunhas ao diante nomeadas dizendo mais elle dito vendedor que pera todo o comprimento desta ditta escretura em nome de seus constitointes e de quada hum delles e por uertude de sua procurasão se desaforaua como de feito logo se desaforou de iuiz e iuizes de seu foro como de todos e quantos preuillegios e leis liberdades ordenasois que por sim alleguar possa e ferias de pão e uinho e que por todo ho toquante a esta escreptura e suas dependenssias querẽ responder diente do conseruador da Unyuercidade desta cidade ou corregedor ou yuiz della e diante de cada hum delles que hoie são e no tail tempo ho forem e estar a obediencia de seus mãodados e sentensas e dellas não quer appellar nem aggrauar e do procedido dellas se lhe fazer execusão em seus bens dizendo mais que pera todo ho cumprimento desta escretura obryguaua como de feito loguo obriguou todos os bens de seus constituintes e de cada hum delles por vertude de suas procurasois moueis e de Raiz auidos e por auer e onde quer que elles os tenhaõ aqui os auia por nomeados e ipotecados como se aqui o farão nomeados por seus proprios nomes e honde estão e que se obrigua de dar a elles compradores todos os papeis que achar toquantes a esta ditta quinta e disse elle dito vendedor que nesta escritura não entra ho oliuall que estaa peguado o lugar que foi de manoel correa desta cidade por fiqua de fora della he os direitos fiquão com a quinta e assim ho outorgou e que o ditto oliuall fiqua com elles vendedores assim e da maneira que ate gora ho pesuem ho que tudo aseitou ho ditto Reitor por estar presente e em nome seu collegio e apresentou a sertidão da sisa do ramo deiras que hee o seguinte // Certifiquo e dou fee eu balthezar gonsallves escriuão das sisas por sua magestade nesta villa deiras e seu Ramo que hee verdade

que no liuro dos bens de Raiz fiqua escrito e arecadado huã quinta e praso que disse cõpraua ho reuerendo padre Reitor e mais padres do conuento e collegio de sam bernardo da cidade de coimbra a quall quinta e prazo estaa honde se chama lordomão e parte com os dittos compradores deste Ramo o que disserão comprauão ao padre roque fereira morador na sjdade de lisboa e a dona catherina molher que fiquou de paio corea ueuua moradora na cydade do porto ho que disseraõ comprauaõ a ambos os vendedores por presso e cõtia de nouecentos e trinta myll Reis forros pera hos vendedores dos quais os ditos compradores paguaraõ loguo de sisa da parte da ueuua vendedora vinte e tres mill e duzentos e sinquoenta Reis por da sua parte e por cleriguo vendedor não deverem sisa por ser comvento e ho vendedor cleriguo e por cõstar aos yuis das sisas joão da costa desta uilla e ramo por hua procurasão publiqua que os compradores apresentarão ao dito iuis de como o vendedor hera cleriguo de missa e não deuer sisa mãodou a mym escriuão arequadasse a ditta quinta e prazo no liuro dos bens de rais e lhe passasse huã sertidão em forma ao que tudo fiz por seu mãodado os quoais uinte e tres mil e duzentos e sinquoenta Reis Ressebeo juze guomes depositario dos bens de Raiz deste Ramo e assinou aquy e no liuro cõ ho juis Ioão da costa e comjguo escriuão aos dous dias do mes de março de myll e seis centos e vinte e sete annos paguou desta e do asento no liuro sem Reis ballthezar glz ho escreuy ballthezar gonsallues joão da costa Jose gomes; E lanssada aquy a ditta sertidaõ da sisa com ella elles partes esta ditta escritura outorgaraõ como se nella contem em fee e testemunho de uerdade elle vendedor mãodou este lansar em mynha nota na quoall assinou e della outorguou aos ditos compradores outro deste theor e os que comprirẽ ho que tudo eu taballiaõ como pessoa publiqua e aseitante e estepullante este fiz e aseitei e estipulej tanto quanto com direitto posso e deuo e pellos portes ausentes o que este toquar possa testemunhas que presentes foraõ antonyo de gouuea sidadaõ desta cidade e guaspar fernandes marseneiro moradores nesta cidade e yoao pereira criado deste collegio e nelle morador lopo dandrade taballiaõ ho espuy e decllaraõ ho dito vendedor constetuido que lhe uendia a dita quinta como ditto hee com todos os seus dereitos Resõis pensõis foros e aues e dinheiro e tudo ho mais que se achar se deue a dita quinta e prazo e milhor sempre puderem auer e

do dito oliuall que fiqua de fora aos dittos vendendores de que atee guora os ditos compradores naõ Ressebiaõ mais do dito oliuall que dizimo que doye por diante paguaraõ a resaõ asim e da maneira como hee costume e decllararaõ mais elles compradores que elles compraõ a ditta quinta e prazo pera emcorporar e comsollidar com ho direito senhorio que hee este ditto collegio por andar estengido e desanexado das mais propriedades delle e assim ho outorgaraõ as testemunhas as sobreditas sobreditto taballiaõ ho escreuy // luis aluares pinto // antonyo de gouuea Ribeiro // João pereira // gaspar fernandes: ho qual estromento de carta de uemda eu sobredito lopo dandrade tabalião publiquo de notas por sua magestade nesta sidade de Coimbra e seus termos que esta escretura tomej em meu liuro de notas e delle este na verdade fiz treslladar bem e fielmente sem llevar couza que duvidosa ser posa e ho escrevj e Consertej com o propio donde esta se treslladou a qual em todo e por todo me reporto e aqui asinej de meu publiquo sinal que tal he

Pg deste e nota destreboisão
e camjnho seis sentos e simquoenta rs 650—

(*Cartório do Colégio de S. Bernardo*, t. XI, fl. 140).

J. Pinto Loureiro
Director da Biblioteca Municipal

O «MAPA DOS DIREITOS DO FORAL DE COIMBRA EM 1824»(1)

O Aviso régio de 1 de Setembro de 1790 estabelecia as primeiras medidas para uma estatística e tombo dos haveres de Portugal e, em 11 de Maio de 1793 e 15 de Julho de 1794, novos avisos régios publicavam o plano e regulamentos de correição para base duma Aritmética-Política que não era, senão, uma inventariação dos ditos haveres.

Não nos foi possível, ainda, encontrar, dos resultados obtidos nesse corregimento, a parte referente a Coimbra.

Mas existe no Arquivo Municipal de Coimbra um interessante manuscrito, intitulado «Mapa dos Direitos do Foral de Coimbra em 1824» e que, de certa maneira, corresponde à parcela ou factor que, na Aritmética Política Portuguesa, representava o concelho de Coimbra.

É constituído pela resposta aos «Quesitos sôbre que se manda ouvir a Câmara da Cidade de Coimbra» e foi elaborado pelo Dr. Bernardo José de Carvalho, vereador do Senado, nesse mesmo ano de 1824, o qual a assinou.

Deixando a outrem a apreciação diplomática e de método estatístico, queremos, sòmente, dar notícia comen-

---

(1) Vide nota da pág. 1, do vol. 87.

tada dos direitos foralengos de Coimbra, em 1824, segundo os têrmos do referido «Mapa».

O «Mapa» é constituído por 19 colunas verticais, contendo os «Quesitos», e que são pela sua ordem: 1)—Existência do foral; 2)—Sua origem e data; 3)—Direitos que manda pagar; 4)—Se o uso é conforme ao foral; 5)—Diferenças entre o uso e o foral; 6)—Senhorio que recebe; 7)—Como se arrecadam; 8)—Extensão do terreno; 9)—Direitos que mais vexam os povos; 10)—Preço do arrendamento actual; 11)—E do de 1819 e 1820; 12)—Encabeçamento dêsses direitos; 13)—Se há mais forais no mesmo distrito; 14)—E que se paga por êles ou por costume; 15)—Se há posse e o que se paga; 16)—Quem terá o Foral na falta de registo em Câmara; 17)—Objecto dos direitos, se é indigno ou estranho; 18)—Equilíbrio entre a utilidade dos senhorios e foreiros; 19)—Fruto mais abundante e análogo ao terreno.

Passaremos a referir os «Quesitos» pelo seu número de ordem na lista acima.

1)—Quanto a êste «Quesito», na coluna encontra-se o algarismo 2, o que parece indicar existirem dois forais.

2)—A êste «Quesito» responde-se na respectiva coluna «O 1.º dado pelo Senhor Rei D. Afonso Henriques em Coimbra no mês de Maio no ano de 1217 da Era de César e 1179 da Era de Cristo; o 2.º dado pelo Sr. Rei D. Manuel em reforma ao 1.º, em Lisboa, a 4 de Agôsto de 1516.»

3) 4) 5)—Abrangendo as colunas dos Quesitos 3, 4 e 5, uma série de linhas perpendiculares a elas abre um grupo de divisões, correspondentes, cada uma, a um direito e à sua conformidade ou diferença com o Foral.

Nesta notícia diremos qual o direito e sua conformidade e diferença, abrangendo, assim, estes três quesitos.

Os direitos eram:

a) *Jugada:* não conforme, pois se encontra reduzido a 1.400$ por contrato da Câmara com a Casa de Aveiro, sendo a diferença que o lavrador pagava 26 alqueires, o seareiro 9 e o cavão 3.

b) *Oitavo:* não conforme, pois não estava em uso desde 1794; havia sentenças e provisão de 30 de Janeiro de 1801; a diferença era que dantes, pagava-se de oitavo, um, do vinho e linho que lavravam os peões no aro da cidade.

c) *Direitos de louça:* não estava em uso; outrora pagavam-se duas peças por cada fornada.

d) *Fangas:* não havia, nem existiam do tempo do foral.

e) *Medidas:* não havia e outrora mandava-se observar o uso.

f) *Açougagem:* não havia e a diferença era que dantes se pagava 1 soldo de moeda antiga por cada dia que se talhasse carne.

g) *Peixe:* não estava conforme, pois havia ajuste do rendeiro e outrora mandava-se pagar 1 dinheiro por cada dia, carga maior 4, e menor 2 dinheiros.

h) *Verças:* não estava em uso; outrora as verceiras pagavam 35 soldos de moeda antiga por ano.

i) *Caneiro Real:* arrematava-se, sendo o maior lanço 210$; outrora a coutada no Rio Mondego era aforada a 10 pescadores que pagavam, de 3 quinhões, um.

j) *Dízima vélha:* era ajuste do rendeiro dos barbos e peixe miúdo; outrora, do 1.º de Janeiro até o 1.º de

Maio, pagava-se de 6, um, de todo o peixe; e, daí em diante, de 12.

k) *Dízima nova:* era também o mesmo ajuste; a diferença era do contrato geral feito com os pescadores do reino.

l) *Marisco:* também o mesmo ajuste; outrora, de carga maior pagava-se 6 réis e meio; e da maior (*sic*) em proporção.

m) *Dízima das Sentenças:* não havia; outrora o condenado pagava a décima parte das execuções do mordomo;

n) *Alcaidaria:* cada picadeiro pagava a maior pescada, ruivo e savel e êste, de 30, um; estava conforme ao foral.

o) *Forsas:* não estava em uso; outrora o forçado pagava 108 rs.

p) *Almocrevaria:* o almocreve do têrmo paga 108 rs. por carga maior e 54 pela menor, o que era conforme ao foral.

q) *Selayo:* estava em desuso desde 1789; outrora, de todo o pão cozido, se pagava, de 30, um.

r) *Relêgo:* estava autorizado pela provisão de 30 de Janeiro de 1801; era, outrora, de 3 meses, desde Novembro até Fevereiro, para se venderem os vinhos da Real Coroa.

s) *Gado do Vento:* estava em uso e era conforme às disposições do foral.

t) *Volão:* compreendia vários direitos e estava conforme ao tombo que o foral mandava observar.

u) *Portagem:* era arrematada por 1.300.000 rs., e estava conforme com as alterações da moeda.

v) *Tabeliãis:* pagava, cada um, 2.040 rs. por ano, conforme o foral.

x) *Montados:* não havia êste direito; outrora mandavam-se observar as posturas.

z) *Maninhos:* também não havia; outrora observavam-se as disposições da Lei das Sesmarias.

6)—Responde-se que recebe «A Coroa Real, depois do Confisco da Casa de Aveiro, sua antiga donatária.

7)—Arrecadavam-se os direitos «por meio de arrematação, pondo o Rendeiro vigias aos portos da cidade ou por Administração do Almoxarife como Provedor e Juiz dos Direitos Reais».

8)—O terreno sujeito ao foral era o têrmo da cidade de Coimbra e vários coutos da Comarca.

9)—Quanto a êste quesito, responde-se que eram os seguintes:

a) Ração de 3.º que pagam: a Ínsua do Padrão, de Francisco de Paula e Oliveira, além do fôro; a Ínsua dos Remolhões, por baixo do Campo do Ameal; três prasos e meio no Campo de S. Silvestre, de 8 geiras e 2 côvados cada um.

b) Ração de 4.º do Campo do Bolão, do 4.º da Corregedoura, de 2 Ínsuas no vau de Taveiro, uma dos Covieiros, duas em vale de Alvim, duas no Sacatroio, três nos Molhões, uma nos Alvimes e outra no Campo de S. Silvestre.

c) Ração de 5.º que pagam uma Ínsua no sítio dos Gatos e os Casais de El-rei do Ameal.

d) Fôro de 8 alqueires de pão, 6 geiras nas 12 geiras do Salão, além do fôro do lavrador.

e) Fôro de 24 alqueires que paga todo o lavrador do Bolão, quer lavre muito, quer pouco, de eiradega, guarda do Campo, medidagem, carreto e panal, e 15 o seareiro.

f) Eiradega da Vila de Eiras—10 alqueires de pão meado.

10)—Aqui responde-se que: Em administração desde o ano de 1821, no qual sòmente vendeu (ou *rendeu?*) 10.140$617 rs. No presente de 1824 ainda não estão apuradas as contas.

11)—No último contrato, de 1817 até 1820, se arrematou a Prebenda tôda por 32.600$000 rs. com a obrigação do Rendeiro pagar um por cento no Real Erário, para a Obra Pia e as propinas aos filhos da Fôlha dos 8 Almoxarifados, que andam por 2.000$ rs. em dinheiro, pão, vinho e azeite, e às Freiras de Jesus de Aveiro e o rendimento parcial dêste Almoxarifado pelas sublocações andar por 8.000$ e tanto de réis.

12)—Responde-se que: os foros indivisíveis de casas, barcas, moinhos e ínsuas, são pagos pelos inquilinos.

Os destrinçados são pagos pelos Cabeças das Sentenças, como no Couto de Monte Redondo, Casais de El-Rei, do Ameal, Quimbres, Canedo, Sepins, etc.

13) 14)—Pela sua íntima ligação englobam-se aqui estes dois «Quesitos», como já se fêz com os n.^{os} 3), 4) e 5).

Na resposta citam-se:

a) O de Anobra, dado em Lisboa a 20 de Julho de 1515, do qual se pagava de 4.º no campo e de 6.º no monte à Ex.^{ma} Duquesa do Cadaval.

b) O de Condeixa, dado em Lisboa a 3 de Junho de 1514, do qual se pagavam direitos de Alcaidaria e Portagem e o 5.º das novidades à Real Coroa e o 6.º e 8.º ao Hospital de S. Lázaro, Sé, S. Cruz.

c) E mais se acrescenta: «Francisco Nunes Franklin, na sua memória sôbre os Forais do Reino faz menção de mais 3 Forais antigos de Coimbra, existentes no

Livro Preto desta Catedral, de 29 de Maio de 1085, 26 de Maio de 1110 e 26 de Maio de 1111.

15)—Responde que: 4.os, 5.os, 6.os e 8.os, Foros e Laudémios, na forma da partilha de 10, 20 e 40 que recebem as diferentes corporações religiosas, cabido, colegiadas e particulares por títulos de Emprazamento, tombos e simples posse; como declaram as justiças dos respectivos concelhos nos Autos apensos e as mesmas corporações nas suas respostas também juntas.

16)—Responde que existem nos respectivos concelhos e nos Arquivos que aponta Franklin.

17)—Quanto a êste quesito declara que se recebem em pagamento dos direitos os frutos que a terra produz, excepto a dízima do linho, madeira, carvão, pescado e outras cousas que veem de fora e se pagam em espécie; bem como as aves, carneiros e dinheiro.

18—Resposta: redução dos 3.os, 4.os, 5.os e 6.os à razão de 10, um; e nas terras vintaneiras, ou daí para cima, de 20.

Foros certos paga metade; subrogadas as espécies aos frutos que produzir o terreno e melhor possa pagar o lavrador.

Laudémio, de 40, um.

Extinção das Sentenças de destrinça.

Conservação da proïbição dos direitos banais.

19)—A êste quesito declara serem vinho, azeite, trigo, milho, feijão.

O Mapa de que tratamos contém, mais, as seguintes

OBSERVAÇÕES

1.ª—A Jugada, que, de presente, se acha reduzida, por contrato da Câmara, à quantia de 1.400$ rs. é dividida pelos concelhos do têrmo e todos êles perfazem aquela soma, que é lançada pelos fogos.

2.ª—Os oitavos, que o Foral manda pagar aos peões do vinho e linho que lavrarem pelos olivais do aro da cidade, houve questão se eram, ou não, o mesmo que a Jugada; e, com êste fundamento, o povo recusou pagar. Entretanto, há sentenças a favor dos rendeiros e a citada provisão do Conselho da Real Fazenda de 30 de Janeiro de 1801, declarou que era tributo diverso e mandou que o Juiz do Tombo observasse o Foral; tudo, ainda não estão em uso de se cobrar e melhor seria se abolissem em benefício público.

3.ª—Selayo caíu em desuso pela isenção que o Foral permite às padeiras que forem obrigadas a vender pão; nesse ano de 1789 foram obrigadas a fabricá-lo para fornecimento da cidade e aproveitando-se desta precizão (*sic*) temporária, deixaram de pagá-lo daí em diante.

4.ª—Relêgo só deve existir havendo vinho para vender procedido da Renda. Alvará de 1 de Junho de 1787; cap.º 17.º.

5.º—Dos 3 Forais antigos que refere Franklin, o 1.º é anterior à monarquia; e o 3.º, de 1111, do Senhor Conde D. Henrique e se acha na *História Eclesiástica Lusitana,* de D. Tomaz da Encarnação, Secc. II, cap. 5, pág. 219.

6.º—Todos os mais senhorios do têrmo foram requeridos por cartas oficiosas, de mandado da Câmara, para de-

clararem os direitos que recebiam dos povos e porque título; nenhum acusou Foral e sòmente se remetem a doações particulares, emprazamentos, tombos e posse de cobras, segundo consta das suas respostas.

Tal é o conteúdo do interessante Mapa elaborado pelo Dr. Bernardo José de Carvalho e que, indubitàvelmente, é resposta ao questionário enviado a tôdas as Câmaras do país, pela Junta, que, em 5 de Julho de 1824, foi criada para proceder à reforma dos forais. (Vide ARTUR DE MAGALHÃIS BASTO—*Na agonia dum regime*—1928).

Como auxílio para a compreensão dêste Mapa, fazemos um comentário referido a alguns dos respectivos quesitos.

1)—Como se diz em 14, *c,* e na 5.ª observação se esclarece, houve mais o foral de 1111, dado pelo Conde D. Henrique, cujas disposições, por não estarem em vigor, se têm por revogadas pelo de 1179. O pretenso foral de 1110 não existe: a suposição provém duma cópia mal feita do foral de 1111, com um êrro de data, o que uma análise menos superficial logo revelaria. O foral, dito de 1085, é, mais, uma doação de terras e concessão de posse, do que um foral verdadeiro e não se deve tomar como tal.

8)—O têrmo da cidade de Coimbra nem sempre teve a mesma área.

À data do Mapa deveria abranger as seguintes povoações: Açafarge, Sepins, Lorvão, Façalamim, Castelo Viegas, Alvorge, S. Martinho da Árvore, Antuzede, Botão, Sebal, Ribeira de Frades, Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha, Vacariça, Pedrulha, Antanhol, Murtede,

Ancião, Sazes, Anobra, Cioga, Vila Sêca, S. Paulo, Trouxemil, Souzelas, Taveiro, Arzila, S. Silvestre, Vila Nova de Monsarros, Mação do Bispo, Vilela, Ventosa, Figueira (do Lorvão), Almalaguez, Almostar, Bôlho, S. Martinho do Bispo, Cordinhã, Poiares (3 freguesias), Pampilhosa, Ameal, Ceira, Brasfemes, Outil e a cidade.

D. João I, de-certo para agradecer aos garotos de Coimbra o terem-no aclamado rei antes das Côrtes, separou do têrmo da cidade várias povoações, entre as quais Tentúgal, deminuindo a extensão territorial do município coimbrão.

Além do têrmo do concelho, que é o que nos interessa e acima fica enumerado, havia, mais, o da Comarca e o da Provedoria.

A Correição comarcã e a Provedoria foram criadas com vida própria e apartadas das da Extremadura, a que pertenciam, em 12 de Março de 1533 e compreendiam então as vilas de Tentúgal, Ançã, Sernache, Miranda de Podentes, Podentes, Anços, Povoa de S. Cristina, Penacova, Cantanhede, Monte-mór, Lousã, Mira, Serpins, Góis, Selavisa, Pombeiro, Carvalho, Arganil, Buarcos e Redondos, e, tôdas as que, posteriormente se criaram nesta circunscrição, como Pombalinho, Vale de Todos, Casal Comba.

A Provedoria em 1647 exercia a sua jurisdição ainda em Arganil, Aguim e Mogofores.

Em 1703 pertenciam à Comarca de Coimbra, Louriçal, Arazede e Zambujal.

Em 1760 foi extinta a Ouvidoria de Monte-mór-o-Velho, que se anexou a Coimbra, em compensação das vilas da Correição coimbrã que passaram para as da, então, nova cidade de Aveiro.

Não foram só estas as vicissitudes do têrmo coimbrão.

19)—Dêstes produtos sabe-se que, no tempo de Estrabão, só havia azeite e, como cereal, cevada; o vinho era raro e, como a do trigo, deveria ter sido difundida a sua cultura pelos romanos.

No tempo da reconquista cristã, o azeite era afamado e tido pelo melhor das Espanhas.

O milho (milho grosso), trazido da América para a Espanha por Cristóvão Colombo, veio de Cadiz para o Campo de Coimbra por um tal Paulo de Braga, que o semeou e, tendo produzido com tal excesso, foi logo adoptado como fonte de abundância e difundido por todo o país e estranjeiro. Cremos ter sido o Campo de Coimbra, ainda no século XV, o primeiro local da sua cultura na Europa.

Desde o século XVIII, e anteriormente a 1764, se cultivava o arroz nos paúis das margens, tendo-se promovido, largamente, a agricultura nesse tempo. A falta de referência a êste produto, leva a supor que a cultura do arroz já não era abundante, e tinha decaído.

O mesmo se deve dizer da batata, conhecida em Portugal já no século XVIII, onde, depois de 1781, foi cultivada, racionalmente, em ensaios nos campos, várzeas e veigas de Chaves, Coimbra e Setúbal e talvez usada como alimento desde a sua introdução na Europa, vinda da América, possìvelmente do Perú.

Tal era, pelo presente mapa, a situação económica de Coimbra em 1824.

FERNANDO FALCÃO MACHADO

OS PORTUGUESES EM BORDÉUS DURANTE O SÉCULO XVII

I

O século XVIII foi para Bordéus uma época definitiva na sua evolução, seja qual fôr o aspecto sob o qual tenhamos de considerar essa evolução: os períodos de grandeza sucederam a travessias de crise, as riquezas encontraram-se ao lado da miséria, os progressos no tráfico comercial foram mais do que uma vez contrariados por suspensão de pagamentos e declarações de falências, o esplendor do luxo debateu-se nos transes de continuadas guerras.

A cidade conheceu os saltos bruscos entre o bem estar e a desesperança, entre a vida alegre e a incerteza do futuro, entre a revolução e a paz, como já acontecera em meados do século XVI. Ora abundavam os capitais em circulação, ora o pânico da bancarrota se espalhava em uma hora de crise indebelável. E, no entanto, o século XVIII levantou Bordéus ao nível de primeira cidade da França, como porta aberta para os mais importantes mercados da Europa e da América. Os viajantes que ali chegavam, confessavam a sua surprêsa (1).

E não foram visitantes vulgares os que ali vieram no

---

(1) Assim aconteceu com o visitante Arthur Young.

decurso do século XVIII e nos começos do século seguinte. Bordéus encantou Marceline Desbordes-Valmore (1), foi uma atracção para a condessa de Egmont, (2) recebeu em festa os condes de Artois e da Provença (3), acolheu com entusiasmo o imperador da Áustria Joseph II (4), e foi o refúgio estimado de Montesquieu.

O século XVIII foi a grande época da cidade. Tourny, o notável intendente, o mais notável de todos os intendentes, aproveitou bem tôdas as circunstâncias a favor da execução dos seus grandiosos planos. Com o ouro que provinha do tráfego comercial, Bordéus transformou-se em grande capital. Construíram-se então palácios sumptuosos, que igualavam os de Tours, de Nantes e de Paris, e que correspondiam às exigências de confôrto da nova aristocracia, rasgaram-se as lindas praças públicas, plantaram-se jardins, aformosearam-se os cais, instalaram-se com luxo as residências dos senhores (5).

---

(1) Em muitas das suas cartas Desbordes-Valmore fala de Bordéus com muita saüdade e exprime o seu grande desejo de ali voltar. A fresca païsagem de Lormont inspirou-lhe até um lindo poema, que ela intitulou *Les danses de Lormont*. Foi em Bordéus que Desbordes-Valmore embarcou quando se dirigiu às Antilhas. Sôbre a passagem da poetisa em Bordéus publicou o erudito Paul Courteault um artigo na *Revue Historique de Bordeaux*.

(2) Sôbre as viagens da condessa de Egmont a Bordéus leiam-se os cap. XI e XII do livro de A. Grellet-Dumazeau *La Societé Bordelaise sous Louis XV et le salon de M.me Duplessy*.

(3) Das passagens dos condes de Artois e da Provença em 1777 e 1782 ocupou-se André Rebsomen em um estudo publicado na *Revue Historique de Bordeaux* do ano 1923 (pág. 86-101 e 159-167).

(4) O imperador da Áustria foi hóspede do rico armador Bethman e ali recebeu as homenagens das autoridades de Bordéus.

(5) Camille Jullian, na sua obra *Histoire de Bordeaux depuis les origines jusqu'en 1895*, faz-nos admirar o quadro da nova cidade enri-

O Garona, cortando a cidade em semi-círculo, devia oferecer nesses tempos um espectáculo surpreendente com os seus barcos de transporte, os seus numerosos veleiros de corsários, as suas fragatas artilhadas, o movimento incessante dos cais ao serviço duma frota de 300 barcos destinados ao tráfico colonial. Falava-se de Bordéus nos mercados internacionais, nas grandes praças da Europa, Amsterdam, Antuérpia, Londres, Hamburgo, Barcelona, Cadiz e Lisboa, e a sua fama difundia-se em quatro continentes, por tôda a parte onde apareciam os seus corsários e os seus mercadores: por êsse lado estava à frente de Marselha, de Tunis e de capitais de alguns países da Europa.

Eram os barcos dos armadores bordeleses que sustentavam as trocas de mercadorias com a América e eram os corsários de Bordéus que afrontavam os inimigos ingleses, espanhóis ou marroquinos (1). Portugal mantinha fortes relações com a praça de Bordéus para onde enviava frutos, vinhos e produtos coloniais.

O caudal de ouro que entrava em França por meio do comércio exportador, tomava o caminho de Bordéus: em 1755 a importação aqui era de 28 milhões e a exportação de 41 milhões, o que determinava um excesso de 13 milhões de numerário (2). Nunca até ali uma cidade francesa havia conhecido tamanha corrente de oiro.

Não se julgue porém que os progressos da cidade se

---

quecida e embelezada com gôsto e imponência. Leia-se a êste respeito o cap. XXIX sôbre o esplendor comercial e o cap. XXX sôbre os embelezamentos da cidade (pág. 519-573).

(1) Leia-se sôbre a história dos corsários a obra de Ribadieu sob o título «*Aventures des corsaires bordelais au XVIII siècle.*

(2) Ibidem citado de Camille Jullian (pág. 544).

limitavam ao campo dos interêsses materiais: êles iam mais longe e invadiam a esfera do espírito. Cultivavam-se com paixão as letras, as artes e as ciências. Instituíam-se academias. Fundavam-se teatros. Abriam-se alguns salões literários (1), as letras e as artes, na alvorada do romantismo, apreciavam-se como finos dons da inteligência e da sensibilidade (2). A grande arquitectura da cidade é obra e invenção do sêculo XVIII.

Eis aqui como o viajante Young apreciou a cidade por êle visitada nesses tempos: «De toutes les villes de France, Bordeaux est une des plus curieuses à connaître. Si vous voulez avoir le tableau de l'abondance, cherchez-le à Bordeaux. A' Paris, peu de gens jouissent; tout le reste n'a de jouissance que par l'imitation et la société de ceux qui jouissent; à Bordeaux vous trouverez une abondance facile

---

(1) «La période du XVIII.e siècle ne comprend pas moins de personnalités marquantes. Le milieu où elles se meuvent n'a rien perdu de son originalité, bien que l'effort des espirits tende à un autre but. La femme, désormais, cherche autant à s'instruire qu'à plaire. L'homme, sous une apparente frivolité, s'est formé une idée plus haute du devoir. L'inconnu l'attire; les sciences exactes, jadis dédaignées, ne le laissent plus indifférent. Tandis que jansénistes et disciples de Molina se disputent la direction des âmes, l'économie politique jette ses premières racines, embrassant les spéculations financières, commerciales, agricoles, les rapports des contribuables avec le fisc, les rèformes nécessaires au soulagement du peuple. Partout s'organisent des collections. L'Académie bordelaise, que vient de se fonder, accroît sans cesse le nombre de ses prosélytes. Les travaux qu'on lui adresse se multiplient chaque année: astronomie, médicine, météréologie, physique, histoire naturelle, on remue tout...».

No livro citado de A. Grellet-Dumazeau. (Introduction p. 9-10).

(2) Sôbre o romantismo em Bordéus publicou Paul Courteault um estudo curioso, o qual vem incluído na obra denominada *Pour l'histoire de Bordeaux et du sud-ouest* (1934) de pp. 167-200.

généralisée, celle qui en donne le sentiment à toutes sortes de spectateurs; on dirait que le Pactole y coule et coule pour le peuple. Malgré tout ce que j'avais vu ou entendu sur le commerce, les richesses et la magnificence de la ville de Bordeaux, tout cela surpassa mon attente» (1).

Uma frota de 300 navios fazia o comércio das colónias francesas da América e da África. Bordéus obrigou-se no reinado de Luiz XV a fornecer géneros alimentícios ao Canadá e às Antilhas. A maioria dos passageiros e dos emigrantes que se destinavam às colónias embarcavam em Bordéus, como aqui se dirigiam as tropas que em tempo de guerra era preciso enviar para defesa das possessões francesas. Com tudo o que fica escrito pode calcular-se a formidável actividade das casas comerciais, dos bancos, dos escritórios dos armadores, das emprêsas de transportes, das construções navais. Por tôda a parte, o trabalho e a inteligência e o génio empreendedor a par da prudência, contribuíram para os progressos materiais e espirituais dos habitantes.

Se já no decurso dos séculos XVI e XVII se estabeleceu para o sudoeste da França uma corrente de imigração, muito mais se fêz sentir o facto na primeira metade do século XVIII, em que os estrangeiros chegavam em multidão, dos mais diversos países da Europa, e todos animados do mesmo propósito de mercadejar.

Ora foi essa imigração progressiva que deu a Bordéus a prosperidade que em verdade atingiu e a importância que daí lhe resultou (2).

---

(1) Êste passo das impressões de viagem de A. Young vem transcrito no livro de M. L. Bachelier intitulado *Histoire du Commerce de Bordeaux* (p. 203 e seg).

(2) «Les hommes du pays restent à exploiter les vignobles et les

O esplendor da cidade no século XVIII não foi obra dos seus naturais, mas sim dos estrangeiros que nela se acolheram, como flamengos, alemãis, irlandeses, espanhóis e portugueses. Os grandes cronistas e historiadores que se ocuparam do assunto, foram levados perante o exame dos factos a concluir que o estrangeiro criou a cidade nova, pela sua actividade inquebrantável, pelo seu génio empreendedor, pela sua inteligência clarividente e pela sua probidade intangível.

A êste respeito os historiadores não divergem, ou façam a história da cidade ou tratem em monografia apenas os séculos do esplendor comercial. Quem todavia mais salienta a superioridade dos irlandeses e dos imigrados hispânicos, é o sábio professor e historiador Camille Jullian.

Entre os emigrantes que marcaram no sudoeste da França, foram os portugueses e espanhóis os primeiros a chegar.

Vieram em seguida os flamengos, os ingleses, os alemãis e mais tarde judeus de Avinhão e do Languedoc (1). No espírito duns e doutros Bordéus exerceu uma atracção irresistível, que vinha da hospitalidade dos seus governantes, da riqueza do seu solo, da doçura do clima, da situação geográfica, do rendoso comércio dos vinhos e da importância do pôrto.

---

terres; le maniement des affaires, le trafic du vin, des denrées et de l'or appartient surtout à la colonie étrangère qui, sous le règne de Louis XV, prend la direction de la fortune de Bordeaux». Obra citada de Camille Jullian (p. 540).

(1) «Les migrations d'étrangers n'avaient jamais cessé à Bordeaux depuis le XV siècle. Chaque fois que nous avons regardé notre ville, nous avons vu que les Flammands, les Anglais, les Juifs Portugais, s'y installent pour y faire souche de négociants bordelais».

Obra citada de Camille Jullian (pág. 540).

Diga-se todavia que no meio dos estrangeiros eram os portugueses e os espanhóis os que mais se distinguiam (1) e mais cedo foram admitidos na classe da burguesia.

Constituíam a chamada *Nação Portuguesa*. Lembram-se nas crónicas os excelentes serviços que desde o século XVI a comunidade dos judeus portugueses prestou às autoridades administrativas e às corporações de assistência (2).

O século XVIII foi a grande época do predomínio da *Nação Portuguesa*, na qual se deu a sua subida, a sua admissão na burguesia, o seu enriquecimento, o seu prestígio na França. Até certo ponto a história da cidade nesse período é a história dos judeus portugueses no comércio, na navegação, e nas obras de assistência. O nome da cidade espalhou-se na medida em que se difundiu o campo de influência dêles para além dos mares.

¿Quando chegaram a Bordéus os judeus emigrados da Península?

Expulsos da Espanha no tempo dos reis católicos e de Portugal em 1429, chegaram a Bordéus em meados do século XVI e aqui se abrigaram sob a protecção dos Gouveias, senhores do ensino e gosando de enorme influência (3).

---

(1) «Cette protection avait sa raison d'être dans l'utilité des juifs espagnols et portugais pour le commerce de la ville, ainsi que dans la considération que leur avaient attirée leur conduite et leur probité».

No livro de Pierre de Joinville *Le Commerce de Bordeaux au XVIII.e siècle* (p. 168).

(2) Leia-se a obra de George Cirot intitulada *Recherches sur les juifs espagnols et portugais*.

(3) André de Gouveia, principal do Colégio da Guiana, permanecia ainda em Bordéus quando chegaram os primeiros judeus expulsos de Portugal. André de Gouveia, natural de Beja, era também judeu; só em 1547 êle partiu para Coimbra, depois de haver entregue a di-

Uns estabeleceram-se em Baiona, outros em Toulouse, alguns em Peyrehorade e Bidart, porém foi Bordéus o principal centro que atraíu maior número de emigrantes.

Em fins do século XVI um agente francês da fronteira informava acêrca dêste movimento emigratório que se dirigia a Bordéus e a outros lugares da Gasconha (1). Em meados do século XVI, os documentos referem a permanência de portugueses em Bordéus, que se dedicavam à prática do comércio, possìvelmente do comércio ambulante. Não foi coisa fácil para os primeiros emigrados de Portugal obterem o direito de residência que segundo a lei só os jurados podiam conceder.

¿Teriam nesta conjuntura os Gouveias e Fernandes Costa contribuído para que essa permissão fôsse dada?

Malvezin afoitamente perfilha a afirmativa e atribui aos

---

recção do Colégio da Guiana a Gélida. A acção de André de Gouveia, como principal do Colégio, está estudada no livro que E. Gaullieur escreveu sôbre o Colégio da Guiana.

(1) Nous n'avons icy rien de nouveau, sinon forces juifz fuyanz l'inquisition d'Espagne... Ilz s'ent vont touz vers Bordeaux et autres quartiers de Gascogne, où ilz espèrent trouver retraite. Ce sont, à proprement parler, Marannes, lesquelz, sons le nom de *chrestiens*, retiennent plusieurs cérémonies et observacions mosaïques. Le pis que je voy au sujet de leur exil d'Espagne et de Portugal est que plusieurs gens de bien y sont envellopez pour attrapper, et menent ceux qu'on estime avoir quelque sentiment de la religion. Tant y a que cette persécution apporte une grande diminution en ce païs-là, et beaucoup de noz marchanz s'en retirent de jour à autre. Il y a plus, que l'argent est très rare en Espagne...».

Manuscrit de la Bibliotèque Cottonienne, caligula, E. X. folio 236 recto.

Citado na *Histoire du Commerce et de la Navigation à Bordeaux* por Francisque Michel, cap. XLVI do vol. II).

Gouveias uma intervenção decisiva junto dos jurados (1): para isso apoia-se em factos, em que se revela a vontade de servir interêsses de judeus-portugueses e nos quais mesmo uma análise fria encontra valor persuasivo. André de Gouveia (2) foi durante a sua permanência em França, já em Paris, já em Bordéus, um encarregado de negócios do nosso país, umas vezes por incumbência do rei, outras vezes por patriotismo ou a solicitação dos seus correligionários. Ora se em Paris André de Gouveia gozou duma certa influência junto dos poderes públicos, não se pode esta comparar àquela que o acompanhou em Bordéus, a qual foi em verdade muito maior.

Assim é de supor que André de Gouveia, que pelo lado de relações comerciais se entendia com judeus portugueses, favorecesse de boa mente as pretensões de correligionários e de prováveis auxiliares para os seus negócios de

---

(1) «Un certain nombre de ces étrangers établis à Bordeaux, désireux de conserver dans le secret du foyer domestique la religion de Moïse, qu'ils gardaient précieusement dans le coeur, même lôrsqu'ils se prêtaieut extérieurement aux cérémonies d'un autre culte; désireux aussi de s'assurer l'asile qu'ils avaient trouvé à grand'peine, s'adressèrent à leur corréligionnaire et compatriote André de Gouveia. Celui-ci usa de son credit en leur faveur; et, aidé par les hommes influents de cette époque, et par les appuis qu'il avait à la cour, il obtint des lettres patentes, qui ne furent édictées qu'aprés son départ de Bordeaux». *Histoire des Juifs à Bordeaux* de Théophile Malvezin (pág. 106).

(2) Na obra «Histoire du Commerce de Bordeaux depuis les origines jusqu'à nos jours» de Th. Malvezin, se volta à mesma hipótese da intervenção dos Gouveias no caso da admissão em Bordéus dos judeus-portugueses, mas aí o autor confunde António Gouveia com o irmão André, pois que atribui àquêle as funções de Principal do Colégio da Guiana.

vinhos. O caminho para o Parlamento de Bordéus não lhe era vedado, e também não lhe seria difícil subir os degraus até chegar ao rei. A influência dos Gouveias não só o rei de Portugal a conhecia, como os estudantes bolseiros da côrte que vinham a França, como os judeus expulsos de Portugal.

A hipótese perfilhada por Malvezin não é destituída de fundamento e explica as cartas-régias de 1550, em que aos portugueses, antes do que a quaisquer outros emigrados, se reconheceu o direito de residência em Bordéus. Não podemos discutir a hipótese de Malvezin, porque saïríamos fora dos limites que a êste trabalho se marcaram: aceitamo-la como explicação suficiente dos factos.

No primeiro quartel do século XVI deveriam ter aparecido os primeiros portugueses nas cidades do sul da França. Documentos que informem da primeira emigração falham no que respeita a Bordéus. Sabe-se que em 1560 estava instalado com uma pequena loja na rua Bouquière um português. Em 1546 um tal Lopes Dias, oriundo do nosso país, concorria às feiras como mercador ambulante: não há todavia a certeza se êste residia em Bordéus. Em 1572 um outro nome português é mencionado—João Gonçalves, natural do Pôrto(1).

Viviam-se então as horas amarguradas das guerras religiosas, que duramente se fizeram sentir no sudoeste. Tôdas as violências contra as pessoas se permitiram a-fim-de opor à propaganda da reforma uma barreira inabalável. O sangue correu em muitas cidades: o ódio de religião atirou os homens uns contra os outros, como feras. Não

---

(1) Na obra de Francisque Michel—*Histoire du Commerce et de la Navigation à Bordeaux.* Vol. III, cap. XLVI.

se recuou perante a fogueira, perante as chacinas, perante os suplícios e torturas, perante o assalto. Foi êsse um tempo de calamidade, de perseguição e de rancor. Bordéus sofreu no meio da tempestade desencadeada (1).

A segunda metade dc século XVI, que tão tristemente se assinalou, fechou com a terrível fome de 1599, à qual as crónicas se referem com abundância de pormenores arripiantes. A *Nação Portuguesa*, constituída por um pequeno número de famílias, sujeitou-se a todos os sacrifícios a favor dos pobres e impôs-se à simpatia geral pelo seu belo espírito de humanidade (2).

Em 1550 as cartas-régias dadas pelo rei Henrique II permitiram o estabelecimento dos judeus portugueses, a título definitivo, em Bordéus e em Baiona (3). Dêsse documento recortamos apenas o período em que se julga a conduta dos portugueses já residentes em França.

«Sçavoir faisons que nous, inclinans libéralement à la supplication et requête des dits Portugais, comme gens desquels nous voyons de bon zèle et affection qu'ils ont de vivre sous notre obeissance, ainsi que nos autres sujets, en bonne devotion de s'employer pour notre service et celui de la république de nostre royaume, la commodité de laquelle ils veulent aider de leurs biens, manufactures et industries, de sorte que cela nous meut à les bien et gracieusemente traiter».

Ressalta do citado documento que os portugueses,

---

(1) As Cartas Régias, datadas de Saint-Germain en Laye, vêm transcritas na *Histoire des Juifs* de Th. Malvezin.

(2) Veja-se a *Cronique Bordeloise*, II parte a pág. 11.

(3) Sôbre a Reforma em Bordéus, um dos livros mais completos que se escreveu foi o de Ernesto Gaullieur sob o título *Histoire de la Reformation à Bordeaux.*

desde os primeiros tempos da sua fixação, se distinguiram pela sua activldade, pela sua disciplina e obediência, e pela sua intenção de servirem o reino que os acolhera, aumentando nêle o comércio, a indústria e as outras fontes de riqueza: e porque assim era, o rei aconselhava que a êles se desse a melhor hospitalidade e se conferissem os direitos de que gozavam os estrangeiros (1).

Em matéria do culto, os portugueses refugiados diziam-se cristãos novos, submetiam-se à prática do catolicismo, e reservavam no seu íntimo a sua crença mosaica. Em França sopravam ainda muito fortes os ventos das guerras religiosas, e de vez em vez o povo fanatizado revoltava-se contra os cristãos novos e acusavam-nos de representarem um perigo na unidade religiosa do reino já ferida com a reforma.

Eis porque, a-pesar-de legalizada a sua situação quanto a domicílio e liberdade de traficar, romperam de-vez-em-quando rivalidades e perseguições contra os portugueses as quais o Parlamento de Bordéus se esforçava em apaziguar, como fiel mantenedor dos direitos atribuídos aos estrangeiros. Em tôdas as deliberações do Parlamento respeitantes à defesa dos portugueses se presta justiça às virtudes que os distinguiam e aos serviços consideráveis que a cidade lhes devia. Não assentam em outro funda-

(1) Le roi accorde permis d'habiter et de résider à ceux qui étaient déjà venus dans le royaume, et à ceux qui voudront y venir, dans les villes et lieux de leur convenance; et ce avec femmes, enfants, serviteurs, factures et entremetteurs; d'y apporter et posséder meubles et marchandises: d'y trafiquer, et acquérir meubles et immeubles, soit par succession, donation comme s'ils étaient originaires du royaume; en un mot, d'y jouir de tous les droits et privileges des habitants des villes où ils demeurerout».

No livro *Histoire des Juifs à Bordeaux*, p. 108.

mento real as sucessivas providências do Parlamento. A primeira providência foi de 10 de Março de 1574.

As cartas régias de 1550 só em 1580 foram registadas pelo Parlamento de Bordéus, o que em parte se deve à intervenção do rei Henrique III. A data de 1580 é uma primeira data histórica na fixação dos judeus portugueses em França, e na sua ascenção social.

Mas quantas influências não foi preciso mover, quantos pedidos não foi preciso formular perante a côrte, quantas reclamações não houve mister de fazer subir até aos altos poderes, para que os judeus da Península ganhassem uma primeira vitória! Diante dêles o pequeno comércio assustado com a concorrência levantava muralhas. Contra êles a paixão religiosa soltava injúrias e pedia suplícios. A luta encarniçava-se mais (1). O Parlamento e as autoridades de Bordéus conduziam no meio de grossa tempestade a defeza dos direitos dos estrangeiros.

O panorama que nos dá o século XVI, não é de modo nenhum claro e luminoso. Durante os primeiros cinqüenta anos da sua fixação, os portugueses habitaram a parte norte de Bordéus, do lado de Chartrons: depois as autoridades fixaram-lhes residência definitiva na paróquia de Santa Eulália, vizinhanças da actual Rua de Santa Catarina. Esta, a rua des Augustins e o Cours Victor Hugo eram o centro do bairro judeu. Lá se instalaram mais tarde escolas, sinagogas, casas de assistência, escritórios, e armazens dos judeus. Ainda hoje, êste bairro, com os seus

---

(1) Para medir a extensão da campanha é preciso ler o livro *L'incredulité et mescréance du sortilège pleinement convaincues* de Pierre Rostégny de Lancre publicado no séc. XVII (ler em especial o tratado VIII sôbre judeus, apóstatas e ateus).

casarões antigos, os seus mercados, as suas praças, as ruas e vielas, desde o *Cours Victor Hugo* até à *Place de la Victoire,* é um dos bairros mais característicos e mais dignos de visita. Foi o bairro onde viveram, trabalharam, enriqueceram e mandaram durante dois séculos os judeus portugueses e espanhóis. Ainda hoje o grande comércio da cidade se estende para êste lado e anima a rua estreita de Santa Catarina e os *Cours Alsace et Lorraine et Victor Hugo.* Os anos passaram ali sem destruir o carácter local e sem alterarem a primitiva fisionomia.

Foram os portugueses os que mais cêdo e mais ràpidamente obtiveram privilégios de residência e de comércio livre em Bordéus (1). As cartas régias de 1550 só a êles se referem e não aos espanhóis: o nome português conquistou evidência tal que a comunidade formada mais tarde com todos os judeus da Península designou-se *Nação Portuguesa.* A partir de 1570 espanhóis e portugueses confundem-se na mesma comunidade e em certos casos torna-se difícil averiguar se uma família da comunidade é de orígem portuguesa ou de orígem espanhola.

São por exemplo de orígem espanhola os Mendes Dias, o sábio Pedro Gales (2), Marco António Thores e talvez Gabriel de Taregua (3) e Beltrão Lopes. Dizem-se

---

(1) Refiro-me aqui aos estrangeiros de orígem judaica refugiados em Bordéus a partir do século XV.

(2) Pedro Gales foi filósofo, jurisconsulto e helenista, e segundo alguns dirigiu o Colégio de Guiana.

(3) Taregua, médico, professor da Faculdade de Medicina de Bordéus e médico da cidade, publicou os seguintes livros – *a)* «La Summa» (tratado médico) em 1520; *b)* «Summa diversarum quaestionarum» (1524); *c)* «Commentaria»; *d)* «Repertorium seu compendium».

V. *Histoire du Commerce de Bordeaux* de Th. Malvezin.

oriundos de Portugal outros como João Gonçalves, Diogo Loudrade, os Dias, Diogo Mendes.

O século XVI fechou para os judeus com a decisão ds Parlamento de 1597 em virtude da qual alguns foram obrigados a abandonar Bordéus e a fixarem-se em Bidache e Peyrehorade e Baiona. E' que o ódio aos cristãos novos e marranos crescia e tomava proporções inconcebíveis naquela região, da qual o exército espanhol se aproximava em som de guerra.

O século XVII não foi para os portugueses nem menos duro nem menos difícil do que o último quartel do século anterior (1). Em cem anos pode-se dizer que em Bordéus não houve então vinte anos de paz seguida, a tal ponto o espírito de indisciplina minava as classes inferiores e atirava governados contra governantes, naturais contra estrangeiros, e os naturais uns contra os outros. E as calamidades públicas que a falta de unidade moral e o espírito de indisciplina produziam, eram atribuídas por uma certa camada popular aos judeus disfarçados em cristãos novos.

Contra estes as coisas complicavam-se dia a dia, os ódios referviam em tempestade, os inimigos juntavam-se em motins que se repetiam, e desvairadamente se lançavam no caminho de violências, massacres e de ferocidades inauditas (2). Avançava-se às cegas sem se adivinhar onde aquêle caminho iria dar por fim. Os cristãos novos como

---

(1) Foi nos primeiros anos do século XVII qne veio a lume o terrível folheto de Rostégny de Lancre contra os judeus. Os primeiros atentados pessoais assinalaram a época.

(2) A estas ferocidades nem os sábios escaparam. Os professores do Colégio de Guiana correram perigo. O sábio Pierre Galès não foi poupado. E quantos outros casos vêm citados nas crónicas de Bordéus!

os marranos viveram no século XVII horas de indescritivel angústia.

Dum lado o pequeno comércio receoso da concorrencia que os estrangeiros lhe fizeram, alimentava e suscitava as hostilidades, embora delas viesse uma inquietação geral com que ninguém ganhava: de outro lado os jurados e o Parlamento erguiam barreira de defesa em prol dos judeus portugueses, reconhecendo assim que êles serviam dignamente os interêsses da sua comunidade a par do bem público. E durante algum tempo as fôrças equilibravam-se. Viveu-se todo o século em dissenções internas, por fanatismo destravado, por conflitos de interêsses materiais, por virtude de guerras com a Espanha, por revoltas e sedições populares: e em horizontes assim turvos surgia de vez em vez o fantasma da fome e levantava-se o terror da peste.

E causadores da peste, da miséria, da fome, da guerra, —flagelos que a vingança de Deus provocada espalhava no meio dos homens—causadores malígnos das epidemias, dos incêndios, das tempestades implacáveis, eram sempre os judeus refugiados que se diziam cristãos (1).

E porque assim se pensava, nem sempre a barreira de defesa foi bastante sólida para agüentar a onda.

O problema da admissão dos judeus portugueses no número dos habitantes de Bordéus foi pôsto de forma clara perante as autoridades na primeira metade do século XVII, assim como o direito da sua ascenção à burguesia

---

(1) «Ils tiennent pour article de foi de pouvoir non seulement nier le nom et la qualité de juifs, mais faire acte de fidèle chrétien, ouyr messe, faire prendre le baptesme à leurs enfants, recevoir le saint-sacremeut et l'eucharistie, pourvu que devant leur rabbin ils protestent vouloir garder leur foi, dans lannée».

Obra citada de De Lancre.

aparece a discutir-se no mesmo século. Mais do que se julga, maís do que as realidades parecem significar, remonta ao século XVII a rehabilitação dos judeus refugiados no sul da França.

Henry Léon no seu livro *Histoire des Juifs de Bayonne* não abre um lugar aos acontecimentos dêste século de preparação, de luta, de ascenção e desenvolve a história do século XVIII a qual representa o têrmo dum ciclo de esforços em verdade fecundos e de conquistas valiosas.

À inteligência do historiador, que vai ao fundo dos acontecimentos e ilumina o que de fecundo e novo há ali dentro, o século XVIII oferece um campo de estudo em que muito se aprende.

Vejamos de novo o quadro das fôrças em conflito.

Os naturais de Bordéus ligados por interêsses do pequeno comércio ao vulgo ignorante levantam a guerra em nome do bem público e da pureza dos costumes. Os governantes da cidade fecham um círculo de protecção à volta dos estrangeiros e negam execução às ordens dos reis quando estas envolvem uma anulação ou uma perseguição contra aquêles que lhes merecem defesa. Por seu lado, os judeus portugueses formam uma frente única, ligam-se como um bloco na luta, reconfortam-se na adversidade, e movem em seu favor os seus irmãos de crença que junto da côrte se mantêm em postos de influência (1).

Eis a sua política.

Eis a estratégia da sua defensiva.

---

(1) O primeiro defensor dos judeus portugueses no século XVI foi André de Gouvea. O segundo, já no século XVII, foi Philotée-Elias de Montalto, médico de Maria de Medicis. O terceiro, no século XVIII, foi o grande professor de surdos-mudos Jacob Rodrigues Pereira.

As fôrças chocam-se dentro dêste quadro. Dum lado está o ódio. Doutro lado o poder. Doutro a coesão, o sentimento da comunidade, o valor de resistência.

O conflito chega até ao Rei. A tempestade sobe até lá acima. Entretanto de ano para ano o país è invadido por uma multidão de judeus fugidos da Península. Alguns fixam-se em Avinhão, outros em Toulouse, outros no Languedoc, muitos no país basco.

A luta trava-se por tôda a parte, movida pelos mesmos valores e inspirada nas mesmas razões inconfessáveis. Em Bordéus foram os homens eminentes no campo da cultura intelectual que deram os braços aos perseguidos e os levantaram.

Em 1602 o rei Henrique IV publicou cartas régias em que ordenou a expulsão dos judeus da região de Baiona da qual se aproximavam os exércitos espanhóis com fins de guerra (1). Mas logo o Parlamento de Bordéus veio em

---

(1) «À l'occasion de l'arrêt d'expulsion promulgué contre les juifs de Guyenne, par lettres patentes de Henri IV, du 7 janvier 1602, le maréchal d'Ornano, lieutenant général de la province de Guyenne, écrivait au Roi, en date du 2 avril 1602.

«Sire, j'esperais bien que V. M. ne ferait pas exécuter la commission qu'elle a faict expédier au lieutenant général de Bayonne pour fère retirer les Portugais qui sont ez environs du dict Bayonne, sans me fère sçavoir ce qui estoit de sa volonté, puisque cela regarde la charge qu'il luy a pleu me donner en ceste province et que je n'apporte aucune difficulté à ce qui est du bien de son service. Je n'y ay point esté trompé en aiant receu une de ses lettres en mesme temps que ceux du dict Bayonne me pressoient par un deputé qu'ilz m'avoient envoyé de tenir la main à la retraicte desdicts Portugais, auxquelz le dict lieutenant avoit desjà faict signiffier ladicte commission, affin que lesdicts Portugais eussent à desloger dans le temps que V. M. leur a prescrit, et ne servient espargnez par l'advis de quelques marchands dudict Bayonne, si je n'eusse apporté une sur-

salvamento daqueles cristãos novos que habitavam o sul do lado de Baiona (1). E as cartas régias ficaram letra morta.

A Espanha, a cujas perseguições muitos judeus haviam fugido, constituía ainda um perigo para a segurança dos refugiados, que uma vez desencadeada a guerra entre os dois países vizinhos ficavam expostos a dois fogos—o dos invasores que os detestam do fundo da alma e o dos invadidos que os consideram traidores e causadores de tôdas as calamidades públicas.

Ora as cartas régias de 1602 foram em verdade motivadas pelo perigo que em um momento de guerra a presença de cristãos novos oriundos da Espanha oferecia junto das populações amotinadas (2).

---

soiance de ceste poursuite jusques au X de may prochain, pour avoir temps de me rendre sur les lieux cognoistre du mérite du faict et fère effectuer ce qui est du commandement de V. M.

«Ce qui m'a faict résoudre de fère différer cest affaire et désirer d'en cognoistre, a esté les contrariétez qui s'y rencontrent, m'ayant esté representé que la poursuite de la retraicte desdictz Portugais n'est faicte qu'à la suscitation des marchanz pour leur interest, et que ces estrangers n'aprochent nullement le nombre qu'on a faict entendre a V. M.

Alfonce d'Ornano»

(*Histoire des Juifs de Bayonne,* por Henry Léon. Apêndice, pág. 427).

(1) Bidache, Saint-Esprit, Bayonne e Peyrehorade.

(2) Lettres patentes de Henri IV (1602).

«Attendu que depuis quelques annés en ça, il s'est retiré et habitué un nombre fort grand et extraordinaire de Portugais, savoir: de huit cents à mille familles, le long de notre côte et frontière de Biscaye, près notre ville de Bayonne, nous avons résolu de les en tirer et mettre à leur choix d'entrer plus avant au dedans de notre royaume, qui est l'habitation que doivent prendre ceux qui veulent

Ao abrir do século XVII, nem as cartas régias nem as decisões do Parlamento, nem as providências tomadas pelas autoridades punham um dique à vaga alta de represálias, de crueldades e ódio cego contra os judeus portugueses (1).

Em 1604 dava-se a intervenção do marechal d'Ornano, que, contra a onda crescente, proclamava os privilégios concedidos pelo rei Henrique II nas cartas de 1550, aos estrangeiros vindos de Portugal.

Este ambiente aliado ao que de mau se pensava dos judeus, mesmo em Paris, e ao que dêles se escrevia (2), decidiu Luiz XIII a publicar as cartas régias de 1615 em que se ordena a expulsão dos judeus (3).

---

s'y réfugier, et non nos frontières, ni même près des forteresses qui en sont les clefs et principales entrées, comme est notre ville de Bayonne».

(*Histoire des Juifs de Bayonne,* por Henry Léon. Págs. 19-20).

(1) Cartas régias de 1550 e de 1574. Decisões do Parlamento de 10 de Março de 1574 e uma outra de 27 de Maio de 1596.

(2) «Ils n'étaient pas alors si bien traités à Paris. Nous lisons dans un recueil concernant les états généraux de 1614 à 1615, cité par Alexis Monteil (*Traité des matériaux manuscrits des divers genres d'histoires*) qu'à cette époque, les bons Parisiens prient et supplient le roi, en toute révérence et humilité, qu'il lui plaise de faire brûler tous les juifs, athées et autres, ne faisant pas profession de la religion catholique ou de la religion protestante».

(*Histoire des israélites de Bordeaux,* por Detcheverry. Pág. 54, nota).

(3) «Les rois, nos prédécesseurs, s'étant toujours conservé ce beau titre de Très Chrétien que nous possédons aujourd'hui, ont eu par conséquent en horreur toutes les nations ennemies de ce nom, et surtout celle des Juifs, qu'ils n'ont jamais voulu souffrir résider en leur royaume, pays, terres et seigneries de leur obeissance; même depuis le temps du roi saint Louis, de très louable et heureuse mémoire, qui chassa entièrement de tout l'État ceux qui y avaient été

Uma vez ainda o Parlamento de Bordéus se colocou ao lado dos portugueses; também os jurados se manifestaram a favor daqueles que pelo seu trabalho contribuíam para a prosperidade das terras que lhes davam abrigo e que pelo seu espírito de disciplina asseguravam os interêsses da paz e da ordem pública. Influências pessoais da maior importância (1) se movimentaram junto do rei em prol dos cristãos novos de Bordéus: tôdas as fôrças de defesa foram postas então em jôgo.

É certo que contra esta tolerância protestou mais do que uma vez o conselheiro de Lancre (2) e protestaram alguns anos mais tarde os pequenos comerciantes (3), mas as fôrças de defesa resistiram a todos os ataques e saíram da luta vencedoras. Os Portugueses manteem-se, a-pesar--das ordens emanadas do rei, dentro da cidade onde gozam

---

auparavant soufferts; en quoi nous sommes résolus à les imiter, autant qu'ils nous sera possible, comme en toutes les autres excellentes qualités qui les ont rendus admirables parmi toutes les nations étrangères.»

(*Histoire des Juifs à Bordeaux,* por Th. Malvezin. Págs. 111-112).

(1) A principal influência pessoal que interveio então, foi o médico da regente Maria de Medicis Philotée-Elias de Montalte, que tinha vindo a Bordéus com a regente e que nessa visita entrara em relações com os judeus portugueses residentes na cidade. Segundo alguns historiadores, êste médico, judeu, era italiano, e segundo outros viera da Península: há mesmo um historiador que o considera português. Philotée-Elias de Montalto morreu em Tours no fim do ano de 1615.

(2) «Et y sont encore avec plus d'aisance et de commodité que jamais», ajoute amèrement le conseiller de Lancre.

(*Histoire des juifs à Bordeaux*. Th. Malvezin. Pág. 121).

(3) Em 1630 os pequenos comerciantes de Bordéus protestaram contra o facto que os portugueses não tivessem ainda abandonado a cidade e que as cartas régias de 1615 não fôssem executadas.

os favores dos governantes, e até da simpatia de católicos graduados: o seu trabalho de infiltração nas melhores camadas sociais não se interrompe nunca, nem mesmo quando os horizontes aparecem mais turvos. Abre-se pouco a pouco caminho à discussão do direito à entrada na burguesia. Em 1617 o Parlamento deliberou admitir na burguesia os estrangeiros naturalizados e fixou as condições da sua admissão (1).

As condições de admissão voltam a ser regulamentadas em 1622 dentro dum espírito novo (2). A grande vitória estava em aceitar-se o princípio;—tudo o mais viria gradualmente. A boa política defensiva da parte dos portugueses descobriu-lhes um meio seguro de êxito que consistia em desagregar o sistema de fôrças que se lhes opunha desde a sua entrada em França. Não bastava confiar apenas no favor dos governantes; não se julgava suficiente a intervenção junto do rei de algumas influências pessoais. Era preciso mais do que isso: era mister arruïnar o bloco da oposição, quebrar o corpo inimigo, desconjuntar as fôrças.

---

(1) «En effet, en 1617, les jurats décident que, pour être reçus bourgeois de Bordeaux les etrangers naturalisés auraient à payer trois cents livres.»

(*Les Juifs de Bordeaux. Leur situation morale et social de 1550 à la Révolution.* George Cirot).

(2) «Le règlement fait par les bourgeois em 1622 portait que nul étranger ne serait reçu bourgeois qu'il n'eût résidé dix ans non interrompu à Bordeaux et épousé une bordelaise; mais par arrêt du Conseil, les dix ans furent réduits à cinq, et le mariage avec une bordelaise fut remplacé par la possession d'une maison en ville de la valeur de 1500 livres au moins. Quant au droit d'amission, pendant longtemps il fut payable en nature; et la valeur en était variable, semble-t-il, suivant les personnes.» (Ibidem. J. Cirot).

Barckhausen. *Livre des privilèges.*

Eis o caminho que os Portugueses seguiram no século XVII. Como não se lhes afigurava fácil ganhar o apoio e a benevolência do pequeno comércio, conquistou-se o povo miúdo, o povo trabalhador, por laços dum reconhecimento bem cultivado. O grande comércio, já nas mãos dos Portugueses, esforçou-se por melhorar as condições de vida do povo trabalhador, ao qual levou os benefícios materiais que êsse comércio produzia(1). Entre os judeus de origem portuguesa e os de origem espanhola consolidavam-se os laços de unidade moral. A sua divisa era—um por todos e todos pór um. Espalhados em Baiona, em Bidache, em Peyrehorade, em Toulouse, êles sentiam-se irmãos e aliavam-se no sentimento da comunidade. Faziam consistir neste sentimento a sua grande fôrça—a fôrça que os conduziu por fim à vitória. O sentimento de comunidade, que se traduziu na realidade da *Nação Portuguesa,* foi na França daquele tempo uma invencível muralha de defesa e uma preciosa arma de ataque.

(Continua)

Bordéus, Maio de 1936.

ALFREDO DE CARVALHO

---

(1) «L'intelligence que les juifs de Bordeaux et de Bayonne montraient pour le commerce, et l'activité que les distinguait toujours dans les affaires, achevèrent de les reconcilier avec le peuple, qui gagnait sa vie avec eux; ce peuple, qui leur avait été contraire, fit des voeux pour leur prospérité, parce qu'il y trouvait de nouveaux moyens de subsistance; car l'interêt, quoiqu'il se modifie d'une infinité de manières, est toujours le mobile qui dirige les actions des hommes.»

(*Histoire de l'établissement des juifs à Bordeaux et à Bayonne depuis 1550.* Beaufleury. Pág. 21).

MANUAL DE HERÁLDICA PORTUGUESA (1)

VIII)—*Peças* ou *figuras móveis*, são aquelas que estão sôltas e se não *firmam* nos bordos do escudo.

A disposição destas peças e figuras, no escudo, só de certo número em diante é que se determina, pois que, para as aplicações mais usuais, sabe-se de ante-mão o lugar que têm de ocupar.

Quando se trata de uma só *peça* ou *figura*, vai ocupar o centro do escudo (fig. LXXXII).

Se são duas, colocam-se em *faixa*, na linha média do escudo (fig. LXXXIII), isto é, ao lado uma da outra no lugar que ocuparia a *faixa*, se fôsse ali representada.

Para três, dispõem-se em triângulo, *sendo duas em cima e uma em baixo* (fig. LXXXIV). Se se invertem, quere dizer, se fica uma na parte superior, e duas na inferior, diz-se que estão em *roqueta* (fig. LXXXV).

Quando quatro peças ou figuras, colocam-se, cada uma, no lugar que corresponde ao centro de cada um dos quarteis (fig. LXXXVI). Chama-se a isto, pôr as peças ou figuras em *bandeira* ou *acantonadas*.

Até êste número, só se faz referência à sua colocação quando tenha de ser diversa destas apontadas.

---

(1) Cont. do n.º 4, vol. 89, pág. 341.

De cinco em diante, a sua colocação tem de ser indicada.

Para êste número, ou são dispostas *crucialmente* (fig. LXXVII), isto é, em cruz, sendo três em pala, com a do centro flanqueada por as outras duas, ou em *sautor, aspa* ou *cruz de Santo André* (fig. LXXXVIII), que é uma ao centro de cada quartel e outro ao centro do escudo.

Dêste número em diante, normalmente, a indicação a seguir será feita em relação ao número de peças ou figuras, dispostas em faixa, e em linhas sucessivas, a começar do *chefe* do escudo para a *ponta*.

IX)—Tanto o campo do escudo, como as peças e figuras heráldicas, são iluminados de modo diverso.

Nas côres que se lhes destinam, temos de atender à sua *natureza* e à sua *representação gráfica*.

a[1])—Essas côres, ou são correspondentes a *metais* ou a *esmaltes*, havendo ainda a juntar as côres representativas das *peles*.

1,)—Os *metais* são, por sua ordem, o *ouro* e a *prata*.

2,)—Os *esmaltes* são: *vermelho*, *azul*, *verde*, *preto*, e *púrpura*.

Nos tempos primitivos da heráldica, as côres tinham outras designações, e estavam relacionadas com as pedras preciosas, astros, árvores, elementos naturais, zodíaco, minerais, flôres, dias da semana e meses do ano.

No quadro seguinte se dão os nomes das côres, com as denominações clássicas das côres naturais, que possivelmente correspondem aos quatro elementos da natureza, e ainda com a correspondência às pedras preciosas e aos astros. Para a nossa heráldica, não se impõe o conhecimento das restantes equivalências.

Ouro		*topázio*	*Sol*
Prata		*pérola*	*Lua*
Vermelho	*goles*	*rubi*	*Marte*
Azul	*blau*	*safira*	*Júpiter*
Verde	*sinople*	*esmeralda*	*Vénus*
Negro	*sable*	*diamante*	*Saturno*
Púrpura		*ametista*	*Mercúrio*

31)—As *peles,* que figuram na armaria, são, como disse, o *arminho* (fig. LXXXIX) e os *veiros.*

A primeira representa-se por um semeado de pontos negros, chamados *mosquetas,* em campo de prata. Quando se dá a inversão das côres, isto é, quando as *mosquetas* são de prata em campo negro, temos os *contra-arminhos* (fig. XC).

A segunda *pele*, que tem o nome de *veiros* (fig. LXLI), representa-se em tiras horizontais, com peças que se tocam lateralmente, de formato de uma pala, aguçada nos extremos, e com uns pequenos ângulos salientes a meio dos lados. Estas são de azul sôbre campo de prata, em número de quinze, em três tiras.

Quando se *cortam* estas peças, que se tocam lateralmente, como disse, pelos ângulos salientes, e se trocam os esmaltes, na segunda secção do *cortado*, isto é, o azul no lugar da prata, e esta no daquela, temos os *contra-veiros* (fig. XCII).

Se em vez das côres *azul* e *prata* se empregarem outras, já se não diz, desta composição, *veiros* e *contra-veiros*, mas sim *veirado* e *contra-veirado.*

Tanto os *pontos-de-arminho*, como os *pontos-de-veiros*, podem também ser utilizados em número determinado, carregando qualquer peça.

b[1])—Tinha uma grande dificuldade a representação icónica da heráldica, por só ser possível realizá-la, com rigor, empregando as côres próprias. Isto, é claro, era um grande obstáculo para manter, com as suas características próprias, estas ou aquelas armas.

Os próprios estudos heráldicos eram prejudicados com essa dificuldade de conseguir, sempre iluminadas nas suas côres, as armas que lhes interessavam.

Porém, em 1638, o jesuíta italiano Silvestre Petra Santa, apresentou na sua obra «*Tesserae Gentilitiae ex legibus Fecialium descriptae*», uma solução muito curiosa, que imediatamente foi adoptada e seguida.

Consiste ela em representar as côres por uma superfície *lisa,* um *ponteado* e diversos *tracejados.* Assim:

o *ouro*, representa-se por *pontos* (fig. XCIII).
a *prata*, por uma superficie *lisa* (fig. XCIV).
o *vermelho,* por um *tracejado vertical* (fig. XCV).
o *azul*, por um *tracejado horisontal* (fig. XCVI).
o *verde,* por um *tracejado em banda* (fig. XCVII).
o *negro,* por um *tracejado vertical* perpendicular a um *tracejado horisontal* (fig. XCVIII).
a *púrpura,* por um *tracejado em barra* (fig. XCIX).

Desta forma, tornou-se possível, com a maior facilidade, o registar com tôda a minúcia qualquer composição heráldica, e de tal maneira assim se compreendeu, que foi logo adoptado para sempre e de maneira internacional.

2)—O *elmo,* pertence da armadura do cavaleiro que defendia a cabeça, é a parte mais nobre das armas, e representa, essencialmente, a cavalaria. Além de parte exterior

do escudo, emprega-se também como peça móvel na sua composição, devendo-se ao brasonar, indicar as suas características, isto é, se é aberto ou cerrado, de perfil ou não (fig. C).

I—a')—O elmo, na heráldica portuguesa, é sempre de prata, guarnecido de ouro. É costume ser forrado de estôfo da mesma côr do campo. Se êste é de *ouro* ou de *prata,* o estôfo deve ser *amarelo* ou *branco.*

b')—O elmo, como tôdas as partes constitutivas das armas, têm a sua medida estabelecida, que é ter de largura cinco sétimos da largura do escudo. Por altura, deve dar-se-lhe a largura do escudo, para ficar proporcionado.

f')—É constituído o elmo por cinco partes, a saber: *cimeira, casco, viseira, babeira* e *gorjal* (fig. CI). Os nomes porque são designados são bastante claros, para que se compreenda qual a sua função na armadura. Dêstes elementos componentes, o mais importante para a sua função heráldica é a *viseira*, como adiante veremos.

c')—Quanto à situação (fig. CII) do *elmo*, há a observar que êle assenta sôbre o bôrdo superior do escudo, podendo a parte inferior do *gorjal* ficar sôbre o campo do mesmo.

d')—A posição que êle toma, é dependente de um factor genealógico.

e')—Se o indivíduo a quem pertencem as armas é fidalgo, isto é, se já vem de gente nobre, pelo menos com quatro gerações, o elmo deve ser colocado ou *tarado* a três quartos, olhando a direita, e com a *viseira* levantada—elmo aberto. Para os nobilitados, ou nobres até três gerações, a *viseira* está fechada—elmo cerrado—e o elmo *tara-se* de perfil, olhando a direita do escudo.

O elmo das armas dos *bastardos* é *cerrado*, *tarado* de perfil e voltado à esquerda (fig. CIII).

O *elmo* como complemento do escudo, nas cartas das armas, aparece só no tempo de D. Manuel I, com António Godinho. Porém, já desde o século XIV se encontra rematando escudos, quer em moedas, quer em pedras de armas.

II)—Na *cimeira*, atrás citada, que é a parte superior do elmo, prendem-se, num rôlo, os estofos que constituem o *paquife*. É o *cercino, rolete* ou *virol*.

No *elmo* que é permitido usar aos cavaleiros das ordens, doutores, capelães, etc., como símbolo honorífico, vê-se o *virol* (fig. CIV), e conseqüentemente o *paquife*, substituído por um penacho de plumas (fig. CV).

III)—O *paquife* (fig. CVI), a que me referi no parágrafo anterior, é constituído por oito tiras de estôfo, os *lambrequins*, quatro de cada lado do escudo. Desenvolvem-se irregularmente, com recorte sinuoso e fantasista, sendo das côres das *armas*, ou do *primeiro quartel*, se são armas compostas. No *paquife* não entram os metais, mas tão sòmente o *amarelo* e o *branco*, em seu lugar.

A disposição dos braços do *paquife*, e sua estilização, é de livre arbítrio do artista. Apenas se lhe exige que os quatro ramos superiores sejam da côr principal, e o fôrro da côr imediata; os quatro ramos inferiores deverão apresentar estas côres invertidas.

O *paquife*, tem sua origem nuns tecidos que os cavaleiros usavam colocar sôbre a armadura, para se pouparem ao ardor do sol.

Por vezes, embora raramente, encontra-se o *paquife* substituído por um *mantelete* (fig. CVII), ou manto curto, que seria, inicialmente, a origem daquele. Dispõe-

se na mesma, caído do *virol*, e a êle prêso e de forma que abriga o escudo. Como o *paquife,* recebe as côres das armas, atendendo ao avesso e ao direito.

3)—Sôbre os *elmos* pode encontrar-se, ou até directamente poisado no bôrdo superior do escudo, como modernamente se tem feito, um aro de oiro carregado de pedrarias, e que, conforme os ornatos que superiormente o decoram, assim indica o título do possuïdor das armas. É isto o que se chama *coronel.*

I)—O aro de oiro é comum a todos os títulos. Tem superior e inferiormente umas *virolas.* É enriquecido, na sua linha média, com rúbis e esmeraldas, montados em engastes, de formato, respectivamente, de *losango* e de *rectângulo.* Destas pedras, são visíveis duas esmeraldas e três rúbis. As esmeraldas, nos rectângulos; e os rúbis, nos losangos, sendo qualquer delas separada por duas pérolas.

II)—Agora, as características que distinguem e categorizam o *coronel* (fig. CVIII) dos vários títulos, são:

Barão—um fio de pérolas, que se enleia no aro, ficando visíveis só três voltas, em banda e equidistantes;

Visconde—rematado superiormente por hastes, que sustentam quatro pérolas grandes, das quais sòmente três estão à vista, sendo estas separadas por quatro pérolas menores;

Conde—rematado superiormente por dezasseis hastes ou pontas de oiro que sustentam cada uma sua pérola; são aparentes, apenas nove;

Marquês—rematado por quatro florões, dos quais se vêem só três, separados por três hastes de oiro

sustentando três pérolas, e que modernamente se reüniram numa única haste em roquete.

Duque—rematado por oito florões, dos quais são aparentes cinco.

Estes florões, dos *coronéis* dos *duques* e dos *marqueses,* são formados por fôlhas de acanto trilobadas, tendo ao centro uma pérola.

III)—Para o traçado do coronel, é preciso observar proporções. O diâmetro do bôrdo inferior da base do aro, é da largura de metade da do escudo. O diâmetro do bôrdo superior excede o inferior num quarto. A altura é determinada pela quarta parte do diâmetro inferior.

IV)—Rigorosamente, os coronéis deviam assentar apenas sôbre os elmos. Porém, em Portugal, à imitação do que se faz em França, é uso quási geral aparecerem assentes sôbre o bôrdo superior do escudo. E em referência a êste costume que se apontam as proporções atrás indicadas.

4)—A principal característica das armas reais é a *corôa* (fig. CIX).

I)—Consiste, esta peça, num coronel de duque, fechado por quatro diademas ornados de pérolas, encimados no ponto de cruzamento por um mundo rematado pela cruz.

II)—A *coroa* real, símbolo de soberania, inicialmente, era

Nota—Em pedras de armas, especialmente do século XVIII, é vulgar encontrar armas encimadas por qualquer dêstes coronéis e outros, fantasistas, sem que na família tivesse havido títulos. É uma coisa a que costumam chamar *coroa de nobreza*, de influência espanhola ou francesa, mas cuja origem não está bem averiguada.

um simples *coronel* floreado. Só com D. Sebastião é que se fechou com diademas. Variou no seu desenho, conforme o gôsto artístico das épocas que ia atravessando.

A *coroa* do príncipe real, herdeiro, diferencia-se da do rei apenas nos diademas que fecham o *coronel* de duque. Em lugar de seis, dos quais apenas cinco são aparentes, tem quatro, sendo aparentes três.

III)—As proporções a observar para as coroas são as mesmas dos coronéis; apenas, para os diademas, se lhe tem de dar a mesma altura que tiver o *coronel*, base da coroa.

IV)—Quanto à posição da coroa, serve o que fica relativamente ao coronel.

5)—O *timbre* (fig. CX) é a parte mais nobre, mais distinta e mais característica das armas, que *assenta* sempre sôbre o virol.

No entanto, apelidos há cujas armas não têm timbre. Isto, porém, é devido a ter-se perdido a sua notícia, ou então as armas terem sido criadas em época de decadência heráldica.

I)—Os *timbres* mais antigos são constituídos por animais, *naturais* ou *quiméricos*, quer tirados do campo do escudo, quer escolhidos só para o efeito em vista. À medida que o sentido heráldico se foi perdendo, é que foram começando a aparecer outras peças e figuras desempenhando o papel de *timbre*. Por vezes, são composições desastradas, que o tempo e a ignorância de muitos dos oficiais de armas cancelaram. Numas armas compostas, o timbre, é, lògicamente, o do primeiro quartel, que representa a varonia ou a linha heráldica mais chegada a ela.

Encontram-se, porém, armas de várias épocas em que se nota a preferência dada a um apelido do segundo ou terceiro quartel, para timbrar as armas, pelo facto desta parte das armas ser representada por um animal (fig. CXI).

Admite-se, também, que, numas armas compostas, o timbre não seja o do primeiro quartel, quando neste se colocaram as armas de um dos outros quarteis, pelo facto do *privilégio* (fig. CXII), que têm os apelidos, em cujas armas figuram as *quinas* de Portugal.

II)—De estranhar seria que o *timbre*, que tanto contribui para o equilíbro estético das armas, não tivesse regulada a sua altura (fig. CXIII).

Na heráldica nacional anda esta dimensão muito esquecida. Pode assentar-se que a sua altura é igual à largura do escudo.

6)—Os ornatos exteriores do escudo estão mais libertos da rigidez das leis heráldicas do que as restantes partes das armas. Sob o ponto de vista de estilização, há maior liberdade do que ao tratar da composição das *figuras* heráldicas.

I)—Na enumeração dos ornatos exteriores do escudo, aponto primeiramente os *tenentes* (fig. CXIV). Êste género é caracterizado por ser constituído por *duas,* (raras vezes uma) figuras humanas ou celestes, que amparam o escudo, uma à direita, outra à esquerda.

São ornatos antropomórficos. Geralmente são *anjos*, ou *selvagens*, o que se encontra nas armas portuguesas.

Os *tenentes* são normalmente de *sua côr,* isto é, de côr natural.

II)—Seguem-se os *suportes* (fig. CXV), ornatos zoomórficos, por vezes de grande efeito decorativo, que supor-

tam as armas. Os animais que os constituem, são quási sempre tirados das figuras do escudo, se lá os há.

Nem sempre as figuras dos *suportes* são iguais. Na heráldica nacional, o mais vulgar é o emprêgo de dois animais diferentes.

As côres dos *suportes* são indicadas ao brasonar. Estes, às vezes, sustentam cada um sua bandeira, quadrada, com motivos tirados do escudo. Origem inglesa.

III)—Não é raro o encontrarem-se armas, pertencentes a indivíduos que foram generais, altos cargos do exército, e duma maneira geral militares, acompanhados na base, e ladeados, de lanças, bandeiras, armas, bombardas, granadas, etc. Estes motivos guerreiros, no seu conjunto, têm o nome de *trofeus* (fig. CXVI).

IV)—A *tarja, cartela* ou *cartão* (fig. CXVII) é a *cartouche* dos franceses. Sôbre ela se assentavam as armas, eliminando-se, porém, o paquife. Daí, o dar-se, às duas faces da tarja, as côres que àquêle caberiam.

Hoje em dia, está, pode dizer-se, reservada ao uso da heráldica eclesiástica, sendo, contudo, atributo próprio dos magistrados. É um ornato característico do século XVII.

V)—Temos agora o *pavilhão*. É êste o último dos ornatos exteriores do escudo, não obstante ser dos mais categorizados.

Compõe-se de duas partes: o *chapéu* e as *cortinas* (fig. CXIX), que formam o manto.

Parece ter tido sua origem ou nas exposições, que se faziam nos torneios, dos escudos dos cavaleiros, colocando-os sôbre ricas tapeçarias, ou então, numa tenda onde os cavaleiros se recolhiam antes de entrar na liça.

Podem usar do pavilhão, além do rei, o príncipe real, os infantes, os duques, marqueses, condes, conselheiros de Estado, Pares do Reino, Grã-cruzes, variando nas côres e bordados.

VI)—É vulgaríssimo o emprêgo das insígnias das ordens de cavalaria, militares, e honoríficas, como ornatos exteriores do escudo (fig. CXVIII).

A sua colocação pode ser feita, ou suspendendo a insígnia de uma fita pela parte inferior do escudo, ou assentando êste sôbre a insígnia da ordem, de forma que só se lhe fiquem vendo os extremos.

Para as ordens que têm colares, rodeia-se com estes ou o conjunto das armas, ou só a parte inferior, nascendo o colar de sob o escudo, a dois têrços da sua altura.

É claro que, com excepção da localização da insígnia sob o escudo, que se pode fazer só com uma, podem representar-se duas, três ou mais ordens.

7)—As *legendas* (fig. XX), são frases em português, latim, ou outra qualquer língua, que se encontram na parte exterior do escudo, escritas numa pequena tira ou filactera. Não se devem confundir com as *letras* ou frases, que, nalguns casos, se observam no próprio campo do escudo.

I)—Se a *legenda* aparece pela parte inferior do escudo, é o que se chama uma *tensão*, isto é, desempenha a mesma função em relação às armas, que, numa divisa, a *alma* em relação ao *corpo*.

II)—Se a *legenda* aparece rodeando o *timbre*, então o seu significado é outro, e toma o nome de *grito de guerra*. Só é usado pelo chefe da família.

8)—Embora a heráldica eclesiástica deva ser tratada àpar-

te, é certo que, por vezes, ela é, pràticamente, verdadeira heráldica de família. Distingue-se apenas nos motivos que rematam e acompanham estas armas, que podem ser quatro: *mitra* (fig. CXXI), o *chapéu eclesiástico* (fig. CXXII), o *báculo* (fig. CXXIII) e a *cruz* (fig. CXXIV).

I) — Encontram-se algumas antigas armas de bispos, em que o *chapéu eclesiástico* era trocado pela mitra. No século XVI usou-se mais a *mitra*; no XVII o chapéu.

A *mitra,* é o barrete *espiscopal* para a celebração do culto, composto de duas pastas, ligadas pelos lados, e de forma ponteaguda, sendo vasado superiormente. Representa-se sempre de pasta, com ornatos e cruz de oiro.

Coloca-se sôbre o bôrdo superior do escudo, do lado direito, ladeando, com o báculo, a cruz, que remata a elipse das armas.

II)—O segundo, é um chapéu de seda de copa redonda e aba direita, que tem dois núcleos laterais de cordões com nós ou flocos. Conforme a categoria do indivíduo, assim o fôrro da aba podia ser *vermelho, verde* ou *negro*, variando também o número de nós.

Os *Cardiais* e *Cardiais-patriarcas* têm o fôrro do chapéu de vermelho, e quinze nós a cada lado, dispostos em ordem decrescente de baixo para cima, a partir de cinco.

Os *arcebispos* e *arcebispos-primazes* têm o fôrro do chapéu, verde, e dez nós a cada lado.

Os *bispos* também têm chapéu forrado de verde, com seis nós de cada lado.

Os *bispos-titulares* fazem rematar o escudo com o *coronel* respectivo.

Os *abades-mitrados, abades* e *proto-notários,* o chapéu todo negro, e três nós a cada lado.

III)—O *báculo*, ou *croce*, é o símbolo do cajado do pastor, visto que o bispo é um pastor de almas. É de oiro e rematado por um ornato. Coloca-se, sob as armas, passado em branco.

IV)—A cruz remata sempre a elipse das armas eclesiásticas, e é acompanhada da mitra e do báculo.

Conforme a categoria do possuïdor das armas, assim a cruz deve ser a que lhe corresponde. As suas características encontram-se no vocábulo próprio, no capítulo dedicado ao *Vocabulário.*

III

DIFERENÇAS

As *armas*, pôsto que transmissíveis pelos membros da família, têm a sua distinção conforme a pessoa que as usa. Na mesma linhagem não deve haver dois escudos de armas iguais.

Isto tanto se dá na família real, como nas famílias nobres ou populares.

Esta alteração, destinada a individualizar as armas dos vários membros de uma linhagem, tem o nome de *diferença*.

Vamos ver agora em que consistiam as *diferenças*. Primeiramente, as *reais* (fig. CXXV); depois as *populares*.

a)—A característica das armas do rei, além da coroa, consiste em andarem *direitas*, isto é, em não se verem misturadas com mais nenhumas.

As armas da raínha, são bem distintas, pois devem trazer as armas de seu pai, *partidas* com as do rei seu marido.

Para o príncipe real, a *diferença* consiste num *banco de pinchar* ou *lambel* de ouro, pôsto em *chefe*, com três *pontas pendentes* ou *pés*, *virgens*, quer dizer, sem nada sôbre êles. Se o príncipe tiver filho, êste, emquanto o avô

fôr vivo, usará das armas do pai, carregando cada uma das *pontas* do *banco de pinchar* com um botão de rosa, de *sua côr*.

Para os infantes, a *diferença* consiste em carregar os *pendentes* do *banco de pinchar*, de escudos quadrados, com as armas singelas de sua mãi, e a começar pela *ponta* da *esquerda*, ocupando esta, esta e a segunda, e as três, conforme a ordem de nascimento.

Se os infantes vão além de três, os outros, seguindo a mesma ordem, carregam as pontas do *lambel* com novos escudos, sempre com armas *singelas* da parte de sua mãi.

As infantes, trazem as armas do rei seu pai, no segundo de um *partido* com prata lisa, pôsto numa *lisonja*. São estas as *diferenças* reais. Excepcionalmente, usaram do *banco de pinchar*, como *diferença*, os duques de Bragança, logo desde o seu início.

Os filhos legítimos dos infantes, vão diferençando sempre as suas armas, bem como os netos as devem continuar diferençando sempre mais, até que na parte geração as armas reais possam desaparecer, para darem lugar às armas que vieram por motivo de *diferença*.

No caso da morte de algum filho do rei, deixa-se a ordem do nascimento dêles, para se observar ùnicamente a cronologia do nascimento dos vivos, e estes acertarão as armas que lhes cumprem.

b) — Atendamos agora às *diferenças populares* (fig. CXXVI), isto é, às *não reais*.

O *chefe* de geração ou de linhagem, traz as armas *limpas*, *direitas* ou *inteiras*. Se fôr *chefe* de duas ou mais linhagens, combiná-las-á num escudo, *partindo*, *cortando* ou *esquartelando* as armas dessas famílias.

O filho mais vélho, para usar as armas que lhe cabe-

rão por morte de seu pai, terá de as *diferençar,* bem como os outros filhos, que não podem ter armas iguais entre si.

Os filhos segundos, diferençam suas armas misturando as paternas com as maternas, ou completas, se são compostas, ou simplesmente juntando um apelido materno, ou ordenando um apelido *paterno* e outro *materno.*

Também é usada a mudança de côr do campo do escudo, alteração na posição das peças ou figuras, ou no seu número, emprêgo de uma *bordadura,* substituïção do *timbre,* etc. Isto, porém, devia ser autorizado pelo *rei-de-armas.*

Como se vê, destas *diferenças,* umas são de carácter individual, outras de carácter transmissível. Entre estas últimas há ainda uma série de *diferenças,* que têm um carácter especial, um grande significado genealógico, que as distingue das outras. Por êsse motivo, e por elas se ligarem tão intimamente com o problema da hereditariedade e transmissibilidade das armas, tratá-los-ei, àparte, no parágrafo seguinte.

1)—É sabido que as armas passam de pais a filhos, num sentido de perpetuar a memória do fundador da família. Como, porém, essas armas podem vir por via de qualquer dos quatro avós do armigerado, ficou marcada nas armas essa origem, com *diferenças* especiais. Delas se vai dar notícia, isoladamente, pelo significado especial, de carácter genealógico, que revestem, e que tão grande interêsse e poder documental vem dar à heráldica.

Pelo exposto, vê-se que há quatro linhas por onde as armas provêm: *avô paterno, avó paterna, avô mater-*

no e *avó materna*. Vejamos agora a diferença indicativa de cada uma delas.

Avô-paterno: são aquelas que vêm por linha varonil, de *pai e avô macho*, portanto. A *diferença* é colocada no canto direito do escudo, ou, se é ocupado por alguma peça, passa para o meio do chefe; e constituída por alguma das seguintes figuras: *flor de lis*, *muleta, trifólio, merleta, anel, lua, crescente* e *farpão.*

Em casos de excepção pode ainda aparecer mais alguma figura.

Avó-paterna: são aquelas armas que vêm por *pai e avô-fêmea*, tendo por *diferença* alguma das figuras há pouco citadas, colocada em *meia-brica.*

Avô-materno: quando as armas vêm por *mãi e avô-macho,* emprega-se, na mesma, uma das figuras apontadas, ou a letra inicial do nome da pessoa a quem as armas foram dadas, colocada na *brica.*

Avó-materna: quer dizer, por *mãi e avô-fêmea*, a diferença será uma *almofada* ou *cochim*, maçanetada, na *brica*; se, porém, as armas vêm ainda pela mãi da avó, sobrepor-se-á à almofada uma *manilha.*

Desta maneira, num rápido exame de umas armas, se conhece qual a sua proveniência, através as gerações da respectiva linhagem.

I)—A *brica* (fig. CXXVII), a que atrás se fêz referência, é simplesmente um lugar do campo do escudo, que corresponde na topografia dêste à quarta parte do primeiro cantão. Dir-se-á, a propósito, que a *brica* pode ser de uma só côr, que é o mais vulgar, *cheia* de outra, além de ser susceptível de se *partir*, *cortar, fender* ou *talhar.*

Quando a sua largura é reduzida a metade, temos

a *meia-brica* (fig. CXXVIII). Se a altura é reduzida à mesma dimensão da largura, obtemos a *brica-quadrada* (fig. CXXIX), que toma o nome de *quadrícula* quando cheia com a côr do campo.

Por último, temos a *dobre-brica*, que surge quando a quarta parte da *brica*, que fica junto ao ângulo direito do escudo, é de outra côr.

IV

QUEBRAS

A *quebra* (fig. CXXX), é também, pràticamente, uma *diferença*, porém para marcar as armas dos filhos ilegítimos, e isto tanto nas linhagens reais, como nas populares. O seu uso não impede o emprêgo da *diferença*, que nas armas deva encontrar-se, antes se emprega independentemente daquelas.

As *quebras,* em Portugal, têm sido constituídas por: *Portugal-antigo*, *aspa*, *cótica*, *bastão em barra* e *travessa*.

a)—*Portugal-antigo*, é o escudo das armas nacionais, sem a bordadura dos castelos. Foi empregado durante a primeira dinastia, para distinguir os filhos ilegítimos dos reis de Portugal.

b)—A *aspa*, como *quebra*, foi empregada nas armas dos *Braganças*, sendo carregada dos escudetes de *Portugal-antigo.*

c)—O *bastão*, que é uma redução da *banda* e cuja largura já conhecemos, emprega-se para indicar os filhos naturais, quer na linhagem real, quer nas populares, em qualquer côr ou pele.

Por vezes, ao bastão também se dá o nome de *cótica*, mas não é verdadeiramente correcto.

Nas linhagens populares, tem ainda a função de apontar nas armas se o pai do armigerado é filho *natural*; neste caso utilizam-se apenas *dois têrços* do bastão. Se o avô também tem essa condição, só um *têrço.*

d)—O *filête*, cuja largura é conhecida, é indicativo dos *bastardos reais e populares*, brasonando-se em *barra* ou *contra-banda*.

Nas linhagens populares, emprega-se ainda para indicar respectivamente que o pai ou a mãi, ou o avô, do armigerado, são *bastardos*. No primeiro, utilizam-se apenas *dois têrços* do filête, que é de negro; e no segundo *um têrço*.

Se o armigerado bastardo é filho de bastardo, ou bastarda, empregam-se *dois filêtes*; se o avô tem igual condição, são *três filêtes*.

Para os filhos *adulterinos, incestuosos* e *sacrílegos*, tanto reais como populares, a quebra é um *filête endentado* em contra-banda, respectivamente de *azul, verde* e *vermelho*.

Como já notei atrás, as *quebras* utilizam-se conjuntamente com as *diferenças*. Compreende-se que assim seja. As primeiras indicam a via porque se transmitiram as armas. As segundas mostram a situação do indivíduo na família.

e)—As *quebras*, pròpriamente, não se transmitem com as armas, mas sim a obrigação de não deixar de marcar a situação do armigerado nas armas, para bem o individualizarem sempre. No entanto, na *quarta geração*, isto é, com os bisnetos do filho natural ou bastardo, que trouxe a quebra para as armas, êsse distintivo desaparece; isto nas linhagens populares, pois na real, conjuntamente com a *quebra*, e *diferença*, cessa o direito ao uso das armas, para dar lugar às que advêm por via feminina.

(Continua)

Armando de Matos

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894)—Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12$00

Fernão de Magalhães—Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarãis, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) ..... 6$00

Idem—Suplemento 1.º (1877-1883) .... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 ..... 4$50

Noticia sôbre uma série de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e critica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 .... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cêrca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O *Instituto* põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação, rosto e capa próprios serão de conta dos autores.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso.....	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1—COIMBRA

VOLUME 90.º



NÚMERO 3

FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1936

SÓCIO BENEMÉRITO

Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Gil Vicente e o «Auto da Festa», por Luciano Ribeiro 193

Ibsen e Grieg, por Maria Josefina Pires da Bandeira de Vasconcelos Abreu Andersen 230

A conquista de Coimbra por Fernando Magno, por Alfredo Pimenta 254

Hidrogénio Industrial — Possibilidades técnicas e económicas do seu fabrico no nosso país, por Manuel Gaspar de Barros. . . 276

GIL VICENTE E O «AUTO DA FESTA»

I

O ilustre e erudito investigador, que foi o Senhor Conde de Sabugosa, deu à estampa no ano de 1906 um auto quinhentista intitulado «Auto da Festa», reprodução do exemplar existente na sua preciosa e opulenta biblioteca, o qual, até então, estava completamente desconhecido dos estudiosos e do público pela sua tão grande raridade, que é aquêle o único exemplar conhecido.

No estudo precedente do auto publicado, Sabugosa diz dever a preciosa edição princeps ter sido estampada entre mil quinhentos e trinta e tantos e 1605, visto serem daquela época as vinhetas que a adornam.

Julga também Sabugosa ter o volume, onde se contém o Auto, sido encadernado em 1651, por haver na sua biblioteca um outro volume encadernado nesse ano. Certamente, para que Sabugosa possa tirar esta ilacção, deve o outro volume ter egual encadernação e ser esta datada.

Na miscelânea referida, indica Sabugosa, encontram-se várias obras, as quais enumera e são as seguintes (1):

1.º—*Auto da Fee*—de Gil Vicente, o qual foi representado em Almeirim nas Matinas do Natal de 1510.

(1) Conde de Sabugosa—*Auto da Festa*—Lisboa, 1906.

2.º—*Auto do Nascimento de San Joam e Visitaçam de Sancta Isabel.* Novamente feito por Fernão Mendes. Impresso por Antonio Alvarez—Anno de 1605. (Este Fernão Mendes é um poeta esquecido da escola de Gil Vicente).

3.º—*Glosa—Peregrina* compuesta por Luys de Aranda vezino de la ciudad de Vbeda. Impresso em Sevilha em casa de Juan de Leon, junto a las siete Rebueltas em 1604.

4.º—*Auto de Deos padre—Justiça e Misericordia.* Impresso por Antonio Alvarez—Anno 1602.

5.º—*Auto de Sancta Caterina*, etc. Feyto por Baltazar Dias—Impresso por Antonio Alvarez em 1592.

6.º—*Auto de S. Barbora* (saiu anónimo, mas é seu autor Afonso Alvarez). Impresso por Antonio Alvarez em 1591.

7.º—*Obras en Alabança de la Santa Cruz.* Pelo Alferes Joan de Torres Portugal. Impresso em Lisboa por Pedro Crasbeek—1605.

8.º—*Obra Nova mente feyta da muyto dolorosa morte e payxão de Nosso Senhor Jesu Christo,* etc. por Francisco Vaz. Impresso em Evora por Manuel de Lyra—1593.

9.º—*Auto do dia de Juizo etc.* Anonimo. Sem data.

10.º—*Breve Summario da Hystoria de Deos.* Por Gil Vicente. Impresso por Antonio Alvarez. Anno 1598.

11.º—*Auto de S. Antonio.*—Por Affonso Alvarez. Impresso por Antonio Alvarez. Anno 1598.

12.º—*Auto de San Vicente...* Agora novamente feito por Afonso Alvarez. Sem data.

13.º—*Auto de Sanctiago...* feyto por Afonso Alvarez—Impresso por Antonio Alvarez. Anno 1598.

14.º—*Auto de Santo Aleixo*—Feyto por Baltezar Dias. Sem data.

15.º—*La vida y muerte del padre meestre Fray Juan Bernal de la orden de nuestra Señora de las Mercedes, etc.* Impresso por Antonio Alvarez. Anno 1603.

16.º—*Auto da Natural Invençam*—Auto feito por Antonio Ribeyro Chiado. Sem data.

17.º—*Auto da Festa*—do qual se trata no presente estudo.

18.º—*Auto de Cananea*—Impresso por Antonio Alvarez. Anno 1603.

19.º—*Glosa sobre la obra que hizo Don George Manrique a la muerte del Maestro de Sanctiago Don Rodrigo Manrique, su padre dirigida à la muy alta e esclarecida Christianissima Princesa Dona Leonor Reyna de Francia.* Impresso por Antonio Alvarez. Anno 1602.

20.º—*Romance hecho quando El Emperador Carlo Quinto entró en Francia etc.* Impresso por Antonio Alvarez. Anno 1602.

21.º—*Barca primeira. Auto de moralidade Compuesto por Gil Vicente, por contemplação da Serenissima e muyto Catholica Raynha Dona Lianor e representada por seu mandado etc.*—Sem data nem impressor.

II

O exemplar do *Auto da Festa*, ocupa pois o número 17 da miscelânia descrita, existente na biblioteca Sabugosa.

A edição feita pelo Conde de Sabugosa, compreende um estudo do auto, a sua cópia e uma reprodução foto-zincográfica. E' sôbre esta que vai ser feita a descrição da peça.

Trata-se de um pequeno opúsculo de 16 páginas. Na primeira, o título: *Auto da Festa* seguido duma gravura, e logo: *Auto novamente feito por Gil Vicente, & representado, em o qual estão as figuras segutntes, S. (a saber) primeiramente a Verdade, hum vilão, duas ciganas, & hum Parvo, & outro vilão per nome Janafonso, & hũa Velha, & hum Rascão q̃ quer casar com a Velha, hum Pastor per nome Fernando, & trez Moças Pastoras, hũa per nome Mecia, & outra Caterina e outra Filipa.*

Não tem data, nem nome de impressor, nem qualquer outra indicação.

Sabugosa, no seu estudo, aliás bem interessante não só pelo recorte literário, mas também pela forma como o conduz, diz (1):

> «A authenticidade deste Auto tem a prova-la, aci-
> «ma de tudo, a fôrça do talento com que está escripto
> «a *griffe du lion* que nos empolga ao lê-lo, a graça no
> «dizer que nenhum discipulo seu soube imitar, o *quid*

(1) Conde de Sabugosa—op. cit. pág. 53.

«inconfundivel que, mesmo sem a indicação da rubrica, «revelaria, aos menos habituados à leitura do poeta, o «seu modo de ser especial. Accresce ainda, alem do «acerado dos sarcasmos, aquele septicismo *sui generis* «que em tantas das suas obras aparece, e com que «neste Auto mais uma vez traduz a sua desdenhosa «descrença na justiça, na integridade, e na sinceridade «humanas».

Discordamos aqui da opinião do ilustre literato, por nos parecerem muito frágeis os argumentos expendidos.

São frágeis porque, admitirmos a autenticidade de uma obra por acharmos nela a *força do talentò com que está escrita, a* griffe du lion *que nos empolga ao lê-la, o* quid *inconfundivel, a graça no dizer* e afirmarmos *que nenhum discípulo seu soube imitar,* é na realidade muito pouco, um tanto arrojado e perigoso.

E' certo que ao procurar desvendar-se qualquer coisa envolta em nuvens de dúvida, se algo nos faz pender a opinião para determinado lado e se o entusiasmo se apodera de nós, deixamo-nos—quantas vezes!—arrastar no redemoinho ciclópico da vertigem que nos dinamiza todos os elementos parecem mostrar, demonstrar ao nosso espírito a hipótese *á priori* formulada.

Ora, Gil Vicente foi um poeta de possibilidades extraordinárias, um comediógrafo espantoso e um homem dum cerebração capaz de exercer uma influência demarcada não só na literatura nacional como até na estrangeira. A literatura espanhola, v. g., sofreu, ao nosso ver, a sua influência. O Dr. Alfredo da Cunha pôs o problema da influência Vicentina em Gœthe.

Até Gil Vicente nada havia de teatro em Portugal a

mais do que os arremedilhos dos quais Santa Rosa de Viterbo in *Elucidario*, *sub voce*, diz:

> «*No ano de 1193 El Rei D. Sancho I com sua mu-*
> «*lher, e filhos fizerão doação de hum casal dos quatro,*
> «*que a coroa tinha em Canellas de Poyares do Douro,*
> «*ao farçante, ou bobo chamado Bonamis, e a seu irmão*
> «*Acompaniado para elles, e seus descendentes. E por*
> «*confirmação, ou Rébora se diz:* Nos mimi Suprano-
> «minati debemus Dominu Nostro Regi pro reboratione
> «unum arremedillum. Doc. T do T.»

Surge Gil Vicente nessa época de renascimento em tôdas as manifestações de intelectualidade. Cria o teatro português, e fá-lo brilhantemente.

Uma roda de admiradores do seu talento e da sua maneira de escrever procura imitá-lo. Faz escola. Aparecem os discípulos. Naturalmente, como sempre sucede, estes procuram aproximar-se do mestre.

Daqui a confirmação do que foi apontado atrás. Frágeis os argumentos para demonstrar a autenticidade da obra.

Além de quanto já está dito, o «Auto da Festa» não tem, segundo julgamos, aquelas características de unidade e de técnica de execução que eram naturais e espontâneas no mestre. Até o título, ao contrário do que sucede com os das outras obras de Gil Vicente, é de uma manifesta impropriedade, como muito bem diz Oscar de Pratt (1).

Braancamp, ao tratar dêste auto, refere assim (2):

---

(1) Oscar de Pratt—*Gil Vicente—Notas e Comentários.*

(2) Anselmo Braancamp Freire.—*Gil Vicente, Trovador e mestre da balança*—pág. 82.

«O Auto da Festa, no caso de ser de Gil Vicente,
«como parece, é evidentemente do tempo da sua viu-
«vez, nem em outra quadra teria explicação a resposta
«dada em scena pela Velha ao alvitre que lhe propôs
«o Rascão dizendo-lhe—deveis-vos de casar».

Pela maneira prudente como Braancamp fala da paternidade do Auto da Festa, vê-se com nitidez a dúvida flagrantemente mostrada logo no comêço, ao dizer:

«O Auto da Festa no caso de ser de Gil Vicen-
«te, etc.

Dúvida, porquê?

Dúvida, naturalmente porque não encontrava nesta espécie aquelas características vulgares na obra Vicentina. Dúvida, talvez também por não ver neste Auto aquela seqüência e continuïdade habituais nos outros do mestre; dúvida ainda porque lido o auto e confrontando o titulò com o contexto, não lhe encontrou correlação. Dúvida, finalmente, porque admitindo a hipótese de sòmente poder ter sido escrito no tempo da sua viuvez, nessa altura estava Gil Vicente senhor da técnica, a qual ali não verificou existir.

Julgamos ver claro em tudo isto, que Braancamp Freire admitia, pelo menos, a possibilidade de o «Auto da Festa» não ser obra de Gil Vicente. Julgamos ver claro ter Braancamp admitido esta hipótese com mais fortes probabilidades do que a contrária, pela maneira como escreve.

Passemos agora a apreciar a opinião expendida por

Oscar de Pratt no seu já citado livro (1). Faremos a seguinte transcrição.

«Sabugosa supõe que o Auto da Festa teria sido «representado em 1535 ao Conde de Vimioso, mas o «sr. Braancamp Freire antecipa essa representação «para o Natal de 1515 e diz que o tratamento de Vossa «Mercê dado ao «dono da casa» exclue a hipotese de «este ser o conde, porque os condes tinham já então «o tratamento de *senhoria*. A Senhora D. Carolina «Michaëlis perfilha a ideia de Sabugosa, embora lhe «pareça extranhável n'um palaciano aquela falta contra «o protocolo, mas sugere que talvez o auto tivesse «sido escrito antes de D. Francisco de Portugal ser «nomeado conde, i-é antes de 1515.

«Por sua parte o snr. Dr. Queiróz Veloso supõe «que o Auto tivesse sido representado em Evora, no «Natal de 1524, em casa de alguma personagem im-«portante.

«Para a primeira afirmação aduz a circunstância «de se não justificar a entrada de um grupo de ciga-«nas numa casa particular de Lisboa, e quanto à se-«gunda diz, não só que as referencias «ao que faz os «autos a El-Rei» somente se verificam no reinado de «D. João III, mas tambem que o auto *não pode* ser «posterior ao Templo de Apolo, representado em 1526.

«Já vimos que, a-pesar-da opinião expressa por «Braancamp Freire, e geralmente aceita, o *Auto da «Festa* não é anterior ao *Templo de Apolo*, e que, por-

(1) Oscar de Pratt—op. cit. cap. «Ainda o Auto da Festa».

«tanto a data da sua composição deve ser posta de-
«pois de 1526.

«O facto da entrada de *duas ciganas* no auto não
«invalida a suposição de que este fosse representado
«em Lisboa, onde a *velha* obteve a absolvição do Nún-
«cio, presente à festa, e onde ela podia ter pago os
«tais cinco cruzados de emolumentos à câmara ecle-
«siástica».

Aqui dissentimos da opinião de Oscar de Pratt. Afirma êste autor que o núncio estava presente à festa. Não nos parece; senão, vejamos:

A ser como Oscar de Pratt interpreta, não dizia a *Vélha:*

Filho, se aqui me esperais
Eu vo-la trarei aqui.

e o *Rascão*

Hi, que eu o farei assi
Se vós muito não tardais.

indicando a rúbrica, a seguir:

«Vae se a Velha a buscar a absolvição e fica o
«Rascão dizendo só: etc.».

depois, mais tarde, indica outra vez a rúbrica:

«Torna a Velha com a bula do Nuncio na mão
«com uma coifa lavrada na cabeça e vestida como
«noiva e diz»:

Velha:

Trago o spiritu tão cansado
que não sei parte de mi;
depois que parti d'aqui
nunca mais comi bocado
e creo que pão não vi.

Ora, se o Núncio estivesse presente à festa, a Vélha não tinha carecido de sair para obter dêle a absolvição e receber a bula que lhe custou os cinco cruzados. E tanto é assim que, à volta da Vélha, já o Rascão tinha aproveitado o ensejo dela não estar para lhe fugir.

Em nossa opinião a frase «O Núncio que aqui está» indica ser o Núncio que se encontra na terra onde se passa a festa. Como o Núncio é o ministro que representa o Papa junto de um govêrno, é natural passar-se a festa em Lisboa, como também opina Oscar de Pratt.

Continuemos a reproduzir as considerações de Oscar de Pratt:

«Tambem o *Vilão*, que «vem com uma apelação» «e pretende «ser bem despachado», se considera evi- «dentemente na côrte, porque, apelando e interpondo «recursos, se desilude por fim do valor da Verdade e «da Justica, exactamente no lugar onde elas deveriam «imperar, como lá diz a figura simbolica da *Verdade*:

«Vim-me à corte cuidando achar
quem me fizesse algum gasalho»

«Contrariamente ao que se dá com as restantes «produções de Gil Vicente, o título dêste auto é de «uma manifesta impropriedade. A-pesar-das explica-«ções de Sabugosa, não se sabe a que *festa* êle alude: «se à do Natal a que aparece apenas uma passageira «referência a meio do Auto, se à dos desposórios da «*Velha*, para a qual a serrana *Catarina* convida a *Ver-«dade*, muito deslocada no meio do mistifório de sce-«nas que constituem esta composição. E' mais natural «que o auto, anonimo até ao momento da representação, «como tantos outros a que só o motivo da impressão «impunha título, tivesse recebido este nome simples-«mente por ter sido feita para a festa do «dono da «casa».

«Este auto, elaborado já à data em que as for-«mas dramáticas de Gil Vicente tinham adquirido uma «certa unidade e equilíbrio, é *um aglomerado de scenas «soltas*, *mal cerzidas*, que apenas servem de prolonga-«mento ao quadrinho do *Vilão* demandista.

«Não foi representado na côrte, mas ao redor de-«la, na pousada de um fidalgo «nobre Senhor», man-«cebo ainda, ao parecer, pois que a cigana *Graciana* «lhe diz que «*ha-de* ser mui poderoso, mui venerado, «mui prosperado, e senhor de muita renda» como se «ele começasse então a entrar na vida.

«A assistencia á representacão do auto deveria «ter sido luzida de cortezãos e damas, com a presença «do Nuncio (se bem interpreto o texto: «o Núncio que «aqui está»), mas é curioso notar que, quando as ci-«ganas se dirigem a uns e outras nenhuma referencia «fazem à sua nobreza.

Aqui, pelas razões já expostas voltamos a estar em desacôrdo com a opinião de Oscar de Pratt. A frase «O Núncio que aqui está» não nos parece fazer concluir que o Núncio está presente à festa, mas sim estar o Núncio na mesma localidade onde a festa se realiza, parecendo-nos que essa terra deve ser Lisboa.

Continuemos a transcrição do trabalho de Oscar de Pratt:

> «A propria rubrica é descortês: Fala Lucinda *com «as mulheres»*. Em nenhum outro dos seus Autos Gil «Vicente tratou assim as damas da côrte.

Oscar de Pratt reforça esta sua última opinião, em nota com a citação das «Côrtes de Jupiter» onde se diz aludindo as damas do paço e suas criadas:

> «Não digamos aqui
> nenhum nome de *mulher*
> nem [de] *dama.*»

Voltando à transcrição:

> «O facto da presença de senhoras entre os assis- «tentes pode decidir do estado civil do «Senhor da «casa». Evidentemente este deveria ser já casado, «mancebo embora, visto que, segundo a rígida prag- «mática do tempo, era defeso às damas freqüentarem «casa de homem solteiro, nem estes, por conseguin- «te promoveriam festas ou serões galantes.
>
> «Mas, sendo assim, porque é que não ha no auto

«uma única referência à «dona de casa»? Nem a *Verda-*
«*de*, nem as *ciganas*, nem os pastores que aparecem
«no fim, lhe fazem qualquer alusão. Descortesia ainda?

«A leitura atenta desta composição desconexa re-
«vela que a intensão inicial do poeta foi a de compôr
«um auto *da Verdade*, figura que, como o Deus do
«*Templo de Apolo*, abre o auto e a ele preside de
«princípio a fim.

«O *Vilão* demandista, «de cima da Beira, lá de
«junto do Fundão», é evidentemente a primeira figura
«de uma presumível ronda de agravados, aos quais a
«*Verdade* iria patenteando as duras realidades da vida,
«o que deveria constituir mais um libelo contra os ví-
«cios da sociedade de então. Percebe-se porém que
«a obra, começada com esse intúito satírico, foi inter-
«rompida por qualquer motivo.

«Provavelmente mais tarde, n'um momento de
«apertura de tempo, tendo sido pedido um auto para
«certa festa particular, a peça foi acomodada ao caso
«e concluida então com o recurso do aproveitamento
«de certos trechos já compostos, uns impressos, ou-
«tros manuscritos.

«O prólogo, dito pela *Verdade*, a scena seguinte
«do *Vilão*, e ainda aquela em que este volta desiludido
«da rectidão da Justiça—embora esta scena sofra já
«da precipitação do acomodamento—são as únicas em
«que ha *motivo*, unidade e regularidade de formas. As
«restantes, variadas, sem ligação com o assunto ini-
«cial, absolutamente desconexas, dão a impressão
«nítida de terem sido respigadas aqui e ali, nos pró-
«prios rascunhos inéditos do poeta, perdido já o fio
«da ideia inicial.

«De facto a peça acusa duas disposições ou duas «épocas diferentes de factura, situações idealizadas em «ambientes diversos. O modo de falar do *Vilão* da de- «manda, na primeira scena, é bem diferente do da «scena em que ele regressa despeitado. Na primeira, «bronco e ingénuo, êle exprime-se com o característico «cunho dialectal, na segunda emprega já a linguagem «corrente, revelando um árguto espírito filosófico. «Também o pastor *Fernando*, e as pastoras que des- «cem da sua aldeia, falam a linguagem geral, quási «pàçã na cortesia com que se dirigem ao *dono da «casa*».

«Estes casos acusam uma diferença de técnica, «suficiente para revelar duas épocas de composição.

«O auto, curioso embora pelo estudo de costumes «e tipos do tempo, que aliaz não acrescentam novos «aspectos às telas vicentinas, é talvez a menos cuida- «da de todas as produções do poeta. A sua constru- «ção rítmica, regular e perfeita na fala da *Verdade*, na «scena seguinte, e mais adiante na do *Vilão Janafonso* «(a tal que foi extraída do *Templo de Apolo*), apresenta «em tôdas as outras uma grande diversidade e com «freqüentes descuidos de técnica.

«O investigador atento, prevenido com estes ele- «mentos de observação, conclue forçosamente que a «peça foi elaborada com elementos variados, extraídos «de outras composições, concluidas ou apenas esbo- «çadas, como ampliação de um motivo dramático, in- «completo mas bem definido.

«Convencido estou, como já tive ocasião de ob- «servar, que Gil Vicente *o que fazia os autos ao rei*, «privando no paço, possivelmente com assento nos

«livros de moradia, poucas vezes teria acedido a com-
«pôr qualquer peça dramática que não fosse destina-
«da a ser representada perante o rei ou pessoas de
«sua família.

«A representação do *Auto de Cananêa*, a 26 de
«Fevereiro de 1534, no mosteiro de Odivelas, a pedi-
«do da abadessa D. Violante Cabral, é uma excepção
«que, pela qualidade da pessoa que fez o pedido, e
«pela intenção religiosa que o ditou, faz admitir a su-
«posição de que Gil Vicente se desempenhou da in-
«cumbência com permissão ou por mandado especial,
«do rei.

«As representações dos autos fora do paço, nas
«casas nobres que pretendiam imitar os serões galan-
«tes da côrte, como refere Sabugosa, só se fizeram
«mais tarde, com autos já enscenados no paço, ou
«com outros que os continuadores de Gil Vicente aí
«tentaram introduzir. A representação do *Jubileu de
«Amor* em Bruxelas em casa do embaixador D. Pedro de
«Mascarenhas, era a repetição de uma peça já conhecida
«em Lisboa, numa festa em que se pretendia demonstrar
«o esplendor da côrte portuguesa, imitando num país
«estrangeiro o fausto e a magnificência de que se faria
«rodear o rei de Portugal.

«Além destes dois casos excepcionaes, não ha
«notícia de nenhuma primeira representação dos au-
«tos fora da presença real. A suposição de Braan-
«camp Freire, de que a *Farsa de Quem tem Farelos*
«foi representada em primeiro lugar ao *vulgo* não tem
«consistênsia, como procurei demonstrar.

«Depois de representadas nos paços reais, e di-
«vulgadas pelas folhas-volantes, então sim, teriam

«algumas peças sido interpretadas em público, por «*companhias* de amadores, ou por alguns dos próprios «interlecutores que se exibiam na côrte, mas sem a «interferência do poeta.

Terminada a transcrição do trabalho de Oscar de Pratt, não podemos deixar de frizar haver aqui um outro ponto no qual temos que divergir da opinião daquele ilustre vicentista.

Trata-se da reprodução feita no *Auto da Festa* da cena do *Vilão Janafonso*, tirada do Templo de Apolo.

Oscar de Pratt admite que o *Auto da Festa* seja rebuscado pelo poeta em outras obras suas. Se raciocinarmos um pouco, a sangue frio e sem paixão, temos fatalmente de reconhecer não se admitir que um poeta com as faculdades, com a maleabilidade, com o talento e a facilidade de cerebração poética existente em Gil Vicente, elabore uma peça introduzindo nela não ideas, mas o próprio texto de outra ou outras peças suas.

A semelhança dos dois textos—o do *Auto da Festa* reproduzido do *Templo de Apolo*—é tal, o plágio é tão flagrante e descarado que, certamente, Gil Vicente não o praticava. Para quê? Pois se lhe bastava pegar na pena e dar largas à imaginação e à fantasia! Para quê repetir uma cena já conhecida? E querendo admitir ter o auto sido representado, ia Gil Vicente apresentar uma enorme cena já por todos vista? Evidentemente que não é de admitir.

Depois, há alguma outra tela vicentina onde o autor se copiasse desta maneira? Não há. Como então aceitar ter sido só aqui que o poeta procedeu dêste modo?

A-fim-de se verificar o plágio seguem-se os dois textos, lado a lado, para bem se cotejarem.

TEMPLO DE APOLO	AUTO DA FESTA
Chega um vilan Portugues em trajo de romeiro e diz.	*Entra um vilão per nome Janafonso á maneyra de Romeyro e diz.*
Aa corpo de mi coa Virgem	Corpo de mim com a viagem
avia eu ca de chegar	avia eu ca de chegar
crede certo que he errar	Crede certo que he errar
Prometer ninguem romagem	promete ninguẽ romagem
nega mesmo no logar.	nego mesma do lugar
Porque nenhum sancto bento	Porque nenhum sancto bento
nam deve de ter por bem	não deve de ter por bem
a canseira de ninguem	a canseira de ninguem
nega see santo de vento	nego se he sancto de vento
que nam he, nem val nem tem	que não he nem vay nẽ ve,
Quero ora cuspir primeyro	quero ora cospir (*sic*) primeiro,
antes que entre no sagrado	antes que entre no sagrado
porque deve ser peccado	porque deve ser peccado
cuspir ninguem nos mosteyro	Cospir ninguẽ no moesteiro
quanto mais see ladrilhado *(cospe)*	onde mais se he ladrilhado *(cospe)*
Aramá comeu estou seco	Erema como estou seco
cuiday que o caminho he demo	Cuidar q̃ o demo he o demo
aqui trago eu hum leva remo:	aqui trago hum levaremo
nega se meu embeleco	nego se meu en baleco
este he da pedra do extremo	este he da pedra do extremo *(bebe)*

Bebe, e depois de beber diz:

nam ha hi tal oraçam	Não ahy tal coração
como depois de beber	como depois de beber
que Deos nam he senam prazer;	q Deos não he senão prazer
e quantos sanctos lá estão	e quantos sanctos lá estão
o diram se for mister.	o dirão se for mister,
E tambem quero tirar,	e tambem quero tirar
ante que entre na orada	*antes* que entre na *alhada*
Hũa cochina pellada	hũa *cebolla assada*

que trago pera offertar
este Deos logo aa entra

PORTEYRO

Si, luego acá entrareis
mirad que negras quejadas

VILÃ

Andam secas das geadas
errém si, vós leyxareis
entrar pessoas honrradas.

PORTEYRO

Quem sois. Vt. Janafonso

PORTEIRO

Teneis vós algun señor
ó señora de valor?

VILÃ

La ajudo eu ao responso
aas vezes o nosso priol.
E tragolhe dous novilhos
E hũa porca e assi

que lhe criei já dous filhos:
soma que he chegado a mi
E bem áinda vos digo,

que traho pera offertar
logo de boa entrada

PARVO

Si *logo* cá *entrais*
ay depura que quixadas

JO

andão secas das geadas
porem si vos deixais
entrar pessoas honradas

PARVO

Quem sois vo.

JO

Eu sam Janafonso

PARVO

Tendes vos algum senhor
ou senhora de valor

JO

La ajudo eu ao responso
ás vezes *ao* nosso Priol,
e trago-lhe dous nouilhos
e húa porca, e assi
que sempre o eu servi
e crieylhe já dous fllhos
soma que he chegado a mi
e bem *inda* vos digo

ora elle he homem que val
er tambem vos fareis mal
em tomar birra comigo
que nam sam agoa nem sal

ora elle he homem que val
e tambem vos farei mal
de tomar birra comigo
e mais dias de o Natal

PORTEYRO

Pues aun que fueses criado
del papa, que es gran señor,
y no del Emperador
eneste templo sagrado
no entraraas, labrador.

PARVO

Olhay ca home honrado
vos não aveis ca dentrar
hide embora folgar
que eu estou já enfadado
e não quero senão fallar.

VILÃ

Achais la que he conciencia
ir homem d'alem de Braga,
do concelho de Cornaga
gastando o que nam alcança
depois estar n'esta praga

Achareis lá tal andança
vir homem dalem de Bragãça
do concelho de Cornaga
gastando o que não alcança
depois estar nesta praga.

PORTEYRO

Que quieres a Deos aoora

PARVO

Que quereis a Deos agora

VILÃ

Mas que me quere elle a mi
Dizei-lhe eramaa que está aqui
Janafonso, ou embora
e quiçais diraa que si

JO

Mas que me quer elle a mi,
dizeilhe erama questá aqui
Janafonso, ou embora,
Sicais que dirá que si.
Ca se Deos fosse occupado
como homem diz a respeito
mas elle tem tudo feito
dantes que elle fosse nado
e meu visano desfeito.

PORTEIRO

Que le has de pedir veamos
Cãta o Vilaṇ
Rogare a Dios del celo
que era padre de mesura,
que ou me case ou me mate,
ou me tire de tristura.
amor no puedo dormir.

PARVO

Que lheis de dizer vejamos
Janafonso cantando
Rogarey a Deos del celo
quera padre de mesura
que me case ou me mate
e me tire de triſture
amor não posso dormir.

PORTEYRO

Y eso le has de pedir
véte noramala di.

PARVO

Assi lhe as tu de dizer
vayte, vayte erama dhy.

VILÃ

Quereis conhecer o ruim
day lhe officio a servir
Pois nam ha casa na lãdeyra
nem em todo Ribatejo,
em que eu nam entre sem pejo;
y já estive na Pederneyra,
e nam vi o que aqui vejo
Vam aqui poor por porteyro
hum demo pastel de pego
e tem cenreira comego,
pois nergueyja do Barreyro
entrey sem este trasfego
E na see da Cortiçada
e da Chamusca e do Cartaxo
e da Alhandra, e mais abayxo
entro eu sem pejo e sem nada.

JO

Quereis conhecer o ruim
dálhe officio a servir.
Pois não ha casa na Landeira
nem em todo Ribatejo
Que me ponha ninhum pejo
e jeu estive na pederneira
mas não vi o que aqui vejo.
E vão poer o porteyro
aquelle pastel de pego
e tem cenreyra comego
Pois na igreja do Barreiro
entrei sem este trafego.
E na Sé cortiçada
da Chamusca e do Cartaxo
e dalhandra e mais abaixo
entro sem pejo e sem nada.

PARVO

E aqui estou nesta canceyra.

Entra vejamos que espera

APOLO

Entre, entre, que cosa es esta
Pardeos tal roupa comesta
nunca a vi vender em feyra
mas ver e nam ter, que presta

VERDADE

Entra, e verás a feira.

VILÃ

A que vienes digrossero
piensas que estás en aldea.

JO

De q̃ te espantas, grosseiro,
cuydas que isto he aldea.

VILÃ

E nam ve vossa mercea
que sam eu tembem romeyro
ou aveis mister candeia
E mais acho-me enganado
porque Deos nam he Castelhano

JO

E não ve vossa mercea
que são eu tambem romeiro
ou aveis mister candea
E mais achome enganado
Samicas Deos nase elle aqui

VERDADE

nem viera cá este anno
se disto fora enformado.
mas nam he nada hum engano
Nunca vos eu darey bolos;
porque como a noz he noz
Deos naceo em Estremoz,
e sa mãy em Arrayolos
e esta he minha voz.
e sam Pedro no Barreiro
e sam Paulo em Alcochete

Dize-me como assi
disserão me que era nado
e que si a nego daqui
Porem não vos darey bolos,
porque como a noz he noz
Deos nasceu em estremoz,
e sua mãy em Arrayolos
e esta he minha voz.
E são Pedro no Barreiro
e são Paulo em Alcochete,

sam Francisco em Alegrete	e são Frãcisco em Punhete
e Santisprito em Pombeyro	e sancto Spiritu em Põbeiro
e sam Fernando em Punhete	e são Braz em Alegrete

E' flagrante a cópia. E' flagrante o plágio. Não é um verso, não é uma estrofe; é uma cena inteira.

Certamente quem, ao escrever o Auto, o encimou com: «Auto novamente feito por Gil Vicente»—, tinha razão. Talvez escrevesse essa frase intencionalmente, querendo dizer ter sido parte daquele todo escrito primeiramente por Gil Vicente. Talvez, emfim, no Auto, só tivesse sido feita por Gil Vicente a cena do Vilão. Se bem repararmos em algumas das diferenças entre o texto do Templo de Apolo e o do Auto da Festa, podemos, sem hesitar, atribuí-las ao impressor ou ao copista.

Sabugosa, (1) admite a hipótese, que julgamos inverosimil, de Gil Vicente se copiar a si próprio.

O senhor doutor Leite de Vasconcelos (2) diz, e muito bem:

> «Todavia acho notável que neste auto se repetis-«se quási *ipsis verbis* grande parte de uma scena do «Templo de Apollo».

Oscar de Pratt (3) adverte que «Gil Vicente nunca refundia as suas peças». Tem razão.

Sabugosa, na nota citada, pretende explicar as varian-

---

(1) Conde de Sabugosa. Op. cit. pág. 83 em nota.

(2) J. Leite de Vasconcelos –Lições de Filologia Portuguesa—2.ª Ed. 1926—pág. 340.

(3) Oscar de Pratt—Op. cit. pág. 205.

tes introduzidas na cena do Vilão do «Auto da Festa», por o poeta as ter julgado necessárias, «visto êste auto da Festa ser composto, *é evidente*, para o Natal».

Afirmamos, mais uma vez, a nossa divergência desta opinião. Não vemos como se possa inferir, da referência insignificante à época do Natal, que êste auto fôsse escrito para essa festividade cristã.

A referência em causa é a seguinte:

Janafonso

. . . . . .
e bem inda vos digo
ora elle he homem que val
e também vós fareis mal
de tomar birra comigo
e mais dias de o Natal.

Outra referência não há! Nem evocação, nem a satisfação própria daquela época, nada, emfim!

A única hipótese aceitável, ao nosso juízo, é a de Oscar de Pratt: a festa do dono da casa. No entanto, essa mesma, não se percebe a que propósito é feita, visto nenhuma referência se encontrar.

*
* *

Há ainda um argumento importante, julgamos, para defender a tese por nós proposta. É êle a série das edições da obra do mestre.

Vejamos e analisemos:

Em 3 de Setembro de 1561 foi dado privilégio a Paula Vicente para a impressão e venda das obras do Pai.

Na primeira edição dessas obras, a qual se acabou em 1562, foram elas copiladas por seu filho Luiz Vicente, diz-se no título:

> «*Copilaçam de* TODALAS *obras de Gil Vicente a qual «se reparte em cinco livros: O primeyro he de todas «suas cousas de devaçam. O segundo as comedias; o ter-«ceyro as tragicomedias. No quarto as farças. No quin-«to as obras meudas.*

Na compilação das obras reünidas pelos filhos, de certo com o carinho que aos filhos devem merecer as produções dos pais, Luiz Vicente, e, talvez, Paula Vicente, tudo introduziram, até o «Pranto de Maria Parda» o «Epitafio» e outras coisas parecidas. Será de presumir o desconhecimento por parte de estes de um auto, o qual se quer hoje considerar ter sido representado, ainda mesmo «ao redor da côrte» como opina Oscar de Pratt?

A admitir-se a paternidade do auto a Gil Vicente, o manuscrito havia de existir, tanto mais que a publicação do folheto de cordel pertencente à biblioteca Sabugosa é do fim do século *XVI* ou começo do *XVII*; e, a ser do século de quinhentos, pelos caracteres tipográficos não podemos atribuí-la senão ao final do século. Pode admitir-se a impressão do folheto da biblioteca Sabugosa a partir de 1580. As gravuras que o acompanham, nada provam, a nosso ver, porquanto se sabe muito bem haver muitas servindo não só na época da sua abertura, mas ainda durante um século e mais, senão com a mesma chapa, com a reprodução em outra. Basta recordar durante quanto tem-

po serviu a gravura empregada na portada dos Lusíadas. Houve até, algumas, que mudaram de impressor.

Vem seguidamente a segunda edição das obras feita em 1586 por Afonso Lopes, que se intitulou:

«*Copilaçam de* TODALAS *obras de Gil Vicente*», etc. O Auto da Festa também não aparece nesta segunda compilação. Quere dizer: nem Paula Vicente, nem Luiz Vicente, nem Afonso Lopes, nem os impressores, tinham conhecimento da existência do auto. ¿Como podia então êle surgir em manuscrito pouco depois sem até ali alguem dele ter dado notícias, quando ao que se tem afirmado êle até foi representado?

No «*Prologo, derigido ao muyto alto & poderoso Rey nosso Senhor dom Sebastiam o primeyro do nome*» por Luiz Vicente, declara êste:

> «*Tomey a minhas costas o trabalho de as apurar e*
> «*fazer empremir sem outro interêsse senão servir a V.*
> «*A. com lhas deregir, e comprir com esta obrigaçam*
> «*de filho*» etc.

Luiz Vicente declara ter tomado sôbre as suas costas o trabalho de apurar as obras do Pai. ¿Será de admitir não ter êle conhecimento de um auto, quando, ao que tem sido admitido, êsse trabalho—O Auto da Festa—até tinha sido representado?

Sucedem-se as edições e ninguém avisa da falta de um auto!

Depois, muito mais tarde, em 1834, dois portugueses refugiados na Alemanha, José Victorino Barreto Feio e José Gomes Monteiro fizeram a terceira edição das obras de Gil Vicente. O «Auto da Festa» ainda não aparece!

A edição de 1843 é a mesma de 1834, com a substituïção do rosto e junção do ante-rosto, como diz Braancamp.

A quarta — 1852 — também não inclui o auto. Só em 1907 o dr. Mendes dos Remédios o inclui nos subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa, nos vol. XI, XV e XVII.

Foi, portanto, sòmente depois de descoberto o exemplar da biblioteca Sabugosa que o auto começou a figurar nas compilações da obra de Gil Vicente. 367 anos depois da morte do mestre!

*

* *

Passemos agora a fazer a análise objectiva do Auto. Logo de entrada, à cabeça, diz a composição:

«*Auto novamente feito por Gil Vicente*» e Sabugosa (1) afirma no seu trabalho que basta esta indicação da rúbrica para não deixar dúvidas sôbre a autenticidade da obra. Não atende, porém, certamente, Sabugosa, à significação do advérbio *novamente*.

Novamente, não tinha nas épocas de antanho o mesmo significado que hoje lhe atribuímos.

Novamente feito, como ali está escrito, indica ter sido em certo tempo, em princípio, pela primeira vez, feito. Nem de outro modo se explicava a rúbrica, visto como, a não ser assim, bastava dizer «Auto feito por Gil Vicente». «Auto novamente feito por Gil Vicente», se diz, expressão que admite possa ter sido auto começado, ou conter partes

---

(1) C. de Sabugosa—op. et loc. cit.

feitas por Gil Vicente, sem excluir o poder ter sido terminado, modificado ou compilado por outrem.

Já D. Carolina Michaëlis demonstrou esta significação do advérbio *novamente*, porém é o próprio Gil Vicente quem nos vai mostrar ser realmente esta a significação do vocábulo.

Assim, no «Auto de Don Duardos», quer na edição de 1647, quer na de 1659 (esta não citada por Braancamp) e na de 1720, diz-se:

«*Don Duardos*

«Auto NUEVAMENTE Hecho, sobre los muy delicados «amores de Don Duardos, Principe de Inglaterra, con «la hermosa Flerida hija del Emperador de Constanti-«nopla, Hecho por Gil Vicente. AGORA DE NUEVO emen-«dado y puesto em gran perfecion».
Em Lisboa. Por Domingos Carneyro. Anno 1659.

Parece-nos não haver dúvida.

No «Auto da Festa», falta é dizer «*e agora de novo*» etc.

Novamente, significava *em novo*, *de princípio*. Infere-se, pois, ir a conclusão tirada por Sabugosa contra a significação do advérbio *novamente*, quando êste ilustre escritor disse: «*mesmo sem a indicação da rúbrica*» etc.

Pode ser, como já dissemos, ter havido alguém que aproveitasse manuscritos ou pedaços de telas vicentinas para armar aquêle mistifório de cenas mal urdidas, como disse Oscar de Pratt.

Seguindo na leitura do Auto, achamos divergir a linguagem em certos pontos da empregada habitualmente pelo poeta, o qual, é certo, usava a linguagem livre do

povo, sem aliás descer à obescenidade como acontece nesta composição na cena do parvo.

Vejamos:

Parvo

«De so la gista
Dormiré la sesta».

Fala

Ou de la gente honrada!
viste ca pela ventura
hũa bacoreta cilhada
se passou por esta rua?

Verdade

Que rasão tão acertada!
vai, que ninguem não na vio.

Parvo

Ella he de minha dona;
Eu pus-me a jugar a cona
entonces ella fugio;
sabeis como ella he andona.

Pois por Deos, se a não achar,
que não m'ei d'ir d'aqui
por me ella não açoutar;
aqui hei sempre de estar
até que venha por mim.

Verdade

Mas que estás toda tua vida
e hum mes mais adiante.

Parvo

Vós, mana, sois garrida,
bofelhas, que estais galante.
Quereis casar comigo?
pois pelas oras de Deos
que seja vosso amigo.

Verdade

D'este he o reino dos ceos!
tu que saberás fazer, filho?

Parvo

O que vos saberei fazer?
Esquece-me que vos farei;
dizei que lhe farei eu, dizei,
quando com ella jouver.

Verdade

Embora este naceo
porque eu tenho por fé
pois aquelle rei jocundo
o privou dos bens do mundo
que lhe dará o do céo.

Parvo

Mette-se-me esterpe no pé;
Manas, achei hum alfinete,
tomai aquesta,
olhai eu tenho hũa besta
mas não presta o caralhete.

Reparando bem nesta cena, as expressões existentes nas estrofes que começam por:

Ella he de minha dona

e

Mette se me esterpe no pé

Mette-se-me esterpe no pé

estão empregados seguramente no sentido metafórico.

Não sabemos se existiu algum jôgo com o nome referido pelo poeta nem se há na besta alguma peça que na época tivesse o nome referido na última estrofe, e o erudito e ilustre mestre sr. dr. José Leite de Vasconcelos, a quem prestamos as nossas homenagens e apresentamos os nossos agradecimentos pelo auxílio que neste caso nos deu, também nada conseguiu apurar, a-pesar-do trabalho, ao qual se não poupou, sôbre êste assunto.

Vem a propósito chamar a atenção para o verso:

Manas achei um alfinete

Está errado. Deve ser *mana* e não *manas*, visto o par-

vo estar falando com uma só pessoa. Depois deve ser *achai* e não *achei*, no sentido de pedir que procure, pois, tendo-se-lhe metido um espinho no pé, naturalmente pedia um alfinete para com o seu auxílio tirar êsse espinho. Assim, com a primeira palavra no singular, até a métrica fica certa, o que com ela no plural não acontece. Devem ser erros do impressor.

No final, no penúltimo verso, diz:

«Olhay eu tenho hũa besta»

besta não rima com aquesta. Para rimar, parece dever ser

Olhay eu tenho hũa bêsta

mas assim não faz sentido.

Mais outros erros se encontram no auto, mas êsses cita-os o sr. dr. José Leite de Vasconcelos (1).

Seguindo a peça na cena do Rascão e da Velha, quando esta quer casar com aquêle, e combinam realizar o casamento dizem:

Velha

. . . . . .

Como haveis nome

Rascão

Gil Tababo.

---

(1) José Leite de Vasconcelos—op. cit. pág. 345 e seguintes.

Velha

E eu Filippa Pimenta.
Recebo

Rascão

Ta! não vades ao cabo!
Esperai, dou-me ao diabo,
e vós sois minha parenta.

Velha

Hir-nos-hia o olho mau
agora emparentar?

Rascão

Não tendes que duvidar,
Somo-lo no quarto gráo
escusado é porfiar.

Mais adiante diz a *Velha*:

Huy filho, tornarde cá,
ouvi-me hũa rezão:
o Nuncio que aqui está,
tem-me mui grande affeição;
nessas horas me dará
hũa boa absolvição;

e mais adiante ainda, diz a rúbrica:

Torna a Velha com a bula do Nuncio na mão, com uma coifa lavrada na cabeça, e vestida como noiva e diz:

«Trago o spirito tão cansado»
etc.

e ainda mais à frente, diz também a *Velha:*

Assi vós hajais benção
de vossos antepassados
qu'esta minha absolvição
me custou cinco cruzados
logo contados na mão

Vejamos, em face do direito canónico, como se passavam as coisas quanto ao casamento entre parentes:

Nos primeiros séculos da Igreja, não se encontram dispensas dos impedimentos matrimoniais. Os primeiros exemplos que aparecem nesta matéria devem chamar-se *privilégios particulares* ou *sanções* de matrimónios contraídos contra as Leis da Igreja.

As primeiras dispensas depois de contraído o matrimónio foram dadas em casos particulares sem carácter de Legislação comum. As primeiras parecem do meado do século XI. As dispensas em ordem a contrair matrimónio são posteriores. A mais antiga de que há notícia, supõe-se ter sido a concedida a João, filho de Henrique, Rei de Inglaterra. Depois, Inocêncio III em 1207 concedeu outra a Otão IV, da Alemanha.

Desde o século IV a Igreja estendeu além do Direito Romano a proïbição do matrimónio entre os parentes. Desde o século VI, geralmente proïbia-se o casamento entre todos os consanguíneos.

Vêm os concílios Lateranenses—o primeiro em 1123, o segundo em 1139, e proïbem os casamentos entre os consanguíneos, mas tàcitamente parece admitir-se ser o sétimo o último grau que com facilidade pode ser conhecido por todos e, provàvelmente, só até êste se estende a proïbição.

Havia, é certo, povos que tinham indulto para contrair matrimónio em graus proïbidos pelo direito comum—v. g. os índios e os negros da América Latina; os indígenas das Filipinas não estavam subordinados ao impedimento de consanguinidade em terceiro e quarto grau desde o Papa Paulo III.

Vem o quarto concílio de Latrão em 1215 e restringe ao quarto grau o impedimento de consanguinidade, mas as dispensas eram tôdas pessoalmente dadas pelo Papa, e com tôda a parcimónia.

Segue-se o concílio Tridentino, o qual, em sua 24.ª sessão estabeleceu a «Doctrina de Sacramento Matrimonii».

No capítulo V diz:

> «In contrahendis matrimonii vel nulla omnio detur «dispensatio vel raro, idque ex causa et gratis conce- «datur».
>
> «Ou não se dê nenhuma ou só raramente, haven- «do causa, e seja de graça».

Adiante, no número 5, quanto à concessão de dispen-

sas, estabelece de novo que seja absolutamente de graça: *dumuodo gratis porsus.*

É aqui que as dispensas puderam ser dadas pelos representantes do Papa, pois que nada diz deverem ser concedidas pessoalmente por êle.

Mas esta sessão, a 24.ª do Concílio de Trento, celebrou-se a 11 de Novembro de 1563. Na pior das hipóteses 23 anos depois da morte de Gil Vicente.

¿Teria, pois, o poeta tôdas estas previsões para escrever o Auto da Festa, visto ser ali a dispensa dada pelo Núncio?

Não é crível.

As disposições de direito canónico citadas, encontram-se no tratado «Jus matrimoniale» de Wernz, actualizado por Vidal, do qual o Senhor Padre Paulo Durão, ilustre Director da Revista «Brotéria», nos fêz o obséquio, que pùblicamente agradecemos, de coligir os elementos.

Posta já em todos os seus aspectos a nossa dúvida, sôbre a autoria do «Auto da Festa» pertencer a Gil Vicente, vejamos, agora, quanto à possibilidade da sua representação.

Há propostas as seguintes datas:

Pelo Conde de Sabugosa—1535.

Por Braancamp Freire—1515.

Pela Senhora D. Carolina Michaëlis — 1535 — com a restrição resultante de lhe parecer estranhável que se tratasse o dono da casa—Conde de Vimioso—por *vossa mercê,* quando, então, os condes tinham o tratamento de senhoria.

Pelo sr. professor dr. Queiroz Veloso—1524.

Ora, diz o auto: O *Núncio que aqui está.* O primeiro Núncio veio para Portugal com a Inquisição em 1536. Anteriormente, por vezes vinham a Portugal, legados do Papa,

os quais não se estabeleciam. Logo, pela comparação desta data com aquelas, parece-nos fazer acreditar que o Auto não pode ter sido nelas representado.

Depois, tendo em vista as passagens licenciosas apontadas, e tomando em atenção não se encontrarem estas ou semelhantes nas outras obras vicentinas, além de o espírito religioso da época em Portugal o qual não era propício a semelhantes liberdades, muito em especial na côrte, surge a dúvida: O Auto teria sido representado?

É certo que, em França, na côrte se representava Rabelais, e êste tem a sua obra cheia de frases licenciosas e metafóricas, mas, entre nós, tal não sucedia.

A obra vicentina está cheia da linguagem livre do povo, sem, contudo, descer a estas formas, como, aliás, já notámos.

Até a representação em casas nobres, julgamo-la de duvidar, pela mesma razão.

O facto de na rúbrica se dizer *e representado*, não se nos afigura prova para se tirar a conclusão de que, realmente, o Auto tenha tido aquela exibição pública.

¿Que deverá, então, supôr-se de tudo isto?

No caso, pois, de o Auto da Festa não ser de Gil Vicente, como julgamos, como explicar a indicação da rúbrica *Auto novamente feito por Gil Vicente?*

É de admitir, parece-nos, a hipótese seguinte:

Naturalmente a impressão de uma obra de Gil Vicente era um bom negócio para o editor. Então, algum dos impressores do final do século XVI ou começo do XVII por si—alguns havia que eram simultâneamente autores—ou auxiliado por alguém de sua confiança, arranjou aquêle amontoado de cenas, deu-lhe um título, e escreveu no cabeçalho: «Auto novamente feito por Gil Vicente», por nele

introduzir pelo menos a cena do Vilão já estudada atrás. Êste facto determinava boa venda para o folheto e garantia, portanto, sucesso.

A publicação de obras com nomes de outros autores sempre se fez. Ainda no século passado um dos nossos melhores literatos publicou um poema—obra até marcante na literatura portuguesa—com a indicação de «obra póstuma de F. E.» (Filinto Elísio).

É também, pois, esta uma hipótese, mas quando as provas falecem, nada mais podemos fazer do que imaginar a forma mais plausível pela qual os sucessos se tenham passado de facto.

Gil Vicente não precisa para nada de ter na sua bagagem de produções o «Auto da Festa» para ser considerado um dos maiores buriladores da literatura portuguesa do século de quinhentos.

Quem escreveu a trilogia das Barcas e os Autos pastoris, não carece de se lhe enxertarem obras que não engrandecem.

A Deus o que é de Deus e a César o que é de César.

LUCIANO RIBEIRO

IBSEN E GRIEG

(Continuação)

No 1.º acto, Peer Gynt, o sonhador de grandesas, conta à mãi, mulher ignorante e simplória, diversas aventuras, como se com êle se tivessem passado.

Aase, que de mãi só tem o coração, tão depressa se zanga pelo muito que o filho mente, como está embevecida a ouvir os castelos no ar que êle arquitecta; e quando as fanfarronices de Peer Gynt atingem o terror... a pobre mãi, embora incrédula, meia amedrontada, deixa que o coração exclame:

«Peer Gud fri mig! Sig det snart!»
(Acto I) Peer; Deus me valha! dize isso depressa)! (1).

O impostor, vendo o efeito produzido, continua cada vez mais trágico; a mãi, nem compreende que os seus olhos estejam vendo o filho, são e salvo... mas... o ar irónico de Peer dá a Aase a certeza de que tudo aquilo são mentiras baseadas nas lendas, e, ao abrir os olhos à verdade, por tal forma se enfurece, que a princípio nem tem fôrças para falar, até que explode tôda a indignação... e cai em desâni-

(1) Faço tôdas as traduções o mais possível «à letra».

mo; ao sentir-se impotente perante a desgraça, lamenta-se chorosa:

Å Gud give jeg lå lig
Gid jeg sov i svarte jorden!
Bön og gråd bider på ham
Peer! du er og blir forloren!...

(Ó Deus! dai-me que descanse,
Dai-me que eu durma na terra negra!
Eu oro e choro, nada o comove.
Peer! tu estás e ficas perdido)

Nestes simplicíssimos versos está encerrada uma das mais vivas dores de mãi—ver o filho perdido moralmente e sem remissão para todo o sempre!

Ibsen, na terceira cena do mesmo acto, expõe em versos naturais e lindíssimos, que linguagem nenhuma é susceptível de traduzir tais e quais, na sua beleza e concepção, os sonhos e devaneios de Peer Gynt, que ao fim de correr montes e vales, se estiraça na relva fresca, fazendo das mãos travesseiro, e, pondo-se a olhar as nuvens que correm no espaço, fantasia... um cavalo... um cavaleiro... uma velha montada numa vassoura...

«Peer Gynt rider först og der följer ham mange
Hesten har sölvtop og guldsko fire.
Selv, har han handsker og sabel og slire
Kåben er sid og med silke foret.
Gilde er de, som ham följer i sporet
Ingen dog sidder så staut på folen
Ingen dog glitrer som ham imod solen.

Nede står folk i klynger langs gaerdet,
Löfter på hatten og glaner i vejret.
Kvinderne nejer sig».

(Peer Gynt cavalga à frente e seguem-no muitos;
O cavalo tem testeira e sapatos douro, quatro.
Êle próprio tem luvas e terçado e espada;
O manto é amplo e de sêda forrado.
Soberbos são todos os que o seguem no encalço;
Ninguém está tão soberbo montado no poldro,
Ninguém brilha como êle de encontro ao Sol;
Em baixo está o povo, junto ao longo do cami-
[nho em grupos,
Tiram o chapéu; levantando o olhar
As mulheres fazêm-lhe reverências).

É todo êste monólogo lindo; mesmo na belíssima tradução do Conde Prozor (1) esta passagem em francês (perdendo muito da naturalidade que conserva o norueguês) é admirável:

«Qui chevauche là-bas au soleil de midi?
Regarde: c'est Peer Gynt! Il a le front hardi
Des gants brodés aux mains, à la hanche une épée.
Une escorte le suite tout d'or équipée
Avec des fers d'argent aux pieds de ses chevaux
En long manteau de soie, il va par monts et vaux,

(1) Diplomata russo, casado com senhora sueca. Durante a sua estada em Estocolmo interessou-se pelas obras de Ibsen. Começou a sua admirável obra das traduções de «Ibsen» em 1889 e até 1908 traduziu para francês 13 obras, (o que facilitou imensamente a leitura e representação dessas tragédias).,

Et son regard descend sur une foule immense
Les femmes devant lui font une révérence».

Mas em norueguês, é tão fluente, que nos chegamos a convencer estar a ler um daquêles contos de fadas que as nossas avós nos contavam, ou, para quem conhece os países nórdicos, estar a ler uma das muitas e poéticas «SAGAS».

¿No fundo de tanta beleza o que há? A constante ambição e orgulho de Peer Gynt; o desejo de fugir à miséria da vida que, mesmo de olhos cerrados, vê bem nítida; desabafar na «Solidão» que o não ouve, e se porventura o ouve não lhe responde; fugir ao silêncio enigmático e misterioso de tudo quanto a Natureza contém e que envolve o «Espaço» !...

Na cena quarta está Peer Gynt entre aquêles diante dos quais já não pode mentir; está de há muito desmascarado o seu feitio embusteiro; aparece-lhe ali o «raio de sol» que por momentos o não deixa tropeçar nem envolver-se nas trevas. Peer Gynt sente-se impelido para a «Pureza» que em Solvejg transparece; ela sente que êle sofre; Peer aproxima-se, mas nela a timidez é mais forte do que o impulso do coração; e, docemente, repele-o.

Na dor de ver Solvejg fugir-lhe, amarga-lhe a bôca a fel e procura no «Mal» o esquecimento do pouco «Bem» que usufruiu; os instintos perversos, que o alcool mais aumenta, atiram-no para os braços da «Tentação» diabólica, descrita por Ibsen na figura de Ingrid. Peer Gynt, sem ter quem o sustenha no despenhadeiro, rola por ali abaixo, levando consigo a infeliz e vulgar rapariga.

Peer Gynt... depois... vê-se mais uma vez diante de Solvejg, e êle, o orgulhoso, o farcista, curva-se, fala sem rudeza; o comediante apenas começa as suas histórias, logo
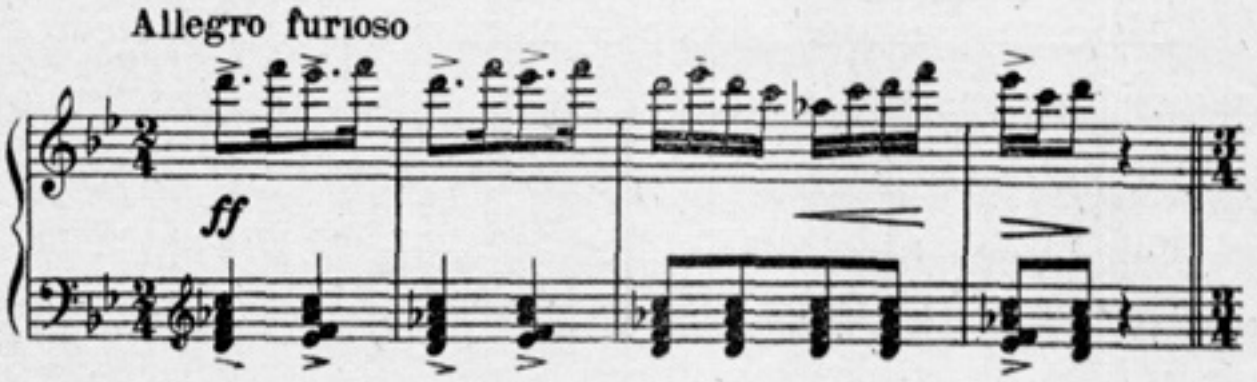
se arrepende diante do olhar que revela pensamento puro, e, confiante nela, pede-lhe com ansiedade:

«Dans med mig... Solvejg».
(Dansa comigo... Solvejg)

E com ternura, e com pena, Solvejg olha-o, mas não ousa; retira-se.

*
* *

Abre o segundo acto com o lamento de Ingrid.
(Ingrids Klag)



Na orquestra, em ritmo acentuado, começa Grieg a queixa da rapariga vilipendiada; Ibsen dá o duelo moral, de vida ou de morte, entre os dois caracteres:

Ingrid: «Brot, og Brot, igen os binder!»
(baixeza e baixeza novamente nos fere).
Peer Gynt: «Djaevlen stå i alt som minder
Djaevlen stå i alle kvinder
uden én...!»
(O diabo leve tôdas as lembranças
O diabo leve tôdas as mulheres...
Menos uma!...)

Ingrid volta a queixar-se, a implorar; Peer Gynt escárnece, ri-se sarcàsticamente, e aos seus olhos toma proporções «essa uma», virgem casta e tímida que compara com a impudicícia da outra, a quem diz sem dó:
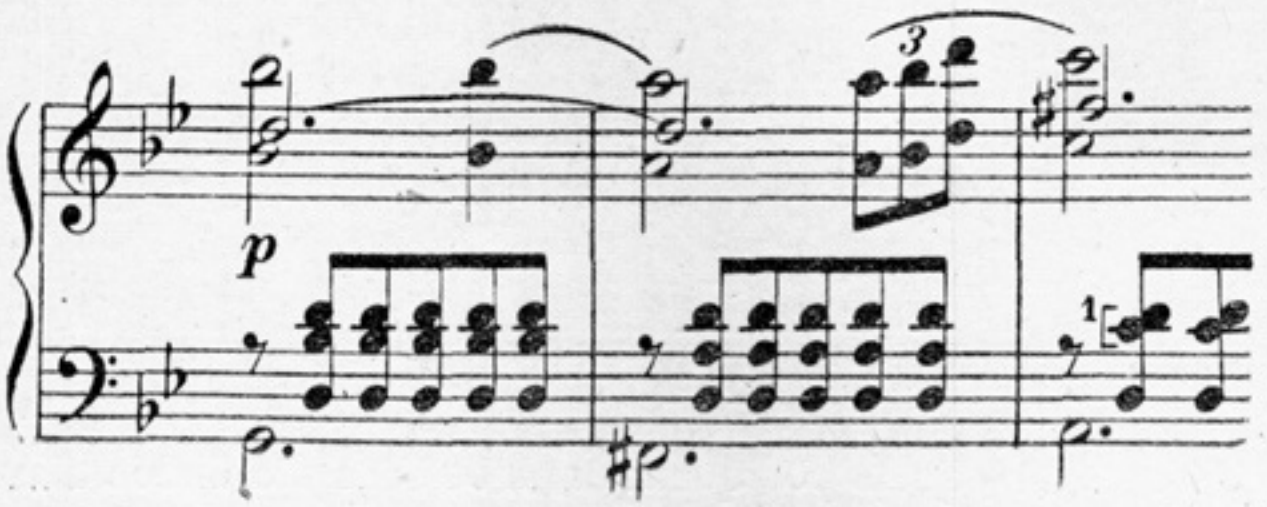
«Har du salmebog i Klaedet?
Har du guldfaks over nakken?
Skotter du nedover spredet?
Holden du din mor i stakken?
Svar?...»

(Trazes contigo no teu lencinho o teu livro de cânticos?
Trazes a tua cabeleira dourada caída sôbre a nuca?
Poisas os olhos no chão?
Seguras tu a tua mãi pela saia?
Responde!...)
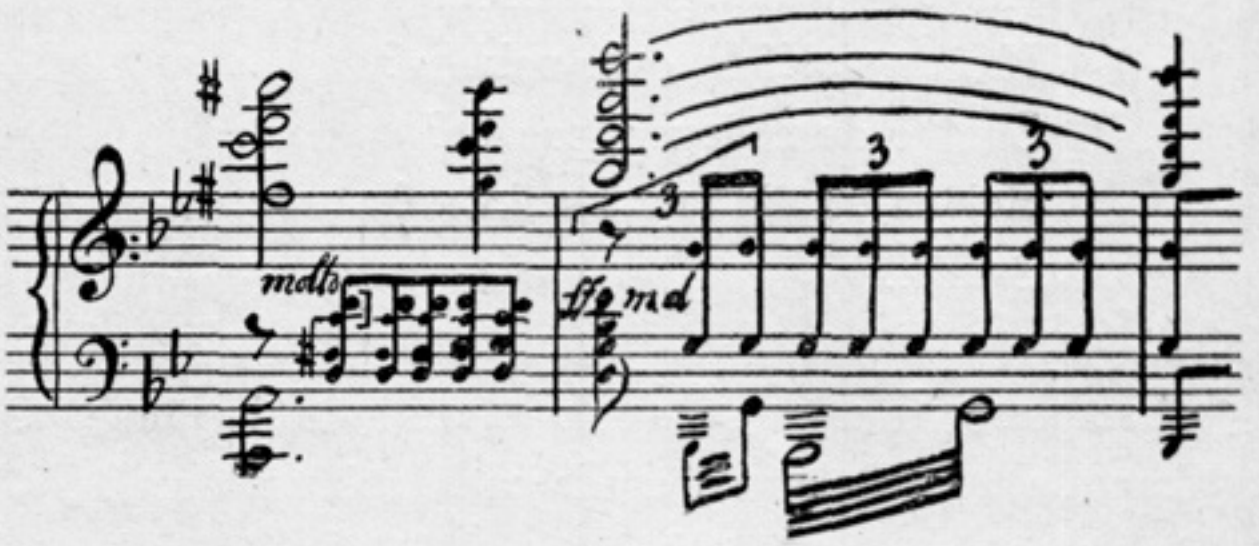
Tão simples preguntas separam estes dois entes pelo abismo de recriminações que contêm.

Ingrid chora, sentida.

É linda a melodia que Grieg adequou a esta passagem; melodia que vai aumentando de intensidade a par da dor:



Por fim revolta-se a música conservando o mesmo motivo melódico, porque o motivo da revolta é o mesmo do lamento; Grieg dá-lhe a expressão arrogante, com acordes cheios e com trémulos:



Ingrid, que veio implorar a união e a paz, separa-se revoltada, ruminando, no seu feitio banal, a vingança; êle fica-se desdenhoso, mordaz, figura de animal inconsciente; figura humana que sente nas queixas da desgraçada o espectro do «Mal» que lhe tolhe a liberdade; ri-se do crime, mas é pêso que tem de acarretar; e é sem demora que Peer deita a fugir em desatino por aquelas serras: esconde-se nas florestas, refresca-se nos «fjords»; foge sempre, porque os homens do povoado o perseguem para ajuste de contas.

Aase pressente no seu coração de mãi a desgraça, o castigo que pesa sôbre o filho e procura-o para o esconder de encontro ao seu seio. Solvejg, alma feminina, ajuda-a não só a procurá-lo, como amparando na sua própria dor a dor da mãi de Peer Gynt; a rapariguinha quere salvar aquêle por quem daria os seus tão lindos dias

de primavera. Para enganar tortura tamanha, ambas se põem a falar dêle:

Solvejg—«Fortael mig lidt mere». (Conta-me um pouco mais).

Aase—(«*törrer öjnene*»): *(enxugando os olhos)*: «Om sönnen mim»? (Sôbre o meu filho?)

Solvejg—«Ja!... Alting!» (Sim!... tudo!)

Aase—(«*smiler og knejser med nakken*»): (*sorri e abana com a cabeça):* «Alting? Traet blev du da»! (Tudo? Cansada ficas tu disso).

Solvejg—«För blir I traet af talen af före
end jeg af at höre.»

(Primeiro ficarias tu cansada de sustentares a conversa do que eu de ouvir).
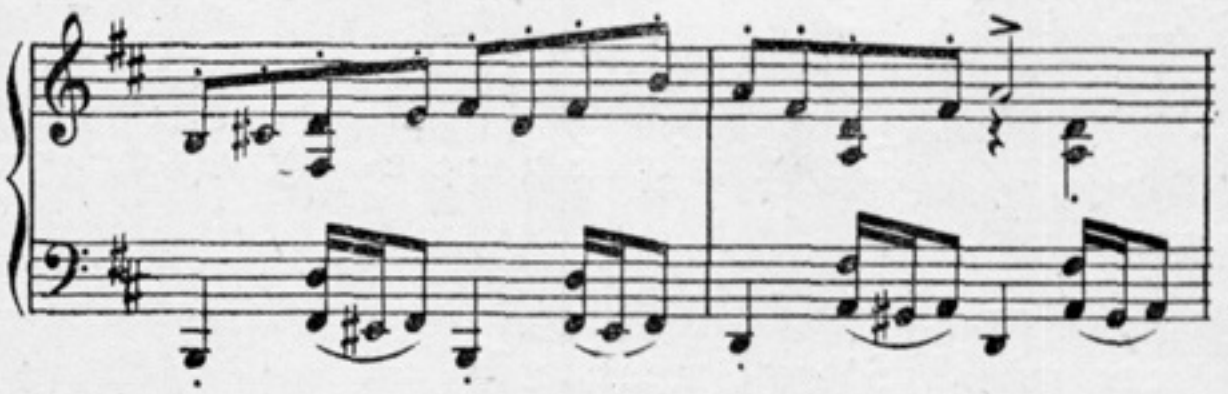
Êste diálogo é bem de Ibsen... duas frases curtas que dizem um mundo de coisas.
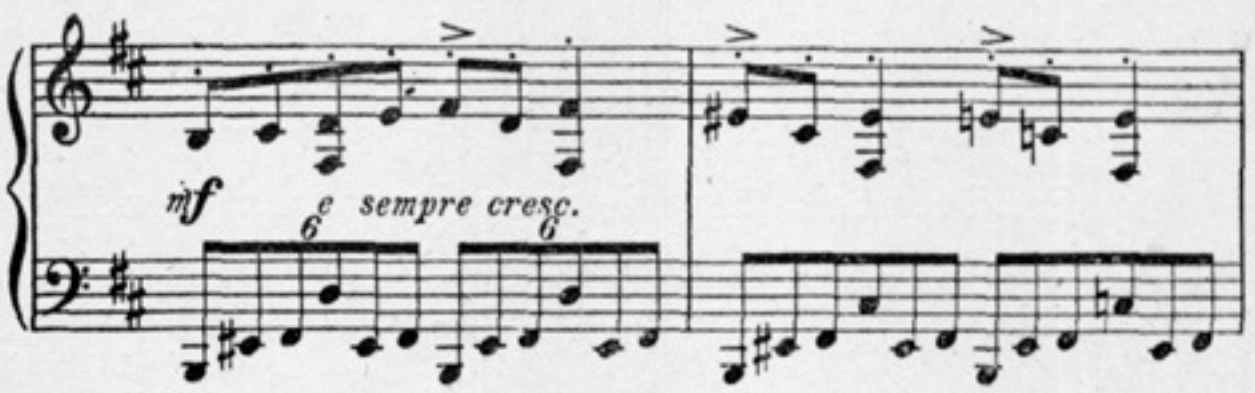
*

* *

No fim da terceira cena descreve Ibsen, num monólogo extenso, a agitação de espírito de Peer Gynt que continua a monte; nada o salva, também nada o comove. Olha e não vê; vê e não olha! fantasia!

Sente-se rodeado de bruxas, de gnomos, de anões:



(«*Peer Gynt*»—suite *I. No palácio do rei da Montanha, Grieg, Op. 46*)

que Grieg musicou com leveza, começando em *tons graves,* profundos, mas *pianíssimo,* como se primeiro um, depois outros, (*em staccato),* todos aos pulinhos a surdirem lá de baixo do mistério, daquela neblina um tanto opaca que envolve a raiz das árvores, as plantas, e ervas e florinhas que atapetam a floresta... Vai subindo, vai aumentando de som a frase musical e as colcheias vão-se desdobrando em semicolcheias e em fusas. Atrás dos anões, vem os lobishomens, os diabinhos (os «trolls») que se riem, troçam; Peer Gynt, por mais que faça, não se vê livre de tal perseguição:



Entre muitas sentenças justas que o rei da montanha (Dovregubben) (1) diz a Peer Gynt, há algumas que o magoam pela grande verdade que contêm:
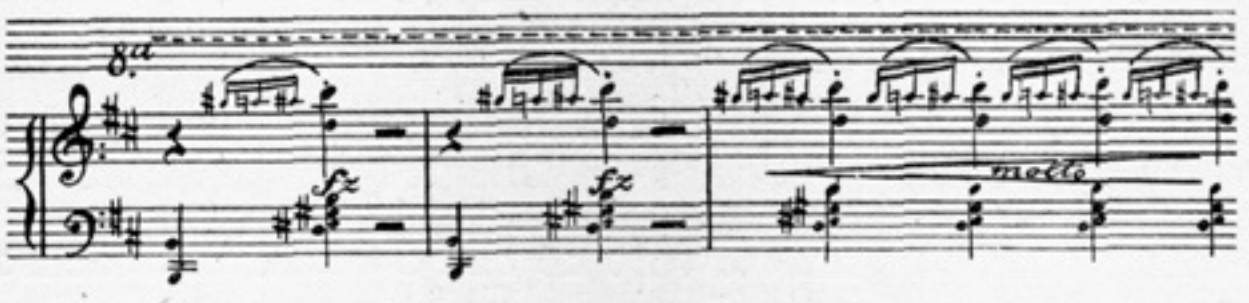
(1) É a figura que personifica a serra de Dovre.

«Ja-ja, min sön, så må du i Kur
mod denne hersens menneskenatur»
(sim, sim, meu filho, deves fazer uma cura
contra essa maldita natureza humana).

Por mais que Peer Gynt esconda e disfarce o seu «EU» exterior, será sempre o mesmo no seu «EU» interior; torna-lhe o Dovregubben:

«Kom dog ihug at synet er kilden
til gr̊adens argende beske lud»
(recorda-te que os olhos são a fonte
donde brota o chôro amargo que depura).

Todos estes «Trolls», ao ouvirem tocar os sinos das Igrejas que em eco se repercutem por entre as árvores da floresta, desatam a fugir; pequenos «trolls» e grandes «trolls» se encafuam outra vez, pela terra a dentro, e os fumos húmidos, que os últimos raios de sol levantaram ao caír da tarde, também como por encanto se desfizeram; e, neste sentido, leve e fresca é a música de Grieg:



Peer Gynt, por mais esforços que faça, ouve sempre a sua própria voz, e lá está na penúltima cena dêste acto, passagem absolutamente filosófica, em que na escuridão

«A Voz» (Stemmen) lhe fala; e quando, várias vezes, Peer lhe pregunta: «mas quem és tu?» só obtém como resposta:

«Mig selv» — «Eu próprio».

Extenuado da luta íntima e da luta física, tendo andado sem consciência do caminho que levou, adormece, sôbre a madrugada; ao acordar, vê-se ao lado da «Hytte» da mãi; o sol também acordou e já lá vem espreguiçando-se, espargindo os seus raios luminosos pelo «Horizonte» como outros tantos braços a acarinharem a «Terra». Peer abre os olhos, vê Helga, a irmã pequenita «da luz dos seus olhos» que lhe aparece com o cesto cheiinho de comida que ela fôra buscar para Aase; Solvejg, receosa, encobre-se com a cabana, Peer quere-lhe falar, quere-se aproximar; ela foge amedrontada; Peer, aflito, pede a Helga (cena final do II acto), que diga a Solvejg o que lhe brota da alma:

«Nej; jeg mente: bed, at hun ikke glemmer mig!» (Não... o que eu queria,era que tu pedisses que ela me não esqueça).

Acto III

Era por um dia de outono.

O céu está baixo, até parece que na floresta os últimos ramos e topos das árvores se lhe foram enlaçar.

A neve que do céu vai caindo dá arrepios na espinha.

Peer Gynt olha para tudo com semblante carregado; o espírito dêle está mais escuro do que o céu, e mais denso do que a atmosfera, porque as nuvens que lho escurecem são de tempestade.

De frio, quási se lhe gelou o coração!

Não tem casa onde se abrigue!

Não tem lume onde se aqueça!

A mãi está longe para que o aconchegue!...

A floresta, que há pouco era alegre, agora está soturna.

Cada vez mais baça é a luz do dia.

Peer, de machado em punho, vai deitar uma árvore abaixo. Atrás de uma machadada logo outra vem! O pinheiro... um dêsses soberbos pinheiros do Norte, está bem enraïzado na terra, talvez tanto como Peer...

Balança o pinheiro; mais um golpe!... mais outro!... e a árvore cai desamparada.

Também Peer Gynt caíu por terra sem amparo, às machadadas da sorte; e ao empilhar os toros de madeira que foi cortando, lembra-se das mentiras e embustes que lhe foi mais fácil empilhar e construir, do que a mísera cabana onde se quer esconder.

No meio do seu labor lá vem a perturbá-lo a ambição, disfarçada na fantasia; com desespêro, a si próprio grita:

«Lögn!» (Mentira!)

*

* *

Ibsen começa êste acto por um admirável monólogo, que chegaria para o tornar notável como trágico, bem como ao actor que dê a esta cena a interpretação verdadeira; se êste fôr desconhecido, ela o tornará celebridade.

Não há língua que o traduza!

Está incontestàvelmente bem feito e com imensa beleza; a tradução do Conde Prozor, no entanto, não dá o mesmo sentir que o monólogo proporciona lido em norueguês.

Em todo êste acto não é fácil distinguir o que mais é para admirar: se o «Poeta», o «Filósofo», ou o «Génio»?!

*

* *

Peer lá vai rachando a madeira; sente-se triste... acabrunhado...

«Du har ikke mor
til at baere frem maden og duge dit bord...»
(Tu não tens mãi que te traga o comer e to ponha na mesa).

Chegou-lhe o momento de discernir o «Bem» do «Mal» e sentir o castigo, que lhe pesa sôbre os hombros, como produto natural das acções semeadas; vê, sem peias, as responsabilidades que o Mundo exige!... mas como Peer é de um «Eu» volante que a cada momento muda, tomando as formas daquilo que o rodeia, ao passo que vai construindo a choupana, por vezes lá se deixa enredar nos seus enredos; torna a revoltar-se comsigo próprio:

«Helvedes Lög!» (Infernais mentiras!)

doutras vezes sente o pêso da solidão e dureza da vida:

Vil du aede gut, får du hjaelp dig selv,
Hente det råt fra skog og elv,
spike dig tyri og nöre dig ild,
stulle og stelle og lage det til.
Vil du klaede dig varmt, får du vejde rén;

vil du mure dig hus, får du bryde sten;
vil du tömre det op får du faelde stokken
og baere den frem på din ryg til trækken».

(Se queres comer, ajuda-te a ti mesmo,
vai buscar comida crua ao mato e ao ribeiro,
junta os cavacos resinosos e alimenta com
isso o teu fogo
e, para o fazeres, arranja-te como puderes.
Se te queres agasalhar, caça o Reno;
queres murar a tua casa, arranca tu a pedra;
se queres construí-la, tens de abater as madeiras,
tens que levá-las às tuas costas até ao sítio).

*

* *

No meio da floresta, um tronco de árvore serve de sopé à madeira rústica com que Peer Gynt fêz a «Hytte»; por cima, o colmo estendido a abriga das chuvas, como asas de cegonha que abertas cobrissem o ninho.

Há poucas horas ainda, que o foragido ali tenta descansar.

Por tôda a serra acima e em volta da «Hytte» é alto o gêlo, que na sua lisura e limpidez de cristal espelha os lindos tons crepusculares.

Tudo ali é socêgo!...

Ao espírito de Peer Gynt também desceu a calma.

Como se fôra pressentimento, o pulsar do seu coração vai de encontro à flor do «Bem», doce como um favo de mel!...

Pela serra acima vai subindo Solvejg, enlevada em

seu amor... pelo qual deixou aquela irmã pequenita, sua alegria; o pai, seu amparo; e seu enlêvo, a mãi, que do seu peito, gota a gota a criou... Ela vai para onde não tem ninguém que dê pelo nome único de «pai!» nem de «mãi!» Vai até—êle—e para—êle—; vai levada por amor que arde em brazido que se não consome, que se não apaga, em amor puro, de virgem pura!... e lá vai... subindo, sem sentir canseira nem o frio do gêlo que lhe salpica o fato.

Peer, que chegara à porta da cabana na intenção de bem a aferrolhar, ouve a voz de

Solvejg:

«Gud signe dit arbejde. Du får ikke vrage mig.
Budsendt jeg kommer, og så får du tage mig».

(Deus abençoe o teu trabalho. Já não volto atrás.
Mandaste recado que viesse; ora pois: aqui me tens).

Peer Gynt:

«Solvejg! Det er ikke!... Jo... det er!
Og du blir ikke raed for at komme så naer».

(Solvejg! Mas não é... É... sim!
e tu não tens medo de vir para tão perto de mim!»

Solvejg:

«Bud har du skikket med Helga lille;
flere kom efter med vind og i stille.

Bud bar din mor i alt hun fortalte,
bud, som yngled, da drömmene dalte.
Naetterne tunge og dagene tomme
bar mig det bud, at nu fik jeg komme.
Det blev som livet var sluknet dernede;
Jeg kunde ikke hjertefyldt le eller graede».

(Recebi o teu recado pela Helgazita;
muitos mais me trouxe o vento e a calma.
Recados me mandaste em tudo quanto de ti tua mãi
me contou,
recados que se multiplicavam quando os sonhos me
envolviam.
As noites pesadas e os dias vazios
trouxeram-me o recado de que podia vir agora.
E era assim, como se a vida se tivesse apagado lá
em baixo...
Eu não podia, do fundo do coração, nem rir nem chorar!)

Peer sente tanta felicidade que de tudo se esquece; só vê Solvejg! Êle nem ousar aproximar-se; de mãos estendidas até ela, a salvadora, de longe a contempla; ela, por quem êle levou tanta noite, tanto dia, a suspirar; então, Peer abre o seu coração, é natural; deixa-o falar e idealiza que, ali na Hytte êle lhe fará doce a vida, êle alongará a «Hytte» que é pequena para amor tão grande... êle saberá fazer lume que a aqueça... Nisto, vê Solvejg tôda molhadinha, ainda com pedras de gêlo encrustadas no fato, como brilhantes; e, feliz como nunca, vai buscar uns cavacos para acender a lareira e lhe enxugar as roupas.

Êle saíu; ela ficou!...

Apenas Peer Gynt dá dois passos, aparece-lhe diante o

fantasma do mal anteriormente cometido: Ingrid!... Quere banir da idea a lembrança do crime!... Começa o debate moral, a incerteza no caminho a tomar, o pêso da consciência. Pior que tudo, quási insustentável, é o pêso da dor de perder a alma que tanto amor lhe tem!...

A sua amada chama-o, mas êle diz-lhe que diante dêle se levantou uma grande escuridão... nada se vê... ela prontifica-se a ir aclarar-lhe o caminho, a ir ajudá-lo, contanto que se não demore.

Peer Gynt:

«Vaer tålsom, jente;
langt eller kort, du får vente!»
(Sê paciente, rapariga;
muito ou pouco tens que esperar!)

Solvejg:

«Ja!... vente!...»
(Sim!... esperar!...)

Como dói o coração e a alma a Peer!... Tão perto da mão, quási a tocar-lhe, tanto «Bem»; e a afastá-lo, tanto «Mal»!

Mas, aproximar-se o abominável do «Puro» não será manchá-lo?!...

O instinto, leva-o a ir esconder-se nos braços da mãi, a agasalhar-se de encontro ao peito que o criou. E num impulso, corre... corre!... até à mãi; ela o saberá consolar da maior dor que êle soube sentir, a que lhe veio da energia de fugir à virgem que adora. Mas outra dor o espera!

É um casebre desmantelado, o que Peer vai encontrar; por causa dêle, a justiça tudo tirara à velhota; um baú

vasio; pão... nenhum... e como enxêrga, a cama de quando Peer era pequenino, onde Aase está às voltas, sem encontrar posição, e onde mal cabe.

Aase, na sua alma de mãi, no latejar das suas veias, sente que o filho virá. Espera-o!... Tem os olhos pregados na porta... Já vai tardando:

«Nej! Herregud, kommer han ikke?»
(Nada! Senhor Deus, êle não virá?)

«Det dryger så inderlig langt!»
(Isto parece nunca mais acabar!)

Vão-se passando as horas, e ela sente-se de mal a pior:

«Jeg har ikke bud, at skikke»
(E eu que não tenho por quem o mande buscar)

O coração, de repente bate-lhe com tanta fôrça que Aase põe-lhe a mão em cima!...

Aase:

«Vorherre dig glaede!»
(O Senhor te dê alegria!)

«Så kom du da, kaere min gut!»
(Até que enfim vieste, meu querido rapaz!)

Peer Gynt chega-se à mãi; nada lhe diz do que lhe vai na alma; pede-lhe perdão, sem lho pedir. Ela abençôa-o, sem o manifestar; êle, na aparência, tranqüilo, sofre por tudo quanto vê.

Aase está tão encolhidinha na cama! O filho só vê naquêle rosto a horripilante Morte. Os olhos apagados, metidos lá pelas órbitas dentro, os lábios descòrados; e, aflito, dá-lhe de beber... aconchega-a na cama pequenina... vai-a distraindo com lembranças doces da infância; recorda-lhe os açoites tão merecidos que ela lhe deu, e diz-lhe:
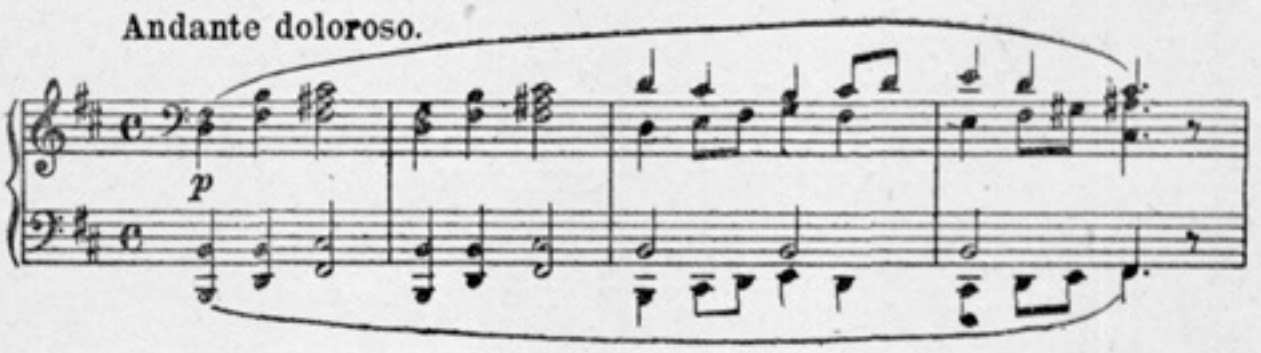
«Gud signe dig, gamle styggen,
du var dog en kaerlig sjael!»
(Deus te abençoe, minha velha;
mas no entanto tinhas uma alma carinhosa!)

Peer continua a adoçar-lhe os últimos momentos, pregunta-lhe se tem os pés frios... e as mãos?! estão geladinhas!...
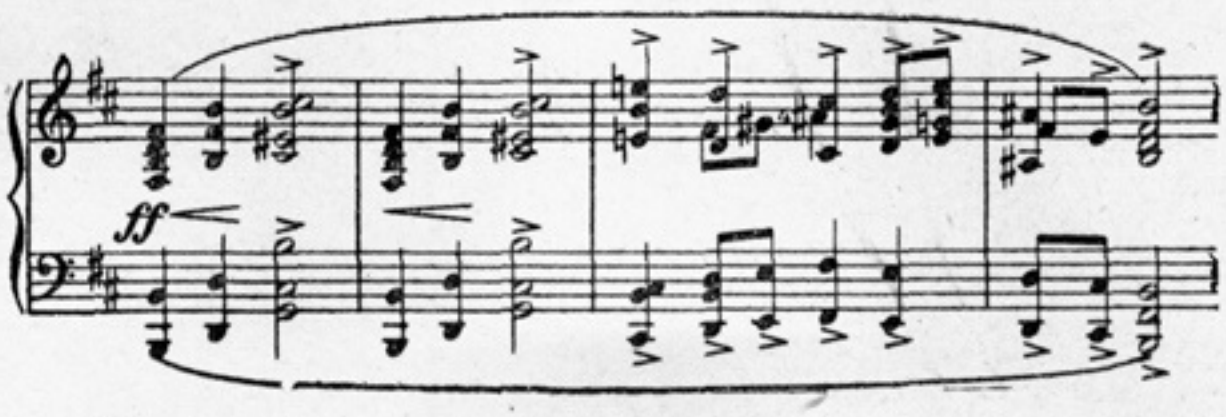
*

* *

«Aases död» A morte de Aase.



Em «andante doloroso», inicia Edvard Grieg a suave e triste melodia que acompanha as últimas páginas *dolorosas* de Aase; que *andando,* se vão extinguindo.

A melodia vai-se intensificando em proporção com a intensidade do momento trágico.

Grieg, como quási sempre, não dá amplitude ou expansão ao motivo descrito; conserva o tema, a frase inicial até ao fim. Acompanha a enormidade trágica do momento, lançando mão da doçura ali existente; torna o amargor em suavidade... porque, se virmos bem, a parte literária é suave, mas o motivo que encerra é fundamentalmente trágico; e se olharmos bem, a parte musical é suave como as palavras literárias, é lírica em absoluto, é linda sem discussão, mesmo dolorosa, mas... não é trágica:

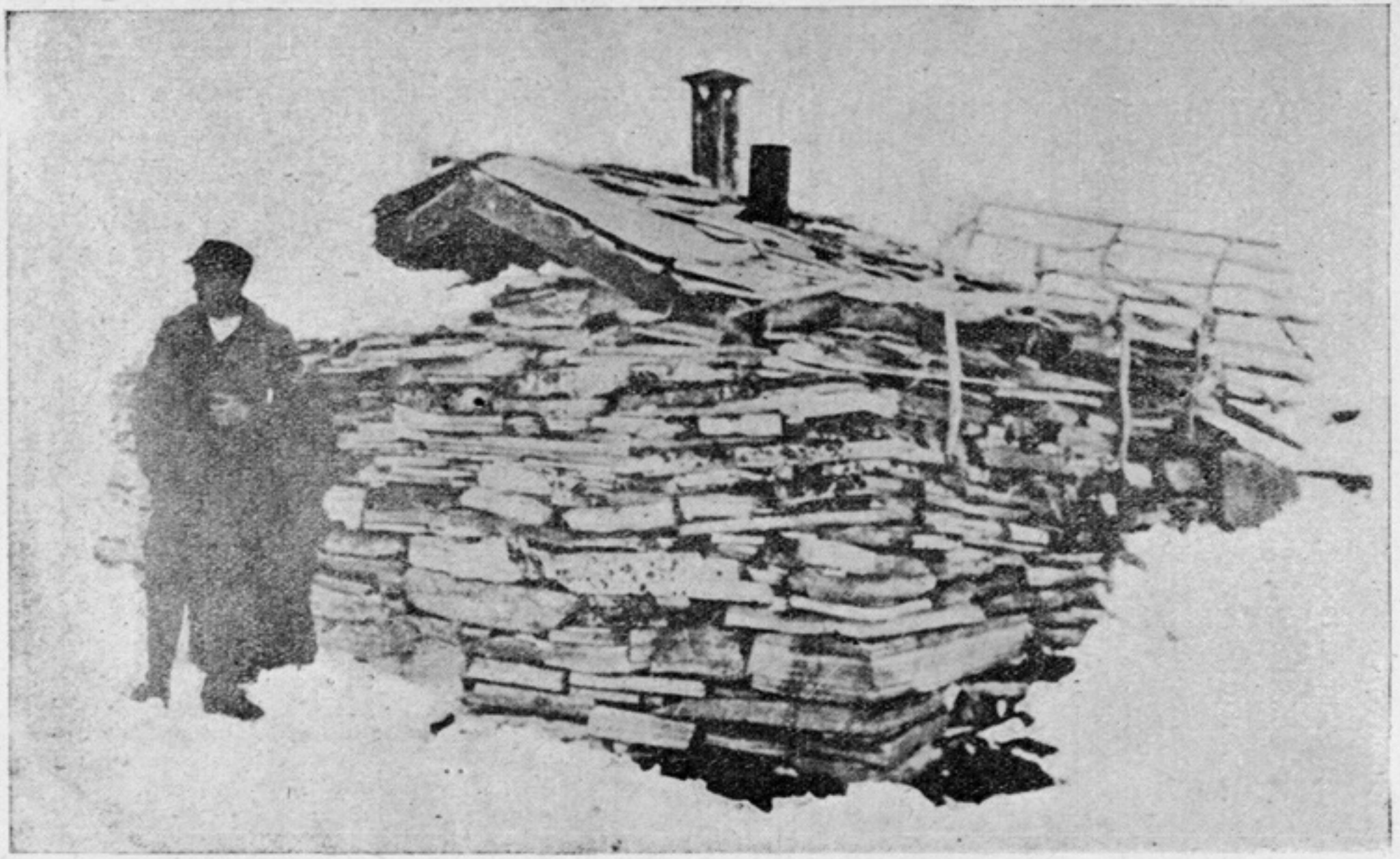


Quanto mais a «Morte» se aproxima de Aase, mais em recordações suaves, Peer embala a mãi.

Aase pede a «Bíblia» e com todo o coração maternal diz ao filho:

«Jeg vil ligge og lukke öjne
og lide på dig, min gut!»
(Eu quero estar assim deitada, fechar os olhos
e confiar em ti, meu rapaz).

O filho, entre risonho e choroso, faz que a não entende; no entanto, pede a S. Pedro que abra as «Portas do Céu» à mãi; certamente receberá alma tão boa, que outra assim não se encontra, e com voz entrecortada por soluços que abafa, acrescenta: Gud Fader! Deus Pai! aqui esta-
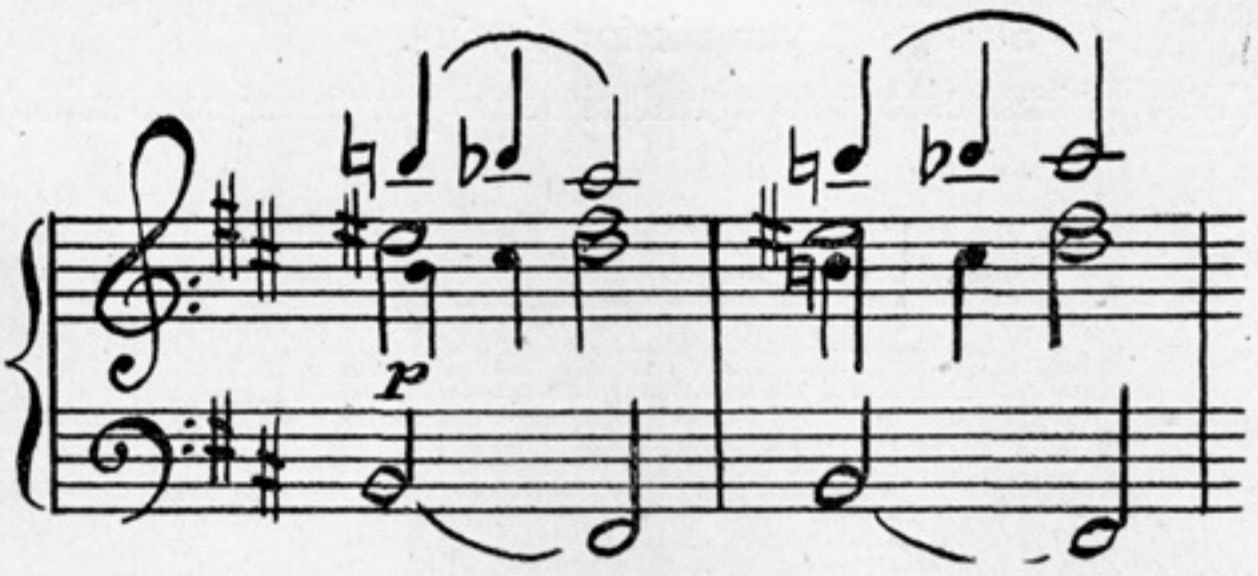


A PRIMITIVA «HYTTE» DE PEER GYNT

A lenda de Peer Gynt dá como sendo esta «Hytte» (ou casebre) aquela para onde êle ia caçar; está situada num vale completamente deserto, no cume da «Serra do Dovre», ao sul. Às vezes aparece ali a «Rena» selvagem; o local é tão alto que arborização nenhuma lá pode haver. A construção é tôda de pedra e muito primitiva; é quási impossível dizer de quando data; no entanto, a tradição dá-lhe uns bons 200 anos, a-pesar-de que os entendidos dizem ter nítida aparência de ser muito mais antiga. Esta fotografia foi-me cedida pelo meu Ex.mo Amigo sr. Sigurd Dundas (Consul Geral da Noruega) e tirada por êle próprio em 1923.

mos!... No mesmo intante volta-se para a mãi e ancioso diz-lhe:

«Hvorfor ser du, som öjet skulde briste?
Mor!... Er du fra samling og sans?
Du skal ikke ligge og glane!
Snak, mor; det er mig, din gut!...»
(Porque olhas assim, como se os olhos se te tives-
[sem apagado?
Mãi! estás fora de tudo e perdeste os sentidos?
Não fiques assim! a fitar...
Fala, mãi; sou eu, o teu rapaz!).

e nisto, muito devagarinho... mal lhe tocando... Peer pega nas mãos da mãi... apalpa-lhe a testa



Peer, no bico dos pés, quási a medo de acordar Aase do sono eterno, vai de cabeça pendida sôbre o peito, contendo a respiração, até à cabeceira da cama, e de mansinho, muito de mansinho, estende os braços, estende as mãos e poisa os dedos sôbre os olhos da mãi! E fechou-

-lhos. Torna a voltar ao lado da cama, curva-se sôbre a mãi e diz-lhe o último adeus:
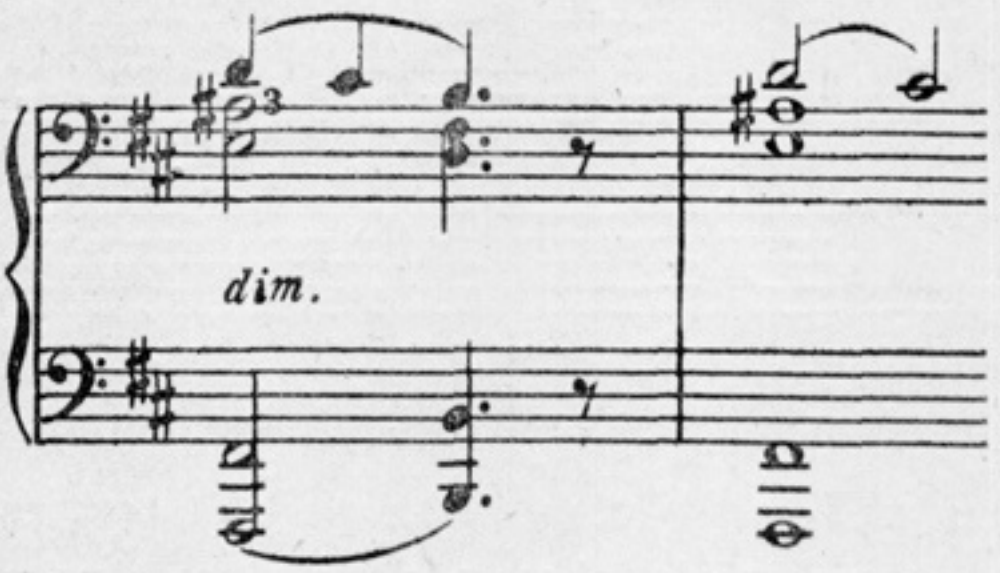
«Hav tak for alle dine dage
for bank og for barne-bys!»
(Obrigado por todos os dias que me deste,
e também pelos açoites e por me teres embalado).

E ainda, mais curvado sôbre o rôsto da mãi, para sempre adormecido, êle murmura:

«Men nu får du takke tilbage!»
(Mas é agora a tua vez de me agradecer)

Peer encosta o seu próprio rosto à bôca que já lhe não pode dar um beijo, para receber ainda o último calor daquelas cinzas.

«Se så, det var tak for skyds».
(Vês, assim... êste foi o agradecimento por te ter conduzido)



«Hun er död...» (Ela está morta!...)

Grieg desaparece com o som, até de todo se *extinguir!*

*

* *

Dor sôbre dor! Castigo sôbre castigo!

Isolamento de alma! Desapegar de corpo!

Ibsen desenvolveu numa meditação constante e intensíssima a sua faculdade psicológica, a sua faculdade de fifósofo observador, a sua visão de poeta, no carácter que identificou em Peer Gynt, mostrando-se-nos de um abismo insondável, povoado de sombras que nos aterram, cravadas essas sombras no cérebro, ou, talvez melhor, no físico onde nasceram por taras recebidas onde evolucionaram afundando-se num meio pervertido sociológica e psicològicamente.

(Continua)

Maria Josefina Vieira da Bandeira de Vasconcelos Ibsen Andersen.

A CONQUISTA DE COIMBRA POR FERNANDO MAGNO (1)

Nos meos *Elementos de Historia de Portugal,* escrevi estas palavras, ao passar pela acção reconquistadora de Fernando I:

> «...em epoca que não é possivel fixar com certeza, cerca e conquista Coimbra...»

Mette-se pelos olhos dentro a qualquer pessoa, que eu não ia escrever isto, no ar, sem reflectir.

Vou dar as razoens do meo scepticismo na materia.

§ 1.º

Com os historiadores, não me entendi.

O Padre Mariana *(Historia de España,* livro IX, cap. 2, in *Biblioteca de Autores españoles,* tomo XXX, pag. 247) escreve: «El (año) siguiente, que se contava de Cristo 1040, tornó de nuevo con mayor ánimo y brio á la guerra. Puso cerco sobre la ciudad de Coimbra, y aunque con dificultad, al fin la ganó por entrega que los moros le hicieron...».

---

(1) Vide nota da pág. 1, do vol. 87.

Nota—Em satisfação da vontade manifestada pelo autor, manteve-se a ortografia especial de que usa.

A Redacção.

Ferreras *(Histoire générale d'Espagne,* tomo IV, pag. 183) diz-nos, em relação ao ano de 1044: «...il alla mettre le siège devant Coimbre... Ce fut ainsi que le Roi D. Ferdinand... fit la conquête de Coimbre».

O traductor francez, D'Hermilly, anota: «Mariana met en 1040, la prise de Coimbre par D. Ferdinand, Roi de Léon; mais les mêmes motifs pour lesquels Ferreras place en 1044 la première irruption & les prémières conquêtes de ce Prince en Portugal font juger que cet événement appartient à l'anné 1045».

Romey *(Histoire d'Espagne,* tomo V, pag. 239) ensina: «...le 20 janvier 1058, il (Ferdinand) se présenta audacieusement sous les murs de la ville (de Coimbra)... Ce fut le 24 juillet que les habitans, réduits ainsi par les angoisses de la disette à demander merci, envoyèrent des députés au Roi chrétien pour se rendre et capituler (1)».

Fr. Bernardo de Brito *(Monarchia Lusitana,* IIª parte, fl. 377) diz: «...tornando por hora á conquista de Coimbra, que este valeroso Principe (D. Fernando) fez no fim de seu reyno, correndo o anno de Christo, 1074...». Esta data—1074 é gralha de typographia, e está por 1064; já vem da *Chronica de Cister,* liv. VI, fl. 861.

---

(1) Em nota, Romey insiste: «La prise de Coïmbre ne doit point être en effet fixée en 1064, comme il paraît d'abord légitime de le faire sur la foi de la Chronique même de Coïmbre, et ainsi que l'on fait la plupart des auteurs portugais...»

Podia o escriptor francez ter acrescentado: «...et moi-même, Romey».

De facto, a pag. 435 do tomo IV da sua obra, Romey, a proposito da tomada de Coimbra por Almançor, escrevera: «La prise de Coïmbre est indiqué par les chrétiens sous la même date que par les Arabes... elle demeura sept ans déserte... jusqu'à ce que la prit le roi don Fernand em 1064, como nous le verrons en son lieu».

Destas datas—e estas bondam para o meu fito, duas captaram os historiadores: a de 1058, proposta por Florez, na *España Sagrada,* (tomo XIV, trat. 45, cap. 4.º, § 38) e a de 1064, alvitrada por Fr. Bernardo de Brito.

E ainda hoje, as duas datas são perfilhadas.

O nosso Santa Rosa de Viterbo *(Elucidario, sub v. Era),* em referencia á conquista de Coimbra, diz que erra quem a coloca em 1064, «estando já averiguado que ella foi no de 1058».

Simonet (*Historia de los Mozarabes,* pag. 655) diz que entre 1057 e 1058, D. Fernando «conquistó por fuerza de armas las poblaciones importantes de Sena (hoy Cea...), Viseo, Lamego e Coimbra». E em nota, esclarece, depois de escrever que «en verdad, la fecha es dudosa»: «pero nosotros seguimos la opinion de Florez...»

O Padre Zacarias Villada (*Historia eclesiastica de España,* tomo III, pag. 234), em referencia ao dia e hora da conquista de Coimbra, escreve: «Desde esta fecha, 24 de julio de 1058...».

A data de 1064, proposta por Fr. Bernardo de Brito, encontrou um campeão de grande valor — João Pedro Ribeiro que consagrou a 1ª das suas *Dissertaçoens Chronologicas e Criticas,* a demonstrar a sua justiça. Seguiu-lhe as pègadas outro erudito notavel, Fr. Fortunato de S. Boaventura (*Historia chronologica e critica da Real Abbadia de Alcobaça,* pag. 154 e seguintes). Acceitou-a de preferencia,—«porque os fundamentos dos que pugnam pela data de 1064 parecem-nos os melhores», Herculano (*Historia de Portugal,* I, pag. 163, nota).

E todos os que têm vindo depois não fazem mais do que dar por definitivas, as conclusoens a que chegou João Pedro Ribeiro.

Assim Dozy (*Histoire des mussulmans d'Espagne,* trad. de Lévy Provençal, tomo III, pag. 77, nota 3), conta que o anno de 1064 «fut extrêmement désastreuse pour les mussulmans», porque alem doutros desastres, «Coïmbre fut obligée de se rendre à Ferdinand après avoir soutenu un siège de six mois»; e, na nota, aconselha: «Voyez sur la date de la prise de Coïmbre, Ribeiro, *Dissertaçoens chronologicas e criticas*».

Para abreviar: os que adoptam a data de 1058, firmam-se em Florez; os que defendem a data de 1064, servem-se da *Dissertação* de Ribeiro.

Se as consideraçoens do nosso sabio Antiquario fossem decisivas, é evidente que homens indiscutivelmente doutos e serios, como Romey, Simonet e Villada, não se encostariam ao parecer de Florez; se as consideraçoens deste fossem apoditicas, é inegavel que homens serios e doutos como Herculano, Dozy, Lopes Ferrero, Menendez Pidal, etc. não defenderiam a data proposta por João Pedro Ribeiro.

Estamos, portanto, diante de forças oppostas que se equilibram, e homem não pode optar objectivamente por umas ou por outras.

Temos que pôr de lado a *auctoridade* incontestavel do Padre Florez, e a incontestavel *auctoridade* do Padre Ribeiro, bem como a auctoridade dos partidarios de qualquer dos dois eruditos famozos, e ascender ás fontes primitivas que serviram a um e a outro.

Foi o que fiz. Se os argumentos de Ribeiro, embora tenham convencido Herculano, Dozy e outros, não convenceram Romey, Simonet e Villada, porque me haviam de convencer a mim? E porque me haviam de convencer a mim, os argumentos de Florez que, embora tenham con-

vencido Romey, Simonet e Villada, não convenceram Herculano, Dozy e os outros?

Não ignoro que a tendencia — manifestada exclusivamente atravez do criterio democratico da maioria — é a favor da data de 1064. Simplesmente, tal criterio, muito eficaz no campo das luctas materiais, é tudo quanto ha de menos scientifico. A Razão não se decide pelo maior numero. É por esse facto que não me deixo impressionar pela *quantidade* dos partidarios. E aquella tendencia a que me referi deixa-me perfeitamente impassivel.

Subi ás fontes, e estas não me esclareceram de maneira a convencer-me, e a decidir-me.

É indispensavel deixar, desde já, com toda a lealdade, affirmado que o primeiro que hesita diante da argumentação de Ribeiro, é o proprio João Pedro Ribeiro que, com a franqueza e a honradez do verdadeiro sabio, escreve, no couce da sua *Dissertação:* «Se a questão com tudo não fica mais illustrada do que a deixou Florez, servirá ao menos esta Dissertação de mostrar quanto he necessario ter em vista, para estabelecer como certo, ou ao menos provavel, qualquer facto historico, e do mesmo modo para o impugnar...».

Quer dizer que João Pedro Ribeiro não considerou, apesar da analyse meticulosa que fez, o caso arrumado, deixando assim a porta aberta aos que continuaram ou vieram a adoptar a data de Florez, e aos que, como eu, se ficam indecisos e scepticos.

A argumentação de Florez contra Fr. Bernardo de Brito é quasi essencialmente negativa. O Padre Ribeiro deixou-a muito abalada, tão abalada que foi facil a outros desprezarem-na. É claro que de o facto de a data de 1064

não estar assegurada, não pode concluir-se que se deva garantir a de 1058.

Aceitemos que Florez provou que a conquista de Coimbra não podia ter sido na data e pelas razoens que Fr. Bernardo de Brito apresentou. Como seguir-se dahi que o fora na data que elle Florez indica?

Pelo seu lado, o Padre Ribeiro, na sua Dissertação, toma dois caminhos: o caminho negativo, em que contesta a argumentação de Florez, e o caminho positivo, em que lança as bases da sua solução.

Não me interessa o primeiro, por isso mesmo que não adopto a data de Florez. Interessa-me o segundo, visto também não adoptar a data de Ribeiro.

E sou mais uma vez arrastado a subir ás fontes primitivas.

§ 2.º

A)—CHRONICOENS:

1.º) *Conimbricense:* «In era Mª Cª IIª presa fuit civitas Colimbria, VIIIem Kalendas augusti, die feria VI per manus fernandi regis»;

«Deinde cepit illa (Colimbria) rex donus fernandus VIII Kalendas augusti Era Mª Cª IIª»;

«Era Mª Cª IIª accepit fernandus colimbriam, VIII Kalendas augusti, feria VIª vigilia sancti christofori».

(*Port. Mon. Hist., Scriptores,* I, pag. 2 e 4).

2.º) *Gothorum:* «Era MCII. VIII calend. augusti feria VI in vespera sancti Christofori rex D. Fernandus cepit Colimbriam»;

«Era M CII. VIII Kal. Aug: feria VI vesperis s. christofori Rex D. Fernandus cepit Colimbrian».

(*Port. Mon. Hist., idem,* idem, pag. 10).

3.º) *Complutense:* «Era DCCCCII. VI Idus Julii accepit Fernandus Rex Colimbriam»;
«Era M CII. VI. idus Julii accepit Fredenandus Rex Colimbriam».

(*Port. Mon. Hist., idem,* idem, pag. 18).

4.º) *Lamecense:* «Colimbria capta fuit ab eodem rege (Fernando) IX Kalendas augusti Era Mª Cª IIª».

(*Port. Mon. Hist., idem,* idem, pag. 19).

5.º) *Laurbanense:* «In era millesima CIIª sic prendivit rex domno fredenando civitas conimbrie in die de Sancto christoforo, in mense julius».

(*Port. Mon. Hist., idem,* idem, pag. 20).

6.º) *Alcobacense:* «XIII *Klarum* Februarii Era M CII Rex Fernandus... obsedit Civitatem Colimbriam et jacuit ipse Rex cum suo exercitu... VI menses: et capta fuit in manus illius Regis... et fuit ipsa capta, et ipsa captivitas in vespera S. Christophori quae est VII id. julii...».

(*Port. Mon. Hist. idem,* idem, pag. 19).

7.º) *Chronicon Mundi,* do Tudense: «Pues en el año XVI de su Reyno... vino en Portugal... el castillo de Sena con los castillos do enderredor acometio... y pues vençido el castillo de Sena avia allegado a combatir la çibdad de Viseo... vino á la çibdad de Lameco... y tomó tambien el castillo de San Justo sobre el rio de Malva, y Taroca... Los quales vençidos... fue en romeria a Sanctiago Apostol, y estuvo por trez dias en essa yglesia... El rey Fernando... aquexose a Coymbra, y, puesto las tiendas acostóse sobre ella... en un dia de domingo hora de tercia tomó la çibdad».

(pág. 347 da versão castelhana, editada por Julio Puyol).

8.º) *Primera Cronica General:* «Andados XVIII annos del regnado deste rey don Fernando—et fue esto en la era de mill et LXX et un anno, et andava otrossi entonces ell anno de la Encarnacion del Sennor en mill et XXXIII... salió el rey don Fernando muy apoderado, et pues que priso estos dos castiellos, aviendo muy a coraçon de yr cercar Coymbria, fuesse primero para Sant Yague... Despues daquello... veno

daquella guisa sobre la çidad de Coymbria, et cercola luego... e sobre esto tovola cercada VII annos... Et ellos (los moros) entergaronle de la villa un dia de domingo a ora de tercia.».

(cap. 807, na edição de Menendez Pidal).

9.º) *Silense:* «...Quibus (Sêa, Vizeo, Lamego) triumphatis... Fredinandus rex divino fretus munimine Conimbriam audacter accelerat, castrisque supra eam positis consedit».

(pag. 74, na edição de Santos Coco).

10.º) *Amal Alalam,* de Abenaljatib: «...Por entonces atacó el enemigo a Coimbra... tomandola después de largo assedio... siendo tomada la ciudad por la fuerza... en el año 456. Fué una gran calamidad. Habia durado el Islam en ella setenta y años.»

(in Prieto y Vives, *Los Reyes de Taifas,* 66, nota 3).

B)—DOCUMENTOS:

1.º): «...ego fredenandus rex et et sanchia regina... facimus hanc scripturam firmitatis de villas quas olim adefonsus rex bone memorie in suburbio colinbriense quas nuper dominus de manu gentilium abstulit... Noto die VI idus marcii. Era Iª Cª prima».

(Portugalia Mon. Hist., Diplomata et Chartae,
tomo I, doc. n.º 436, pag. 273).

2.º): «In era M. C.ª II.ª Intravit rex domnus fredenandus cui sit beata requies in civitatem Colimbriam. Custodiat illam deus. et prehendivit eam de tribubus hismaelitarum et tornavit eam ad gentem christianorum cum adjutorio omnipotentis dei... Facta carta firmitatis die Septimo Kalendas magii. Era M. C. X. VIIIª».

(*Port. Mon. Hist., idem,* idem, doc. nº 581, pag. 350).

3.º): «In Era Mª Cª IIª In dei nomine et ejus misericordia Sic intravit rex domnus fernandus cui sit beata requies hic in civitate Colimbria et prendivit eam a tribu hismaelis per sua spata cum adjutorio domini regis celestis... Notum die quod erit VIII Kalendas aprilis. Era Mª Cª XXª IIII.»

(*Port. Mon Hist., idem,* idem, doc. n.º 656, pag. 391).

4.º): «...Nam transactis temporibus deus omnipotens elegit regem domnum fredenandum catholicum christianorum protectorem... Deinde obsedit colimbriam civitatem... Cepitque suprafatus rex colimbriam... Deinde rex predictus reversus est ad locum sancti jacobi apostoli orationis causa et invenit domnum paternum episcopum venientem ad se missum a rege cesaraguste urbis... Rogavitque eum rex prefactus... ut veniret colimbriam et moraretur ibi. Spopondit autem episcopus venire sed in diebus ipsius regis non venit, quia cito mortuus est predictus rex... Facta testamenti karta idus aprilis era Millesima centesima vicesima quarta.»

(*Port. Mon. Hist., idem,* doc. n.º 657, pag. 392).

5.º): «...Ego Rex Ferdinandus Legionense facio cartulam, de confirmationem Abbatis, & fratribus, in monasterio Laurbano habitantibus de hereditatibus, quas habuerunt ex diebus antiquis usque nunc, & habere potuerint ex diebus meis usque in perpetuum ut habeant eas firmiter pro servitio bono, quod michi fecerunt in obsidione Conimbricae... fuerunt (fratres) ad me, ubi ego eram in medio Carrionis... et pepigi cum eis fœdus, ut venirem cum meo exercito super eam (Colimbriam) in mense Januario, sine aliqua dubitatione. Quando ibi ad me venerunt, erat mense Octobrio... Venit tempus, apropinquavit dies... venique ego cum meo exercitu, ad tempus constitutum; habitavi ibi super eam Januario, Februario, Martio, Aprile, Mayo, Junio, quandoque venimus ad Julium, non habebamus de pane neque de vita preter param... et mandavimus ut dirigerent vias suas ad civitatem Leonem... Fratres de Laurbano... dederunt michi illud quod habebant ad edendum... Cum propter hoc placuit Deo Coeli nondum erat vita consumpta, uec hebdomada Completa, dederunt nobis Sarraceni civitatem... Facta carta, & confirmata mense Julio, era M.CII.»

(in Fr. Bernardo de Brito, *Monarchia Lusitana,*
IIª parte, fl. 377).

São estes os textos que nos fallam da conquista de Coimbra, no tempo de Fernando I.

Que valor probativo tem elles, para que nos decidamos pelo que elles informam?

I—OS CHRONICOENS.

Antes de mais nada, verifica-se: 1.º) variedade no anno: 864, segundo uma lição do *Complutense;* 1040, segundo a *Chronica Geral;* 1053, segundo o *Tudense;* 1064, segundo o *Conimbricense,* o *Gothorum,* o *Complutense,* o *Lamecense,* o *Lorvanense,* o *Alcobacense,* e o *Alalamense.* 2.º) variedade no dia, dentro do mesmo anno de 1064: 9 de Julho, no *Alcobacense;* 10 de Julho, no *Complutense;* 24 de Julho, no *Lamecense;* e 25 de Julho, no *Conimbricense* e no *dos Godos.* O *Lorvanense* falla em dia de S. Christovam; mas já vi preguntar (Fr. Fortunato de S. Boaventura, *ob. cit.,* pag. 159): «...quem disse... que S. Christovam era festejado em Coimbra no dia 25(1)»?

Ainda para aggravar a variedade do dia, uma das liçoens do *Chronicon Gothorum* e o *Alcobacense* dizem que foi, a tomada de Coimbra, em véspera de S. Christovam; e o *Lorvanense,* que em dia de S. Christovam. E noutro sentido: o *Conimbricense* e o *Alcobacense* dizem que foi a uma sexta-feira; o *Complutense* e o *Lamecense* a um sabbado; o *Tudense* e a *Chronica Geral,* a um domingo.

Quando o *Conimbricense* informa que as 8 kalendas de Agôsto de 1102 foram a uma sexta-feira, erra escandalo-

(1) Deve recordar-se que Fr. Leão de S. Tomaz (*Benedictina lusitana,* I, 330) ensina que «naquelle tempo se festejava (S. Christovam) a dez de julho».

samente, porque o dia 25 de Julho desse anno foi a um domingo.

Esta variedade, cheia de contradiçoens, que nos offerecem os Chronicoens, não pode de modo nenhum servir para nos fixarmos em qualquer data. E não posso acceitar o processo seguido pelos campioens de 1058 ou de 1064, que não hesitaram em emendar o que não condizia com a sua these.

Nem a simultaneidade dos Chronicoens que dão a data de 1064 me impressiona, porque essas informaçoens podem ter por fonte unica um delles, o qual, errado, teria a paternidade dos erros futuros.

Não servem elles, por exemplo, para se fixar a data do nascimento de Affonso Henriques, acontecimento muito mais proximo de nós, e delles, e hão-de servir para eu me decidir sobre o anno da conquista de Coimbra? Têm elles obrigado o historiador a manter-se em dura reserva, em face de certas narraçoens que apresentam, e só hão-de merecer confiança e fé, quando se trata da conquista de Coimbra, por Fernando I?

Qual desses Chronicoens seria, em relação ao acontecimento que se discute, o editor responsavel da data de 1064? Salvo erro, o mais antigo de todos elles é o *Chronicon Lorvanense,* publicado, a primeira vez, por João Pedro Ribeiro (*Dissertaçoens,* IVª parte), mas revelado, muito antes, por fr. Manoel da Rocha (*Portugal Renascido,* passim). Que é o *Chronicon Laurbanense?* É elle formado por dois capitulos: o primeiro—o catalogo dos abbades do mosteiro de Lorvão, desde o Abbade Justo ao abbade Euzebio—uma duzia de linhas; o segundo capitulo—outra duzia de linhas, contem nomes de reis e a informação de alguns factos, um dos quais, a tomada de Coimbra. Tudo

isto occupa parte da folha da guarda dum Cartulario de pergaminho, piqueno, e a que se deo modernamente o nome de *Liber testamentorum Cœnobii Laurbanensis antiquissimus.*

Não é duma só penna; não é todo da mesma epocha. Fr. Manoel da Rocha *(ob. cit.* 1.ª parte, § 47) diz-nos que o codice mostra «ser escripto ha mais de 500 annos»; e insiste *(loc. cit.,* § 238) que elle tem «de antiguidade mais de 500 annos».

Sendo o *Portugal renascido* de 1730, o erudito cisterciense collocava o *Liber testamentorum* no sec. XIII.

Mas já Herculano *(Port. Mon. Hist., Scriptores,* I, pág. 20) o põe «sub initio saeculi XII»; o snr. Antonio Baião *(O Archivo da Torre do Tombo,* pág. 83) limita-se a dizer que «é um cartulario do sec. XII»; o snr. Carl Erdmann *(Papsturkunden in Portugal,* pag. 84) não avança mais na sua informação: chama-lhe famoso cartulario, «ein berühmtes Chartular», e diz que é «einen Quartband saec. XII».

Foi o snr. Ruy de Azevedo *(O mosteiro de Lorvão na reconquista christan,* pag. 7) quem apertou o cêrco, podendo ensinar que o *Liber testamentorum* «foi composto em grande parte, segundo creio, de 1116 para 1117».

Que credito nos pode merecer o chronicon?

Em relação ao primeiro capitulo, ao do catalogo dos Abbades, já fr. Manoel da Rocha provou que nenhum, porque aquillo está tudo errado: «...ainda que em ordem aos primeiros Abbades que relata, me parece ter erros na Chronologia» *(ob. cit.,* 1.ª parte, § 291). E ao estabelecer a sua lista, appoiado nos documentos do Cartulario, vai emendando os erros do Chronicon.

Quanto á segunda parte, não é este mais digno de fé,

Que Affonso é aquelle que morre em 29 de Junho de 1110? Se nem na data da morte de D. Affonso VI (Junho de 1109) o chronicon acerta, como podemos tomal-o a serio nas suas outras informaçoens? É curioso que ha quem o tome como garantia do que se lê em documentos, e ha quem peça aos documentos que o garantam a elle. Recuso-me a seguir estes processos habilidosos, e prefiro confessar a minha ignorância.

Os Chronicoens servem-nos como indicação da *existencia* dos factos; mas a localisação destes no tempo ou no espaço tem de ser recebida com a maior reserva. Se fossemos a fiar-nos em todas as datas que elles nos dão, estavamos bem aviados. Todo o cuidado é pouco, mesmo que se trate de Chronicoens responsaveis. Que dizer dos chronicoens anonymos, como este que apparece na folha de guarda da capa do *Liber testamentorum?*

Foi elle, neste caso da tomada de Coimbra, a fonte dos que lhe attribuem a mesma data? Não sei. O que sei é que é o primeiro. Essa circunstancia dá-lhe direitos de ancianidade; mas não lhe dá foros de veracidade. Caminhemos pois muito passosinho, porque não temos elementos para vistosa corrida.

Umas vezes, por impericia; outras vezes, por interesse; e outras, por descuido—os escribas deixaram os Cartularios semeados de deficiencias que são outras tantas cascas de laranja deitadas no caminho dos eruditos. Que valor probativo, definitivo, podem ter essas memorias escriptas por entre os documentos, nas capas interiores dos codices, etc.? Repito: como indicação da *existencia* dos factos, muito bem, e a sua utilidade é grande; como informação espacial ou temporal ou doutra circunstancia, temos que pol-as de remissa.

Sem entrarmos em confrontos, vejamos o que cada um desses Chronicoens diz,

O *Conimbricense* conta que a conquista de Coimbra se deu numa 6.ª feira, VIII^as^ Kalendas de agosto, de 1064. Mas como se pode verificar, cahiu a um domingo. E segundo outra lição, o dia 25 de Julho, 6.ª feira, era vespera de S. Christovam. Era preciso provar-se que S. Christovam se festejava, então a 26. O *dos Godos* repete o *Conimbricense.*

O *Complutense* fornece duas datas de anno: 864 e 1064, e colloca o facto no dia 10 de Julho, que foi, em 1064, um sabbado, e em 864, uma segunda feira. Se não houvesse outro chronicon, toda a gente juraria que a conquista de Coimbra se tinha dado em 864!

O *Lamecense* diz que o dia foi o de 24 de Julho, que é um sabbado.

O *Lorvanense,* já o vimos, é explicito, quanto ao anno (1064), ao mez (Julho), e ao dia do Santo (S. Christovam).

O *Alcobacense* diz que foi a 9 de Julho de 1064, vespera de S. Christovam, andando o pobre do Santo, de Herodes para Pilatos, sem ter eira nem beira.

O *Tudense* fica-se a dizer que foi em 1053, a um domingo.

A *Chronica Geral* recua para 1040, mas mantem o dia da semana—um domingo.

Restam-nos dois chronicoens—o *Silense* e o *Alalamense*. Deixei-os para o fim, propositadamente, embora o primeiro seja, muito possivelmente, contemporanio do facto, e o segundo, distante delle, trez seculos. Comecemos pelo arabe.

Colloca elle a tomada de Coimbra por Almançor «setenta y años» antes da conquista da mesma cidade por Fernando o Magno. O bom do chronista, Abenaljatib, não

soube fazer a conta: tendo dado á data da conquista de Coimbra por Fernando Magno, o anno de 1064, ou de 456 da hegira, não soube indicar quantos annos tinham ido desde ahi até á conquista de Almançor. E escreveu: «setenta y años». Deixou o espaço em branco, para que o preenchesse quem quizesse. Ou não soube fazer a conta ou não tinha a certeza da data da entrada de Almançor em Coimbra.

Se o leitor é partidario da opinião de Florez, colloca no espaço vasio a palavra «um», e tem 71 anos.

Admittindo-se que Almançor entrou em Coimbra em 987, temos que foi em 1058, que Fernando Magno reconquistou essa cidade para os christãos.

Repare-se bem: pretendemos provar a veracidade da informação de Abenaljatib relativa á data de 1064. Que elemento de prova nos fornece ella? Uma data imprecisa: «sententa y años».

É muito pouco. Mais: é nada.

De resto, a chronica é dos meados do seculo XIV: é claro que, por esse facto, pouco pode influir nos nossos juizos relativamente a um acontecimento do seculo XI.

Vejamos, agora, o *Silense*.

Este chronicon está abundantemente estudado. Pode dizer-se que é contemporanio do *Liber testamentorum* de Lorvão, com a differença de que o primeiro intuito que teve o auctor foi o de narrar a historia das façanhas dos Hespanhois—«Yspanorum gesta», para chegar ao seu proposito fundamental—escrever particularmente a vida e os feitos de Affonso VI «res gestas domini Adefonsi orthodoxi Yspani imperatoris vitamque ejusdem carptim perscribere».

Quem é o auctor? Ninguem pôde ainda identifical-o,

De si proprio diz que «apud cenobium quod domus Seminis nuncupatur habitum monachalem suscepi». E nada mais se sabe delle, não se chegando mesmo a interpretar definitivamente a expressão *domus Seminis,* que alguns querem que seja «S.to domingo de silos».

Serve esse chronicon para fixarmos a data da conquista de Coimbra? De maneira nenhuma. Mas serve admiravelmente para nos afastarmos da data de 1064. E estranho que se não tenha prestado attenção bastante ás suas expressoens.

Segundo elle, Fernando I conquistou varias terras: Cea, Vizeu, Lamego, Tarouca; conquistadas ellas, o Rei, cheio de confiança no auxilio de Deus, «Conimbriam audacter accelerat, castrisque supra eam positis consedit».

Audacter accelerat: audazmente se apressa.

Segundo o auctor, feita a conquista de Tarouca, D. Fernando foi a Santiago de Compostella rezar, e pedir o auxilio do Santo. Esteve lá trez dias: «ibique supplicatione per triduum facta...». É então que: «audacter accelerat» sobre Coimbra.

Ha factos que ninguem contesta: as conquistas de Cea, Vizeo, Lamego e Tarouca. Ora o *Silense* colloca a conquista de Coimbra logo a seguir, pois diz que o Rei foi a Santiago, demora-se lá trez dias, e «Conimbriam audacter accelerat».

A expressão é muito vincada, para ser dada como incaracteristica. E realmente custa a crer que o Rei, conquistadas aquellas terras, abandonasse a região, e deixasse Coimbra em poder do moiro, Coimbra, «illarum partium maxima civitas».

O auctor não quiz apenas collocar um facto a seguir a outro; foi muito mais longe: accentuou bem que depois

de trez dias em Santiago, o Rei correo a assediar Coimbra: «audacter accelerat».

Isto não garante a data de 1058 para a conquista de Coimbra; mas afasta decisivamente a data de 1064, e por dois motivos: em primeiro lugar, porque situa o acontecimento logo a seguir á tomada de Cea, Vizeo, Lamego e Tarouca; em segundo lugar, porque dando-o quando o dá, o auctor narra varios acontecimentos posteriores que, pela sua natureza, não podiam caber no espaço de tempo que vai de julho de 1064 a Dezembro de 1065, data assente da morte do Rei.

O snr. Ballesteros y Beretta *(Historia de España y su influencia en la historia universal,* II, 222) querendo salvar a data de 1064, reconhecendo que a informação da *Chronica dos Godos* «nos desconcierta», não faz o que outros fizeram—inverter os factos, de modo a aquelles acontecimentos passarem a anteceder a conquista de Coimbra, porque, como muito bem diz, isso rompe «la unidad de la campaña lusitana»: adopta outra solução que não vale mais do que a primeira: suppõe «una iniciada campaña contra la plaza, teniendola en vista para ulteriores y decisivos ataques...».

Como não tenho o propósito de defender 1058 ou 1064, não me deito a soluçoens conjecturais e a ajustamentos mais ou menos puzzlicos, recurso de que têm lançado mão todos os que ou querem transformar o *Silense* em instrumento docil das suas posiçoens, ou pretendem arredál-o como embaraçador impertinente das suas theses.

Não discuto a chronologia do *Silense*, relativa ás conquistas de Vizeo e Lamego. O que me impressiona nelle é a expressão «audacter accelerat» em que ninguem, que eu saiba, reparou. Ella é que me determina a affirmar, certo

de que não erro, que a conquista de Coimbra foi posterior á tomada de Cea, Vizeo, Lamego, etc., e immediatamente posterior, pois o Rei, tomada Tarouca, parte para Santiago, está lá tres dias, e «audacter accelerat» sobre Coimbra.

Embora haja opinioens divergentes sobre a data daquellas conquistas, ninguem se afasta muito de 1057 ou 1058, com excepção do nosso fr. Manoel da Rocha que recua a tomada de Vizeo até 1048, por em 1049, Fernando I estar em Guimaraens, a confirmar uma doação *(ob. cit.*, 2.ª parte, § 400).

De todos os Chronicoens, portanto, o que mais nos esclarece, sem nos illuminar por completo, é o *Silense.* Quero dizer: impede-nos de subscrever a data proposta pelo *Laurbanense.*

II—DOCUMENTOS.

E os documentos? Dirão mais e melhor, os documentos?

O primeiro é a confirmação feita por D. Fernando e mulher ao Bispo Cresconio, em 10 de março de 1063, duma doação de 883. É evidente que a data está errada, porque um dos confirmantes, o Bispo D Pelagio—«Pelagius legionensis episcopus conf.», não podia, nessa qualidade, confirmar nada, porque só em 1065 tomou conta da Sé de Leão. Mas admittamos que errou quem a copiou, omittindo, como lembra João Pedro Ribeiro, «dous riscos», escrevendo MCI, em vez de MCIII. Admittamos que o documento é autêntico. Que prova? Prova que «ha pouco tempo, *nuper*», Deos tirara aos mouros determinadas terras dos suburbios de Coimbra que «outrora, olim», tinham sido do Rei Affonso.

Toda a questão gira á volta do termo *nuper.*

Que quer dizer a palavra *nuper?* Significa *ha pouco*, e significa *de novo*, tanto mais que se admite que ella provenha de **novo-paros*. E ninguem me impede de vêr na confirmação do Rei, a affirmação de que as tais terras, Deos as arrancara de novo ao poder dos mouros. A palavra *nuper* não implica espaço curto de tempo. É de Cicero a expressão: «Nuper, id est paucis ante seculis».

Nada obsta a que em 1065, o Rei Fernando Magno diga que as terras em questão tenham sido *nuper* arrancadas aos mouros, referindo-se a tres ou seis annos antes. Se em vez de *nuper*, tivessemos, por exemplo, *paulo ante*, o caso era differente.

Logo, esse documento não prova nada.

O segundo é a doação do Conde Sesnando, de 25 de abril de 1080, feita ao Abbade de S. Martinho. Simplesmente, está no *Livro Preto*. E deste cartulario, diz João Pedro Ribeiro que «não só contem documentos, cujas datas não convem com o seu contexto, mas alguns originais que ainda restão, accusão neste ponto o engano e descuido do seo A.» *(Observaçoens á Diplomatica*, pag. 65); e noutro lugar *(Dissertaçoens*, II, pag. 162) insiste em que o auctor do *Livro Preto* «errou frequentemente a data dos Documentos que transcreveo».

Desta doação, não ha original. É, portanto, documento de valor nullo, porque nem sequer sabemos se é authentico.

O terceiro documento é outra doação de Sesnando, de 25 de março de 1086. É copia tambem exarada no *Livro Preto*. Applica-se-lhe o que disse sobre o documento anterior.

O quarto é a doação do conde Sesnando e de D. Paterno, Bispo, de 13 de abril do mesmo anno de 1086. É um autographo. Refere elle que Deos escolheo o Rei Fer-

nando Magno para protector dos christaõs; que este Rei cercou e conquistou Coimbra; que depois voltou a Santiago, «orationis causa». Ahi, encontrou-se com D. Paterno, a quem offereceo a Sé de Coimbra, e que a acceitou, mas não chegou a entrar em Coimbra em vida de D. Fernando, «quia cito mortuus est predictus rex».

É preciso ter muita vontade para se ver neste documento a prova da data de 1064, como a da tomada de Coimbra. O que ella nos garante é que D. Paterno não chegou a encontrar-se com o Rei em Coimbra, porque este morreo logo a seguir, «cito», à conversa que com elle Bispo tivera em Santiago.

Para se chegar á conclusão que Ribeiro pretende tirar, é indispensável provar-se que de Coimbra conquistada, o Rei se dirigio a Santiago; aqui, fallou com D. Paterno e morreo. Dentro deste criterio, até se podia pretender que D. Fernando morrera em Santiago—o que é manifestamente falso. O que está no documento é uma successão de factos: assédio de Coimbra; conquista de Coimbra; romaria a Santiago; encontro com D. Paterno e convite para a Sé de Coimbra; morte do Rei. Tudo isto como justificação da doação commum do Conde Sesnando e do Bispo D. Paterno. Esta successão não obsta a que o Rei tivesse ido a Santiago muito depois da conquista de Coimbra, ou que, tendo ido lá várias vezes, essa em que se encontra com D. Paterno fosse muito posterior àquella conquista.

Como demonstração de que D. Fernando tomou Coimbra em 1064, este documento de 1086 é absolutamente nullo.

O quinto documento é a celebre doação de D. Fernando ao mosteiro de Lorvão, que fr. Bernardo de Brito revelou.

A demonstração da sua falsidade está feita, para que seja preciso gastar tempo com elle. E nem sequer a elle teria alludido, se não achasse opportuno chamar a attenção do leitor para o que, em defeza de fr. Bernardo de Brito, a proposito desse documento, allega o snr. Ruy de Azevedo *(ob. cit.*, pag. 32). Segundo este escriptor, não foi o chronista de Cister quem forjou o documento. «O pseudo-original, diz elle, está escripto numa imitação grosseira da letra semi-visigótica, mas existe outro exemplar do documento em letra francesa do final do seculo XII, um pergaminho que contem mais: uma carta datada de 1196, em que Sancho confirma aquelle diploma, e uma memoria sobre os agravos que o mosteiro recebera dos bispos de Coimbra desde D. Gonsalo (1109-1128) a D. Pedro (1192-1233)... Desta vez não é difficil a Brito provar que nada falsificou, e que publicou fielmente um documento interessante que vio no cartorio de Lorvão, visto ter nascido já depois de confeccionado o *Livro do Reportório*».

§ 3.º

João Pedro Ribeiro aponta ainda (*Dissertaçoens*, I, pag. 28 e 40), como achegas, embora secundarias, para a sua these, duas inscripçoens—a da Torre Quinaria do Castello de Coimbra e a da Torre da Estrella.

As liçoens varias que se dão da primeira, possiveis pelo estado em que se encontrava já no seculo XVII; os tratos de polé a que se tem de sujeitar a segunda, para que ella não contrarie chronologia assente,—tudo isso nos prohibe que as tomemos em consideração.

A conclusão a tirar da leitura da primeira depende não do que lá está, mas do que a gente lá colloque; a res-

peito da segunda, João Pedro Ribeiro diz, muito contente, que «se de modo algum ella não pode abonar a opinião vulgar, menos a de Florez, e isto quanto basta ao meo assumpto» (*loc. cit.*, pag. 41).

Creio que fica bem fundamentado o meo scepticismo. Os historiadores não se entendem; os chronicoens contradizem-se; os documentos são insufficientes, ou não dizem o que os investigadores pretendem; as duas inscripçoens são falhas.

No meio desta barafunda, lavo as mãos, como Pilatos, e confesso, como Cicero: «Tollendum!».

22. Nov.º 1936.

ALFREDO PIMENTA

HIDROGÉNIO INDUSTRIAL

POSSIBILIDADES TÉCNICAS E ECONÓMICAS DO SEU FABRICO NO NOSSO PAÍS

CAPÍTULO I

O HIDROGÉNIO E OS PROCESSOS CLÁSSICOS DO SEU FABRICO

O hidrogénio industrial tem hoje uma extraordinária importância.

A sua preparação económica é a chave de algumas grandes indústrias, à frente das quais vêm a do amoníaco sintético e a da hidrogenização de carvões pelo processo Bergiers.

O amoníaco sintético é a origem dos adubos azotados em tempo de paz, e dos explosivos em tempo de guerra.

A hidrogenização dos carvões é de tal forma importante que o III Reich supõe poder prescindir das importações de petróleo em tempo de guerra.

Portanto, o êxito duma fábrica de amoníaco sintético é função da preparação do hidrogénio.

Quere isto dizer que, desde que se recorra a um qualquer dos processos técnicos de síntese hoje em marcha normal, a preferência deve recair naquele dos processos que fôr mais económico na parte referente ao fabrico do

hidrogénio, porque o custo da produção do hidrogénio tem valor preponderante no custo total da síntese.

O preço de utilização do azote atmosférico necessário à síntese e tôdas as outras despesas são sensìvelmente constantes em todos os processos. Não se afigura mesmo possível, na hora actual, encontrar maneira de diminuir nenhuma delas. E pode concluir-se que as circunstâncias geográficas, industriais e económicas, de país para país, não fazem notàvelmente variar nenhuma daquelas despesas por unidade de amoníaco fabricado.

O hidrogénio fica só em causa.

Êle sim, êle é que faz variar o preço final do Kg. de amoníaco, conforme o processo que se adopta para o produzir e conforme as circunstâncias económicas do meio em que se trabalha.

Em cada país, de região para região, o problema põe-se de maneira diferente.

Está-se, por exemplo, numa região metalúrgica onde o coque tem largo consumo—deve-se recorrer então à utilização dos gases dos fornos de coque, como nos processos Claude, Casale, N. E. C.

Está-se numa região mineira onde existem combustíveis baratos: lenhites, hulhas, antracites, coque—emprega-se, neste caso, o gás de água, como nos processos Haber, Casale, Claude, N. E. C.

Pelo contrário, nas regiões montanhosas onde as quedas de água estão aproveitadas e onde o Kw-h de energia eléctrica é abundante e barato, utiliza-se a electrólise da água, como nos processos Fauser e Casale.

Se cada região tem uma forma tipo de fabrico do hidrogénio, mais consentânea com as circunstâncias naturais ou industriais, é lógico que Portugal obedeça a esta lei.

A-pesar-de ser pequeno país, não é difícil supor que na bacia carbonífera do Douro o processo indicado seria o do gás de água; na Estremadura—Lena e Óbidos—o mesmo processo, numa das suas modalidades, ou o da liquefacção dos gases dos fornos de coque. ¿Mas o Cabo Mondego e Santa Suzana não indicariam antes exclusivamente a utilização dos gases dos fornos de coque? E a hipótese electrolítica?

Vamos estudar primeiro o hidrogénio, depois os vários processos do seu fabrico, seu valor económico, compará-los e em seguida estudar o caso português, à procura da nossa melhor solução.

O hidrogénio, conhecido no tempo dos alquimistas pelo nome de «ar inflamável», foi pela primeira vez isolado em 1766 por Cavendish, físico inglês do século XVIII que se imortalizou por notáveis trabalhos sôbre o ar e a água.

À temperatura normal é um gás incolor, insípido e inodoro. É óptimo condutor do calor, qualidade que aumenta com a pressão. É também um excelente redutor. O seu pêso específico em relação ao ar é igual a 0,06926. 1 litro de hidrogénio pesa 0,08955 a 0° e sob 760 mm. A sua solubilidade na água a 0° é de 0,0193 e no alcool de 0,069 e a 15° é respectivamente igual a 0,0193 e 0,067.

Foi liquefeito por Wroblewski, Olszewski e Dewar. A sua temperatura crítica é de —241° e a sua pressão crítica é de 19,5 atmosferas. A temperatura de ebulição é de —252°,5 e solidifica-se a —259°. O calor de vaporização do hidrogénio líquido é igual a 108,7 calorias. A sua densidade em relação à água no seu ponto de ebulição é de 0,07 e no seu ponto de congelação é de 0,086.

Sob o ponto de vista microfísico o hidrogénio pode-se apresentar debaixo de várias formas.

O átomo compõe-se dum protão(1) e dum electrão.

À temperatura normal o hidrogénio aparece-nos sob a forma bi-atómica, vulgarmente chamada molecular. Todavia, ainda que bi-atómica, a molécula pode apresentar duas variedades segundo a forma do agrupamento atómico. Uma destas variedades é a orto e a outra a para. Das duas a mais abundante é a segunda e também a mais fàcilmente separável.

A temperaturas elevadas é possível separar os dois átomos, obtendo-se assim uma molécula mono-atómica, vulgarmente conhecida sob o nome de hidrogénio atómico, hoje empregado na indústria para a obtenção das altas temperaturas, visto que a transformação da molécula mono-atómica na bi-atómica se faz, ao abrigo do oxigénio, com grande produção de calor.

Além destas quatro variedades de hidrogénio conhece-se ainda o hidrogénio tri-atómico, também conhecido pelo nome de hidrogénio activado.

Finalmente, existe o hidrogénio pesado cientificamente chamado *deutério*, *diplogénio* ou *isohidrogénio*. Esta variedade distingue-se fundamentalmente das 5 primeiras pelo núcleo atómico. Emquanto naqueles existe apenas um só protão, nesta existem 2 protões e um electrão nuclear, neste caso o núcleo toma o nome de *deutão* e é de massa sensìvelmente dupla da do hidrogénio mono-atómico.

Antigamente as aplicações do hidrogénio eram relativamente de pouca importância. Usava-se para a fusão industrial da platina, para a soldadura autogénea, para a luz Drumond e para encher os aerostatos.

---

(1) O protão compõe-se dum neutrão e dum positrão (Curie-Joliot).

Para estes o hidrogénio era obtido por três processos principais:

1.º A partir da *hidrolite* ou hidreto de cálcio, segundo a equação:

$$CaH^2 + 2H^2O \rightarrow Ca(OH)^2 + 4H$$

1 kg. de CaH^2 dá exactamente 1^{m3} de hidrogénio.

2.º A partir da *hidrogenité* segundo a reacção:

$$Si + 4NaOH \rightarrow SiO^3Na^2 + Na^2O + 4H$$

3.º Pela acção da mesma soda cáustica sôbre o *silicol*, que é uma liga de ferro e silício.

Nos laboratórios e para outros fins de reduzida importância o hidrogénio pode-se ainda preparar pelos seguintes processos:

4.º Pela acção de certos metais sôbre a água e segundo a equação:

$$Na^2 + 2H^2O \rightarrow 2NaOH + H^2$$

que tem a vantagem de dar um H muito puro.

5.º Pela acção de certos metais sôbre ácidos fortes, como mostra a equação:

$$Zn + H^2SO^4 \rightarrow SO^4Zn + H^2$$

6.º Pela acção do ácido clorídrico sôbre o hidreto de cobre:

$$CuH + HCl \rightarrow CuCl + H^2$$

7.º Pela acção do zinco sôbre uma lixívia concentrada:

$$2KOH + Zn \rightarrow K^2ZnO^2 + H^2$$

8.º Pela decomposição do amoníaco pelo calor ou pela faísca eléctrica.

9.º Pela acção dos alcalis sôbre matérias orgânicas segundo a reacção tipo:

$$C^2O^4K^2 + 2KOH \rightarrow 2CO^3K^2 + H^2$$

Nos últimos anos do século passado e nos que decorreram até à grande guerra, o consumo do hidrogénio foi sensivelmente aumentando.

Durante êste período, os processos clássicos para a produção do hidrogénio na indústria foram os seguintes:

1.º—Acção do vapor de água sôbre o ferro reduzido do seu óxido.

Nos países onde a preparação electrolítica do hidrogénio não é possível econòmicamente a decomposição do vapor de água pelo ferro ao rubro torna-se interessante.

Êste método é baseado nas regras seguintes:

1.º Utilização do vapor de água como origem de hidrogénio.

2.º Para fixar a totalidade do hidrogénio pôsto em liberdade, é preciso operar em presença de carbono ou

dum gás carbonado susceptível de reduzir o óxido férrico formado. Por molécula de água é preciso, pelo menos, 12 gramas de carbono.

3.º É necessário fornecer, ao mínimo, 68 calorias por molécula de água a decompor.

4.º A temperatura da reacção está compreendida entre 700 e 800º.

5.º Todo o enxôfre que existe no carvão empregado encontra-se no hidrogénio, e como êle é tóxico para o catalisador, é indispensável eliminá-lo completamente.

A reacção fundamental pode-se exprimir pela equação:

$$3Fe + 4H^2O \rightleftharpoons Fe^3O^4 + 4H^2 + 38{,}4 \text{ cal.}$$

Esta oxidação é seguida duma redução pelo gás de água para regeneração do ferro.

As reacções de equilíbrio são as seguintes:

$$Fe^3O^4 + 4H^2 \rightleftharpoons Fe^3 + 4H^2O - 38 \text{ cal.}$$

e

$$Fe^3O^4 + 4CO \rightleftharpoons Fe^3 + 4CO^2 + 2 \text{ cal.}$$

ou

$$Fe^3O^4 + H^2 \rightleftharpoons 3FeO + H^2O$$

$$3FeO + 3H^2 \rightleftharpoons 3Fe + 3H^2O$$

e

$$Fe^3O^4 + CO \rightleftharpoons 3FeO + CO^2$$

$$3FeO + 3CO \rightleftharpoons 3Fe + 3CO^2$$

Na Alemanha o processo mais usado dêste tipo é o Messerschmidt. Segundo o estudo teórico dêste processo, as reacções podem-se agrupar em três séries:

a) abaixo de 570°

$$3Fe + 4H^2O \rightleftharpoons Fe^3O^4 + 4H^2$$

$$3Fe + 4CO^2 \rightleftharpoons Fe^3O^4 + 4CO$$

b) a 570°

$$4FeO \rightleftharpoons Fe^3O^4 + Fe$$

c) acima de 570°

$$Fe + H^2O \rightleftharpoons FeO\,H^2$$

$$3FeO + H^2O \rightleftharpoons Fe^3O^4 + H^2$$

$$Fe + CO^2 \rightleftharpoons FeO + CO$$

$$3FeO + CO^2 \rightleftharpoons Fe^3O^4 + CO$$

O estudo das curvas destas reacções mostra que abaixo de 820° CO é melhor redutor que o H^2 emquanto que acima desta temperatura é o contrário.

O aparelho Messerschmidt funciona da seguinte maneira:

Para obter uma igual repartição dos gases e do calor através do minério, os gases atravessam um espaço central onde começam a aquecer as paredes do espaço anelar onde está colocado o minério. Êste espaço anelar é isolado por paredes refractárias. Os gases entram e ora descem ora sobem pelo tubo.

Para pôr o aparelho em marcha é necessário aquecê-lo durante 7 a 8 horas com uma mistura de ar e gás de água que entram pelos tubos. A temperatura deve ser de 800°. O ar que entra é para queimar o gás de água. Quando, porém, o aparelho está em marcha contínua, o aquecimento dura só 20 minutos. O gás de água atravessa então de cima para baixo o espaço onde reduz o minério, que, em geral, é a hematite. A redução dêste vai aumentando com a temperatura. Os gases passam então a um espaço onde ardem na presença de ar e aquecem assim exteriormente o recipiente que contém o minério.

Na fase seguinte, quando o minério está a 700°, entra o vapor sobreaquecido sob a pressão de 3 kg. Esta fase dura 5 a 10 segundos e a temperatura baixa até 650°. A finalidade desta passagem de vapor de água é eliminar o azote, o óxido de carbono e a metana.

Na terceira fase, que dura 8 minutos, produz-se o hidrogénio. O minério baixa à temperatnra de 150-160°. O vapor sobreaquecido entra, atravessa o minério de baixo para cima e sai.

Segue-se a quarta fase, que dura 3-5 minutos, em que se faz a aeração para queimar o carbono e os produtos sulfurados.

Com 3 toneladas de hematite podem-se produzir neste

aparelho 3.400^{m3} de hidrogénio por 24 horas. E esta mesma carga serve para produzir 60.000^{m3} de hidrogénio.

O preço varia entre 50 a 60 marcos ouro por 1.000^{m3} de hidrogénio.

A patente Rogers tem por fim melhorar o rendimento em hidrogénio, no processo do ferro e vapor de água, diminuindo a espessura da camada da massa em contacto nas retortas. Esta camada, que tem geralmente 3 metros e 3,^{m}5, seria reduzida a 1,^{m}50. Poder-se-ia dar uma duração quási igual às fases de oxidação e redução. O processo funcionaria em ciclo contínuo. Os gases oxidados, saindo do aparelho na fase de redução, são transformados em gases redutores por passagem sôbre carvão aquecido ao rubro e reenviados às retortas para a fase de redução seguinte.

A Comissão inglesa dos produtos azotados indicou, num seu relatório, que a preparação da mistura azote e hidrogénio comprimida, exige, pelo menos, 75% do preço do custo do amoníaco sintético. E investigações feitas em 1923 em Birmingham levaram à conclusão de que, no fabrico do hidrogénio pela acção do vapor de água sôbre o ferro, no comêço das fases de redução ou da acção do vapor, a conversão dos gases é superior à calculada segundo a equação de equilíbrio e que mantendo estas condições seria possível obter 1 volume de hidrogénio para 1 volume de gás de água em lugar de 2,5 volumes de gás de água, como em geral acontece.

Sendo assim, êste processo passaria a ser tão económico como o processo catalítico da Badische Anilin sob o ponto de vista do combustível. E sob o ponto de vista da eliminação do óxido de carbono seria até vantajoso, visto que os gases contêm apenas 1-2% de CO^2 e 0,1 a 0,5%

de CO e poderiam ser purificados pelo processo Harger-Terry, que consiste na eliminação do hidrogénio sulfurado pelo gás que sai do óxido de ferro e combustão de CO a 200° sôbre o catalisador eliminador de CO^2. Êste catalisador é o CaO ou coque embebido em soda cáustica.

2.°—Acção do vapor de água sôbre o gás de água.

Êste processo, realizado pela «Griesheim-Elektron», consiste em fazer passar uma mistura de gás de água e de vapor de água a 450° sôbre a cal.

As condições de produção do hidrogénio a partir do óxido de carbono contido no gás de água foram especialmente estudadas por Merz e Weith.

As reacções são as seguintes:

$$Ca(OH)^2 + 2CO \rightarrow (COOH)^2Ca$$

$$(COOH)^2Ca \rightarrow (COO)^2Ca + H^2$$

$$H^2O + CO \rightleftharpoons H^2 + CO^2$$

É a 600° que estas reacções se produzem nas condições de rendimento máximo. Fazendo passar sôbre a cal a esta temperatura 15^{cm3} de CO por minuto, o gás que sai do aparelho não contém mais de 1% de CO.

Para êste mesmo débito e à mesma temperatura, tem-se:

Composição do gás tratado:

À entrada do aparelho		À saída do aparelho
H^2O	CO	CO
16,5%	38,5%	0,7%
81,5%	18,5%	0,9%

Estes resultados modificam-se muito se se junta à cal 5% de óxido de ferro. Eis alguns resultados:

Composição do gás tratado		Temperatura da cal	Débito de CO por minuto	Proporção de CO
H^2O	CO	°C.	cm^3	
81	19	400	9,2	0
81	19	400	20,9	0
81	19	400	29,0	3,3
81	19	450	40,0	0
81	19	510	54	0
81	19	510	172	0,2

O processo Graer produz o gás de água a uma temperatura superior a 1.200°, de maneira que êle seja bem isento de anídrido carbónico. Em seguida faz-se reagir o gás entre 350° e 800° sôbre cal hidratada sêca e granulada ou sob qualquer forma que apresente uma grande superfície de ataque. Desta maneira o óxido de carbono é absorvido directamente pela cal segundo a reacção:

$$CO + Ca(OH)^2 \rightarrow CO^3Ca + H^2$$

Êste processo tem a vantagem de ser económico, pois só gasta metade da cal do processo da Griesheim e fornece um hidrogénio muito puro. O preço do hidrogénio é computado em O,OI fr. por metro cúbico.

O processo Prudhomme faz passar uma mistura de óxido de carbono e hidrogénio provenientes do gás de água ou do gás mixto, sôbre a cal extinta, granulada e

porosa, mantida a 450°. A reacção que se dá pode ser expressa pela seguinte equação:

$$CaO + H^2O + CO \rightarrow CO^3Ca + H^2$$

Se o gás contém vestígios de anídrido carbónico, estes são absorvidos pela cal, de maneira que se obtém sempre hidrogénio puro.

3.º—Decomposição térmica dos hidrocarbonetos.

Processos Rincker, Wolter, Pictet e da *Carbonium geselschaft*, etc.

4.º—Electrolise.

Antes da guerra êste processo não era utilizado especialmente para o fabrico do hidrogénio. Êste era obtido como sub-produto da indústria da soda através da electrolise das soluções salinas ou como sub-produto da fabricação do oxigénio quando da electrolise da soda. E era então vulgar os fabricantes lançarem-no fora por falta de mercado.

(Continua)

MANUEL GASPAR DE BABROS

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894)—Número comemorativo do 5.° centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12$00

Fernão de Magalhães—Número comemorativo do 4.° centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarãis, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) ..... 6$00

Idem—Suplemento 1.° (1877-1883) .... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 ..... 4$50

Noticia sôbre uma série de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e critica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 ..... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cêrca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O *Instituto* põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação, rosto e capa próprios serão de conta dos autores.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso.....	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1—COIMBRA

VOLUME 90.º



NÚMERO 4

FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1936

SÓCIO BENEMÉRITO

Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G., *Vice-Presidente.*—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.*—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.*—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Les responsabilités du tsarisme dans l'avènement du bolchevisme, por Vicomte de Guichen 289

Os exércitos no direito internacional, por Coronel Henrique Pires Monteiro 302

Hidrogénio industrial — Possibilidades técnicas e económicas do seu fabrico no nosso pais, por Manuel Gaspar de Barros. . . 360

Coimbra em 1815, por João de Vilhena 379

LES RESPONSABILITÉS DU TSARISME DANS L'AVÈNEMENT DU BOLCHEVISME

Depuis plus de 20 ans, l'Europe doit se défendre contre les assauts du bolchevisme. Dans un article donné le 30 août dernier dans *L'Echo de Paris*, nous relations, d'après les confidences d'un renégat des Soviets, le plan de ceux-ci, qui, dans leur pensée, devait aboutir à partir de 1933, à la guerre mondiale. Heureusement et sur ce point, tous ceux qui reviennent de l'étranger sont d'accord—la plus grande partie de l'Europe, et l'on peut dire—du monde, s'oriente en ce moment vers les idées conservatrices.

Le dessein criminel et machiavélique des Soviets ne parait pas encore, certes, sur le point de se réaliser. Mais la Russie tsariste, si mal connue en France, sur laquelle tant d'erreurs ont été débitées, notamment lorsqu'il s'est agi de souscrire entre 1900 et 1914, aux fameux emprunts, et où nous avons pu nous-mêmes passer, au début de ce siècle, quelques années, a eu, depuis plus de 400 ans, une écrasante responsabilité dans l'avènement du Bolchevisme. C'est ce que nous voudrions démontrer ici, dans le cadre, malheureusement trop restreint, d'un article.

Dans son «*Histoire du mouvement révolutionnaire en Russie*», si remarquable à tant d'égards, Bienstock écrit: «*La révolution russe de 1917 est l'aboutissement logique de toute l'histoire russe*».

C'est l'exacte vérité. C'est la peinture vivante de tout l'état social russe depuis 4 siècles. Dans un curieux mémoire, paru en 1710 et déposé à Paris aux Archives Nationales, l'auteur parle de la concussion qui a été, pendant si longtemps, l'une des plus grandes plaies de l'ancienne Russie. «On trouvera étrange, dit-il, que le Tsar clairvoyant et attentif ne remédie pas à ces désordres, mais on n'en sera pas surpris lorsqu'on saura que les sources en sont infinies et aussi difficiles à approfondir que les eaux de l'Océan... Le naturel des Russiens est porté au vol et à la supercherie»... Le Tsar est entouré d'une foule de gens qui ont intérêt à ce que la vérité ne pénètre pas jusqu'à lui. «Les peuples sont dans la dernière misère... Un grand nombre vivent d'herbes. Il y a si peu d'ordre dans les finances qu'on ne sait jamais ce qu'il y a dans les coffres publics que lorsqu'ils se trouvent vides...» (1)

Au milieu du 18e siècle, le Marquis de l'Hôpital, notre agent en Russie, «discerne fort bien les faiblesses de l'administration russe, les vices du gouvernement tsariste et les tares de la haute société. A maintes reprises, il lui arrive de signaler à son chef la grande pénurie d'hommes capables, de fonctionnaires intègres, qui paralyse la collaboration de cette colossale et peu active alliée». (2)

En 1808, un de nos agents Leclerc, estime avec perspicacité que «le seul moyen capable d'arrêter les progrès de la Russie est le rétablissement du royaume de Pologne, avec une assez grande force et puissance pour s'opposer à ses invasions et couvrir l'Europe civilisée contre l'Europe

---

(1) Arch. Nat. K. 1352.

(2) Revue des Etudes Historiques. Mai 1931 (art. d'Elise Despréaux).

barbare» (1). Quelle lumineuse prophétie si l'on franchit les cent années qui nous séparent de l'avènement du Bolchevisme!

La Pologne n'est-elle pas, en effet, la grande force qui couvre en ce moment l'Europe civilisée contre les assauts du Bolchevisme!

Autre jugement aussi peu favorable porté à cette époque par le général Polonais Solkowinsky: (2) «On ne peut s'imaginer combien le peuple est ennemi du joug sous lequel il est tombé. L'insurrection serait bien vite organisée; la classe des négociants et celle des Juifs même la désirent, mais c'est surtout dans celle des domestiques esclaves qu'elle trouverait le plus ferme appui. Plus voisins de leur maitre, ils en connaissent la faiblesse. Ils en ont calculé le nombre et ils se demandent chaque jour pourquoi ils tremblent»... A ces germes intérieurs de destruction, joignons l'épuisement des finances. On sait que le crédit du papier-monnaie est presque entièrement tombé en Russie, qu'elle ne peut trouver aucune ressource à l'étranger à qui elle a engagé ses domaines et qui ne veut, ni ne peut plus prêter sans hypothèque. L'impôt est presque triplé et ne peut qu'ajouter au mécontentement général».

Le 22 septembre 1811, Joseph de Maistre écrivait au roi de Sardaigne: «Il y a en Russie tant de signes moraux de dissolution que j'en tremble de tous mes membres». Et encore, le 8 novembre 1812: «Ce peuple armé rentrera-t-il paisiblement dans son premier état! Posera-t-il les armes comme il posait la bêche et le rateau! Ces paysans éparpillés et affamés dans les bois, changés en véritables guerillas

---

(1) Aff. Etr. Mém. & Doc.

(2) Aff. Etr. Mém. & Doc. fs. Russie

et ne sachant plus que tuer, redeviendront-ils des serfs dociles?» (1)

Devant une situation aussi précaire, on comprend combien les Russes redoutaient toute appréciation intérieure ou extérieure de nature à dévoiler la vérité.

Notre agent en Russie, Lagrenée, constate en 1825 (2) «que ce serait ici le lieu de multiplier les citations pour prouver jusqu'à quel point de susceptibilité ridicule, on pousse en Russie l'appréhension des ravages de la presse... Souvent une seule phrase, un seul mot paraissent à la censure un motif suffisant pour prohiber tout un ouvrage. La censure au théâtre se montre quelquefois risible. Elle fait peser sa main de fer sur le plus léger vaudeville» (3).

En 1826, un autre de nos agents et des plus brillants, St Priest, s'appesantit sur le danger des Sociétés Secrètes en Russie où elles s'étaient surtout multipliées depuis les guerres du premier Empire en France. «On a entendu dans les salons de St Pétersbourg faire l'apologie de Louvel et plus d'une fois, l'exagération des principes libéraux y a été poussée plus loin qu'à Londres et à Paris» (4). En 1834, de la Rue, aide de camp du Maréchal Maison, Ambassadeur de France en Russie, s'entretient à Odessa avec le général de Witte et rend ainsi compte au gouvernement français de cette conversation: «Je rapporte à Votre Excellence les paroles du Comte Witte (5) parce qu'elles m'ont paru très significatives d'une nouvelle preuve de l'existence des Sociétés secrètes en Russie et des embarras qu'elles

---

(1) Rollin—La Révolution Russe.

(2) Aff. Etr. Mém. & Doc. fs. Russie.

(3) Aff. Etr. Mém. & Doc. fs. Russie.

(4) Aff. Etr. fs. Russie.

(5) Aff. Etr. fs. Russie.

causent à l'autorité. Les personnes qui approchent le plus l'Empereur, laissent parfois percer leurs craintes à cet égard et je tiens de Son Excellence qu'il est échappé à l'Empereur lui-même de témoigner de semblables inquiétudes et de n'envisager l'avenir qu'avec les pressentiments les plus sombres».

Tous ces indices, 80 ans avant la révolution de 1917, ne sont-ils pas caractéristiques?

On peut s'étonner que celle-ci n'ait pas éclaté plus tôt: l'énormité des distances, la presque impossibilité d'un mouvement d'ensemble, l'apathie profonde des populations sous la férule qui s'abattait sur elles, empêchèrent des manifestations, mais lorsqu'on lit tous ces détails et ceux qui vont suivre, comment ne pas être profondément impressionné à la pensée de la catastrophe qui couvait depuis si longtemps et dont l'explosion fut d'autant plus violente qu'elle fut plus retardée.

Le 29 mai 1842, le comte de La Ferronnays, agent français, écrit de Moscou: (1) «Le mauvais vouloir de l'administration à St Pétersbourg dans cette question des chemins de fer ne contribue pas peu à entretenir la rivalité qui existe entre les principales villes de l'Empire. Moscou a toujours été le point où s'est manifesté le plus hautement l'esprit d'opposition contre les actes du gouvernement... J'ai entendu blâmer hautement le système suivi contre la Pologne, se plaindre de l'état des finances et des ruineuses fantaisies de l'Empereur... Quelle que soit la sévérité déployée contre les personnes compromises et leur dispersion sur les points les plus éloignés de l'Empire, il reste toujours un fond d'irritation contre la Cour et la noblesse de St

(1) Aff. Etr. fs. Russie.

Pétersbourg. Cette irritation remonte parfois jusqu'à l'Empereur lui-même». (1)

En même temps, les persécutions les plus horribles s'exercent contre les cultes autres que le culte orthodoxe. Le récit de Makrena Miezylanska, Abbesse des Basiliennes de Minsk est effrayant dans sa véracité! Citons-en seulement la conclusion: (2) «Je dois ajouter un mot sur notre respectable et chère Mère Générale, Euphrosine, princesse Giedymine, descendante des grands ducs de Lithuanie. Sa piété, son esprit de pénitence et de charité étaient exemplaires. Outre les grandes richesses qu'elle avait apportées à l'ordre de St Basile, elle nourrissait tous les jours 40 pauvres à sa table... Agée de plus de 80 ans, lorsque la persécution commença à sévir, elle soutint ses soeurs par son exemple. Les tourments qu'on leur fit subir diminuèrent bientôt le nombre de ses filles. Envoyée en Sibérie avec celles que la mort avait épargnées, elle succomba pendant la route qu'elles faisaient à pied et enchainées. Les 245 religieuses qui composaient cet ordre ont toutes, sans en excepter une seule, scellé de leur sang leur attachement invariable à la foi et à l'Eglise et leur fidélité au Christ. Dieu seul soit loué...» Est-il possible de trouver un récit plus effroyable...

La guerre de Crimée devait de nouveau mettre en évidence la grande faiblesse de la Russie. Lorsqu'on songe que, sur son propre territoire, elle n'a pu venir à bout des forces anglaises et françaises qui durent être transportées de fort loin, on peut envisager sa désorganisation. Gallet de Kulture publie alors un volume très complet et très in-

---

(1) Aff. Etr. fs. Russie.

(2) Aff. Etr. fs. Russie.

téressant sur l'état intérieur russe, après un long séjour dans ce pays: «Le Tsar ne pouvait plus gouverner et il commençait à n'être plus maitre de rien... (1) Chacun, même les plus proches voisins de l'idole, les intimes, les séides, disaient tout bas que ce régime avait fait son temps, qu'il fallait que cela changeât, qu'il était impossible d'aller plus loin».

Si nous passons maintenant aux étrangers, aux diplomates étrangers, nous constaterons que bien plus encore qu'en France, leur appréciation sur l'ancienne Russie est d'une particulière sévérité. Ils la jugent presque tous comme un Etat malade, très malade, dont l'agonie n'est qu'une question de temps et qui ne se prolonge que par la vitesse acquise, par l'atonie de la population, par le caractère même du Russe qui est faible et accepte la souffrance sans murmurer. On pourrait presque lui appliquer les vers d'Alfred de Vigny:

Fais énergiquement ta longue et lourde tâche
Dans la voie où le sort a voulu t'appeler,
Puis après, comme moi, souffre et meurs sans parler!

Enumérons quelques-unes de ces appréciations d'hommes *foncièrement monarchistes* et dont la foi dans les destinées du Tsarisme était depuis longtemps ébranlée, hélas! En 1840, l'agent autrichien à St Pétersbourg signale les germes du mal qui devait hâter la dissolution de ce vaste et incohérent Empire et il ajoute: (2) «Tout cela constitue donc un avenir hérissé de difficultés et si on songe que, dans ce pays, il est encore peu d'hommes que leurs lumiè-

(1) *Débats* Janvier 1855.
(2) Arch. de Vienne.

res rendaient propres à résoudre habilement de telles questions amenées par le temps, si on pense au caractère de l'Empereur impétueux et violent, qui s'irrite des obstacles, et qui sera nécessairement puissamment contrarié dans les tendances qui lui sont particulières, enfin que le principe du gouvernement de ceux surtout qui exécutent ses volontés, c'est la violence sans limites, comme sans ménagement, il y a de quoi se livrer aux plus sérieuses réflexions sur l'avenir russe». Et encore le 22 septembre 1840, à propos des persécutions contre les cultes non orthodoxes: (1) «Je n'ai fait, mon Prince, (prince Metternich) qu'ébaucher le tableau de l'état des affaires religieuses dans ce pays. Pour en compléter le sombre aspect, bien des traits manqueraient encore. Cet état de choses serait réellement désolant si on ne savait que les destinées de l'Eglise s'accompliront suivant les vues d'une sagesse infaillible, en dépit de tous les obstacles que l'esprit de l'erreur peut lui susciter».

Et encore! «Tout l'art du Gouvernement en Russie ne consiste que dans l'emploi de la violence, mais l'homme; le Comte de Ficquelmant l'a dit, n'existe pas encore dans ce pays. Aussi, qu'opère-t-elle, cette manière d'agir du gouvernement? Elle tue dans le coeur des sujets tous les bons sentiments, elle rend les esprits et les âmes incapables d'élan, d'amour et de dévouement, elle donne seulement plus d'énergie aux sentiments égoïstes et personnels, elle désenchante l'existence et ôte à la vie sociale sa plus belle valeur, en ne lui laissant que le caractère d'une contrainte violente; enfin elle sème pour l'avenir les orages et les tempêtes».

---

(1) Arch. de Vienne.

Jugements cinglants et profondément vrais.

La révolution a encore tardé 80 ans, mais elle se rapprochait lentement. Chaque année qui s'écoulait devait en hâter l'explosion, mais il fallait une vraie catastrophe pour la provoquer en présence de la pression de fer qu'exerçaient les Tchinovniks et la bureaucratie, âpres au gain et qui ne reculaient devant rien pour s'enrichir honteusement.

La guerre Russo-Japonaise, où la Russie fut à la veille d'un effroyable cataclysme révolutionnaire, devait accentuer encore le formidable mécontentement.

On peut même se demander comment elle n'y a pas succombé. Cette guerre était fort peu populaire. Les populations comprenaient difficilement un conflit d'une pareille distance pour la conquête d'une province dont l'utilité pour la Russie ne s'imposait en rien, sauf pour des buts spéculatifs qui entraient bien dans l'esprit de fonctionnaires et de financiers.

M. Georges de La Salle a été le témoin de la guerre. Il a résidé à Kharbine, au milieu d'une armée belligérante, et il résume ainsi son impression (1) «Quand la Mandchourie ne sera plus qu'une ombre dans mon souvenir, que les détails de Kharbine seront effacés de ma mémoire, quand j'aurai oublié l'aspect des rues, les commerçants grecs, innombrables, les huit fabriques de vodka qui distillent nuit et jour des océans d'alcool (revendus, grâce à l'absence de droits, les trois quarts moins cher qu'en Russie), seule restera gravée l'impression d'une ville qui, d'un bout à l'autre, n'est que noce, fête continuelle, chocs de bouteilles et de verres, bandes d'ivrognes par les rues, coups de revolver, la nuit, bouges, maisons closes, estaminets sordides».

(1) Le Temps—Article de Gaston Deschamps.

Nous-même, nous nous rendîmes en plein hiver dans les isbas russes et nous interrogeâmes un homme qui, dans le monde paysan, était particulièrement connu. Il nous dit: «La dynastie des Romanof ne durera plus très longtemps, la fermentation gagne. Des siècles de scandales bureaucratiques ont dégoûté le peuple. Nous touchons à une ère nouvelle». Ainsi, tous les témoignages concordent. On entrait bien dans une ère nouvelle.

Comment Plehve, le féroce Ministre de l'Intérieur avait-il pu dire à M. Georges Bourdon: «L'agression des Nippons a permis au sentiment national de se retrouver et de s'exprimer avec une puissance telle que toutes les parties de l'Empire en sont rapprochées et resserrées. Elle a suscité une explosion magnifique de patriotisme et dès lors il n'est plus question de querelles intérieures, de conflits de races, de religions ou d'intérêt!!» (1).

Au début de 1905, dans une lettre ouverte au prince Mirski, Ministre plutôt libéral de l'Intérieur, le prince Troubetzkoï, président des Gemstovs de Moscou, insista sur la nécessité de réformes pour éviter une révolution. Lors de la bénédiction de l'eau, fête célébrée solennellement par la Cour sur le Neva gelée, le jour de l'Epiphanie, des shrappnells tombèrent sur la tente impériale lorsqu'on tira les salves traditionnelles. Trois jours plus tard, une collision sanglante se produisit entre la troupe et une colonne d'ouvriers en grève. Dans presque toutes les grandes villes, il y eut des émeutes sanglantes; en Pologne russe, des soulèvements nationaux, anti-russes accompagnèrent les troubles socialistes. Le grand duc Serge fut assassiné à Moscou» (2).

---

(1) Le Temps.

(2) Mémoires de Bulow, traduits par Bloch.

On sait ce que furent ces quelques années qui s'écoulèrent entre 1905 et 1914, années de troubles presque permanents, d'exécutions innombrables faites souvent la nuit, de rancunes croissantes.

La population allemande n'était pas étrangère non plus à cette situation. Des Allemands hautement qualifiés nous ont avoué qu'ils avaient joué un rôle incontestable dans l'explosion de la révolution de 1917. D'ailleurs, pendant la grande guerre, nombre d'Allemands étaient restés en Russie et travaillèrent sans arrêt à la démolition du régime. Tout concourait à la révolution: crise économique qui s'aggrava d'année en année depuis 1915, augmentation rapide du prix de la vie, paralysie des transports.

M. Alfred de Hedenström, auteur d'un ouvrage allemand fort apprécié sur la Russie, signale qu'à la foire d'été de Nijnii-Novgorod en 1916, on constata beaucoup de demandes et peu d'offres. Les ajournements successifs de la Douma produisirent un effet désastreux. L'idée démocratique montait.

Lorsqu'en janvier 1917, on apprit en province que la révolution avait triomphé à St Pétersbourg, des défilés s'organisèrent dans nombre de villes et le drapeau rouge fut déployé. D'abord modéré, le mouvement révolutionnaire, comme jadis en France, glissa aux extrêmes, d'autant plus que l'armée était aussi très travaillée et que les désertions s'étaient multipliées d'une façon effrayante. Le témoignage du général français Niessel qui fut témoin de tous ces faits est irrécusable (1): «Les archives de l'Académie militaire politique permettent de déclarer qu'en 1919, il y eut 1.700.000 désertions et insoumis». L'immense majorité du peuple

(1) Figaro

russe demandait la fin de la guerre qui ne fut jamais populaire. Les officiers suppliaient leurs soldats de marcher, quelques-uns s'agenouillaient devant eux et s'écriaient: En avant contre l'ennemi. Ceux-ci répliquaient: «Allez seuls si vous avez envie de mourir» (1). La catastrophe finale se produisit et les Soviets prirent possession de la Russie. Nous étions loin de ces paroles de Kerensky, le 31 mars 1917 (2): «Le soleil de la liberté se lève. Il éclairera de ses rayons non seulement la Russie, mais le monde entier qui, tendu, attend sa libération de l'Est».

Bien plus vraies étaient les paroles de Maxime Gorki, dans son journal, le 1er mai 1917: «L'ancien régime a, pendant des siècles, avec l'aide de l'Eglise et des fonctionnaires, cherché à affaiblir le peuple russe en matière culturelle, intellectuelle et morale».

Depuis 18 ans, les Soviets gouvernent la Russie. Certes, quelques progrès ont pu être accomplis au point de vue industriel. Mais la grande masse du peuple russe vit dans la servitude, dans l'esclavage le plus profond. La reconnaissance des Soviets par presque tous les Etats a été une faute impardonnable. Tous les observateurs impartiaux estiment que cette reconnaissance les a singulièrement fortifiés. Le traité franco-soviétique est, en partie, responsable des élections françaises de 1936.

Mais heureusement, un immense courant de conservation nationale se produit en ce moment dans le monde. Les 8/10 des pays ont réprouvé les doctrines soviétiques et le Portugal a donné, à cet égard, un admirable exemple. Nous ne pouvons que conclure en reprenant la thèse que nous

---

(1) Hedenström—ouvr. cité.

(2) Hedenström—ouvr. cité.

avons si souvent développée, que l'illustre président de l'Institut de Coimbre a lui-même prophétiquement mise en avant dans un ouvrage paru à la fin de la guerre: fédéralisme en Russie, fédéralisme en Allemagne, tels sont les facteurs qui pourraient vraiment donner aux populations une pleine satisfaction et assurer la paix du monde auquel l'unitarisme, si maladroitement et dangereusement édicté, a causé un mal profond et qu'il a troublé jusque dans ses assises.

Vicomte de Guichen
Membre correspondant de l'Institut de Coïmbre

OS EXÉRCITOS NO DIREITO INTERNACIONAL

As normas do direito internacional não podem ser ignoradas dos exércitos, instrumentos da política externa dos Estados. Em campanha, que são relações de conflito, há principios de uma ética superior, além de convenções baseadas numa moral civilizada, que os simples soldados não podem desconhecer. Se é verdade que os trabalhos de organização da paz, em que tantos e tão brilhantes espíritos se têm empenhado, ainda não atingiram a fase da solução jurídica de todos os conflitos entre os Estados, no entanto a luta entre os seus organismos defensivos não é feita sem regras que importa conhecer e que, com carácter geral e convencionado, não ultrapassam o segundo quartel do século XIX (1).

---

(1) O ilustre professor e diplomata grego Nicolau Politis, respondendo ao notável inquérito da União Interparlamentar e escrevendo sôbre o futuro do *direito convencional da guerra*, conclui: «a verdadeira politica da paz deve tender a evitar a guerra e não a humanizá-la».

Esta conclusão é precedida de duas considerações:

a) O dever de todos os homens clarividentes e judiciosos será proclamar bem alto que o *direito convencional da guerra* nada de útil produzirá visto que a fôrça não conhece limites;

b) O mais perigoso para a paz é deixar o convencimento ou a

A guerra está sempre iminente, como factos, que constituem a agitação da nossa conturbada época, diàriamente nos fazem recear, mas as guerras não são tão freqüentes por motivos de ordem política e social em que aquela organização da paz, embora incipiente, ocupa, talvez, lugar primacial.

Os programas das escolas militares incluem o conhecimento dessas normas, e os Governos, nas convenções basilares, aceitam a obrigação de tornar conhecidas das tropas as disposições que devem ser atendidas no decurso das operações militares.

E' assim, que muito anteriormente às notáveis convenções de Genebra, a organização da nossa Escola do Exército, decretada em 12 de Janeiro de 1837 pelo eminente Marquez de Sá da Bandeira, o mais ilustre dos Generais do Constitucionalismo Liberal, incluia na 1.ª Cadeira—Arte Militar e fortificação passageira—a rúbrica *Noções do direito das nações em tempo de guerra*. As sucessivas organizações mantêm nos programas o conhecimento do assunto com títulos diferentes: *Noções do direito das gentes* (1863); *Princípios de direito internacional* (1884); *Noções de direito internacional* (1894).

Esta rúbrica mantem-se na organização da «Escola de Guerra» (1911), mas aparece a matéria com o mais completo desenvolvimento, indicada por *Direito Internacional*,

---

ilusão nos povos de que uma outra guerra seria menos cruel e menos horrorosa do que é afirmado pelos que conhecem o poder dos meios actuais de luta. O horror da guerra fará com que os povos imponham aos Govêrnos todos os esforços para a evitar».

Não obstante opinião tão autorizada, o A. não supõe desnecessário o estudo do chamado *direito das gentes* para... qualquer eventualidade.

como parte de uma nova cadeira privativa do Curso do Estado Maior (1.ª parte: Noções gerais de Sociologia; Direito Constitucional e Administrativo—2.ª parte: Direito Internacional).

Com a mesma rúbrica se mantém, nas organizações de 1913 e de 1916, mas precedida de conhecimentos gerais de *direito usual,* notando que a última organização tinha carácter provisório, resultante da redução dos cursos pela situação de beligerância, em que Portugal se encontrava. A mesma amplitude teve na organização da «Escola Militar» em 1919, sob a rúbrica de *Princípios de Direito Público*, e para o Curso do Estado Maior a designação: *Sociologia. Direito Público.*

A organização de 1926 representa um retrocesso, pois que se volta à rúbrica *Noções de direito internacional*, que, em 1930, é destacada da cadeira de *Organização Militar*, onde a matéria sempre estivera pelas suas afinidades, para a cadeira de *Administração Colonial*, o que será de difícil justificação.

Também a notável organização do Exército, de 25 de Maio de 1911, incluía em uma repartição do Estado Maior do Exército os estudos das Convenções Internacionais e das leis e usos da guerra, o que se manteve na Organização do Exército de 1929.

Ainda o Regulamento de Campanha de 1890, que, embora com o carácter de provisório, só foi substituído em 1904, incluia o Título XI—*Do direito em tempo de guerra* com dois capítulos: Capítulo I—*Do direito internacional* e Capítulo II—*Do Estado Civil dos Militares em campanha.* O Regulamento de Campanha de 1904, além do Capítulo XVII *Leis e usos de guerra*, publicava em anexos, tôdas as convenções assinadas e ratificadas pelo Govêrno Português

e as disposições legais, que regulavam o Estado Civil dos militares em campanha.

O Regulamento de campanha de 1927, (1) não se refere ao assunto, que deveria ser atendido em publicação especial por fôrça das próprias convenções internacionais segundo nossa opinião, já exposta em documento, oficial.

Dos professores da escola de recrutamento dos oficiais do Exército—sucessivamente com as designações de Escola do Exército, Escola de Guerra e Escola Militar—recordaremos três nomes que assinalaram a sua passagem pela cátedra do Direito Internacional, destinada aos futuros oficiais. Foram os Professores, António da Rosa Gama Lobo, que durante 25 anos (1863-1888) regeu a matéria, deixando-nos um compêndio, que é preciosa fonte de estudo; Dr. José Joaquim Mendes Leal, que produziu interessantes lições e cujos apontamentos são de leitura muito útil; e Dr. Álvaro de Castro, que em lições e conferências afirmou outra modalidade da sua brilhante cultura, mais assinalada na actividade política e colonial, onde deixou um saüdoso e laureado nome.

*

* *

O Sr. General Ferreira Martins, que no ano lectivo de 1932-1933 coüandava a Fscola Central de Oficiais, convidou-nos a realizar duas prelecções sôbre Direito Internacional. Justificava tão honroso convite o ter-nos cabido a sucessão de pesadas responsabilidades da regência da matéria na «Escola Militar», na vaga legal do ilustre Profes-

(1) O mesmo sucede com o actual Regulamento publicado em 1935.

sor e Amigo, Dr. Mendes Leal, termos substituído nos seus impedimentos, chamado tantas vezes ao Govêrno da Rèpública, outro saüdoso e querido Amigo, o Dr. Álvaro de Castro.

Escolhemos, então, dois temas: «O aspecto jurídico da pré-mobilização» e «Acordos internacionais durante a beligerância».

Muito nos honra a publicação nestas páginas dêsses estudos, cuja oportunidade se mantêm, e que fazemos mantendo quanto dissemos, há quási quatro anos.

I—Aspecto jurídico da pré-mobilização

Política externa e sistema de organização militar. Estudando os princípios doutrinários da ciência da organização militar, nos seus dois capítulos—política militar e constituïção dos exércitos—e observando as modalidades dêsses princípios na sua aplicação às Instituïções Militares das diferentes épocas, poderemos concluir, que a evolução orgânico-militar abrange três fases, no último período histórico:

1.ª fase—Exércitos destinados às exigências e preocupações da paz, absorvidos no aspecto exterior e na complicação burocrática, divorciados da Nação, particularistas e caserneiros, tendo por missão assegurar a ordem pública e ostentar-se em parada; e não estando convenientemente organizados os trabalhos preparatórios da sua mobilização, improvisam-se para a guerra.

Eram assim os exércitos mercenários à disposição do soberano, realizando as guerras dinásticas e ignorando as actividades nacionais, que fizeram época até 1870;

2.ª fase—Exércitos nacionalizados, vulgarmente conhe-

cidos por *exércitos permanentes*, tendo como esquema orgânico o exército de campanha e sendo verdadeira miniatura dêsse exercito; com efectivos reduzidos, em tempo de paz, por considerações económicas e orçamentais têm, como característica dominante as *unidades esqueléticas*.

Êstes exércitos tinham as mesmas preocupações e as mesmas deficiências, que caracterizam a época anterior, confiando exclusivamente no valor das chamadas tropas activas e considerando as reservas, como elementos de importância secundária.

A esta fase pertencem os exércitos, desde 1870 a 1914, e, portanto, neste sistema se modela a nossa notável organização de 1911, decretada pelo Govêrno Provisório da Rèpública.

3.ª fase—Exércitos nacionais, designados por *exércitos milicianos*, de pequenos efectivos de paz, dispondo de *núcleos de instrução*, eficientes não só pela competência e dedicação dos seus elementos constituintes, como ainda pelo prestígio que atraem para as Instituïções Militares; de núcleos de cobertura de tropas em efectivo serviço; e de núcleos de mobilização onde estarão inscritos todos os elementos válidos e recenseados todos os recursos territoriais, que seja possível adaptar às exigências da guerra.

As organizações de paz e de guerra são, então, independentes, sendo o exército de campanha quási que ùnicamente constituído por reservistas, isto é, por milicianos.

É êste o actual sistema francês e foi o molde seguido nas bases orgânicas de 1926, não obstante os detalhes deformadores, ditados por preocupações estranhas à missão essencial dos exércitos.

Embora o decreto de 25 de Maio de 1911 dissesse no seu preâmbulo: «Os exércitos permanentes fizeram o seu

tempo; são instituïções liquidadas» e o decreto de 1926 afirme: «Forçados assim a abandonar o tipo miliciano puro», do estudo das disposições orgânicas concluímos que jámais tivemos tal sistema miliciano, de que é molde conhecido o Exército suíço, e afirmaremos que a última organização é mais caracterizadamente miliciana que a predecessora.

E não nos surpreenda tal facto. Milicianos são hoje as organizações militares de todos os Estados.

Miliciana é a organização preconizada no célebre *plano britânico* que o Primeiro Ministro, MacDonald apresentou na longa Conferência do Desarmamento e já foi apreciado pela Comissão Geral.

Não são os efectivos de paz, maiores ou menores, conforme a situação política internacional, a natureza e a configuração das fronteiras, que caracterizam o sistema orgânico, mas é a constituïção dos efectivos de guerra, que nitidamente o define.

É nossa opinião que o carácter preeminente do sistema de organização miliciana é a substituïção da caserna pelo campo de instrução, ou seja o estabelecimento dos locais de guarnição fora dos grandes centros urbanos.

Os efectivos permanentes dependem da política externa, e, conseqüentemente, da situação estratégica, além dos factores económicos da Nação que condicionam a situação logística, e das possibilidades financeiras, que asseguram os meios orçamentais.

Não são os efectivos de paz, que permitem definir um sistema orgânico, mas é a sua distribuïção pelo território nacional, que o poderá caracterizar. Com os mesmos efectivos globais poderemos ter um *exército permanente* ou um *exército miliciano*.

Estas considerações sôbre organização militar, que tão ràpidamente esboçámos, constituem o prefácio essencial do problema da *pré-mobilização*. A *pré-mobilização*, cujo aspecto jurídico examinaremos, é uma série de medidas tomadas muito discretamente, em completo acôrdo entre os Ministros da Defesa Nacional e o Ministro dos Estrangeiros, e que consistem na realização da *cobertura*, isto é, destinadas a evitar as incursões do provável adversário, protegendo uma mobilização já quási inevitável e, mais tarde, os transportes estratégicos e a concentração dos exércitos, que se devam constituir, segundo o plano de campanha.

A *pré-mobilização* ainda não é a guerra, mas são medidas destinadas a conter os ímpetos agressivos dos Estados.

Só com os exércitos milicianos é possível a noção da pré-mobilização, como na *política militar*, capítulo da *organização militar*, se demonstra, ao definir o seu âmbito que se circunscreve ao estudo das relações entre as instituïções civis e as instituïções militares e da missão da fôrça armada na estrutura geral do Estado. A política militar nada tem com a chamada *política da guerra*, que suprimimos do quadro geral da *Ciência da Guerra*, em oposição a alguns autores, a cuja autoridade não deixamos de prestar devida homenagem. Na *Ciência da Guerra* consideramos apenas quatro capítulos: *Organização*, *Estratégia*, *Táctica e Logística*.

*

* *

Tensão política no direito internacional contemporâneo. A *tensão política* é a situação especial dos Estados, cujas

relações revestem um aspecto litigioso, resultante de direitos ofendidos, interêsses prejudicados ou objectivos que encontram oposições. A guerra sempre foi, na expressão de Despagnet «um meio extremo que só se justifica por uma absoluta necessidade». Os Estados, na evolução das suas relações jurídicas, têm tornado menos freqüentes os conflitos armados, procedendo a negociações que poderão revestir três aspectos: a)—Soluções diplomáticas; b)—Soluções jurídicas; c)—Soluções coercivas.

As duas primeiras, são meios pacíficos, já previstos na Convenção para o «Regulamento pacífico dos conflitos internacionais» constituindo o seu Título I—*Manutenção da Paz Geral*, cujo art.º 1.º diz:

«A-fim-de evitar, quanto possível, o recurso à fôrça nas relações internacionais, as Potências concordam no emprêgo de todos os seus esforços para assegurar a solução pacífica dos conflitos internacionais».

Disse-se isto em 1899 e repetiu-se em 1907, nas duas célebres Conferências da Haia, em que Portugal marcou tão distintamente o seu lugar.

São soluções diplomáticas: as negociações directas, os bons ofícios, a mediação, as comissões internacionais de inquérito, os congressos e conferências, que determinadas divergências poderão provocar.

A conciliação é uma solução político-diplomática.

São soluções jurídicas: a arbitragem e a conciliação por acordos judiciários.

São soluções coercivas, os meios já violentos de pressão, que, conforme o carácter, se chamam retorsão, represália, embargo (onde figura o decreto do Príncipe), demonstração naval ou aérea e o bloqueio pacífico.

Após a Conferência da Paz de 1919, que determinou

os Tratados de Paz de Versailles, de Saint Germain, de Trianon, de Neuilly e de Sèvres, modificado em Lausanne, as relações internacionais ficaram sujeitas a novos processos derivados da criação e funcionamento da discutida S. D. N., e assim a *tensão política*, aspecto das relações internacionais que estamos considerando, foi regulamentada nos seus processos. No curto período desta exposição, não nos é possível aludir às alterações profundas, que a criação do notável areópago de Genéve trouxe ao direito internacional. A actividade da S. D. N. só poderá ser perfeitamente analizada, quando examinada no conjunto das suas múltiplas manifestações tão variadas, nos seus complexos organismos, que abrangem todos os ramos da vida de relações dos Estados.

A tendência para a modificação do direito internacional é profundamente renovadora e daí resultam as hesitações e lentidão das suas principais aquisições, o cepticismo e as críticas que tem provocado.

A S. D. N. na pureza dos seus objectivos quer esta transformação basilar, que consiste em substituir o conceito da Soberania pelo conceito da Independência dos Estados.

É do conhecido professor Lapradelle esta afirmação: «Hoje já não existe a soberania absoluta. Alguns autores, considerando a Soberania como expressão do absolutismo, substituem aquela expressão por *potência do Estado*. Será preferível modificar a concepção da Soberania, sobrepondo-lhe o interêsse geral».

Na *Revue Politique et Parlamentaire*, G. Scelle diz: «No entanto, é neceasário não criticar àsperamente a obra de Versailles. É, talvez, sob certos aspectos insuficiente, imperfeita e perigosa, como tôdas as instituïções humanas.

Mas essa Obra contém os germens do futuro desenvolvimento de uma vida internacional pacífica e organizada juridicamente; é necessário estudá-la, compreendê-la, senti-la e melhorá-la com fé e com simpatia, não crivando essa formidável criação de fáceis ataques e mal intencionados epigramas». E o eminente jurisconsulto brasileiro, Raúl Fernandes, afirma: «A publicidade da *Assembleia* da S. D. N. é incomparável, tanto pela qualidade como pela fiscalização da opinião pública sôbre os Governos de predominante feição democrática».

Ora no período da *tensão política* manifesta-se salientemente a aplicação do conceito da Interdependência. A *tensão política* tem as suas primeiras manifestações nas negociações directas, o antigo *colloquium* de Grotius, mas logo a S. D. N. intervém com os seus orgãos próprios no intuito de fazer extinguir a divergência que parece surgir.

A análise dêste ponto restrito, poder-nos-ia levar à história tão interessante, mas tão dolorosamente longa, da conferência para a redução e limitação dos armamentos reünida, desde 2 de Fevereiro de 1932, em Genéve, após largos anos de uma paciente preparação—qual outra túnica de Penélope, com a mesma admirável constância da espôsa de Ulisses e deixando aos vindouros episódios para uma nova «Odisseia».

Por ligeireza ou por sarcasmo, vulgarmente se designa essa reünião tão demorada por Conferência do Desarmamento, que seria o delicioso sonho... dos anjos.

*

* *

Mas, analisemos a *tensão política* ém face da S. D. N. ou seja no moderno conceito do direito internacional.

Para o fazermos, enunciemos os artigos do famoso pacto, que se referem ao problema directo da paz, aludindo aos meios imediatos de fazer a guerra e aos processos de prevenir e coïbir a eclosão dêsses virulentos litígios internacionais. Dos 26 artigos dêsse estatuto, não menos de 10 artigos se referem ao assunto, que preocupava os seus autores. O professor Larnaude diz que no pacto há como «atribuïção dominante a relativa à prevenção da guerra, à sua localização, à sua rarefacção e à sua supressão».

E acrescenta, «em dez páginas de texto, cinco aprôximadamente, são destinadas a êste assunto». Os restantes artigos completam a tarefa da organização da paz, lançando os seus alicerces e alargando ilimitadamente a esfera de acção da S. D. N. Assim um dos principais colaboradores do pacto, o General Smuts, então Ministro da Defesa Nacional da União Sul Africana, dizia: «Devemos estudar a S. D. N., não ùnicamente como meio de impedir guerras futuras, mas ainda, e principalmente, como um grande organismo da vida normal da civilização em tempo de paz. Não basta que a S. D. N. seja, ùnicamente, uma espécie de *Deus ex-máquina,* que apareça nas circunstâncias graves em que surge o espectro da guerra. Se queremos a S. D. N. é necessário que seja para mais alguma coisa. Deve constituir um elemento estável na vida comum dos Estados. Deve ser um órgão de conciliação sempre existente e

em constante vigilância. Deve funcionar tão sòlidamente nas relações normais e pacíficas dos Estados, que se torne irresistível, quando entre os Estados apareça uma divergência. A sua actividade em tempo de paz constituïrá o seguro fundamento e a garantia do seu poder no caso de ameaça de guerra».

Foi esta opinião que prevaleceu, dando à S. D. N. as múltiplas atribuïções que vem exercendo há 13 anos, com incidentes que estão na memória de todos,

Léon Bourgeois, o eminente socialista seu precursor, a quem a França elevou um monumento em Châlons, e o puritano Wilson seu animador, e após Êle, tantos e tão ilustres estadistas europeus e outros, têm dado vida à S. D. N. Grande número dos seus entusiastas propulsores já cederam os seus lugares, para sempre caídos no calvário da vida.

¿Virão outros preencher essas vagas que Êles tão distintamente e tão denodadamente ocuparam?

Não sabemos prevê-lo. Cremos que aos retrocessos nacionalistas de tantos países, não se seguirá uma tremenda evolução regressiva na colectividade augusta dos Estados, no entanto vemos recentemente o Pacto dos Quatro ou irònicamente chamado Clube da Paz, como ameaça da absorção dos países de interêsses limitados, tirando à S. D. N. o seu carácter de aceitável Democracia.

Não nos seria possível a simples leitura dos 26 artigos do pacto da S. D. N., nem nesta ocasião pretendemos fazer a história do discutido grémio. Seguiremos apenas alguns artigos essenciais ao nosso actual objectivo, que consiste em examinar a *tensão política*.

Estão ligados à definição desta situação da política externa alguns artigos que vamos enumerar.

Diz o art. 11.º, que poderemos epigrafar de *guerra colectiva:*

a)—É expressamente declarado que tôda a guerra ou ameaça de guerra, diga respeito ou não a qualquer Membro, interessa à Sociedade, a qual deve tomar as medidas adequadas à salvaguarda eficaz da paz das Nações. Para êste fim o Secretariado Geral convoca imediatamente o *Conselho,* a pedido de qualquer Membro da Sociedade.

b)—Ainda se declara, que qualquer Membro da Sociedade tem direito, a título amigável, de chamar a atenção da *Assembleia* ou do *Conselho* para qualquer circunstância susceptível de prejudicar as boas relações internacionais e que ameacem, por conseqüência, a boa harmonia entre as Nações, do que depende a paz.

Em seguida o art. 12.º estabelece os meios pacíficos da arbitragem e do processo judiciário nos seguintes têrmos:

a)—Resolvem os Membros da Sociedade que, se surgir entre êles algum conflito susceptivel de provocar uma rotura, o submeterão ao processo de arbitragem ou judiciário ou então ao exame do *Conselho.* Mais resolvem que, em nenhum caso, recorrerão à guerra antes do prazo de três meses, após a decisão arbitral ou judiciária ou o parecer do *Conselho.*

b)—Em todos os casos previstos por êste artigo, a decisão deve ser proferida em prazo razoável e o parecer do *Conselho* deverá ser elaborado no prazo de seis meses, a partir do dia em que lhe foi submetido o conflito.

O art. 13.º dá as bases para o processo da arbitragem e da resolução judiciária e o imediato estabeleceu a criação do Tribunal Permanente de Justiça Internacional, cujo estatuto foi aprovado em Dezembro de 1920 e que

funciona na Haia, a-par do Tribunal Permanente da Paz, criado em 1907.

Nos têrmos do art. 15.º os conflitos entre os Estados poderão ser examinados pelo *Conselho* ou pela *Assembleia*.

Diz a alínea *c*)—O *Conselho* empregará todos os esforços para resolver o incidente; se o conseguir, publicará, na medida em que o julgar útil, uma exposição relatando os factos, as explicações que comportam e os têrmos da sua resolução;

Na alínea *d*)—Se o incidente não foi solucionado, o *Conselho* publicará um relatório, votado por unanimidade ou por maioria, tornando conhecidas as circunstâncias da divergência e as soluções aconselhadas, como mais equitativas e apropriadas. Qualquer Membro da Sociedade representado no *Conselho* poderá igualmente publicar uma exposição dos factos e as suas conclusões.

Se o *Conselho* fôr unânime os Membros da S. D. N. não recorrerão à guerra contra aquêle Estado que aceite as conclusões do *Conselho*. No caso da maïoria há liberdade de acção para os Membros da S. D. N., de forma «a proceder como julgarem conveniente à manutenção do direito e da justiça».

A *Assembleia*, por proposta do Conselho ou a requerimento de uma das Partes, poder-se-á ocupar da divergência, desde que seja apresentado êsse requerimento no prazo de 14 dias, a partir da data em que foi presente ao *Conselho*.

Finalmente, o art. 16.º(1) estabelece as *sanções:* bloqueio

---

(1) Não falaremos do art. 17.º, que aplica as disposições destinadas a prevenir a guerra e a punir o agressor aos Estados não Membros da S. D. N.

económico e financeiro; guerra colectiva e expulsão da S. D. N. nos têrmos seguintes:

a)—Se um Membro da Sociedade recorrer à guerra, infringindo os compromissos assumidos pelos artigos 12.º, 13.º e 15.º, será considerado *ipso facto* como tendo cometido um acto de beligerância contra todos os outros Membros da Sociedade.

b)—Os Membros da Sociedade obrigam-se a cessar imediatamente com êle tôdas as relações comerciais ou financeiras, proïbir tôdas as relações entre os seus nacionais e os do Estado infractor do Pacto e a fazer cessar tôdas as transacções financeiras, comerciais ou pessoais entre os nacionais dêsse Estado e os de todos os outros Estados, Membros ou não da Sociedade.

Pertencerá ao *Conselho* emitir opinião sôbre se houve, ou não, rompimento do Pacto. Nas deliberações do Conselho não terão voto o Estado causador de se haver recorrido à guerra, e os Estados contra os quais esta fôr empreendida.

O *Conselho* deverá notificar a todos os Membros da Sociedade a data em que recomenda a aplicação das medidas de pressão económica referidas no presente artigo. Se o *Conselho* julgar que, relativamente a certos Membros, o adiamento, por um determinado período, dessas medidas permita alcançar o fim visado pelas medidas mencionadas na alínea anterior, ou seja necessário para reduzir ao mínimo as perdas e os inconvenientes que elas poderiam causar-lhes, terá o direito de dicidir sôbre êsse adiamento.

c)—No caso dêste artigo, o *Conselho* tem o dever de comunicar aos diversos Governos interessados os efectivos militares, navais ou aéreos com os quais os Membros da Sociedade contribuïrão respectivamente para as fôrças

armadas destinadas a fazer respeitar os compromissos da Sociedade.

d) Os Membros da Sociedade comprometem-se ainda a prestar mútuo apoio na realização das medidas económicas e financeiras a adoptar, procurando reduzir ao mínimo as perdas e os inconvenientes resultantes. Ainda se auxiliarão para resistir contra medidas especiais, dirigidas contra qualquer, pelo Estado infractor do Pacto.

e)—Tomarão as disposições necessárias para facilitar a travessia do território nacional por fôrças de qualquer Membro da Sociedade, que tome parte numa acção comum para fazer respeitar os compromissos da Sociedade.

f)—Poderá ser expulso da Sociedade qualquer Membro, que fôr culpado da violação de qualquer compromisso resultante do Pacto. A expulsão será pronunciada pelo voto de todos os outros Membros da Sociedade, representados no *Conselho*.

O Professor Larnaude considera assim cinco casos de guerras ilegais, por violação do pacto:

1.º—Um Estado faz a guerra sem procurar a arbitragem ou o inquérito;

2.º—Um Estado não atende à moratória de 3 meses;

3.º—Um Estado faz a guerra contra outro estado que acatou a sentença arbitral;

4.º—Um Estado recusa o relatório do Conselho aprovado por unanimidade;

5.º—Um Estado, que não faz parte da S. D. N., recusa-se a aceitar a intervenção dêste organismo.

Fundamentando-se nas disposições do pacto, que acabamos de indicar, o General Culmann calcula a duração do período de *tensão política:*

Comunicação ao Secretariado dos factos pertinentes e dos documentos justificativos e reünião do *Conselho*	15 dias
Recurso para a Assembleia.....	14 dias
Reünião da Assembleia	1 mês
Redacção do relatório	6 meses
Moratória.....	3 meses

O que dará um total de 11 meses.

É sabido que a regulamentação do pacto tem originado acalorado debate.

O trinómio de Herriot—*arbitragem, segurança e desarmamento*—consegue uma brilhante e rápida evolução no seu 1.º têrmo—a *arbitragem,* tornada obrigatória e abrangendo todos os casos de divergência—mas a ordem de realização dos outros dois têrmos é origem de um vivo debate.

¿Segurança e desarmamento, como quer a França?

¿Ou desarmamento, como fundamento sólido da segurança, como dizem outros Estados?

A segurança está ligada a dois factores: determinação do *Estado agressor* e *assistência mútua.*

¿Assistência mútua por meio de uma fôrça internacional como a França propôs ao iniciar-se a Conferência do Desarmamento pela voz do então Presidente de Ministério, André Tardieu?

¿Quais são as possibilidades de organizar e fazer funcionar essa fôrça?

A Suiça desde o início que, pela declaração de Londres, se colocou fora do pleito; êsse instrumento diplomático reconhece à Suíça a permanência da sua neutrali-

dade (1). O Prof. Larnaude julga estranha tal atitude. Não julga possível, que na previsão de um pacto de *assistência mútua* e *guerra colectiva,* a Suíça possa ficar de braços cruzados e não participar na acção comum de operações

---

(1) A declaração de Londres de 13 de Fevereiro de 1920 é do teor seguinte:

«O Conselho da S. D. N. mantendo o princípio de que a noção de neutralidade dos membros da S. D. N. é incompatível com o princípio de uma acção colectiva que imponha o respeito pelos acordos, reconhece, no entanto, que a Suíça se encontra em uma situação excepcional, determinada por uma tradição de muitos séculos explìcitamente encorporada no direito das gentes e que os membros da S. D. N., signatários do Tratado de Versailles, reconheceram insofismàvelmente pelo artigo 435, que as garantias estipuladas a favor da Suíça pelo tratado de 1815, principalmente o acto de 20 de Novembro de 1815, constituem compromissos internacionais para a manutenção da paz.

«Os membros da S. D. N. confiam em que o povo suíço não queira abster-se da defesa dos altos princípios da S. D. N. É nesta persuação que o Conselho registou as declarações do Govêrno Suíço na sua mensagem à Assembleia Federal, em 4 de Agôsto de 1919 e no memorando de 13 de Janeiro de 1920, declarações confirmadas pelos delegados suíços nas sessões do Conselho.

«Por êsses documentos a Suíça reconhece e proclama os deveres de solidariedade, como membro da S. D. N., não excluindo o dever de se associar às medidas comerciais e financeiras, indicadas pela S. D. N. contra o Estado infractor, e sujeitar-se a todos os sacrifícios para a defesa, pelos seus meios, do território nacional em tôdas as circunstâncias, mesmo durante a acção colectiva da S. D. N., mas não se obriga a tomar parte em uma acção militar, nem consentirá na travessia de tropas estrangeiras ou na preparação de emprêsas militares no seu território.

«Aceitando tal declaração, o Conselho reconhece que a neutralidade perpétua da Suíça e a garantia da inviolabilidade do seu território, estatuídas no direito das gentes, principalmente pelos tratados e

militares. O seu exército é para a defesa das próprias fronteiras, mas a sua situação territorial e etnográfica exporia o país a uma grave crise interna pela heterogeneidade da sua população.

A Suíça recusa-se a cooperar na expedição punitiva, *(fôrça internacional de punição)* e, ainda mais, não consentirá na travessia do seu território por essa expedição.

Assim mantém, quanto a operações militares, o *princípio de neutralidade*, que se pretende anular.

Como sabemos o problema é complexo. Procura-se evitar a tremenda corrida aos armamentos, mas permanece-se em uma ininterrupta e esgotante *tensão política.*

¿Se não existisse a nova política nas relações internacionais a vida internacional seria menos áspera? Não o cremos.

As afirmações morais, como o célebre pacto Briand-Kellogg, são de notável alcance.

a)—Condenação absoluta da guerra—a guerra fora da lei.

Acta de 1815, se justifica no interêsse da paz geral e, conseqüentemente, são compatíveis com o pacto da S. D. N.»

A neutralidade da Suíça já não reveste o carácter absoluto anterior à criação da S. D. N. O Conselho Federal distinguindo entre neutralidade e política de neutralidade, designa a nova situação internacional da Suíça de neutralidade exclusivamente militar como de *neutralidade diferencial*—isto é—a cooperação em uma acção económica deliberada pela S. D. N., destinada a sanções contra as infracções ao pacto, acção que nunca será da iniciativa da Suíça.

«Como a vestal romana e a héstia dos gregos, a Suíça está destinada a manter a chama eterna da justiça, do direito e da paz inseparável dos Penates. E assim a Suíça será inviolável», dizia há meio século o eminente sociólogo *Numa Droz.*

b) – Regulamento pacífico de todos os conflitos internacionais, de qualquer origem e de qualquer natureza.

São os dois princípios que êsse pacto estabelece.

¿Os chamados acordos de Locarno de 15 de Outubro de 1925 entre a Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra e Itália, convenções de arbitragem e de garantia de assistência, envolvendo os aliados da França na Europa oriental, a Polónia e a grande Pequena Entente representarão o máximo na célebre *assistência mútua* em caso de guerra ou seja na Interdependência da vida internacional?

Assunto para estudar em um concurso e não em uma simples conferência.

«A história, dizia Clemenceau, o formidável estadista francês da Grande Guerra, não é mais do que uma sucessão de guerras e de tratados». Mas a nossa época é, na expressão de Henri de Jouvenel, uma verdadeira «guerra de pactos». De facto, a nossa agitada época não é de guerra, mas também não é de paz. E' caracterizada pela assinatura de numerosos actos diplomáticos com o objectivo de evitar a guerra e consolidar a paz (1).

Inicia-se esta época com o pacto da S. D. N., isto é, o estatuto do areópago de Généve verdadeira carta internacional, que constitui a primeira parte dos Tratados de Paz de 1919, cuja execução será vigiada pela S. D. N.

Mas êste pacto, segundo o empirismo anglo-saxão, limitou-se a fixar princípios e regras gerais, que permitem uma grande latitude na sua aplicação.

O grande método da S. D. N. é a conciliação, verdadeiro gesto político, e não a arbitragem, que tem um carácter jurídico. Assim o pacto estipula a renúncia à guerra

---

(1) *Les pactes se suivent* P. B. (V. «La France Militaire», 6-6.º-933)

mas sem arbitragem obrigatória, e autoriza a guerra reconhecida legítima pelo Conselho da S. D. N.

O art. 10.º estabelece a garantia territorial e o art. 16.º estabelece o socorro ao Estado atacado, que seria dado pelos membros da S. D. N. Seria o caso de guerra colectiva. Mas esta assistência mútua é apenas de carácter económico, segundo o pacto, podendo o Conselho apenas sugerir as sanções militares.

Não tem sido possível organizar até hoje estas sanções, nem sob o ponto de vista do bloqueio, nem sob o aspecto da intervenção militar.

Assim, a integridade territorial tem sido violada e a S. D. N. tem-se limitado a sanções morais. São exemplos: em 1920 a Pérsia e a Polónia invadidas pelos Sovietes; em 1929, 1931 e 1933 a China pelo Japão; em 1932 o Paraguai e a Colombia, respectivamente pela Bolívia e o Peru(1).

Só as fôrças nacionais se têm oposto à ameaça inimiga, e por isso André Tardieu podia afirmar que a «segurança não está garantida, nem a assistência mútua se encontra organizada».

Nem os acordos de Locarno assinados em 1925 nem o pacto Briand-Kellogg, de 1928, o primeiro de garantia limitada e precária, o segundo de renúncia à guerra, são suficientes. Ora, segundo Herriot, «a política de paz é principalmente uma acção de probidade internacional».

Neste sentido, os ingleses substituem a «renúncia à guerra» por «não recurso à fôrça» e os E. U. A. lembram a abstenção do avanço das fôrças militares para além do

---

(1) Depois, os factos são bem conhecidos: Abissínia, Renania e Espanha.

território nacional, sugerindo um pacto consultivo, mas limitando-se à declaração prévia de não se oporem à acção colectiva contra o Estado agressor.

A definição de Estado agressor é outra grande dificuldade. À definição precisa proposta pela U. R. S. S. opuseram-se os alemãis, os búlgaros, os inglêses e os húngaros.

Da assistência mútua não querem ouvir falar os E. U. A., a Alemanha e a Itália. A Inglaterra julga suficientes os acordos de Locarno.

Os E. U. A. com a proposta de *pacto consultivo* mantêm a sua neutralidade em face de um conflito europeu.

No caso de uma agressão os E. U. A. concordam em deliberar. Neste caso, se estiverem de acôrdo sôbre a resolução contra o Estado agressor, abster-se-ão de qualquer acto que possa prejudicar a acção colectiva empreendida para alcançar a paz.

Assim os E. U. A. não aceitam a assistência mútua, mas apenas garantem a sua neutralidade (1).

Sucedem-se os pactos, conclui o cronista, mas o pacto da assistência mútua jamais se conseguirá. É esta a probidade internacional! (2)

---

(1) General de Cugnac, «L'abstention américaine», *La France Militaire,* 13-6-933.

(2) A França declarou, em 1933, aos representantes da Inglaterra e dos E. U. A. que não poderia entrar no caminho do desarmamento sem que a Conferência deliberasse sôbre os três pontos seguintes:

1.°—Uma definição clara e precisa, universalmente aceita, de Estado agressor;

2.°—Uma fiscalização automática e permanente, exercendo-se não só sôbre a actividade militar dos Estados, mas também sôbre o

*

* *

O *estado de ameaça de guerra* consiste nas medidas militares da pré-mobilização.

Há pouco, o General Culmann, referindo-se às ameaças que agitam e perturbam a Europa, com os nacionalismos de orgulho e de ambição, aludia à pré-mobilização no período de *tensão política,* durante a qual organizações militarizadas poderão constituir um sério perigo. Diz o General Culmann, a propósito da actual situação da Alemanha (1):

«É possível que secções de assalto sejam capazes de realizar actos de inutilização *(sabotage)* além das fronteiras, atingindo as rêdes de comunicações telegráficas e telefónicas, as grandes centrais eléctricas, apossando-se ràpidamente de determinadas obras fortificadas próximo da fronteira, seja para assegurar a sua entrega às tropas seja para destruir peças essenciais do armamento ou das transmissões.

Não é isto uma fantasia se observarmos que os estragos, cuja reparação é muito demorada, poder-se-ão conseguir por processos simples e rápidos, nas instalações eléctricas e mecânicas, por quem conheça perfeitamente o seu funcionamento.

Motins e inutilizações devem preparar a invasão arma-

---

comércio e fabrico particular de armas e munições e despesas orçamentais;

3.º—Garantias e sanções contra o rearmamento da Alemanha.

(1) «Le Chancelier Hitler et sa doctrine» (V. *La France Militaire,* 1 de Junho de 1933).

da. Assim o período de tensão política revestirá aspecto diverso. A guerra iniciar-se-á por essas incursões e acções violentas».

*
* *

Os Estados, embora não desejem a guerra, não poderão permanecer inactivos em presença de ameaças possíveis ou já efectivadas.

Antes de 1914 previa-se a mobilização gradual pela chamada das classes da reserva, conforme as suas idades. Os mais velhos seriam os últimos a ser mobilizados.

Mas, logo no início das hostilidades se verificou que anteriormente à *ordem de mobilização* os territoriais, como então se dizia, residentes próximo das fronteiras foram convocados nominalmente e guardavam as obras de arte das estradas e linhas férreas, os depósitos avançados destinados ao reabastecimento das tropas, que viriam a concentrar-se em determinadas zonas, fixadas nos planos de campanha.

Dissemos que só com os exércitos de tendências milicianas são possíveis as medidas da pré-mobilização. Assim se reconheceu em França e êsse critério seguimos na nossa organização de 1926.

O antigo critério dos 3 escalões, dois de idêntica composição, sendo um de tropas activas (os mais novos) e outro de tropas de reserva, havendo um 3.º escalão de tropas territoriais, constituído por reservistas dos 40 aos 45 anos ou por homens novos, mas menos válidos, não subsistiu.

Existem hoje 3 escalões, ou talvez mesmo 4 escalões, se atendermos aos múltiplos aspectos da mobilização civil.

Esses escalões têm desigual composição e mantendo-se a designação, apenas pretendemos significar a adopção de um escalonamento de idades e não uma rigorosa precedência na ordem da convocação.

O *1.º escalão* é ùnicamente destinado a completar os efectivos das unidades existentes durante a paz, como centros de instrução e núcleos da cobertura. As suas guarnições serão fixadas de forma a exercerem a sua missão sem deslocamentos no período da tensão política. É constituído por 4 classes, que são praças licenceadas, mantendo-se uma classe, às vezes menos de uma classe ou, no máximo, classe e meia no serviço efectivo.

Os locais de guarnição deverão ser em pequeno número e criteriosamente escolhidos. Fraccionar êsses efectivos por numerosas guarnições e em cada guarnição por grande número de unidades, como se pratica no nosso Exército, é desconhecer as características do sistema e perder as suas vantagens.

O *2.º escalão* é constituído por grande número de classes—isto é—a êste escalão pertence a massa dos reservistas, em geral dos 24 aos 40 anos.

Estes dois escalões entram, imediatamente, na composição dos *exércitos de campanha*, ao invés do que acontecia em 1914. Então os reservistas eram considerados de valor secundário e, em cooperação das unidades activas havia unidades de reserva para missões menos árduas.

O *3.º escalão* é constituído pelos mais vélhos, destinados a missões menos espinhosas, que exijam menor resistência física, mas que requeiram qualidades de discernimento e de iniciativa. Aqueles que residam próximo das fronteiras são logo convocados para atender às precauções essenciais, evitando as incursões de pequenos grupos e defendendo

também o território das incursões aéreas, destinadas a reconhecimentos ou procurando atingir pontos sensíveis da mobilização e da zona de concentração.

Finalmente, de forma bem explícita no Exército francês, os reservistas dos 48 aos 52 anos, implicitamente em outros países, estes homens mais vélhos são destinados à mobilização civil.

A fim de evitar a deprimente campanha dos *emboscados*, expressamente se determina na legislação francesa, que os homens do *1.º escalão* em caso algum serão empregados na mobilização civil; os do 2.º e 3.º escalões poderão ter êste destino, se a sua profissão anterior o justificar.

Podemos, pois, dizer, que a *mobilização militar* compreende uma fase de pré-mobilização e duas fases de mobilização.

A fase de *pré-mobilização* ou da *cobertura*, compreendendo as medidas adoptadas nas fronteiras e no interior para cautelosamente evitar a acção perniciosa do provável adversário:

— Convocação dos licenceados, de forma a assegurar os efectivos de paz, que variam para as diferentes armas com a respectiva *capacidade de mobilização*—isto é, com a urgência do seu emprêgo e com as possibilidades da sua organização de guerra. Armas de pequena capacidade de mobilização—a aviação e a cavalaria—necessitam de dispor de efectivos de paz mais numerosos do que, v. g. a infantaria, arma de grande capacidade de mobilização, isto é, fàcilmente mobilizável, em que a proporção entre os efectivos de paz e os efectivos de guerra pode ser muito menor.

— Convocação dos reservistas do *3.º escalão* para serviços de vigilância.

—Utilização dos corpos especiais militarizados, como as tropas aduaneiras (a Guarda Fiscal em Portugal).

Nas nossas duas grandes colónias o problema não está convenientemente estudado, nem mesmo ainda foi colocado nos seus têrmos necessários, muito embora os perigos que as ameaçam.

Os territórios e as fronteiras de Angola e de Moçambique deveriam ser urgentemente estudadas sob êste aspecto da defesa.

E' dada a ordem de *mobilização* e esta passagem do pé de paz ao pé de guerra, não só das tropas, mas de tôdas as actividades nacionais, realizar-se-á em duas fases:

1.ª Fase—Mobilização das unidades de paz, ou seja refôrço da cobertura, deslocando-as ràpidamente para as zonas prèviamente fixadas.

2.ª Fase—Mobilização das reservas, permitindo a constituïção dos exércitos fixados pela *ordem de batalha* e reünidos nas zonas de concentração.

Nesta fase se procede à mobilização civil gradual, encontrando-se, tudo rigorosamente previsto nos *planos de mobilização* dos diferentes ministérios, pois que a todos diz respeito e a todos interessa a adaptação do Estado à possível situação de guerra. Todos constituem elementos indispensáveis à defesa nacional.

Ainda não é a ocasião da declaração excepcional do estado de sítio, mas as medidas destinadas a evitar a espionagem do provável inimigo, que hoje dispõe de tão variados meios e a activar a acção análoga em território estrangeiro, bem como a contra-espionagem; uma acção orientadora da Imprensa, que com os seus orgãos crie a opinião indispensável à aceitação dos sacrifícios e priva-

ções que se aproximam; uma liberdade individual condicionada pelos interêsses superiores da nação e que consinta na expansão civilizadora do pensamento.

*

* *

Pelo que referimos, a pré-mobilização reveste um aspecto jurídico muito especial.

Se as medidas adoptadas pelos Governos, durante o período de *tensão política*, medidas militares de defesa, sempre impuzeram a maior prudência e um íntimo acôrdo entre a diplomacia e o Estado Maior do Exército, propondo aos respectivos Ministros as disposições oportunas; se os Governos e os Parlamentos deveriam evitar tudo quanto pudesse precipitar os acontecimentos, hoje (em conseqüência do que expuzemos) a prudência deverá ser mais atenta, visto que as medidas anteriores à mobilização, pelas convenções internacional basilares do pacto da S. D. N. e dos múltiplos acordos regionais, revestem um *carácter clandestino*.

A pré-mobilização não pode, pois, existir, mas em presença das realidades, as duras realidades das relações internacionais, impõe-se a necessidade de precaução, que não constituem uma ameaça, mas supram as deficiências da segurança, que só um plano de assistência mútua e uma confiança cega nos compromissos das chamadas Principais Potências (título posterior à guerra das Grandes Potências) permitirão garantir às Potências de interêsses limitados, como somos, não obstante os nossos vastos e ricos domínios coloniais, aquela necessária segurança que evite por imprevisão as graves responsabilidades históricas de uma

derrota absoluta, uma verdadeira capitulação política e militar, a dolorosa *debellatio*, situação jurídica em que, pelas normas do Direito Internacional, o vencedor se apropria do território inimigo, e vai além da conquista, visto que suprime a Soberania do Estado, contra o qual dirigiu as operações militares, terminando assim a guerra sem a convenção chamada Tratado de Paz, por falta de contratante, que seja sujeito de direito internacional.

Do mapa político do Mundo desaparece, então, uma côr e as populações ficam constituindo minorias, sujeitas às violências do Poder, que omnipotente e bárbaro as escravisa.

A história regista estas lições, que constituem a suprema sanção contra aquelas Nações inermes, por terem confiado demasiadamente em antigas alianças ou na fôrça moral e na boa vontade da S. D. N., e não tiveram uma orientação própria na sua política externa. Ainda na nossa época se poderão repetir êsses factos tremendos (1), o que não podemos esquecer perante as tradições da herança secular, que constitui o legítimo orgulho de um bem equilibrado patriotismo.

II—Acordos internacionais durante a beligerância

A *declaração de guerra*, deriva da autorização dada ao Poder Executivo para fazer a guerra e é o instrumento diplomático, que estabelece uma nova situação internacional, não só entre os beligerantes, mas dêstes em relação aos Estados neutros.

Vimos as disposições do pacto da S. D. N., que po-

(1) Três anos passados, após estas palavras ditas na E. C. O, ocorre o caso do secular Império da Abissínia.

derão prevenir a guerra e que prescrevem as sanções da guerra colectiva contra o Estado agressor. Assunto que tem provocado longo debate, estudo que nos merece interêsse, mas neste momento não abordamos, é a definição do Estado agressor.

Se, mesmo em síntese, o pretendêssemos desenvolver, seríamos forçados a largas considerações. Seria a história de 12 anos de actividade da Comissão Preparatória do Desarmamento organizada pelo artigo 9.º do pacto e dêstes dolorosos e hesitantes trabalhos da Conferência para a Redução e Limitação dos Armamentos, que tantos sobressaltos tem provocado.

É questão do maior interêsse, mas nesta ocasião fóra dos nossos propósitos.

Suponhamos que a guerra foi declarada e a S. D. N., por falta de fôrça material que lhe assegure o seu direito (ou seja a execução das sanções previstas pelo artigo 16.º do pacto) assiste impotente à mobilização e concentração dos exércitos dos Estados beligerantes, cujas operações militares se vão iniciar dentro de poucos dias.

O artigo 8.º do pacto diz: «os Membros da S. D. N. reconhecem que a manutenção da paz impõe a redução ao mínimo dos armamentos nacionais, mínimo compatível com a segurança nacional e com o cumprimento dos deveres internacionais impostos por uma acção comum» e acrescenta: «O Conselho, atendendo à situação geográfica e às condições especiais de cada Estado, prepara os planos desta redução, a submeter à decisão dos diferentes Govêrnos».

Por êste artigo as fôrças militares existem, mas não tem sido possível conseguir a fórmula da sua acção colectiva, ou seja da assistência mútua militar.

Visto que supomos a guerra declarada, considerando já prejudicada a acção preventiva da S. D. N., admitamos a impassibilidade do areópago, que veio modificar fundamentalmente as relações diplomáticas e que nos cumpre reconhecer com uma salvaguarda dos chamados Estados de interêsses limitados, a poeira de Estados, que a Conferência de Paris criou, dando realização ao princípio das nacionalidades, restabelecendo antigas tradições e velhas aspirações nesta conturbada Europa.

A declaração de guerra equivale à afirmação solene de que estão esgotados todos os meios suasórios de conseguir determinados objectivos por um acôrdo pacífico ou por uma pressão ameaçadora. Para Marighac, a declaração de guerra «é o acto formal pelo qual um Estado faz saber que tratará de futuro um ou mais Estados como seus inimigos, propondo-se, por conseqüência, a impôr-lhes a fôrça das armas».

A declaração de guerra é considerada como instrumento essencial, pelo art.º 1.º da Convenção relativa à abertura das hostilidades, assinada em 1907, que diz: «As Potências contratantes reconhecem que as hostilidades não deverão começar sem aviso prévio, não equívoco que terá a forma de declaração de guerra motivada ou de ultimatum com declaração de guerra condicional».

Já no ano anterior, em 1906, o «Instituto do Direito Internacional» se pronunciara pela necessidade de uma «declaração preliminar, formal e não equívoca, antes do rompimento das hostilidades».

É conhecida a origem dêste cuidado de uma *declaração de guerra*. Em 8 de Fevereiro de 1904 dois torpedeiros japoneses atacavam a esquadra russa ancorada em Pôrto Artur e, no dia imediato, uma esquadra japonesa

afundava em Chelmulpo, dois navios de guerra russos, cujos comandantes desconheciam o rompimento das negociações diplomáticas.

O Japão, apoiado pela Inglaterra, justificou, perante as chancelarias, a sua atitude. A nota diplomática entregue, em 6 de Fevereiro, pelo Ministro do Japão em S. Petersburgo, interrompendo as negociações diplomáticas e afirmando, «que o Govêrno Imperial do Japão se reservava o direito de tomar tôdas as medidas necessárias para a defesa dos seus direitos e interêsses», equivalia a uma declaração de guerra.

O Ministro dos Estrangeiros da Rússia, Conde de Landsdorff não julgou que essa nota tivesse tal carácter e os Ministros da Guerra e da Marinha não deram ordens e instruções necessárias às fôrças terrestres e navais ds Extremo Oriente.

Os oficiais russos assistiam a uma festa dada em terra, quando os seus navios eram afundados na baía coreana, o que permitiu o estabelecimento de uma primeira base de operações para o exército japonês, o qual em menos de um ano alcançava a vitória sôbre as tropas moscovitas.

A declaração é, pois, necessária pela influência que exerce nas relações jurídicas internacionais.

Segue-se à declaração de guerra a *ordem de mobilização*, que marca de facto o início da nova situação internacional—a situação de guerra—interessando não só aos contendores—Estados beligerantes—mas pela interdependência do mundo civilizado, a todos os Estados—antigamente Estados neutros—no conceito já obsoleto da neutralidade—hoje Estados que deveriam dar a *assistência* contra o Estado considerado agressor.

A *ordem de mobilização* é a guerra. «E poderá haver

guerra, diz Strupp, só por vontade unilateral, mas não poderá haver paz sem vontade bilateral».

Essa ordem é uma simples data, a data do primeiro dia de mobilização. Essa data determina a realização do *plano de mobilização*, sendo como que a alavanca que aciona um sistema cuidadosamente disposto e cujas engrenagens perfeitas vão funcionar de maneira rigorosa e precisa.

No momento da *ordem de mobilização* basta mover um manípulo, diz o General russo Dobrorolsky, referindo-se ao ano de 1914, e todo o Estado automàticamente funciona como um relógio, transformando em poucos dias o seu exército de quadros em uma nação em armas».

Não se trata apenas da *mobilização do exército*, como aspecto de mobilização militar.

Já, em outro lugar, salientámos o carácter geral da mobilização, dando-lhe a designação de *Mobilização dos Estados.*

Dizia-se que na ocasião da *mobilização*—só a mobilização militar—isto é, no momento em que se constituiam os efectivos de guerra, era necessário a cooperacão de tôdas as fôrças da Nação para conseguir ràpidamente êste objectivo e ser possivel aprontar-se depressa para a entrada em campanha.

«A mobilização, dizia o conhecido General Blume, altera profundamente a vida social; a ordem de partir chega à choupana e à oficina; apodera-se da população uma animação febril e as molas de todos os serviços públicos são distendidas ao máximo. Esta grande tarefa só será possível, se antecipadamente designarmos a cada um o seu lugar e a sua missão e se cada qual desempenhar escrupu-

losamente as suas obrigações. Por tôda a parte uma actividade calma se deverá manifestar em uma grande dedicação pela causa suprema da Pátria».

E outro autor, o General Derrécagaix afirmava: «A mobilização é uma prova suprema, que altera profundamente a Nação, atinge tôdas as famílias e todos os ofícios, suspende a vida pública e distende completamente, em uma actividade nervosa, tôdas as molas da máquina governativa».

E era assim na previsão de uma guerra curta, em que a produção podia cessar, bastando as chamadas *reservas de guerra* para as necessidades gerais das tropas em campanha e das populações à rectaguarda.

Actualmente a produção intensifica-se e a adaptação aos fabricos da guerra total corresponde à mobilização integral.

*

* *

Atribuições jurídicas do comando em chefe — Dada a *ordem de mobilização*—no caso da mobilização geral—seja simultânea, gradual ou sucessiva—outros diplomas serão publicados na mesma data.

Esses diplomas emanados do Poder competente, em regime normal de actividade constitucional do Estado, são:

— Decreto nomeando o comandante em chefe e dividindo o território nacional em zona de guerra e zona do interior;

— Decreto constituindo os exércitos de campanha e o agrupamento das fôrças navais, em conformidade com a *ordem de batalha;*

— Notificação às Potências neutras;
— Decreto do estado de sítio;
— Proclamação à Nação.

Só nos interessa o primeiro decreto, aquêle que nomeia o indigitado Comandante em chefe. Já em outra ocasião esboçámos o problema do Alto Comando e as relações entre o Comandante em Chefe e o Govêrno do Estado.

As atribuïções do Comandante em Chefe estão definidas nos nossos regulamentos. No entanto, as razões superiores da política externa poderão modificá-las ou restringi-las.

Nas memórias do Marechal Joffre vem esta passagem, digna de reparo:

«Só às 14 horas do dia 2 de Agôsto, quando foi conhecida a violação do Luxemburgo e a entrada de tropas inimigas em Longwy e próximo de Cirey, o Govêrno deu ao Comandante em chefe *liberdade absoluta de movimentos* para a execução das suas previsões, podendo atravessar a fronteira, se fôr necessário».

Entre as atribuïções do Comandante em chefe referir-nos-emos às que revestem carácter jurídico. São:

— Exercer sôbre as autoridades civis e habitantes do território nacional ou invadido a autoridade de que tenha sido investido;

— Concluir as convenções, tréguas, suspensões de armas e armistícios que julgue convenientes, não podendo, contudo, sem expressa autorização do Govêrno, ajustar qualquer convenção que envolva preliminares de paz.

A acção do Comandante em chefe exerce-se na chamada *zona de guerra*, que para fins exclusivamente mi-

litares, se subdivide em *zona das operações* e *zona da rectaguarda.*

Na *zona de guerra* a segurança dos exércitos exige a adopção de disposições especiais, que são conhecidas por *lei marcial* ou tratamento segundo as imposições da guerra.

Se, já na *zona do interior*, se justificam disposições especiais conhecidas por *estado de sítio*, na *zona de guerra* as exigências são bem maiores—é o que se chama *lei marcial.* Essas disposições têm a necessária oportunidade em território invadido ou em país ocupado. Aí os habitantes, por um sentimento de justificado patriotismo, são os adversários dos exércitos estrangeiros, que sôbre o território permanecem. A *lei marcial* constitui um legítimo meio de defesa, limitando a vontade absoluta e arbitrária do Comandante em chefe do exército invasor ou de ocupação; restringe às necessidades da guerra essa vontade, evitando todos os actos de fôrça que poderiam caracterizar o *manu militari*, atentados que poderiam constituir nma violação do direito das gentes.

E já as antigas instruções americanas de Lieber (1863) no seu n.º 4.º diziam: A *lei marcial* consiste no exercício da autoridade militar, em harmonia com as leis e usos da guerra. A *lei marcial* não se deve confundir com a opressão militar, que é o abuso do poder, não prescrito por disposições tácitas. Como a *lei marcial* será executada pela fôrça militar, o dever daqueles que a aplicam é respeitar estritamente os principios da justiça, da honra e da humanidade, virtudes mais próprias do soldado do que dos outros homens, pois que são omnipotentes no meio de populações desarmadas».

A *lei marcial* consiste na publicidade dos actos proïbidos e das sanções severas, que serão aplicadas aos in-

fractores, revestindo um carácter jurídico preventivo e não repressivo.

Durante a guerra russo japonesa cada exército, e mesmo nos exércitos os comandos territoriais das linhas de comunicação, (etapas) e os comandos das praças fortes, publicaram as suas *leis marciais*, que o Grande Quartel General não codificou.

A *proclamação* é o acto preliminar da afixação dos editais, que constituem pròpriamente a lei marcial.

Aos prebostes, que pertencem aos Q. G. das G. U., compete a direcção do serviço de polícia na zona da respectiva G. U., havendo os *destacamentos de polícia*, que executam o serviço de vigilância e de repressão, em harmonia com as disposições da *lei marcial.*

Tribunais marciais, chamados Conselhos de Guerra, são constituídos, segundo as disposições do nosso Código de Justiça Militar, onde se prescreve a forma de processo sumário, que a situacão de guerra obriga a adoptar. A repressão da espionagem ou do crime de traição deve ser exemplar e rápida; outros crimes essencialmente militares como a cobardia, a revelação de segredos do Estado, contra o direito das gentes, contra as pessoas ou propriedades em tempo de guerra ou contra o dever militar, etc., estando previstos no Código de Justiça Militar, não são incluídos na lei marcial, pois dizem respeito à vida interna dos exércitos.

O serviço de polícia na rectaguarda dos exércitos é destinado a reprimir a espionagem e na frente evita as deserções e as violências contra feridos e mortos praticados pelos bandidos conhecidos por «hienas dos campos de batalha».

Nagao Ariga enumera 35 actos que foram incursos nas sanções das *leis marciais*, publicadas pelos comandos japoneses, onde se inclui tudo quanto possa atentar contra a segurança dos exércitos ou prejudicar gravemente o funcionamento dos serviços e o andamento das operações.

Entre êsses actos figuram a resistência às autoridades militares; hostilizar os exércitos sem usar uniforme inimigo; espionagem; inutilização das linhas telegráficas ou telefónicas e das centrais eléctricas; das vias férreas e obras de arte; espalhar boatos; publicações difamatórias para os exércitos e seus chefes; convocação de reüniões; ocultar ou dar fôrça ao inimigo; destruïção de munições e de outro material dos exércitos; induzir em êrro as tropas ou dar indicações certas ao inimigo; arrancar ou mudar os sinais indicativos dos itinerários; executar esboços de posições militares ou fotografá-las; roubar os feridos ou os mortos nos campos de batalha;

Ao Comandante em Chefe é permitido, como vimos, assinar *convenções militares* que não envolvam preliminares de paz.

Segundo as leis e usos de guerra essas convenções são de quatro espécies:

Capitulação—que tem por fim a entrega ao inimigo de tropas, praça ou ponto fortificado.

O nosso C. J. M. classifica como *cobardia*, a capitulação em campo aberto (rendição) (artigos 119.º a 121.º).

Suspensão de armas consiste na cessação das hostilidades durante um tempo limitado, e prèviamente fixado, sendo utilizado quando for necessário proceder ao saneamento do campo de batalha (enterramento ou inceneração dos cadáveres) ou ao levantamento humanitário dos feridos.

Cartel é uma convenção para a troca de prisioneiros, no próprio campo de batalha.

A história da Grande Guerra não regista as *suspensões de armas* e os *carteis*.

Finalmente o *armistício*, que reveste o duplo carácter político e militar, sendo negociado pelos comandantes em chefe com autorização dos respectivos Governos. Se o armistício é geral e envolve preliminares de paz, a sua negociação será feita pelos comandantes em chefe ou seus delegados, acompanhados por delegados dos Governos.

As hostilidades suspendem-se imediatamente, após a notificação do armistício ou no prazo que fôr fixado.

As cláusulas do armistício fixam as relações que poderá haver entre as tropas e as populações na zona de guerra. Qualquer violação grave do armistício, por uma das partes, dará o direito de o denunciar, e até poderá permitir o rompimento imediato das hostilidades.

A Grande Guerra terminou pelos armistícios de Salónica (19-7-918); de Padua (3-11-918) e de Rethondes (11-11-918).

A neutralidade nos campos de batalha—Os alemães, no Manual sôbre as leis e usos da guerra publicado pelo seu estado maior, estabeleciam o princípio da *razão de guerra*, só aceitando as convenções tendentes a tornar menos bárbara a guerra—a não causar males desnecessários, como se diz nas Convenções da Haya—quando não houvesse prejuízo para as operações militares. Preconizavam, pois, a guerra sem quartel, que um general alemão, em 1914, exprimia nesta fórmula tremenda: «só devemos deixar aos inimigos os olhos para chorar».

Diversa é a concepção de fazer a guerra segundo os princípios do direito e o prescrito em convenções.

Já Fray Francisco da Victória, eminente professor espanhol, que o Sr. Prof. Dr. Barbosa Magalhãis fêz reviver, há anos, exaltando tão nobilíssima figura moral de séculos passados, focando-a à luz de uma crítica sabedora e brilhante, dizia:

1.º—O príncipe não deve procurar ocasião e motivos para fazer a guerra, só constrangido e forçado deve ceder perante a necessidade de a declarar;

2.º—A guerra a fazer-se não é para causar mal a inimigos, mas para bem da Pátria;

3.º—Deve usar-se da vitória com moderação cristã; não se deve esquecer que é injusto que os subditos sofram por motivo dos erros dos príncipes, e acrescentava «os beligerantes deverão poupar os velhos, as crianças e, em geral, todos os inocentes e a gente pacífica ou como hoje se diria, os não combatentes; só em casos de extrema necessidade são admissíveis meios de combate, que os possam atingir».

Na mesma orientação o nosso Regulamento de Campanha de 1904, enunciava três princípios, que devem presidir às leis e usos da guerra:

1.º—A guerra é entre os Estados e não entre os cidadãos, devendo, portanto, evitar-se prejuízos ou violências inúteis e meios ilegítimos;

2.º—O emprêgo dos meios coercivos justifica-se como medida de rigor ou represália, não com a idéa de vingança, mas para obstar a que o adversário continue violando as convenções; jámais se justificará uma guerra bárbara e cruel;

3.º—Os indivíduos que não possuam a qualidade de beligerante, quando encontrados com armas na mão ou violando flagrantemente as leis gerais da humanidade, serão tratados segundo as imposições da guerra.

Não é, pois, ilimitado o direito de fazer a guerra. Por disposições já antigas são proïbidos determinados meios. A mais antiga convenção é a *declaração de S. Petersburgo de 1868*, referente à interdição de projécteis de um pêso inferior a 400 gramas explosivos ou carregados com matérias inflamáveis. Posteriormente as Conferências da Haia, de 1899 e de 1907, referiram-se especificadamente a outros meios proïbidos. Já depois da Grande Guerra, a Convenção de Washington, de 1922, e a declaração de Génebra de 1925 referiram-se à guerra química, incendiária e bacteriológica.

São proïbidas por uma ética civilizada:

—As perfídias, crueldades, violências ou rigores inúteis.

—Os ardis de guerra sendo actos de má fé contrários ao dever, à honra e à palavra dada.

A Conferência da Paz, de 1919, indicou sumàriamente os crimes contra as leis e usos da guerra e contrários às leis da humanidade praticados pelo adversário. Êsses actos foram verdadeiros *delitos internacionais*, que justificavam as sanções impostas.

Enumeremo-los. São 32 casos:

1.º—Assassínios e massacres; terrorismo sistemático;

2.º—Morte de refens;

3.º—Torturas infligidas aos civis;

4.º—Fome imposta aos civis;

5.º—Roubos;

6 .º—Exílio de meninas e mulheres para as constranger à prostituïção;

7.º—Deportação de civis;

8.º—Internamento e tratamento bárbaro;

9.º—Trabalho forçado aos civis em relação às operações militares;

10.º—Usurpação de direitos soberanos do Estado, durante a ocupação militar;

11.º—Alistamento forçado de soldados entre os habitantes das regiões ocupadas;

12.º—Pilhagens;

13.º—Tentativas de desnacionalização dos habitantes dos territórios ocupados;

14.º—Confiscação de propriedades;

15.º—Contribuïcões e requisições ilegais e exorbitantes;

16.º—Depreciação do sistema monetário e emissão de moeda falsa;

17.º—Imposição de penas colectivas;

18.º—Devastações e destruïções de propriedades sem necessidade militar;

19.º—Bombardeamentos desnecessários de praças sem defesa;

20.º—Destruïção de monumentos e estabelecimentos religiosos, de assistência, de instrução e históricos;

21.º—Afundamento de navios de mercadorias e de passageiros, sem aviso prévio e abandono dos náufragos;

22.º—Destruïção de barcos de pesca e combóios de reabastecimento;

23.º—Bombardeamento propositado de hospitais;

24.º—Afundamento de navios hospitais;

25.º Infracção às Convenções de Genebra;

26.º—Uso de gases asfixiantes;

27.º—Uso de balas exposivas ou expansivas e oûtras armas deshumanas;

28.º—Ordem de não dar quartel;

29.º—Emprêgo ilegal de prisioneiros de guerra;

30.º—Mau tratamento dos feridos e dos prisioneiros de guerra;

31.º—Abuso da bandeira branca de parlamentário;

32.º—Envenenamento dos poços».

As próprias represálias estão reguladas e não são feitas discricionàriamente (1). O arbítrio está banido na própria guerra e só existe nas sociedades despóticas.

---

(1) A Revue Général de Droit Internacional de 1917 (n.º 1) diz:

a)—As represálias não consistirão em actos cruéis, deshumanos e condenados pelas leis gerais da guerra, por exemplo, em pilhagem e saque das localidades tomadas de assalto, assassinato de sêres inofensivos, atentados contra as pessoas, destruïção sistemática de bens, emprêgo de venenos, armas e engenhos ilícitos, conforme o direito da guerra.

b)—As represálias serão proporcionais ao acto de que se queixa o Estado que as emprega, e, constituindo assim um simples meio de coerção e de resposta, devem, tanto quanto possível, modelar-se por êsse acto, e acabarem, logo que tiver sido reparado o prejuízo visado, ou tiver sido obtida a satisfação reclamada.

c)—As represálias serão ordenadas, quanto possível, por um chefe do exército ou de um corpo do exército ou oficial superior; e ligar-se-ão, por um laço estreito, ao tempo, meio e circunstâncias que as provocarem, sem que seja permitido remontar aos factos já antigos, e, especialmente, aos das guerras anteriores.

d)—As represálias não serão exercidas senão sôbre os responsáveis pelos actos indemnizáveis e jámais sôbre as populações inofensivas, que devem ser postas de lado, com respeito às conseqüências da guerra, encarada como ela deve ser, ùnicamente de Estado para Estado.

Se estas populações tomarem parte na guerra, não lhes devem

*

* *

Sabe-se que o adversário, ferido quando depõe as armas, é recolhido e tratado qualquer que seja a sua nacionalidade.

Esta disposição de humanidade tão elementar não é antiga.

Foi o espectáculo pavoroso de Solferino que determinou a Convenção de Génebra, de 22 de Agôsto de 1864, revista em 6 de Julho de 1906 e já novamente revista em 1929, pela Conferência Diplomática reünida na mesma cidade suíça, durante o mês de Julho daquele ano.

Essa Conferência Diplomática tomou como base as propostas das X e XI Conferências Internacionais da Cruz Vermelha, reünidas nos anos de 1921 e 1923.

Nessas Conferências da Cruz Vermelha o Govêrno Português fêz-se representar pelo Ex.mo Sr. Dr. Bartolomeu Ferreira, ao tempo nosso Ministro em Berne e na Conferência Diplomática pelo seu sucessor, Ex.mo Sr. Dr. Vasco de Quevedo, nosso actual Ministro na Suíça, e pelo Ex.mo Sr. Francisco Calheiros de Menezes, então chefe da Chancelaria portuguesa na S. D. N.

Segundo o lúcido e cuidado relatório do relator geral

---

ser aplicadas as represálias, mas sim a lei marcial pela forma da justiça militar.

Em todo o caso, os não combatentes autores dos actos incriminados devem ser os únicos castigados, e nenhuma responsabilidade deve pesar sôbre os seus concidadãos. Proceder de outro modo seria voltar ao excesso das guerras antigas, nas quais o conflito se generalizava a tôda a Nação.

da Sub-Comissão, que tratou êste assunto, o General médico Demolder, do exército belga, a actual *Convenção de Genève,* mantém as linhas gerais das anteriores. É, pois, conhecida de todos.

Seguindo o brilhante e conciso relatório dos nossos dois delegados aludiremos apenas a dois artigos, dos 39 artigos que constituem a nova Convenção de Cenebra, que nos têrmos do art. 34.º substitui as Convenções de 22 de Agôsto de 1864 e de 6 de Julho de 1906, nas relações entre as Altas Partes Contratantes e o art. 27, em que se estipula que os Governos tomarão as medidas necessárias para dar conhecimento às suas tropas e, especialmente, ao pessoal protegido, das disposições desta convenção, que também será conhecida das populações.

Dizem os nossos delagados:

«Convém desde logo destacar dois aspectos novos que a Convenção encerra e que marcam um progresso incontestável na revisão agora efectuada, ainda que qualquer dêles não seja tão extenso ou completo como muitos desejariam. São êles as estipulações contidas no art. 18.º, relativo à aviação sanitária, e as que dizem respeito ao art. 30.º, assegurando um inquérito, a pedido de um beligerante, sempre que possa dar-se um abuso ou infracção da Convenção».

Traduzamos o art. 18.º, e acompanhemos os comentários do General Dr. Demolder:

Art. 18.º—Os aeroplanos empregados como meios de transporte sanitário terão a protecção da Convenção, emquanto forem exclusivamente destinados à evacuação de feridos e doentes e ao transporte de pessoal e de material sanitário.

Serão pintados de branco e sôbre as duas faces das

asas terão as côres nacionais e o sinal distintivo da Cruz Vermelha.

Só com licença especial poderão voar sôbre a linha de fogo e sôbre a zona em frente dos grandes postos de socorro de distribuïção (Hospitais de Sangue), bem como, de uma maneira geral, ser-lhes-á proïbido voar sôbre todo território inimigo ou ocupado pelo inimigo.

Os aeroplanos sanitários deverão pousar logo que recebam intimação para o fazer.

Em caso de aterragem, imposta ou casual, sôbre território inimigo ou ocupado pelo inimigo, os feridos e doentes, o pessoal sanitário e o material sanitário, bem como o aeroplano, ficam ao abrigo desta Convenção.

O piloto, o mecânico e o radiotelegrafista feitos prisioneiros serão libertados com a condição expressa de só serem empregados, até ao fim das hostilidades, no serviço sanitário».

A esta disposição, que figura no capítulo V, *Transportes sanitários,* substituindo a antiga designação *Combóios de evacuação,* há a acrescentar o vôto de que as Potências se reúnam pròximamente em uma nova Conferência, a fim de regulamentarem, com o conveniente desenvolvimento, o emprêgo da aviação sanitária em tempo de guerra.

O direito aéreo tem sido estudado em diferentes Conferências especiais, havendo a tendência para aplicar à guerra aérea os princípios já seguidos para a guerra terrestre nas Conferências da Haia e na Convenção de Genebra.

No aludido art. 18.º reüniu-se quanto diz respeito ao emprêgo da aviação sanitária, o que poderá servir de base a trabalho completo acêrca de uma questão tão importante e de tanta actualidade.

A designação oficial de *aparelho aéreo* inclui os dirigíveis.

Como se verifica, o aeroplano é ùnicamente sob êste aspecto um meio de transporte e no campo de batalha a sua capacidade de transporte é reduzida, ficando êste meio reservado aos feridos de primeira urgência, cujo estado exija uma urgente intervenção em boas condições operatórias. Por isso se estabeleceu que o aeroplano poderia aterrar próximo das formações sanitárias de distribuïção, cuja designação é variável nos exércitos, mas que ficam entre 10 a 15 quilómetros da linha de fogo. Os perigos de uma observação aérea impediram o emprêgo do aeroplano voando sôbre o campo de batalha para a procura dos feridos abandonados, pois que o serviço sanitário dispõe de outros meios, até mais eficazes, para esta missão; também êsses perigos de um largo campo de observação, levaram alguns delegados a propor que o aeroplano sanitário não voasse acima de determinada altura.

A excepção estabelecida para o piloto, mecânico e radiotelegrafista suscitou vivo debate. Só o Estado captor poderá estabelecer a natureza do compromisso que êsse pessoal deverá tomar.

O 1.º Congresso de Aviação Sanitária tinha votado pela assinatura de uma declaração formal de só prestarem serviço sanitário até ao fim da guerra.

Esta cláusula dificulta o emprêgo da evacuação aérea, pois será necessário tornar privativos do serviço sanitário alguns pilotos, cujo recrutamento não é fácil.

Finalmente, o art. 30.º diz: «A solicitação de um beligerante, proceder-se-á a um inquérito, segundo o processo combinado entre as partes, acêrca de qualquer violação

dêste acôrdo; verificada a violação, os beligerantes reprimi-la-ão o mais ràpidamente possível».

É um princípio novo, que constitui uma garantia de respeito pelos tratados. Verificada a violação e não sendo dada pronta e imediata satisfação, o Estado comete um *delito internacional,* que se não tem ainda sanções jurídicas, poderá ter conseqüências políticas, que são graves sanções morais.

Só o conhecimento desta nova Convenção, que o Exército não pode ignorar, como já dissemos, tornaria útil o estudo comentado das suas disposições.

*

* *

Tratamento dos prisioneiros—O *Codigo dos prisioneiros de guerra* constitui uma enovação, tendo sido adoptado sob o título *Convenção referente ao tratamento dos prisioneiros de guerra,* assinada em Gèneve em 29 de Julho de 1929.

Aos prisioneiros de guerra se referem alguns artigos da Secção 2.ª—*Beligerantes,* do Regulamento sôbre as leis e usos da guerra terrestre, anexo a 4.ª Convenção da Haia, de 1907.

Os ensinamentos da Grande Guerra levaram as Potências a reconhecer a necessidade de completar aquelas disposições estabelecendo um Código dos prisioneiros de guerra.

Êste Código representa uma primeira tentativa, mas incompleta pelo que diz respeito aos *beligerantes passivos,* os habitantes, que feitos prisioneiros não têm o tratamento dos militares prisioneiros, chamados *beligerantes activos.*

A bibliografia portuguesa, nas memórias de guerra

dos nossos camaradas prisioneiros, regista numerosos factos justificativos da necessidade de estabelecer um acôrdo que humanize êste aspecto da beligerância.

Da nossa guerra em Moçambique, publicou o último número da *Revista Militar* um documento, que diz todos os sacrifícios a que foram sujeitos aquêles que no cumprimento do dever militar foram capturados pelo inimigo (1).

---

(1) Na *Revista Militar* (1933), o sr. Tenente Mário Costa, sob o título «Grande Guerra em Moçambique. Como eram tratados os prisioneiros de guerra portugueses», publica o documento seguinte:

«Ex.mo Sr. Comandante em Chefe das Fôrças Alemãs
Sr. General

Nós, os oficiais portugueses prisioneiros das fôrças alemãs, vimos por êste meio protestar perante V. Ex.ª pela maneira como temos sido tratados, e que não corresponde ao modo como o devíamos ser, atenta a nossa hierarquia militar, tratamento que está expressamente determinado na Convenção de Haia de 1899 e especialmente na de 1907, que diz respeito aos prisioneiros de guerra.

Expondo a V. Ex.ª os factos que connosco se têm passado desde que fomos feitos prisioneiros, V. Ex.ª melhor ajuïzará e tirará as conclusões necessárias para bem acreditar quanto é fundamentado o nosso protesto, esperando que V. Ex.ª ordenará que sejamos tratados mais humanamente.

Fomos feitos prisioneiros no dia 1 dêste mês e obrigados a dormir nessa noite na mesma casa com os sargentos, soldados e carregadores, que connosco foram prêsos, tirando-nos todos os artigos que possuíamos. No dia seguinte, antes da marcha, só nos deram uma manta suja e esfarrapada. No dia 3 mudámos de acampamento começando então o nosso martírio. Neste dia só nos deram uma panela de arroz de péssima qualidade, sem tempêro algum, até sem sal, arroz que nós não pudemos comer e démos aos soldados portugueses indíge-

Já durante a guerra se procurou obstar às violências a que eram sujeitos os prisioneiros. Os campos de represalias, a natureza bárbara das punições, as privações mate-

---

nas. Estes, que segundo nos disseram, eram para nosso serviço, estiveram sempre presos com uma corda e não podiam por isso prestar-nos serviço algum. Levaram-nos no dia seguinte, e, em vez dêles, mandaram-nos outros carregadores para transportar os utensílios de cozinha.

Com estes não nos entendemos, porque não sabemos falar o «swahili», de forma que não nos auxiliam, e têm desaparecido logo que chegamos ao local do bivaque. Todos os dias temos feito marchas muito penosas, devido a uma alimentação muito insuficiente. Além disso, como até hoje ainda não tivemos um dia de descanço, não tendo por isso podido lavar os nossos fatos, andamos num estado de porcaria e imundície, já cheios de bichos (pulgas e piolhos), que causa nojo. Alguns oficiais portugueses têm já tido febres muito intensas e andam num tal estado de fraqueza que mal podem agüentar as marchas. A alimentação é muito deminuta. Anteontem deram-nos apenas uns 2 quilos de arroz e uns 2 quilos de amendoim com casca, dizendo-nos que era para dois dias, e nós somos dezasseis oficiais.

É por estes factos, Sr. General, que vão de encontro a tôdas as leis da humanidade, que nós fazemos o nosso protesto, e para êles chamamos a atenção esclarecida de V. Ex.ª. Bivaque, 14 de Julho de 1918.—Os oficiais portugueses prisioneiros.»

O distinto oficial e infatigável investigador, tão apaixonado pelos problemas coloniais, junta o comentário seguinte:

«Por isso, é que a-par das indiscutíveis qualidades ao expoente máximo, tão patrióticas e tão altas de que os alemãis deram sobejas provas nesta campanha da Africa Oriental, há alguma coisa que os deslustra. Ao seu espírito de abnegação, sacrifício, patriotismo e disciplina, não se deve deixar de juntar a maior e mais impediosa das aberrações humanas: a *deshumanidade*.

riais e morais a que foram sujeitos os prisioneiros são factos bem conhecidos.

A humanidade deveu um notável serviço aos países neutros durante os anos terríveis da luta.

Durante a Grande Guerra, diz Georges Wagniére, a Suíça neutral pôde prestar à Humanidade serviços mais relevantes do que se tivesse sido beligerante.

Foi pela neutralidade perpétua que a Suíça permitiu à Cruz Vermelha desenvolver a sua fecunda actividade e se tornou possível, na ocasião em que os beligerantes não tinham quaisquer relações, reatar laços, que pela Caridade pouparam ao mundo mais cruéis sofrimentos. Durante quatro anos, a Suíça assegurou a hospitalização e o transporte das vítimas da guerra, o reabastecimento, em todos os sentidos, dos prisioneiros de guerra e das populações civis e a troca de numerosa correspondência, restabelecendo um precioso élo entre aquêles que o formidável conflito tinha bruscamente separado».

À Espanha, que como a Suíça, pelos serviços prestados aos beligerantes, dentro dos princípios de neutralidade, mereceram a designação de *bons neutros*, deveram os beligerantes grandes e inolvidáveis serviços.

Entre a França e a Alemanha procurou-se estabelecer um entendimento referente ao tratamento dos prisioneiros. Aos respectivos delegados eram vedadas conversas directas, de forma que ao delegado suíço competiu o espinhoso papel de intermediário.

Por coincidência curiosa, a Alemanha e os Estados Unidos da América só chegaram a um acôrdo sôbre êste assunto no dia 11 de Novembro de 1918, isto é no dia do Armistício.

Os antigos costumes bárbaros de esquartejar os pri-

sioneiros ou de os escravisar, quando como escravos eram mais úteis ao vencedor. A prisão perpétua dos vencidos feitos prisioneiros ou da sua libertação a trôco de custoso resgate; o massacre, a pilhagem e o incêndio das populações e das povoações conquistadas tinham desaparecido no actual grau de civilização. A clausura de Vercingetorix, o herói gaulês, prêso durante 12 anos antes da entrada em Roma como escravo no cortejo triunfal de César e a sua morte após outros seis anos de clausura na Cloaca Máxima, é história antiga.

As grandes Companhias do século XV, onde havia uma companhia do Duque de Werner, cuja divisa era—«Inimigo de Deus, da piedade e da misericórdia»; as atrocidades da guerra dos 30 anos; o corte das mãos das crianças, como faziam os húngaros de Dampierre; o corte dos seios das mulheres; os croatas, que faziam devorar os prisioneiros por cães famintos; em pleno século XVII na Áustria os massacres em massa; na gloriosa 1.ª campanha de Itália, Napoleão, em 1796, permitindo o saque de Verona como represália pelo assassínio dos feridos e doentes franceses hospitalizados, não se poderiam repetir.

Há também uma nota de pura galanteria. Em 1692, Luiz XVI, ao entrar em Namur, triunfador, dirige-se a um convento e inclinando-se na presença da Superiora faz-lhe êste pedido: «Permiti Senhora, que saúde com beijos, os beijos mais respeitosos do mundo, estas encantadoras religiosas.»

Pois, em pleno século XX o tratamento infligido aos prisioneiros foi crudelíssimo, por vezes bárbaro. Existe o testemunho insuspeito de oficiais espanhois que visitaram os campos de prisioneiros estabelecidos nas regiões mais insalubres; a clausura rigorosa, a privação da correspon-

dência, os castigos corporais mais bárbaros, como êsse dantesco suplício do submarino (encerramento em recinto fechado e cheio de água) durante horas intermináveis, a gaiola estreita e cercada de arame farpado, foram processos adoptados na Grande Guerra.

O *Código de prisioneiros* com 97 artigos procura evitar a repetição do atroz cativeiro, que tantos suportaram e completam a Secção 2.ª da 4.ª Convenção da Haya de 1907.

Êste Código deverá ser conhecido dos exércitos de campanha, pois o artigo 84.º estabelece que os textos da Convenção e dos acôrdos especiais serão afixados em lugares onde possam ser lidos pelos prisioneiros e, sempre que seja possível, na língua do prisioneiro.

O relatório de apresentação do Código de Prisioneiros foi elaborado pelo Professor Werner, membro do Comité Internacional da Cruz Vermelha. A Comissão que discutiu êste diploma dividiu-se em duas Sub-Comissões: Sub-Comissão jurídica e Sub-Comissão sanitária e administrativa.

O *Código* compreende 8 títulos:

Título I—Disposições gerais

Indica que só aos beligerantes é aplicado o tratamento de prisioneiros e torna extensiva as suas disposições à guerra marítima e à guerra aérea.

Título II—Trata da captura

Declaração do nome e da categoria. Interrogatório sem ameaças ou pressão. Destino dos objectos pertencentes ao prisioneiro.

Título III—Trata do cativeiro

Refere-se à evacuação para além das zonas perigosas.

Estatui àcêrca de:

Organização dos campos de prisioneiros.

Instalação dos acampamentos e outros alojamentos.

A instalação nos têrmos da Convenção exige cuidados, a que nos cumpre atender, não esquecendo as condições especialmente difíceis dos climas tropicais, das nossas colónias africanas.

Alimentação e fardamento.

Higiene.

Necessidades intelectuais e morais dos prisioneiros de guerra.

Disciplina interna.

Situação especial dos oficiais.

Recursos pecuniários, que resultarão de acôrdos especiais entre a Potência detentora ou Estado captor e o Estado nacional.

Transferência dos prisioneiros de guerra.

Trabalho a exigir:

Os prisioneiros válidos serão utilizados, com excepção dos oficiais.

Aos sargentos serão exigidos trabalhos de vigilância.

Os trabalhos não poderão ter relações directas com as operações de guerra, e, principalmente, fabrico e transporte de armamento e de munições, bem como outro material destinado às tropas combatentes.

Os trabalhos não poderão ser insalubres ou perigosos, sendo proïbido agravar as condições normais do trabalho como medida disciplinar.

O trabalho nas minas, tendo originado muitas violências durante a Grande Guerra, foi considerado especialmente no projecto discutido. Em maio de 1917, a Alemanha e a França assinaram um acôrdo sôbre o

assunto pelo qual só os mineiros de profissão, os homens excepcionalmente robustos e os voluntários poderiam ser utilizados nesses trabalhos violentos.

Poder-se-ão organizar destacamentos de trabalho.

Têm direito a salário.

Os prisioneiros poderão ter correspondência com o exterior e receber encomendas postais e outras, com géneros alimentícios, roupas, livros, etc.

As proïbições de correspondência, determinadas por motivos militares ou políticos, serão temporárias.

Os prisioneiros estão sujeitos às sanções disciplinares, que serão as leis, regulamentos e ordens vigentes para os exércitos da Potência detentora.

Os prisioneiros serão representados por homens de confiança junto das autoridades e dos delegados da Potência protectora.

Título IV—Trata do fim do cativeiro pelo repatriamento directo ou hospitalização em Estado neutro; pela libertação no fim das hostilidades.

Título V—Refere-se ao falecimento dos prisioneiros de guerra.

Título VI—Organiza as repartições de socorro e de informações, em países neutros.

Título VII—Aplica o *Código* aos correspodentes e repórteres de guerra, aos vivandeiros e aos fornecedores, desde que possuam o documento que justifique a sua identidade.

Finalmente, o título VIII—Além das disposições gerais, organiza a fiscalização pelas Potências protectoras e por viagens de inspecção aos campos de prisioneiros.

Algumas disposições impõem modificações do nosso

regulamento disciplinar, pois não é aceitável, que o tratamento adoptado para os nossos, seja mais rigoroso do que o seguido para com os prisioneiros.

A propósito do projecto que serviu de base à discussão, que enumerava os casos de doença determinantes do internamento em país neutro ou mesmo repatriamento, recordemos o acôrdo franco-alemão de Maio de 1917 em que se reconhece como doença justificativa, a psicoastenia da rêde de ferro *(fils de fer barbelés)*, que produzia a depressão moral e física de um cativeiro não inferior a desoito meses.

O que fica enunciado dá uma idea da alta importância desta Convenção e da necessidade urgente de a traduzir e publicar, como se amanhã estivéssemos em guerra.

Parece-nos, pois, muito urgente que, no cumprimento dos deveres internacionais, se dê conhecimento em publicação especial ou como anexo ao Regulamento de Campanha, das duas Convenções que sumàriamente indicamos e outras vigentes e seria de grande vantagem que aos assuntos e questões de direito internacional fôsse dada a maior importância nos altos estudos militares. (1) Note-se, que não há nas Faculdades de Direito o ramo adequado às necessidades da cultura jurídica dos profissionais militares.

As Convenções militares são negociadas pelo Comandante em chefe, mas durante a beligerância há outras

---

(1) «Economia social, economia política, *direito das gentes*, história diplomática, política externa, geografia humana são os instrumentos desta cultura adjacente, ou melhor, desta *cultura basilar (culture d'appui)*, diz o General Duffour (V. «Revue Militaire Suisse»—*Haut Enseignement Militaire*—1934—Março-Abril).

Convenções que interessam directamente aos Exércitos e às Marinhas, e são negociadas pelos Govêrnos.

Negociações extremamente difíceis, e que uma previsão dos acontecimentos poderá antecipar; foi essa dificuldade que determinou a elaboração do Código de Prisioneiros de Guerra, cuja redacção não deveria, talvez, ter descido a pormenores inexequíveis para certos Estados, nas que evita a premente necessidade de acôrdos durante *o período da beligerância.*

Do exposto resulta que, mesmo na violência de guerra, a moral superior do nosso tempo, opondo-se a retrocessos e a desumanidades, admite e aconselha convenções baseadas no direito e na justiça, o que, em suma, constitui um sinal de civilização.

CORONEL HENRIQUE PIRES MONTEIRO

HIDROGÉNIO INDUSTRIAL (1)

POSSIBILIDADES TÉCNICAS E ECONÓMICAS DO SEU FABRICO NO NOSSO PAÍS

5.º—Separação física do CO E H² do gás de água.

Êste processo era baseado na separação por liquefacção do óxido de carbono segundo o método «Linde-Frank-Caro».

Êste método consiste em retirar o hidrogénio dos gases dos gasogénios, que o contêm na proporção de 50 % misturado com metana, e seus homólogos, óxido de carbono, anídrido carbónico, oxigénio, azote e hidrogénio sulfurado. Para isso procede-se à distilação fraccionada da mistura líquida. O hidrogénio ferve, com efeito, 70° mais baixo que os gases que o acompanham, mas é preciso não esquecer que estes gases na mistura têm apenas uma pressão parcial, muito fraca para os que só existem na quantidade de vestígios, por isso a separação na prática apresenta grossas dificuldades. Um outro inconveniente é o perigo da

---

(1) Cont. do n.º 3, vol. 90, pág. 276.

obstrução dos aparelhos pelo gêlo do gás carbónico sólido, ou mesmo por certos homólogos da metana que, mesmo muito diluídos, se solidificam. Felizmente que estes produtos só existem na dose de vestígios e são, de resto, solúveis na metana e na etilena líquidas.

Os aparelhos que permitem extrair o hidrogénio dos gases dos gasogénios compõem-se de compressores e colunas separadoras. O gás, privado de vapor de água, de anídrido carbónico e enxôfre, é comprimido, depois liquefeito e fraccionado. O hidrogénio sai das colunas sob uma pressão elevada, o que facilita o seu emprêgo nos processos catalíticos que exigem uma pressão elevada, como hoje sucede com o amoníaco sintético. Êste hidrogénio contém ainda 15 % de azote, portanto quási a quantidade necessária para a síntese do NH^3.

O óxido de carbono liquefaz-se sòmente a uma temperatura de —179° e é preciso uma energia considerável para separar o hidrogénio e o óxido de carbono do gás de água. Franck preconisou por isso converter primeiro o CO em CO^2, que é muito mais fácil de liquefazer. Com o auxílio duma chama de gás rico em oxigénio, mantém-se num acumulador de calor uma temperatura de 1.500 a 1.800°, emquanto se introduz em contra-corrente uma mistura de gás de água e de vapor de água. A mistura de gás residuário composto de gás carbónico, hidrogénio e vapor de água não decomposto é conduzida ao acumulador para lá deixar o calor. À saída do aparelho a mistura óxido de carbono-hidrogénio-vapor passa num condensador a 0,2 atm. de vácuo onde o vapor de água se condensa e onde uma nova reacção se produz em presença de gás de água. O anídrido carbónico é separado do hidrogénio por liquefacção.

Depois da grande guerra, a partir de 1920, houve sobretudo a tendência de aperfeiçoar alguns dêstes processos debaixo do ponto de vista económico.

Desta maneira, no processo do vapor de água sôbre o ferro houve a preocupação de melhorar o rendimento térmico, visto que se sabia que, sem o cuidado de recuperar o calor, 90% de calor do gás de água se perdia.

O aparelho de Griggs obedece a esta directiva.

Actualmente, e segundo os processos e aparelhos utilizados, o rendimento calorífico varia entre 55 a 65%.

A construção dos aparelhos também foi melhorada com o objectivo de obter, à temperatura de 700° a que se passa a reacção, uma maior resistência. Com efeito, nas grandes instalações, para obter a temperatura interna de 700° por aquecimento externo era necessário uma temperatura exterior de 900°, o que é agravado pela facilidade com que às altas temperaturas o hidrogénio difunde através das paredes de ferro.

Uma maneira de resolver as dificuldades que êste aspecto técnico põe nas grandes instalações industriais, consistiu em efectuar um aquecimento mixto: interno e externo, ou só interno.

O aquecimento interno é o adoptado pela *Société l'Oxhydrique Française* num aparelho constituído por uma serie de chaminés refractárias encostadas umas às outras e destinadas a conter o minério. Os gases entram pela parte superior, atravessam o minério e voltam a juntar-se na parte inferior. Cada uma das chaminés é munida dum regulador que permite assegurar uma repartição sensivelmen-

te igual dos gases em cada uma delas. As deteriorações devidas ao aquecimento e as perdas de hidrogénio por difusão são evitadas.

Examinemos agora um pouco mais em detalhe os processos de aquecimento e recuperação de calor.

A reacção passa-se entre 600 e 700° e a esta temperatura a acção do vapor de água sôbre o ferro é muito rápida e exotérmica, pois que liberta 38,4 calorias. A rapidez e a facilidade da reacção são grandemente favorecidas pelo facto do ferro provir do seu óxido recentemente reduzido, e pela extrema porosidade do minério nestas condições, o qual apresenta uma grande superfície ao contacto.

A reacção da redução do óxido de ferro já não apresenta a mesma feição e as reacções acima indicadas mostram claramente um *deficit* térmico de 3 calorias. Êste regime endotérmico é ainda agravado pela lentidão e pelo limite da reacção. Com efeito o anidrido carbónico e o vapor de água tendem a reagir. Para evitar todos estes inconvenientes é necessário trabalhar com um grande excesso de gás redutor que, ao mesmo tempo que expulsa o anídrido carbónico e o vapor de água, renova as superfícies em contacto. É êste excesso de gás redutor residuário, que sai do aparelho, que é queimado e assim utilizado para o aquecimento da instalação.

Êste processo fôra mais ou menos pôsto de parte em conseqüência do preço de custo elevado por que produzia o hidrogénio. Ora êste preço elevado resultava de que as quantidades teóricas de gás redutor e de calor eram ultrapassadas em conseqüência de terem de ser produzidas expressamente e não ser possível recuperar nem todo o calor, nem os gases residuários em excesso necessário, co-

mo acima se viu. Se, porém, fôr possível intercalar a instalação numa fábrica de coque, a utilização dos gases desta permite que só seja empregada a quantidade teórica necessária dos gases redutores. Da mesma forma o calor utilizado é o estritamente necessário à vaporização e ao sobreaquecimento do vapor de água que entra na reacção. Daqui resulta que 2,5 m^3 de gás redutor bastam para produzir 1 m^3 de hidrogénio.

No processo Griesheim procurou-se eliminar completamente o óxido de carbono por passagens sucessivas sôbre o catalisador, sôbre cal e pela separação das duas reacções.

Por outro lado George Claude criou dois processos físicos de separação do hidrogénio dos gases dos fornos de coque. Um baseado na dissolução dos gases, outro na distilação.

A «Société des Houillères de Saint-Etienne», por exemplo, tem anexa uma fábrica de amoníaco sintético pelo processo Claude que funciona da seguinte maneira.

A instalação compõe-se de 3 partes:

a) Separação do hidrogénio do gás dos fornos de coque;
b) Extracção do azote do ar;
c) Catálise sôbre pressão da mistura de azote e hidrogénio.

A separação do hidrogénio do gás dos fornos de coque é realizada pelos aparelhos seguintes: um gasómetro que regulariza a chegada do gás entregue pela fábrica de coque; um compressor que leva em três fases a pressão do gás dos fornos de coque a cêrca de 25 atm.; uma coluna de desbenzolagem; uma tôrre de descarbonatação; uma bataria de dessicação; um aparelho de separação de hidro-

génio pela liquefacção dos hidrocarbonetos e do óxido de carbono e um gasómetro que armazena o hidrogénio obtido.

A extracção do azote do ar é obtida queimando o hidrogénio no ar e eliminando a água que se forma.

A catálise da mistura de azote e hidrogénio é realizada por meio dum hipercompressor que comprime a mistura a 900 atm. e a envia a uma série de 5 tubos catalisadores. No primeiro dêstes tubos opera-se a eliminação do óxido de carbono ainda contido na mistura e que o aparelho de liquefacção não eliminou completamente. Nos outros quatro tubos realiza-se a síntese do amoníaco.

CAPÍTULO II

O HIDROGÉNIO NA SÍNTESE DO AMONÍACO

1.º—Oxidação do óxido de carbono pelo vapor de água

Admite-se que o gás de água resulta de algumas ou de tôdas as reacções seguintes:

$$C + H^2O = CO + H^2$$

$$C + 2H^2O = CO^2 + 2H^2$$

$$CO + H^2O = CO^2 + H^2$$

$$C + CO_2 = 2CO$$

Por outro lado admite-se que a relação $CO:C^2$ aumenta com a temperatura e esta é um factor essencial da produção do CO. Fazendo variar a pressão do vapor entre 650 e 1.200º, as reacções que se verificam são as 1.ª, 2.ª e 4.ª acima citadas. Têm lugar à superfície do carvão e são tôdas 3 mono-moleculares. Na relacção $CO:CO^2$, o factor principal é a acção do vapor não decomposto mais do que a temperatura. Se se modifica a pressão sob a qual funciona o gasogéneo, obtém-se o mesmo resultado que aumentando a duração do contacto.

O processo hoje usado nas fábricas alemãs é baseado na reacção:

$$H_2 + CO + H^2O \rightleftharpoons CO^2 + 2H^2 + 10 \text{ Cal.}$$

Como se vê, esta reacção é reversível e a cada temperatura estabelece-se um equilíbrio diferente.

A lei de acção de massa dá imediatamente:

$$\frac{P_{CO} \times P_{H^2O}}{P_{CO^2} \times P_{H^2}} = K$$

em que P_{CO}, P_{H^2O}, P_{CO^2}, P_{H^2} representam as pressões parciais do óxido de carbono, da água, do anídrido carbónico e do hidrogénio.

Desta fórmula conclui-se que aumentando a quantidade do vapor de água, a quantidade residuária de CO diminui.

O estudo desta importante equação de equilíbrio foi feito por Le Chatelier, não tendo em conta a variação do calor da reacção com a temperatura. Mas em 1913, Hahn, no *Zeitschrift für Physikalisch Chimie*, apresentou um estudo tendo em consideração a variação do calor da reacção. Para o fazer Hahn recorreu à fórmula de Van't Hoff visto que a equação de Guldberg e Waage só dá os valores de K a temperatura constante.

Na fórmula de Van't Hoff

$$\frac{d \log_e K}{dT} = \frac{-Q}{RT^2}$$

Q é igual ao calor produzido na reacção no sentido da seta superior.

No caso presente corresponde a 10.100 pequenas calorias à temperatura de 15°.

R é a constante dos gases, igual a $8{,}3156 . 10^7$ C. G. S.

Q pode-se exprimir em função de T.

A teoria cinética dos gases ensina-nos com efeito que

$$Q = \frac{N\ m\ u^2}{2}$$

em que N é o número de Avógadro, m a massa e u a velocidade duma molécula. E como

$$\frac{m\ u^2}{2} = \frac{3R}{2N} T$$

resulta que

$$Q = \frac{3}{2} RT$$

isto para as moléculas mono-atómicas.

Para as poli-atómicas teremos:

$$dQ = dQ_1 + dQ_2$$

em que dQ_1 representa a quantidade de calor transformada em energia cinética de transladação e dQ_2 a quantidade de calor que se converte em energia inter-atómica.

Viu-se que:

$$Q = \frac{3}{2} RT \text{ ou diferenciando } dQ = \frac{3}{2} RdT$$

e $dQ_2 = dQ_1 \alpha$, chamando a α um coeficiente desconhecido da temperatura, visto que a acumulação da energia, interna nas moléculas resulta da intensidade dos seus choques, intensidade medida pelo aumento da temperatura, portanto

$$d\ Q_2 = \frac{3}{2} R\ dT\ \alpha$$

e

$$d\ Q = \frac{3}{2} R\ dT + \frac{3}{2} R\ dT\ \alpha$$

ou

$$d\ Q = \frac{3R}{2} dT\ (1+\alpha)$$

com

$$\frac{3}{2} R = \frac{3 \times 8{,}32 \times 10^7}{2} \text{ ergs} = 2{,}97 \text{ cal.}$$

finalmente vem

$$d\ Q = 2{,}97\ dT\ (1+\alpha)$$

Ora, como se sabe, nas moléculas poli-atómicas α varia entre $\frac{2}{3}$ e 1.

A fórmula fica então

$$d\ Q = 5{,}94\ dT$$

Integrando agora a fórmula de Van't Hoff

$$d \log_e K = \frac{-Q}{RT^2}\, dT$$

vem

$$\log_e K = -\frac{1}{R}\int \frac{Q}{T^2}\, dT$$

e exprimindo Q em função de T deve-se obter

$$\log_e K = \frac{2232}{T} + 0{,}0846 \log_e T + 0{,}00022\ T - 2{,}5084 = 0$$

Também se pode partir da lei do isoequilíbrio. Por esta lei sabe-se que quando um sistema monovariante está em equilíbrio químico, as variações simultâneas de pressão e de temperatura que não modificam êste equilíbrio estão ligadas pela relação seguinte:

$$Q\,\frac{d\,T}{T} + J\ V\ dP = 0$$

em que

Q é o calor latente de reacção a pressão e a temperatura constantes expresso em grandes calorias.

J o equivalente calorífico do Kgm.

P a pressão em Kg. por m^2.
T a temperatura absoluta.
V a mudança de volume em m^3 resultante da reacção efectuada a pressão e temperatura constantes.

Como os gases seguem a lei de Mariotte, pode-se escrever:

$$Q\frac{\partial T}{T^2} + J\,R\,N\frac{\partial P}{P} = o$$

que integrada dá

$$500\int \frac{Q}{T^2}\,dT + N\log_e P = K$$

Por outro lado, a lei de acção de massa pode-se escrever sob a forma:

$$N\frac{\partial P}{P} + \Sigma n\frac{\partial c}{c} = o$$

Como ∂P é nesta fórmula a diferencial parcial em relação à concentração e na fórmula anterior a diferencial parcial em relação à temperatura, somando membro a membro as duas equações diferenciais e integrando, obtém-se

$$500\int \frac{Q}{T^2}\,dT + N\log_e P + \log_e c = K$$

em que c são as diversas concentrações.

As primeiras experiências foram feitas utilizando a esponja de platina como catalisador.

Entre 786° e 1086° os valores obtidos para K foram:

t	K
786°	0,851
885	1,170
985	1,570
1085	2,002

o que concorda com os valores teóricos.

O Dr. Mittasch, que na fábrica bávara se dedicou a estes estudos, pôs de parte a platina como catalisador e utilizou compostos de ferro, de cromo e de mercúrio (?). Com os novos catalisadores pôde-se trabalhar a temperaturas mais baixas e obter melhores resultados. Hoje Opau e Merserburgo trabalham entre 400° e 500° centígrados. A estas temperaturas os valores de K são:

$$K_{400} = 0{,}062$$
$$K_{500} = 0{,}161$$

Nas fábricas citadas não se trabalha só com o gás de água em conseqüência de o fim da operação ter por objectivo a obtenção de uma mistura gasosa de 3 volumes de hidrogénio para 1 de azote, destinados a entrarem nas tôrres de catálise para a síntese de amoníaco.

Para êsse efeito o gás de água é fabricado com gasogéneos tipo Pintsch, de 4 metros de altura por 3 de diâmetro, construídos em fôlha de ferro revestida interiormente de barro refractário. São completamente fechados e não possuem reservatório para água.

Trabalham em duas fases: Na primeira o ar é comprimido durante 1 minuto e os gases escapam-se pela cha-

miné. Na segunda fase, que dura 3 minutos, efectua-se a gaseificação.

O gás assim produzido tem a seguinte composição:

CO^2	4 %
CO	40
H^2	50
N^2	6
	100

O poder calorífero é de 2.400 Cal.

O consumo de combustível é de 100 Kg. de coque por metro quadrado de grelha. Cada quilograma de coque produz 1,45 m^3 de gás.

Paralelamente fabrica-se o gás pobre ou gás de ar em gasogéneos tipo B. A. M. A. G., também de fôlha de ferro revestida de tejolos refractários, com 3 metros de altura e 2^m,80 de diâmetro.

Estes gasogéneos, com uma ligeira alteração, podem servir para o fabrico do gás de água e quando primitivamente em Opau o azote provinha duma distilação de ar líquido, tipo Linde, era êsse o seu único fim.

São todos munidos dum sistema privativo de purificação.

O gás produzido tem a seguinte composição:

CO^2	4 %
CO	30
H^2	10
N^2	55
CH^4	0,5
XX	0,5
	100,00

O poder calorífico é de 950 Cal.

O consumo de combustível é de 125 Kg. por metro quadrado de grelha. Cada quilograma de combustível produz 2,8 m^3 de gás.

A mistura gasosa é então composta com 2 volumes de gás de água e 1 volume de gás de ar. E, depois de purificada, é conduzida aos aparelhos de catálise do CO, tendo recebido, todavia, no percurso, uma primeira dose de vapor de água sob a pressão de 4 atmosferas.

Conforme mostra a fórmula de equilíbrio acima indicada, há tôda a vantagem em aumentar a óxidação do CO. Mas como o CO nunca desaparece completamente, é conveniente calcular a quantidade teórica mínima de vapor de água com a qual se obtém o melhor resultado e para o mesmo catalisador.

Se se juntam à mistura gasosa 100 volumes de vapor de água, a cada temperatura de equilíbrio ficarão sempre x volumes de CO. Mas como a mistura tem a composição:

CO^2	4 %
CO	37
H^2	36
N^2	22

é evidente que $37 - x$ de CO desapareceu assim como igual volume de H^2O. Em compensação formou-se $37 - x$ de CO^2 e de H^2.

Portanto a composição da mistura será:

$CO^2 = 4 + 37 - x = 41 - x$	volumes
$H^2 = 36 + 37 - x = 73 - x$	»
$CO = x$	»
$H^2O = 100V - 37 + x$	»

e a fórmula de Guldberg e Waage permite escrever:

$$\frac{x\,(100V - 37 + x)}{(41 - x)\,(73 - x)} = K$$

quando a temperatura é de 400° centígrados $K = 0{,}062$ e aquela fórmula dá:

$$0{,}938\ x^2 + (100V - 29{,}932)\ x - 185{,}566 = 0$$

quando a temperatura é de 500° centígrados $K = 0{,}161$ e a fórmula dá:

$$0{,}839\ x^2 + (100V - 18{,}646)\ x - 481{,}873 = 0$$

quando a temperatura é de 685° centígrados $K = 0{,}522$ e a fórmula dá:

$$0{,}478\ x^2 + (100V + 22{,}508)\ x - 1562{,}346 = 0$$

Fazendo agora V igual a 1, 2, 3, 4, obtêm-se as quantidades de CO existente em cada caso de equilíbrio e conforme a temperatura:

A 400° teremos:

$V = 1$	$x_{co} = 2{,}55$
$V = 2$	$x_{co} = 1{,}08$
$V = 3$	$x_{co} = 0{,}68$
$V = 4$	$x_{co} = 0{,}51$

A 500° teremos:

V = 1	x_{co} = 5,57
V = 2	x_{co} = 2,61
V = 3	x_{co} = 1,70
V = 4	x_{co} = 1,24

A 685° teremos:

V = 1	x_{co} = 12,17
V = 2	x_{co} = 6,92
V = 3	x_{co} = 4,86
V = 4	x_{co} = 3,67

Resultados que se podem exprimir por curvas.

E essas curvas indicam claramente a vantagem que há em trabalhar a baixas temperaturas e mostram qual o limite mínimo de volumes de vapor de água necessários para que as percentagens de CO residuário não sejam muito elevadas. De resto o excesso de vapor empregado é recuperado.

Na prática, em Opau, usa-se juntar um volume de vapor de água igual ao dôbro do gás que vai entrar nos catalisadores. Desta maneira o gás que sai dos catalisadores é da seguinte composição:

CO^2	13,04 %
CO	0,92
H^2	23,57
H^2O	54,47
	100,00

Como a catálise se realiza entre 400° e 500° e como se pretende fixar a percentagem do CO residuário em 2, é costume juntar 1,95 volumes de vapor de água.

Durante a catálise o volume não varia. A pressão é que quási triplica depois da injecção do vapor de água sob pressão.

O rendimento, depois da condensação da água, é o seguinte: 100 m^3 de gás mixto fornecem, depois de catalisados, 134,4 m^3 de gás.

Depois da condensação do vapor de água o gás adquire a seguinte composição definitiva:

CO^2	28,65 %
CO	2
H^2	51,65
N^2	17,7
	100,00

2.º—Processos usados por Claude a partir do carvão: distilação e dissolução dos gases dos fornos de coque.

Os gases dos fornos de coque têm a seguinte composição aproximada nos países produtores de coque:

CO^2	3,5 %
CO	5,2
H^2	50,3
N^2	15,5
CH^4	24,0
C^2H^4 etc.....	1,5
	100,00

Os gases dos fornos de coque contêm, como se vê, 50 % de hidrogénio. É lógico, portanto, o seu aproveitamento se bem que o preço de custo do hidrogénio proveniente dêste processo seja um pouco superior ao do processo alemão. A vantagem resulta de se adaptar a pequenas instalações.

Claude criou dois métodos de utilização dêstes gases. O método da dissolução e o método da liquefacção ou distilação.

a) O processo da dissolução, pouco usado, é baseado na menor solubilidade do hidrogénio em relação à dos outros gases da mistura.

Está bem de ver que, como no processo alemão, o inimigo é aqui também o CO. E como se dá o caso das solubilidades do hidrogénio e do CO variarem com a pressão e com a temperatura, Claude fundamentou nesse facto o seu método. De resto as variações da solubilidade dos dois gases dependem sobretudo do dissolvente adoptado. Em geral é o éter ordinário que se utiliza

Para êste dissolvente a relação $\frac{CO}{H}$ é igual a 5 à temperatura de 40° e à pressão de 100 atmosferas.

(Continua)

MANUEL GASPAR DE BARROS

COIMBRA EM 1815

A *Grande Enciclopédia Francesa* redigida por uma sociedade de sábios e de literatos e editada em Paris por L'Amirault et Cie, não fala de M. Breton, autor da obra, em 6 volumes, cujo título abaixo vai indicado.

De maneira que não podemos dizer se aquêle senhor viajou em Espanha e Portugal e das suas observações resultou o que êle disse dos dois países, ou se foi um compilador do que outros viram e publicaram.

O sexto volume da obra refere-se a Portugal, ùnicamente.

Por curiosidade damos os títulos dos capítulos e por êles se verá o que mais interessou a M. Breton:—*Descrição de Portugal; topografia; modos de viajar; carros de 4 rodas; cavalos portugueses; província de Entre Douro e Minho; província do Alentejo; mendigos e hospitais; província dos Algarves; província de Traz-os-Montes; culturas da vinha; província da Beira; Guarda; costumes da província da Beira; Estremadura; aqueduto de Alcântara; descrição de Lisboa; o terramoto do 1.º de Novembro de 1755; govêrno e tribunais; audiência do Príncipe; costumes antigos e os estabelecimentos comerciais [ultramarinos]; carácter dos portugueses; nobreza; burguesia; polícia de Lisboa; costumes populares; barqueiros e peixeiros; padeiros; mobiliários; esteiras e capachos; teatros e divertimentos; confrarias e festa*

do Espírito Santo; camponeses e habitantes de Tôrres Vedras, finanças e papel moeda.

Contém êsse volume, in- 16.º, 228 páginas, das quais extraímos as que se referem a Coimbra. São transcritas em francês, para não perderem o seu sabor. M. Breton poderia dizer muito mais a respeito de Coimbra, mas, ou pouco tempo se demorou nesta cidade ou pouca coisa havia sido publicada sôbre ela.

JOÃO DE VILHENA

«L'Espagne et le Portugal, ou moeurs, usages et costumes des habitans de ces royaumes». Précédé d'un précis historique, par M. Breton. Ouvrage orné de cinquante quatre planches représentant douze vues et plus de soixante costumes, différens, la plupart d'après des dessins exécutés en 1809 et 1810. Tome sixième. Paris, A. Nepvieu, Libraire, passage des Panoramas. 1815.

VILLE DE COIMBRE,

ET SON UNIVERSITÉ.

Coïmbre qui est la *Conembrisca Antonina*, dont parle Pline, fut bâtie par les Romains trois siècles avant l'ère chrétienne. Elle est la capitale de la province de Beira.

Comme presque toutes les grandes villes de Portugal, Coïmbre a été bâtie sur le penchant d'une côte escarpée. Le Mondego, large rivière, baigne le pied de ses murs.

De loin l'aspect en est enchanteur, mais l'illusion cesse

de près; les rues sont étroites, inégales, tortueuses, mal pavées, et d'une saleté révoltante. Le sol est si escarpé et si glissant qu'on y marche avec peine. La seule rue un peu belle est en bas dans la plaine, mais les gens de distinction ne l'habitent point, parce qu'on prétend que le séjour en est malsain pendant l'été, à cause des marécages que laisse le Mondego rentré dans son lit.

Le roi don Dinez (ou Denis), fondateur de Coïmbre, y transporta vers l'an 1307, l'université qu'il avoit fondée à Lisbonne en 1291. Cet établissement fut depuis transféré à Lisbonne; mais sous Jean III, en 1537, il retourna à Coïmbre où il subsiste encore.

L'université se compose d'un recteur, de six professeurs de théologie, six de droit canon, dix de droit civil, cinq de médecine, et deux de mathématiques.

Le recteur n'est en fonctions que pendant trois ans: le roi le nomme ordinairement hors du sein de l'université et parmi les ecclésiastiques.

Le chancelier de l'université est le chef véritable de l'instruction. Il a l'inspection des cours, et préside aux examens des étudians. Les cours commencent au mois d'octobre et finissent au mois de mai; ils sont suivis d'examens qui durent jusqu'à la fin de juin. Il y a trois mois de vacances. Chaque élève est obligé de suivre les cours pendant un nombre d'années fixé, avant de recevoir sa licence, et d'être admis aux emplois publics.

Tous les étudians se distinguent, ainsi que leurs maîtres, par un vêtement singulier. C'est un habit long, d'étoffe noire, sans manches, noué par-derrière avec des cordons, et garni par-devant de deux rangs de petits boutons bien serrés qui commencent sous le cou, et descendent jusqu'aux pieds. Par-dessus cette soutane on met un autre vêtement

noir et long avec de longues manches, comme la robe des pasteurs protestans.

A défaut de poches, ils portent à la main un petit sac de drap noir pour contenir leur mouchoir et leur tabatière. Les étudians marchent toujours la tête découverte, même pendant les chaleurs de l'été. Les professeurs et les gradués ont seuls le droit de porter la barette noire.

Des réglemens sévères enjoignent de porter ce costume, sous peine d'amende et même d'emprisonnement, en cas de récidive. Comme l'université de Coïmbre renferme près de mille élèves, et que la ville ne contient guères que douze mille ames, aux heures où il n'y a point de classe, les rues ont un aspect triste et monacal.

Le marquis de Pombal vouloit réformer ce costume, mais on lui fit sentir que ce seroit détruire la discipline de l'université, et que d'ailleurs ces vêtemens étoient fort économiques.

L'université de Coïmbre se glorifie d'avoir compté parmi ses élèves le poëte Camoëns, et le célèbre mathématicien Pierre Nunez, plus connu des savans, sous le nom de *Nonnius*. Il a donné son nom à un petit instrument fort ingénieux qui dispense de marquer toutes les subdivisions sur l'étendue entière d'un instrument de mathématiques. On fait glisser le long de la règle ou du cercle une petite lame de cuivre graduée, où se trouvent les divisions en minutes ou secondes de degré, en lignes ou en fractions décimales.

ENVIRONS DE COIMBRE

INÈS DE CASTRO

Les environs de Coïmbre sont montagneux, mais offrent des paysages admirables. On iroit voir avec ravissement le lieu qui s'apelle aujourd'hui le jardin ou la vallée des larmes (*la quinta das lagrimas*) quand même il ne seroit pas cher à tous les amis de la bonne littérature. C'est en effet dans cet endroit enchanteur qu'a respiré Inès de Castro, personnage qui appartient moins à l'histoire qu'à l'épopée ou à la tragédie, car le Camoëns et Lamothe l'ont rendue encore plus intéressante par leurs fictions qu'elle ne l'étoit par ses malheurs trop réels.

Amante adorée de don Pèdre, fils et héritier présomptif du roi Alphonse IV, cette femme infortunée fut assassinée par ordre d'un monarque barbare.

On sait que don Pédre parvenu au trône peu de temps après fit déterrer le corps de son épouse, et posa la couronne royale sur son front à demi consumé par les suites affreuses de la mort.

L'épisode des amours d'Inès et de don Pèdre est un des plus intéressants de la Lusiade. Le Camoëns trace en ces termes dans son troisième chant, le bonheur d'Inès, et la beauté des lieux qu'elle habitoit.

«Tes jours, belle Inès, s'écoulèrent dans un doux repos. Tu goûtas tous les charmes du bonheur dans cette douce ivresse de l'ame, que la fortune ne détruit que trop tôt».

«Dans les prairies verdoyantes qu'arrose le Mondego, tu mouillas l'herbe de tes larmes, et ta bouche prononça

un nom cher à ton cœur, que l'écho des montagnes voisines répétoit».

On montre encore un ruisseau limpide ombragé de cyprès que l'on apelle la *Fontaine des Larmes*, parce que suivant la tradition, Inès s'y abandonnoit dans une solitude profonde, au sentiment de son infortune. C'étoit aussi ce ruisseau dont le cours portoit les amoureux messages de don Pèdre à la belle Inès.

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894)—Número comemorativo do 5.° centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12$00

Fernão de Magalhães—Número comemorativo do 4.° centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarãis, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) ..... 6$00

Idem—Suplemento 1.° (1877-1883) .... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 ..... 4$50

Noticia sôbre uma série de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e critica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 .... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cêrca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O *Instituto* põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação, rosto e capa próprios serão de conta dos autores.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso.....	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1—COIMBRA

VOLUME 90.º



NÚMERO 5

FIGUEIRA DA FOZ
TIPOGRAFIA POPULAR
1936

SÓCIO BENEMÉRITO

Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

A revisão das provas dos artigos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Boletim do Instituto 385
A observação dos fenómenos solares e algumas contribuïções para a sua interpretação, por Gumersindo Sarmento da Costa Lôbo 394
Conimbriga visigótica, por Vergílio Correia 410
Théorie radiante, por F. M. da Costa Lôbo. 416
Hidrogénio Industrial — Possibilidades técnicas e económicas do seu fabrico no nosso país, por Manuel Gaspar de Barros . . 458

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 4 DE ABRIL DE 1936

A 4 de Abril de 1936 reüniu a Assembleia Geral de *O Instituto de Coimbra* sob a presidência do Professor Francisco Miranda da Costa Lôbo.

O presidente recordou com palavras de profundo pesar a perda dos dois ilustres sócios dêste *Instituto*, Sua Excelência Reverendíssima D. Manuel Coelho da Silva, Bispo Conde de Coimbra, e do Professor Joaquim de Vasconcelos. Lembrou que eram dos sócios mais antigos desta instituïção à qual constantemente tinham prestado o seu valiosíssimo apoio. Os sócios presentes manifestaram também os seus sentimentos de pesar e saüdade. Foi aprovado unânimemente que na acta ficasse exarado um voto de profundo sentimento e que êste fôsse comunicado a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo Conde, D. António Antunes, e às famílias dos ilustres falecidos.

Foi também resolvido solicitar de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor D. António Antunes, venerando Bispo Conde, a honra de fazer numa sessão do *Instituto de Coimbra* o elogio do seu saüdoso predecessor.

Por proposta do Presidente, e depois de terem tomado a palavra os sócios: Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho, Prof. Diogo Pacheco de Amorim, Prof. Joaquim de Car-

valho, Prof. Rocha Brito, Rocha Madahil, Pinto Loureiro, Prof. Vergílio Corrêa e Prof. Gumersindo da Costa Lôbo, foi resolvido, por unanimidade, que o *Instituto* colaborasse na comemoração que no próximo ano a Universidade de Coimbra vai realizar, do IV.º centenário da sua definitiva instalação em Coimbra, tendo-se todos os oradores referido ao facto de que a nossa instituïção, que já conta oitenta e três anos de existência, fôra criada por iniciativa dos Professores da Universidade de Coimbra que constantemente lhe têm dado valioso e eficaz apoio, e que também o *Instituto* com a colaboração de todos os seus membros se tem empenhado para o prestígio da Universidade. Foi resolvido que a colaboração do *Instituto* fôsse principalmente constituída por uma sessão solene e uma publicação em que seja tratada a evolução científica da Universidade em conjunto e nos seus variados ramos. Dentre os sócios presentes aceitaram desde já aquêle encargo Joaquim de Carvalho, Anselmo Ferraz de Carvalho, Diogo Pacheco de Amorim, Alberto da Rocha Brito, Francisco da Costa Lôbo, António da Rocha Madahil, Vergílio Corrêa e José Pinto Loureiro.

O dr. Pinto Loureiro informou que tinha completado o índice do *Instituto* até ao volume 88, mas que estando já em publicação o 89 e devendo ainda ser principiado no presente ano o n.º 90, propunha que o índice que vai ser publicado abrangesse até êste volume, e que de futuro fôssem publicados índices decenais.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade, tendo sido muito felicitado êste consócio pelo valiosíssimo serviço que presta ao *Instituto*.

O ilustre director do Observatório de San Miguel na Argentina, Padre Ignacio Puig, S. J. comunicou em têrmos

muito amáveis a instalação dêste observatório, que ficará dispondo das mais vantajosas condições para a realização dos seus trabalhos. Foi resolvido fazer a permuta de *O Instituto* com as publicações daquele Observatório e agradecer as publicações recebidas.

Procedeu-se em seguida à eleição de sócios que deu o seguinte resultado:

HONORÁRIOS

Bispo Conde D. António Antunes

EFECTIVOS

António Almiro do Vale, médico e publicista

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

João de Araújo Correia, médico e publicista

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Diogo Pacheco de Amorim, secretário, lavrei a presente acta.

(*aa*) F. M. da Costa Lôbo
Diogo Pacheco de Amorim

ASSEMBLEIA GERAL DE 22 DE JUNHO DE 1936

A 22 de Junho de 1936 reüniu a Assembleia Geral de *O Instituto de Coimbra* sob a presidência do Professor Francisco Miranda da Costa Lôbo.

O Professor Diogo Pacheco de Amorim, com aplauso de todos os sócios presentes, congratula-se pelo êxito da conferência que o presidente Prof. Costa Lôbo realizou no passado mês de Maio, a 28, na Sorbonme, a convite da Faculdade de Ciências da Universidade de Paris sôbre a sua *Teoria Radiante*. O Presidente agradeceu e prometeu a publicação desta conferência na revista de *O Instituto de Coimbra*. Comunicou também que o *Instituto* tinha sido honrado com as recepções que em Paris lhe foram dedicadas pelo nosso consócio Visconde de Guichen e pela Academia Diplomática.

O Presidente anunciou que estava assegurado o êxito da comemoração das relações entre a Inglaterra e Portugal, na qual tomarão parte os sócios general Gomes de Sousa, Conde de Tovar, Professores Anselmo Ferraz de Carvalho, Ferrand de Almeida, Pacheco de Amorim e êle presidente. Igual resultado há a esperar da colaboração do *Instituto* na celebração da instalação definitiva da Universidade em Coimbra em 1537 para a qual está assegurado o concurso dos sócios do *Instituto de Coimbra* que se ocuparão dos assuntos seguintes que se julgou oportuno tratar: Prof. Joaquim de Carvalho—Evolução da Organização da Universidade; Prof. Cabral Moncada—A Faculdade de Direito; Prof. Rocha Brito—A Faculdade de Medicina; Prof. Diogo

Pacheco de Amorim—As Ciências Matemáticas; Prof. Egas Pinto Basto—As Ciências físico-químicas; Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho—As Ciências Naturais; Prof. Silva Carvalho—O Bispo Reformador, Reitor D. Francisco Manuel de Lemos; Prof. Vergílio Corrêa—A Arte na Universidade; Conde de S. Paio—As relações da Universidade com o Vaticano; José Pinto Loureiro—As relações da Universidade com a Câmara Municipal de Coimbra; Rocha Madahil—A Universidade e o seu Arquivo.

Anunciou também o Presidente que S. Ex.ª S. Charlety, Reitor da Academia de Paris, lhe confirmara a sua intenção de vir fazer em Novembro uma conferência no *Instituto de Coimbra*, acedendo assim ao convite que lhe fôra dirigido.

O Presidente congratulou-se com o sucesso da conferência realizada no passado dia 20 no salão do *Instituto* pela ex.ma sr.ª D. Maria Madalena de Martel Patrício sôbre o importante assunto «O espírito medieval—As fôrças espirituais de Portugal».

Do coronel Pires Monteiro foi recebida uma comunicação sôbre o tema: «Os exércitos no direito internacional».

Foi também anunciada a comunicação de Mr. Blondel, professor da Escola de Ciências Políticas de Paris sôbre as raças latina, germânica e eslava; e de Mr. Villat, da Academia das Ciências de Paris, sôbre a teoria dos fluidos.

Procedeu-se em seguida à eleição de sócios que deu o seguinte resultado:

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Alexandre Lucena e Vale, advogado e publicista
Aurélio Proença, jurisconsulto

Francisco Ferreira Neves, Professor do Liceu e publicista
José Maria Cardoso, advogado e publicista
José Pereira Tavares, Professor do Liceu e publicista
José Coelho, Professor do Liceu e publicista

SÓCIOS HONORÁRIOS ESTRANJEIROS

S. Charlety, Reitor da Universidade de Paris, membro do Instituto de França
A. Fowler, Professor do Imperial Technological Instituto de Londres

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANJEIROS

Margerete Kühne, publicista
Spencer Jones, Astrónomo Real, Director do Observatório de Greenwich
J. H. Reynolds, Presidente da Royal Astronomical Society de Londres
Arthur Eddington, Professor da Universidade de Cambridge
Professor F. J. M. Stratton, Director do Observatório de Astrofísica de Cambridge
Jean Floresco, Ministro da Roménia em Espanha e publicista
Jules Drach, Professor da Universidade de Paris, membro do Instituto de França
Professor Paul Gaultier, membro do Instituto de França
D. Gregorio Marañon y Posadillo, Professor da Universidade de Madrid

---

É de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Diogo Pacheco de Amorim, secretário, lavrei a presente acta.

(*aa*) F. M. da Costa Lôbo
Diogo Pacheco de Amorim

ASSEMBLEIA GERAL DE 12 DE NOVEMBRO DE 1936

A 12 de Novembro de 1936 reüniu a Assembleia Geral de *O Instituto de Coimbra* sob a presidência do Professor Francisco Miranda da Costa Lôbo.

Pelo presidente foi comunicado ter Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, Professor António de Faria Carneiro Pacheco, resolvido, sem solicitação, conceder ao *Instituto de Coimbra* uma instalação condigna, e que para êsse fim dispusera de uma parte do primeiro andar do edifício de S. Bento e de parte do rés-do-chão do mesmo.

O presidente pôs em relêvo o importante serviço que com tal resolução Sua Excelência prestava ao *Instituto,* que, tanto para poder instalar a sua magnífica Biblioteca e as centenas de revistas que anualmente recebe por troca com a sua, como para receber dignamente os seus visitantes e dar realização às importantes conferências com que os seus sócios tanto nacionais como estranjeiros estão va-

lorizando esta instituïção, necessitava urgentemente duma instalação adequada.

Depois de terem falado no mesmo sentido os srs. Profs. Pacheco de Amorim e Anselmo Ferraz de Carvalho foi resolvido por aclamação lançar na acta um voto de agradecimento, e eleger sócio honorário Sua Excelência o sr. doutor António Carneiro Pacheco.

O sócio Rocha Madahil comunicou ter sido completada a publicação do volume 89 do *Instituto*, e ter já entrado em impressão o volume 90, para o qual existem importantes originais.

O sócio Pinto Loureiro anunciou que principiou já a composição do índice dos volumes publicados do *Instituto* o qual compreenderá também o índice do volume 90, em publicação.

Ao sr. dr. Pinto Loureiro foi testemunhado mais uma vez o reconhecimento do *Instituto* pelo seu valioso serviço.

O presidente lembrou que deverá ter lugar no próximo dia 15 a sessão comemorativa das seculares relações entre a Inglaterra e Portugal, lamentando que não possa nela tomar parte o nosso consócio Conde de Tovar, em Roma em missão diplomática, o qual prometeu enviar brevemente a conferência que tencionava pronunciar sôbre as relações diplomáticas entre Portugal e Inglaterra.

Procedeu-se depois à eleição de sócios que deu o seguinte resultado:

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Coronel Eduardo da Costa Ferreira, publicista

Tenente-coronel António Baptista de Carvalho, publicista

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Diogo Pacheco de Amorim, secretário, lavrei a presente acta.

(*aa*) F. M. da Costa Lôbo
Diogo Pacheco de Amorim

A OBSERVAÇÃO DOS FENÓMENOS SOLARES E ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SUA INTERPRETAÇÃO

Não só pela sua maior influência sôbre a Terra, mas também pelas facilidades que decorrem para o estudo, por ser a estrêla mais próxima, o Sol é objecto de investigações, que compreendem a parte mais importante da astrofísica. No entanto, o avanço efectuado, desde que se procuram as causas e leis dos fenómenos nêle observados, tem sido muito lento. O progresso principal, teve sôbre tudo lugar, nos métodos que se têm encontrado para a observação dos fenómenos solares. Passaram, porém, perto de tresentos e cincoenta anos depois que a construção das primeiras lunetas permitiu chamar a atenção para o estudo da composição do Sol, em virtude da descoberta das manchas. A-pesar-de assinaladas anteriormente, certamente porque a sua observação é difícil à vista desarmada e por serem apenas visíveis a partir de dimensões muito grandes, superiores ao diâmetro terrestre (o que não tem lugar em tôdas as épocas) a sua existência só ficou definitivamente assente com os importantes estudos de Galileu, efectuados com a luneta que êle mesmo construiu.

Como é sabido, acumularam-se logo a seguir materiais com certa regularidade, e as teorias para a sua explica-

ção sucedem-se, pouco conseguindo esclarecer. Na verdade faltava entrar em linha de conta com um elemento importante, a parte exterior do Sol, no seu conjunto, designada atmosfera do Sol. Desta vez não foi um instrumento descoberto pelo homem, mas sim a Natureza que, com os eclipses do Sol, revelou esta parte apenas visível à vista desarmada naquelas ocasiões. Só ficou, porém, demonstrado que, faziam parte do Sol, os elementos que apareciam de volta da Lua, chamados protuberâncias e coroa solar, depois da invenção da fotografia e da sua aplicação à observação dos eclipses.

Tinham assim decorrido duzentos anos, e muito lento teria de ser ainda o estudo desta nova parte do Sol se continuasse apenas dependente dos rápidos momentos dum eclipse total do Sol. Graças ao desenvolvimento que adquire por esta época a espectroscopia, a sua aplicação à astronomia fornece a esta ciência um processo geral para o estudo da composição dos corpos celestes, ao mesmo tempo que permite a notável descoberta de Janssen e Lokyer, em 1868, devido à qual se podia continuar fora dos eclipses a observação, no bôrdo solar, da atmosfera interior, por meio de uma imagem visual monocromática e com a mesma regularidade das manchas e da fotosfera. Depois de uma série de aperfeiçoamentos que levaram a resultados notáveis, alargam-se e tornam-se muito mais perfeitos os processos de observação. Assim, em 1891, os ilustres astrónomos H. Deslandres em França e G. Hale nos E. U. da A. N., descobrem a maneira de fotografar a parte da atmosfera interior ao bôrdo solar; Deslandres indica logo uma disposição que permite aplicar o princípio de Doppler-Fizeau.

A partir dos primeiros anos do nosso século, trezentos

anos decorridos sôbre as primeiras observações, é que se torna possível um registo continuado do conjunto dos fenómenos que têm lugar desde a fotosfera até às camadas mais elevadas da atmosfera interior. Como logo mais ou menos se verificou, todos estes elementos estão relacionados, o que dá uma especial importância a esta nova fase dos estudos solares. Antes, desconhecia-se a maior parte dos dados para abordar êste problema. Agora, impõe-se a interpretação dos múltiplos elementos que têm sido revelados, visto que as condições em que se encontram estes novos elementos constituïtivos do Sol, não permitem ainda completar o seu estudo. Vem dificultar muito êste problema o facto de se passarem os fenómenos em condições diferentes das que se têm podido realizar nos nossos laboratórios de física e química.

A-pesar-de pequena na extensão que ocupa relativamente ao Sol, a parte do fenómeno designada por mancha permitiu a conhecida descoberta da sua periodicidade feita por Schwabe em 1843, que conduziu Sir E. Sabine em 1852, à relacionação dos fenómenos magnéticos com o ciclo solar depois de Lamont ter descoberto em 1851, uma variação periódica na amplitude magnética da oscilação diurna. Não só para a destribuïção dos fenómenos solares na organização das estatísticas, como para o conhecimento de certos fenómenos isoladamente, justifica-se a necessidade, e muitos têm sido os esforços neste sentido dos astrónomos, de uma interpretação o mais rigorosa possível dos diferentes fenómenos solares considerados como manifestações da actividade do Sol.

O exame dos espectroheliogramas obtidos no observatório astronómico de Coimbra demonstrou-me que a classificação dos fenómenos cromosféricos era muito insu-

ficiente, o que, de resto, se compreende pelo atraso em que se encontra a heliòfísica emquanto à explicação dêstes fenómenos.

Esta classificação deve ter sempre igualmente em vista o conhecimento do Sol em si e permitir, quanto possível, descriminar a maneira por que actuam as diferentes fases dos fenómenos solares. Para a comparação com os fenómenos terrestres, como na primeira fase, em que apenas se efectuou uma primeira divisão considerando os elementos mais diferenciados, se pôde estabelecer um certo paralelismo entre a actividade solar e alguns fenómenos terrestres, não notaram tanto a insuficiência da classificação efectuada, os astrónomos que orientaram principalmente a sua investigação neste último sentido, como era natural, atendendo às fases sucessivas por que tem passado esta ciência.

Tive ocasião de me referir já a alguns dos primeiros resultados que obtive nas investigações que efectuei, sôbre tudo dos fenómenos cromosféricos. O exame ulterior dos espectroheliogramas do Observatório de Coimbra tem-me não só confirmado as primeiras distinções que propuz à divisão mais geral dos elementos que se consideram como caracterizando a actividade do Sol, mas veio ainda fornecer-me elementos que me levaram à consideração de novas regiões de actividade solar.

No Congresso da União Geodésica e Geofísica Internacional, realizado em Lisboa em 1933, resumi alguns dêstes resultados na comunicação que apresentei durante a discussão da «medida e métodos de observação da actividade solar». (Comptes Rendus de l'Union Géodésique et Géophysique Internationale). Nas secções 10.ª e 11.ª no Congresso da União Astronómica Internacional, que se reüniu em Paris em Julho de 1935, ocupei-me igualmente

da maneira de caracterizar estes fenómenos *(Transactions of the I. A. U. 1935)*.

Quando em 1929, numa ocasião de máximo de actividade solar, dirigi a maneira por que deviam ser desenhados, em verdadeira grandeza, os diferentes fenómenos cromosféricos, nas imagens planificadas (imagens adoptadas nos anais do Observatório Astronómico de Coimbra) encontrei, no exame minucioso a que tive de proceder dos negativos obtidos, desde 1925, com o espectroheliógrafo instalado nesta data no Observatório de Coimbra, uma relacionação, a primeira que permitiu englobar de uma maneira mais completa as circunstâncias em que se observam os elementos cromosféricos, filamentos e protuberâncias. Os filamentos chamaram sôbre tudo a atenção pela forma alongada de certas zonas escuras da rêde cromosférica, que predominava, e o ilustre astrónomo Deslandres, ao vê-las, depois de estender, em 1891, o estudo fotográfico da periferia do Sol a todo o hemisfério visível, atendendo de princípio ao aspecto mais característico e às fases em que se apresentava com mais nitidez, deu-lhes o nome de filamentos. Na mesma altura por meio da fotografia do Sol com a risca $K_{2,3}$, Hale e Ellerman também registaram êste fenómeno «como linhas negras sôbre o disco, elementos curiosos provindo muito provàvelmente das camadas superiores» e designaram-os por longos flóculos negros de cálcio.

H. Deslandres precisou logo, pelo comportamento das riscas na periferia, que estes fenómenos correspondiam a uma camada elevada da atmosfera.

Como tive ocasião de comunicar mais tarde, ao congresso da Sociedade para o Progresso das Ciências reünido em Lisboa em 1932, o desenho que fiz da primeira imagem

monocromática de Janeiro de 1929 foi já orientado de acôrdo com o caminho que me levou à maneira como entendo que se pode estabelecer a relacionação entre os filamentos e as protuberâncias.

O método que segui foi essencialmente o seguinte: estudo em todos os negativos que se prestam a maneira porque se transformam as bases das proteberâncias durante o período em que contornam o bôrdo solar, tanto na sua

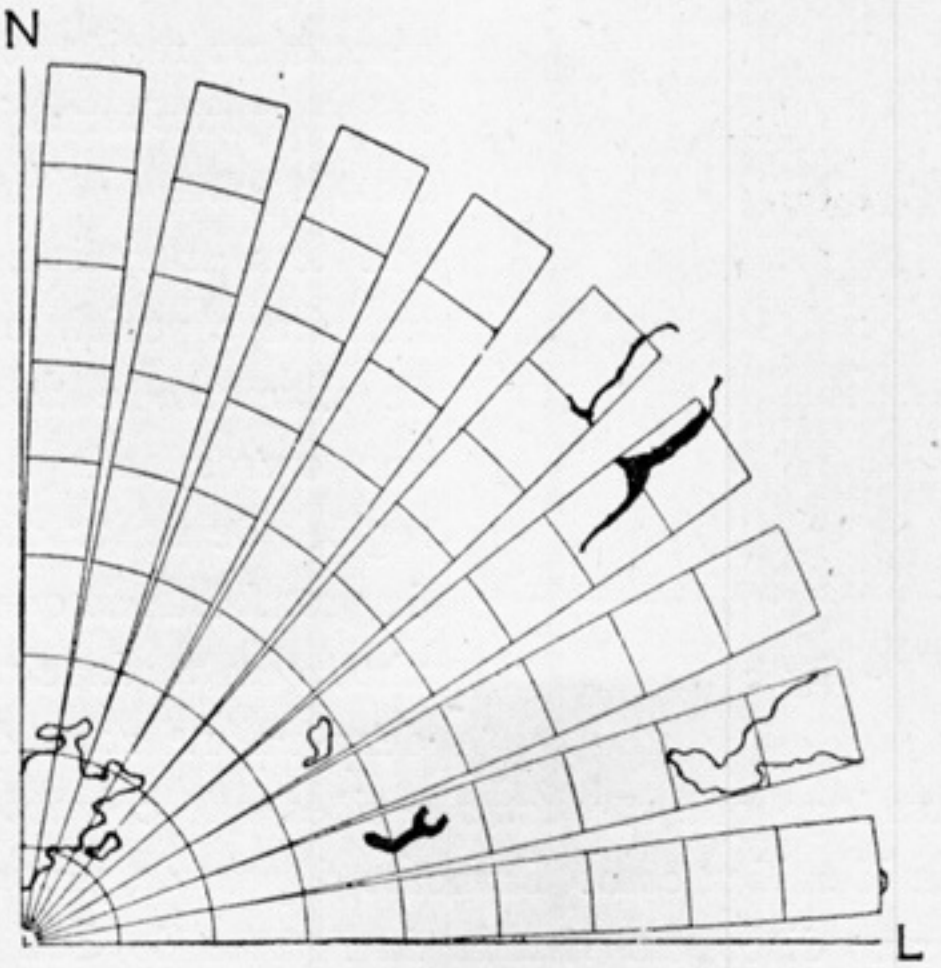


Fig. 1

entrada como na sua saída, ao mesmo tempo que se nota o aparecimento ou o desaparecimento da região filamentosa. Estes aspectos sucessivos, geralmente obtidos com o intervalo de 24 horas, (muitas vezes convirá reduzir o intervalo conforme a natureza do filamento) são comparados com a imagem planificada correspondente Fg. 1. Êste exame a-pesar-das precauções indicadas é muito difícil e há casos

em que, a-pesar-da nitidez, é duvidosa a pormenorização da base da protuberância para o interior da periferia.

A protuberância situada no sector NL, Fig. 2, que aqui reproduzimos da fotografia da cromosfera do Sol que fizemos no dia 1 de Janeiro de 1929, foi uma das aproveitadas para êste fim. Comparada com a sua imagem planificada Fig. 1 verificámos que as regiões de maior absorção da protuberância junto ao bôrdo são prolongadas por filamentos em regiões diferentes da protuberância. De facto a parte do fenómeno que tem merecido, duma maneira especial, o nome de filamento é apenas a que corresponde às duas regiões de maior absorção da protuberância que, desenhada em verdadeira grandeza na 1.ª zona de 10°, nos mostra logo que são estas regiões que correspondem ao que se identifica como filamento depois da protuberância entrar no disco, em virtude da rotação do Sol. Muitas vezes é possível escolher as regiões de absorção da protuberância e prever assim os filamentos que surgirão depois da protuberância contornar o bôrdo solar.

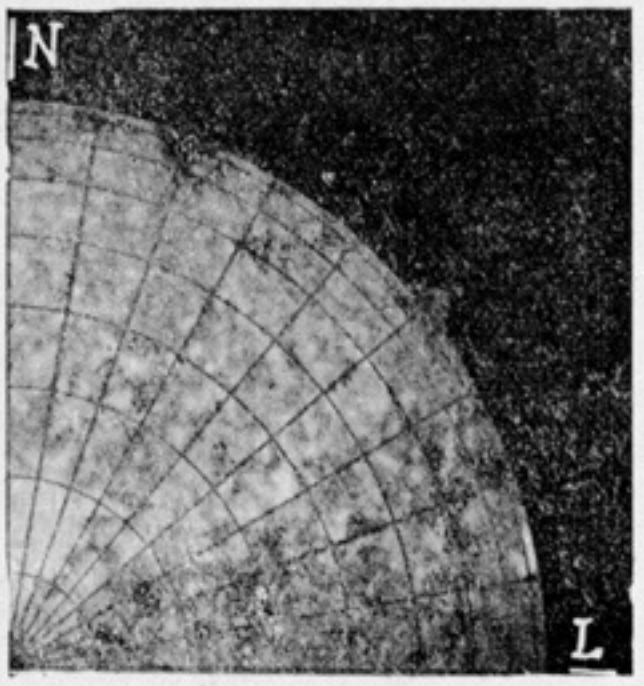


Fig. 2

Os casos em que a protuberância, tendo a forma alongada do filamento, é limitada pela região de absorção, dão lugar a aspectos muito variados em virtude do contraste com a luz difusa do céu. Por êste facto a intensidade da protuberância pode diminuir gradualmente do interior da protuberância para o exterior, e, aparentemente, pode ficar,

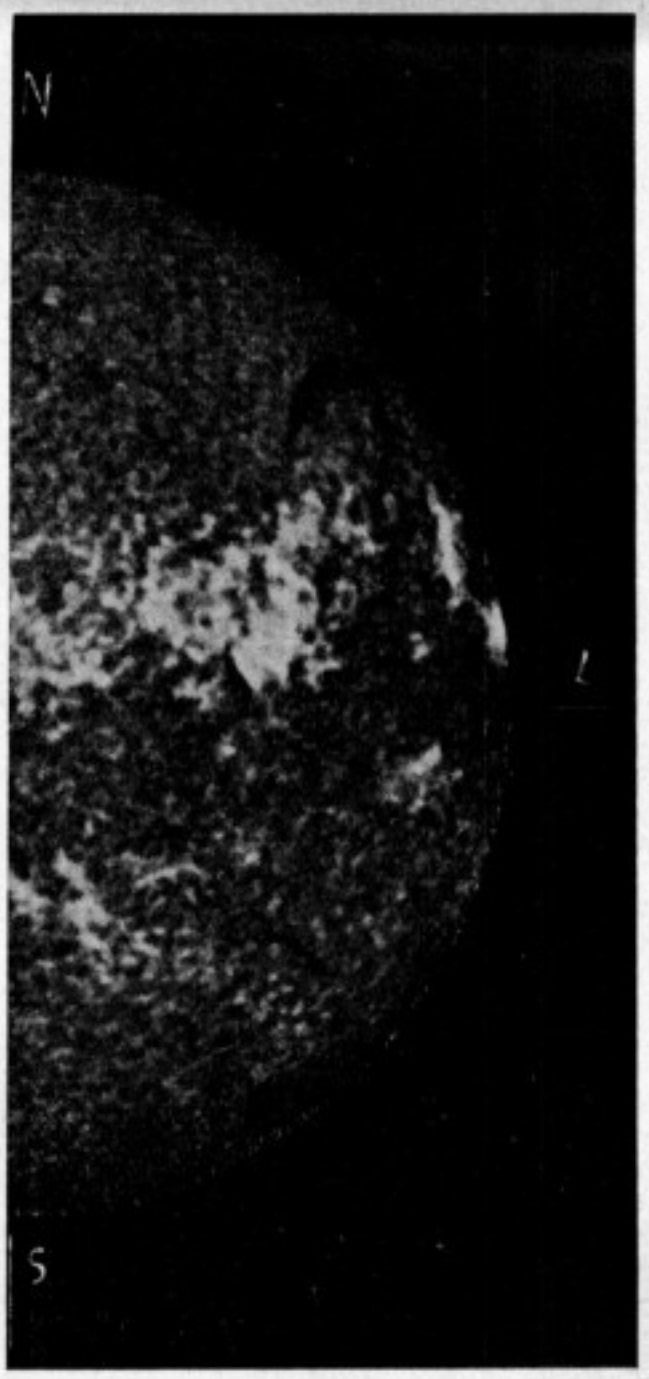


Fig. 1



Fig. 2

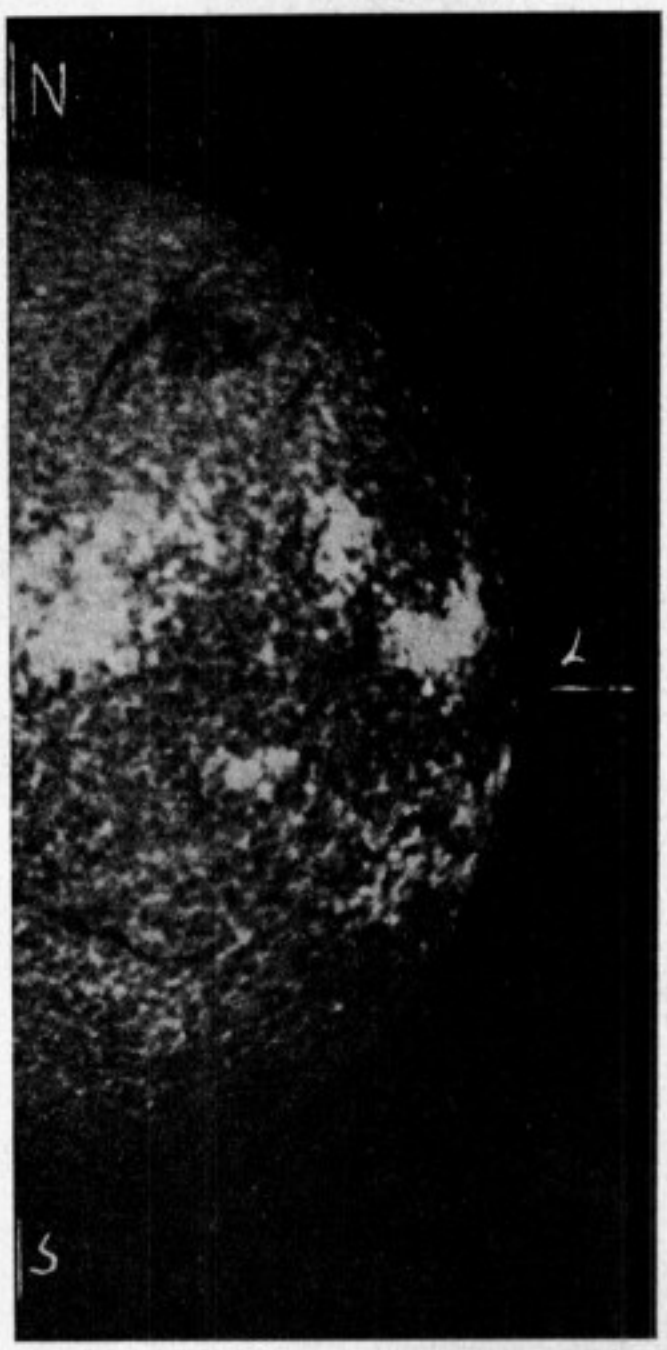


Fig. 3

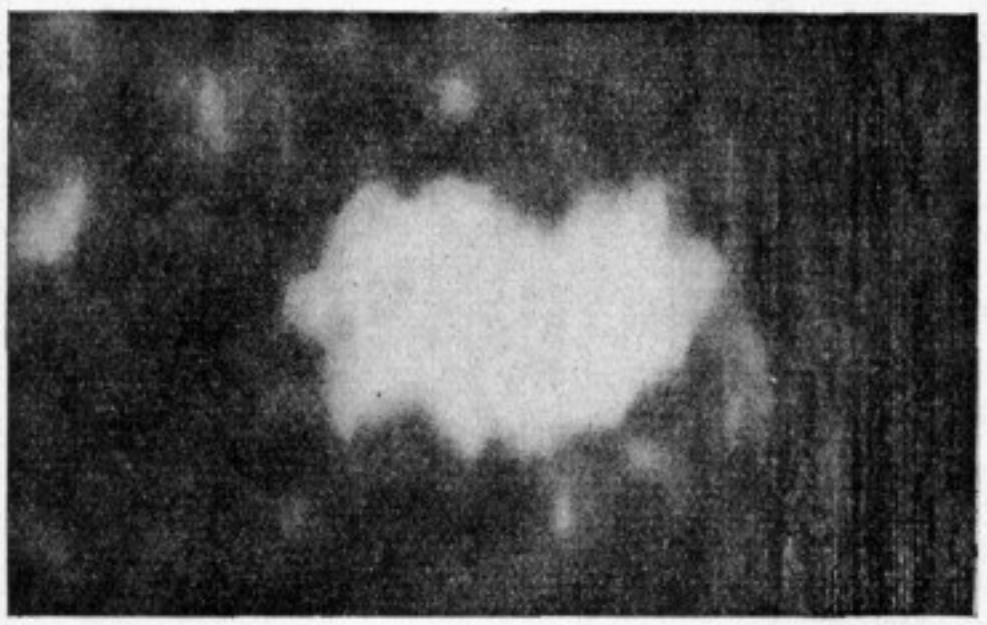


Fig. 1



Fig. 2

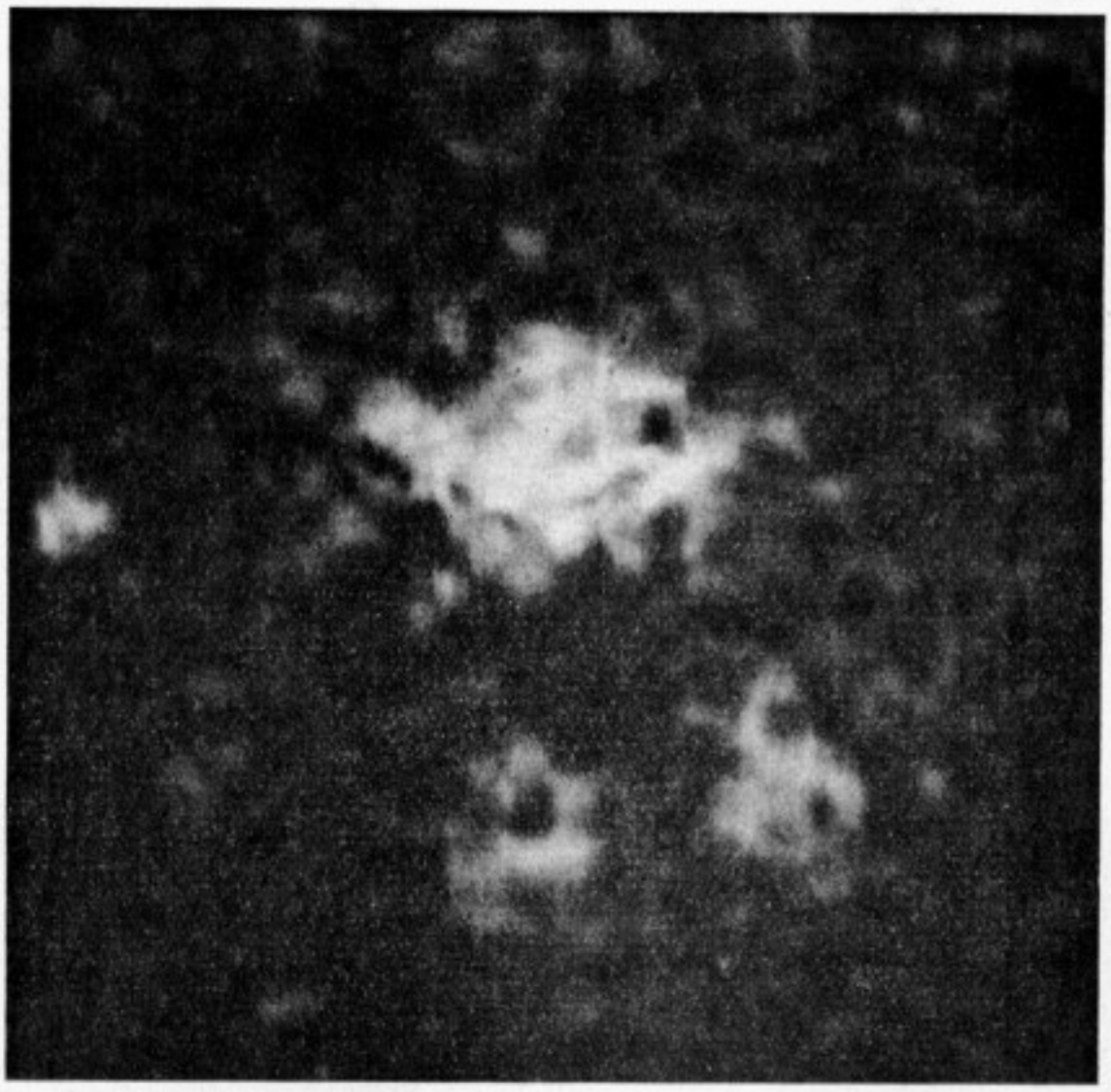


Fig. 1

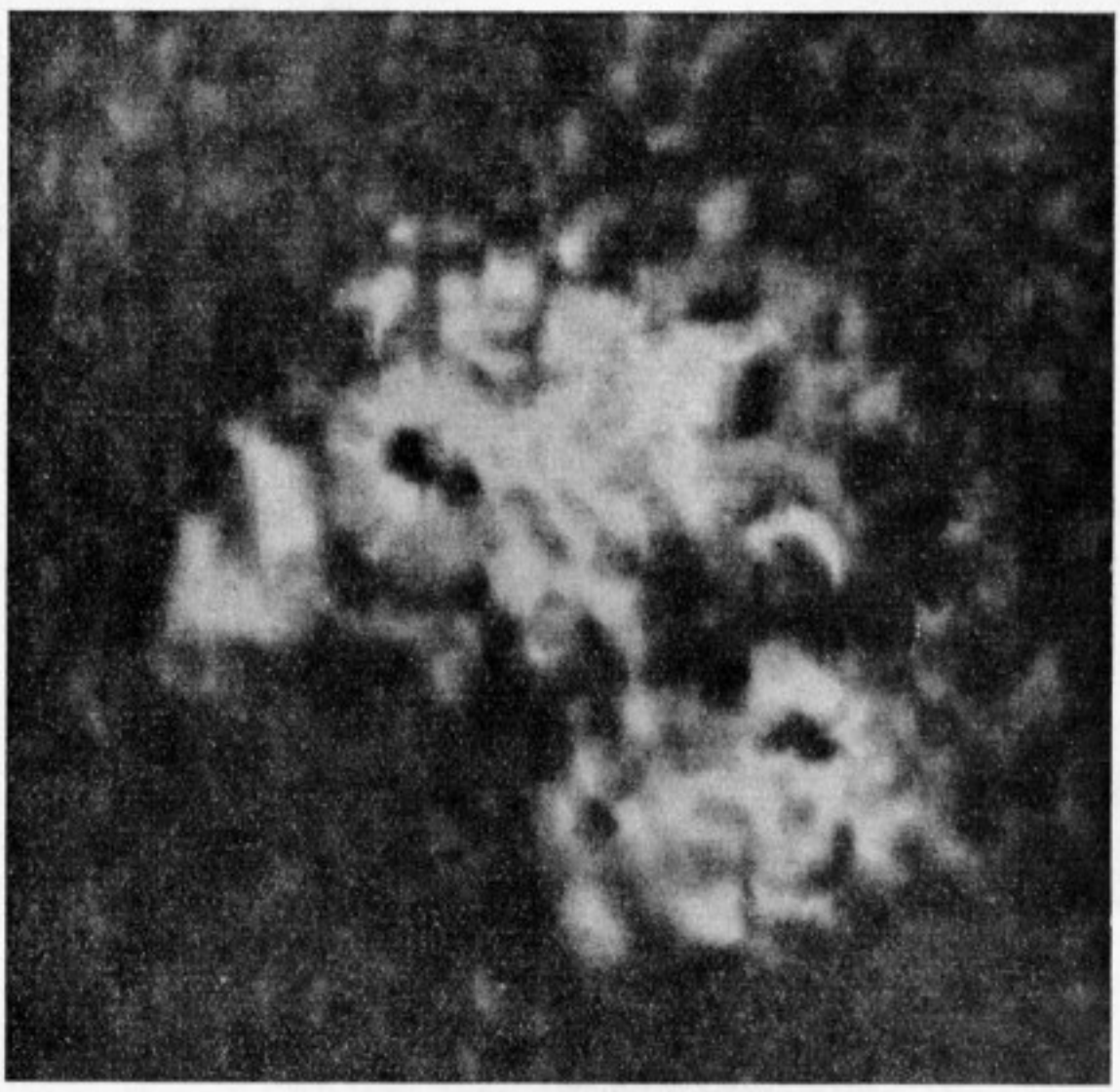


Fig. 2

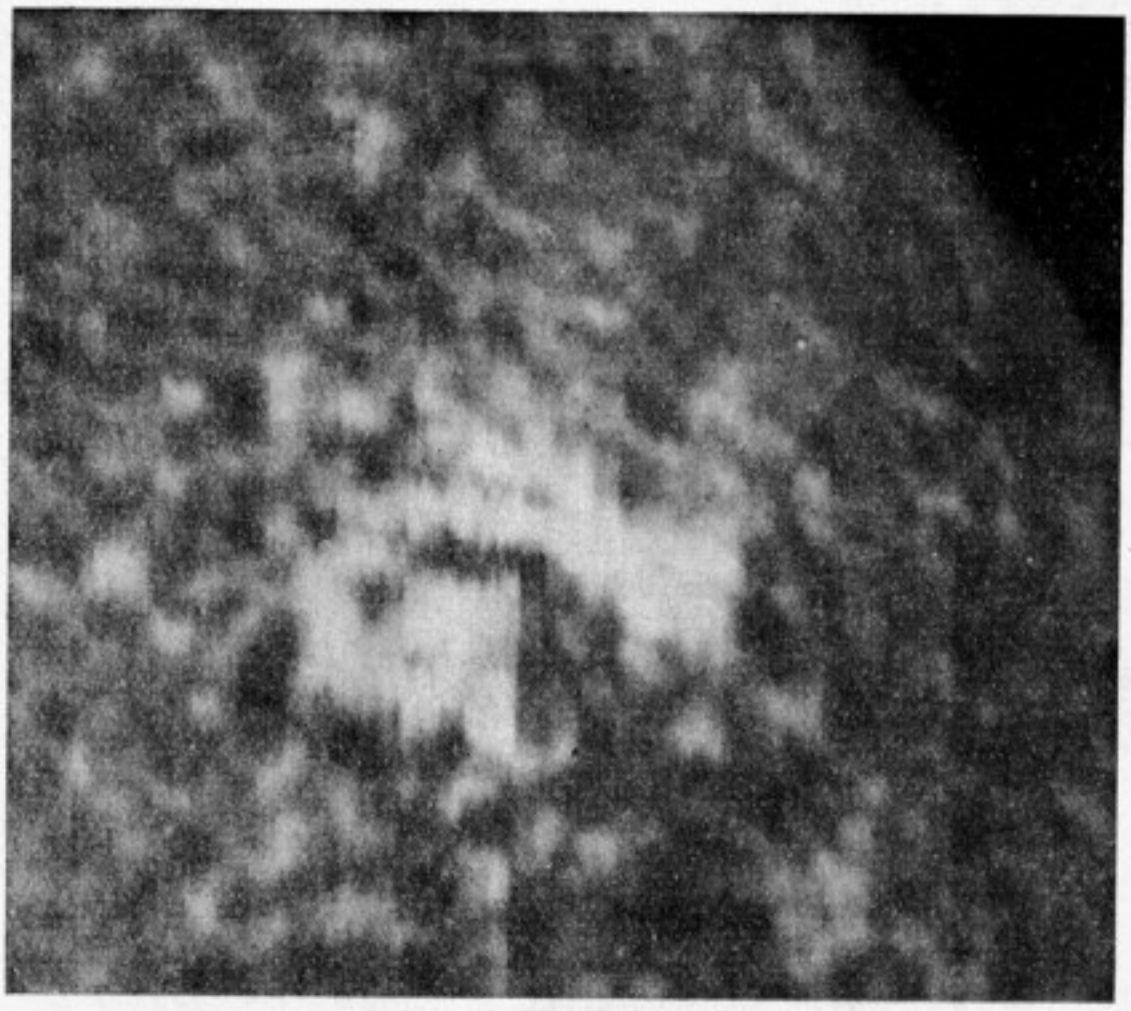


Fig. 1

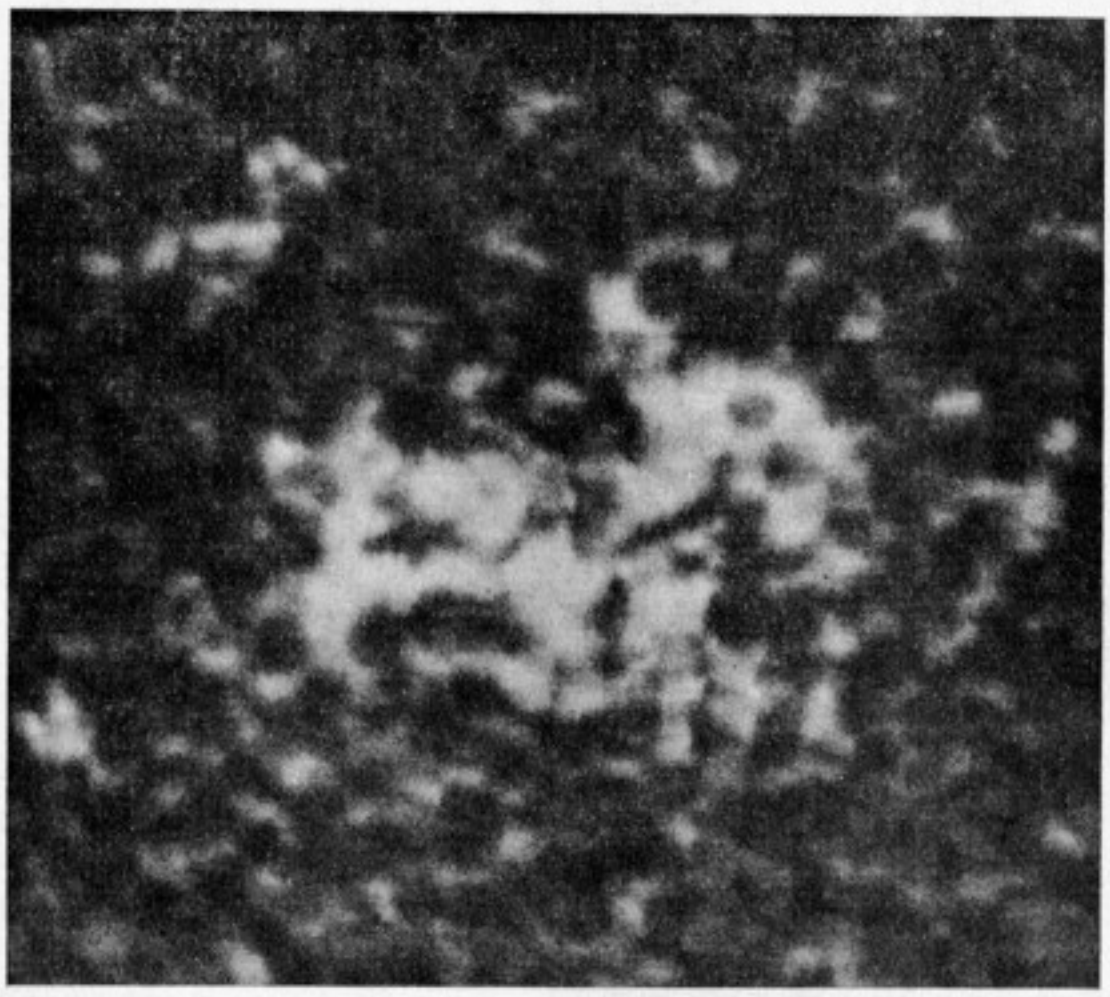


Fig. 2

por esta maneira, o filamento mais largo do que a região da absorção que está na sua continuação, chegando, por vezes, o estrangulamento a dar a impressão do filamento não ficar na continuação da protuberância.

No caso de pequena elevação da protuberância, o fenómeno da degradação pode dar lugar ao aparecimento dum filamento junto da periferia sem que se observe a protuberância durante a passagem do filamento no bôrdo solar. Reciprocamente, pela mesma razão, pode desaparecer um filamento no bôrdo em virtude da rotação sem que se observe nessa região do bôrdo solar nenhuma protuberância. O efeito de Doppler-Fizeau chega a desvanecer, quási por completo, o filamento, em virtude dos deslocamentos nas regiões de maior absorção. A comparação da região da cromosfera com a parte correspondente das imagens dadas pelo espectroregistador de velocidades mostra em tais casos a rêde cromosférica muito menos nítida. É necessário neste caso, sempre que o fenómeno dê tempo, observar estas regiões a diferentes altitudes das camadas atmosféricas efectuando diferentes secções nas riscas emitidas pelas protuberâncias e mesmo nas riscas correspondentes às diferentes camadas subjacentes. A todos os fenómenos que acabamos de descrever têm uma aplicação muito importante a observação com o espectrohelioscópio e o registo fotográfico com o espectrohelio-cinematógrafo—que se obtém projectando com a ocular do espectrohelioscópio a imagem da 2.ª fenda sôbre a fita cinematográfica.

Foram estes resultados, que acabo de resumir, que me permitiram estabelecer o critério para desenhar estas figuras cromosféricas, o qual consiste essencialmente em eu considerar o filamento, em geral, como a projecção de

certas regiões do fenómeno que se observa no seu conjunto e em altura, quando no bôrdo forma as chamadas protuberâncias. Esclarecem-se assim as principais dificuldades que encontravam os astrónomos ao procurar relacionar os filamentos com as protuberâncias, ficando também melhor estabelecida a explicação que nos parece abranger mais completamente até agora êste conjunto de fenómenos.

O fenómeno da protuberância projectado sôbre o disco pode, portanto, abranger uma zona superior ao filamento pròpriamente dito e foi já em virtude desta consideração geral que o designámos acima por *zona filamentosa*. A modificação observada em três dias sucessivos do filamento situado entre N e L na Est. 1 Figs. 1, 2 e 3 mostra uma tal estrutura, em que a região filamentosa é constituída não só por filamento mas também por outras zonas de absorção, que a maior parte das vezes mal se definem na rêde cromosférica. É muito nítido na última fotografia Fig. 3 da Est. 1 êste aspecto que assume uma forma muito diferente da que se lhe atribuíu de comêço. Estas imagens mostram um paralelismo interessante emquanto à estabilidade dos filamentos e protuberâncias. De facto, se há, como é sabido, protuberâncias que pouco ou nada se alteram emquanto à sua configuração geral, outras modificam-se ràpidamente. Ora, é o que se vê nitidamente também emquanto aos filamentos na Est. 1 Fig. 1, 2 e 3 nos dois filamentos situados respectivamente no hemisfério norte e no hemisfério sul. Em *a, b, c* Fig. 3 desenhei os três aspectos do contôrno do filamento que se encontra entre N e L, localizando-o, no hemisfério solar, nas posições correspondentes aos intervalos de 24 horas. Na posição b_1 desenhei o filamento na posição que devia ocupar no terceiro dia conservando a forma da véspera. Vê-se assim que o filamento teve um

grande deslocamento relativo à superfície do Sol, e que se modificara muito ao mesmo tempo que aumentava de dimensão. A sua superfície que era de 4000 milionéssimos da superfície do hemisfério solar em *b*, passou quási para o dôbro em *c* atingindo 7500 milionéssimos; o deslocamento da extremidade situada mais ao Norte nas últimas 24 horas percorreu uma distância de 190:000 quilómetros.

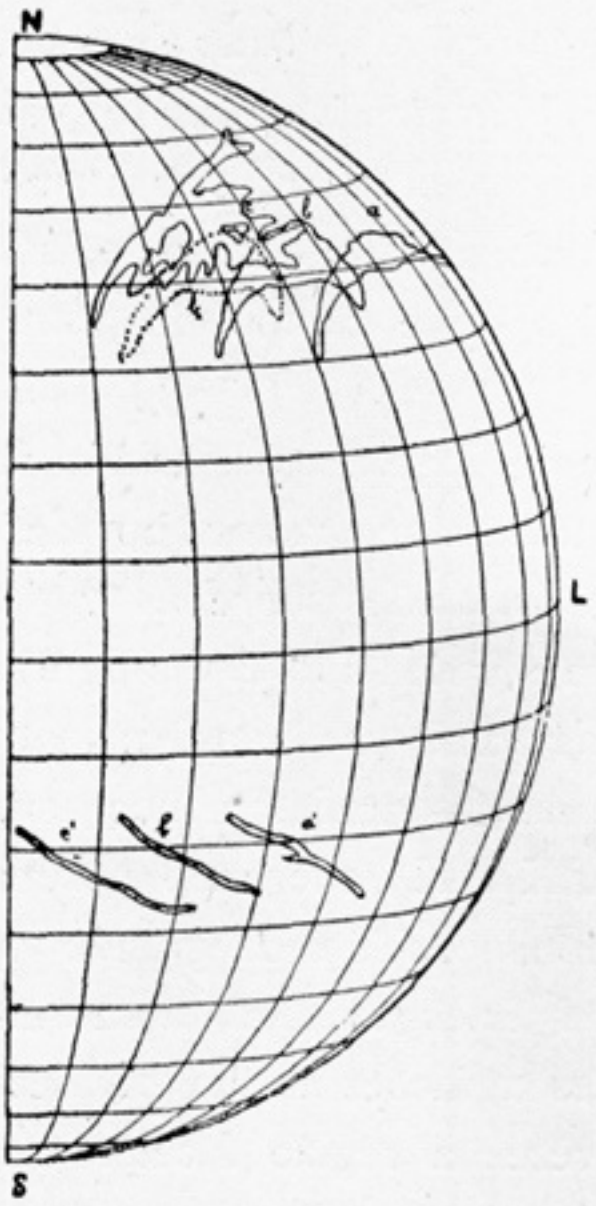


Fig. 3

A área dêste filamento corresponde à área que em média atingem as regiões faculares se excluirmos as maiores.

O desenho do filamento, situado ao Sul na mesma imagem, e feito anàlogamente ao de cima, mostra-nos que a mudança de posição proveio apenas da rotação solar, e, como a sua forma não variou, verifica-se que, durante estes dias, o filamento não se modificou.

Devo aqui recordar que a nova interpretação que dou aos fenómenos filamentosos e protuberanciais está de acôrdo, em parte, com a designação que nos últimos anos se adoptou nas estatísticas, considerando os filamentos como protuberâncias. Para o estudo do fenómeno em si, como tenho referido noutros trabalhos, o ilustre astrónomo L.

d'Azambuja, que ligou o seu nome à organização dos espectroheliógrafos modernos, com a organização da publicação *Cartes Synoptiques de la Chromosphère Solaire et Catalogue des Filaments de la Couche Supérieure* publicada nos *Annales de la Seccion d'Astrophisique de Meudon* do Observatório de Paris, fornece-nos um arquivo do mais alto valor para construir o que poderemos chamar a história dos filamentos solares. As suas investigações sôbre estas figuras cromosféricas, que além dêste trabalho tem efectuado, são das mais importantes realizadas neste campo da astronomia.

Uma outra figura que, desde logo, foi assinalada na cromosfera, a *região facular,* também se encontra por classificar e, contudo, não faltam constatações sôbre as variadíssimas formas por que se têm apresentado. Estas figuras ocupam, como se sabe, extensas zonas nas altas camadas da cromosfera, principalmente nas fotografias monocromáticas tiradas com o cálcio (riscas K_2 e K_3), chegando, porém, a desaparecer nas épocas de mínimo. Além da grande variação que apresentam na sua extensão total, a mesma região facular apresenta grandes variações na sua grandeza e intensidade luminosa. Por vezes a região facular tem sensìvelmente o mesmo brilho em tôda a sua extensão com um contôrno mais ou menos regular, do que dá um exemplo a região facular da Est. 2 Fig. 1.

A região facular representada na Est. 2 Fig. 2 mostra grandes sulcos e outras zonas bastante elevadas com partes que atingem forte luminosidade que não se observa em geral emquanto dura o fenómeno. A disposição dos sulcos faz prever grande turbulência e esta suposição tenho-a confirmado em muitos fenómenos análogos que tenho estudado até agora, verificando a modificação sucessiva da

configuração dos sulcos nas fotografias tiradas com pequenos intervalos. As diferentes condições em que nos aparecem as manchas nestas camadas elevadas da cromosfera são igualmente de importância capital para esta classificação. Quando se comparam as mesmas regiões faculares com intervalos suficientemente grandes, nota-se que determinados aspectos correspondem às diferentes fases porque passam estes fenómenos durante a sua existência.

Além da área e brilho aproximado como em geral se registam nas estatísticas entendo que aquêles aspectos sucessivos devem ser tomados em linha de conta por deverem corresponder a períodos de diferente actividade da região facular. Os dois aspectos Est. 3 Fig. 1 e 2, obtidos com o intervalo de três dias, duma região facular especialmente activa dão uma idea geral das duas primeiras fases mais características, marcando bem uma actividade diferente. Na Fig. 1 da Est. 3 a região facular maior apresenta uma intensidade luminosa bastante uniforme onde começam a aparecer duas zonas escuras correspondentes às manchas, respectivamente nas extremidades leste e oeste. Ao Sul encontram-se duas regiões faculares pequenas. Na Fig. 2 da mesma estampa, a-pesar-de tôda a zona estar muito próxima do bôrdo, a região facular maior aumentou muito de tamanho; o mesmo sucedeu às do Sul que reünindo-se numa só vieram juntar-se à de cima por alguns prolongamentos. As manchas tornaram-se mais visíveis e, em volta da mancha situada a oeste, a estrutura da região facular indica um movimento de rotação à volta da mancha, e correspondente às grandes erupções luminosas, que por vezes se observam junto das manchas, para sudoeste, há um ponto muito luminoso na zona turbilhonar.

Os dois aspectos representados nas Figs. 1 e 2 da Est. 4 mostram as duas últimas fases que caracterizam a redução das regiões faculares. Na Fig. 1 a região facular está a ser destruída pela entrada da rêde cromosférica que, sobretudo de Sul para Norte, parece formar um turbilhão. Na Fig. 2, ao mesmo tempo que se acentuou já uma grande redução, a região facular parece disseminada em ramos que aparentam convergir no centro com um movimento turbilhonar. Êstes últimos ramos das regiões faculares dividem-se por último em pequenas regiões faculares com um diâmetro pouco superior ao dos flocos brancos da rêde da cromosfera. Os momentos de máximo de actividade nestas regiões, a que acabamos de nos referir, podem também agora encontrar-se com muito maior freqüência observando ao espectrohelioscópio.

Quando aparecem aglomerações destas regiões faculares, inferiores às dimensões mínimas com que estas costumam ser registadas, caso que se observa sobretudo nos mínimos, a-pesar-destas regiões corresponderem a um período especial de actividade solar e de ocuparem uma extensa zona de perturbação da cromosfera, não têm tido o devido registo. Na Est. 5 vê-se a zona da cromosfera onde a rêde não acusa perturbação especial com os seus flocos de 1′ divididos noutros que medem 1″, e na Est. 6 Fig. 1 uma aglomeração do tipo das que acabamos de descrever, em que, numa área correspondente à das grandes regiões faculares, se encontra a rêde alterada pelas pequenas regiões faculares referidas.

Os filamentos que se encontram junto das regiões faculares e que as atravessam dando lugar ao aparecimento de protuberâncias, em frente das regiões faculares, quando estes fenómenos atingem simultâneamente o bôrdo solar,

são igualmente de grande interêsse na caracterização da actividade de uma tal região do Sol.

Em volta e até grande distância da região facular da Est. 4 Fig. 1, a qual tinha começado a sua fase de desagregação, existiam muitos filamentos, alguns ainda muito nítidos, mas para leste via-se uma larga zona, mais extensa do que a região facular, coberta por um grande filamento. Sendo porém, a sua intensidade luminosa análoga à da cromosfera não é fácil a reprodução para positivo (só possível com pose especial que diminue a nitidez das outras figuras cromosféricas) e apenas se nota o filamento por a rêde cromosférica parecer coberta por um véu muito ténue, que, ùnicamente devido ao seu enrugamento, destróe as malhas da rêde nos sítios correspondentes às rugas. A-pesar-das dificuldades apontadas, conseguimos reproduzir aproximadamente êste filamento Fig. 1 Est. 4 estructura que nas fotografias monocromáticas obtidas com a risca K_3 é de difícil identificação. No dia em que a região facular Fig. 2 Est. 4 atingiu o aspecto descrito tinham desaparecido todos os filamentos.

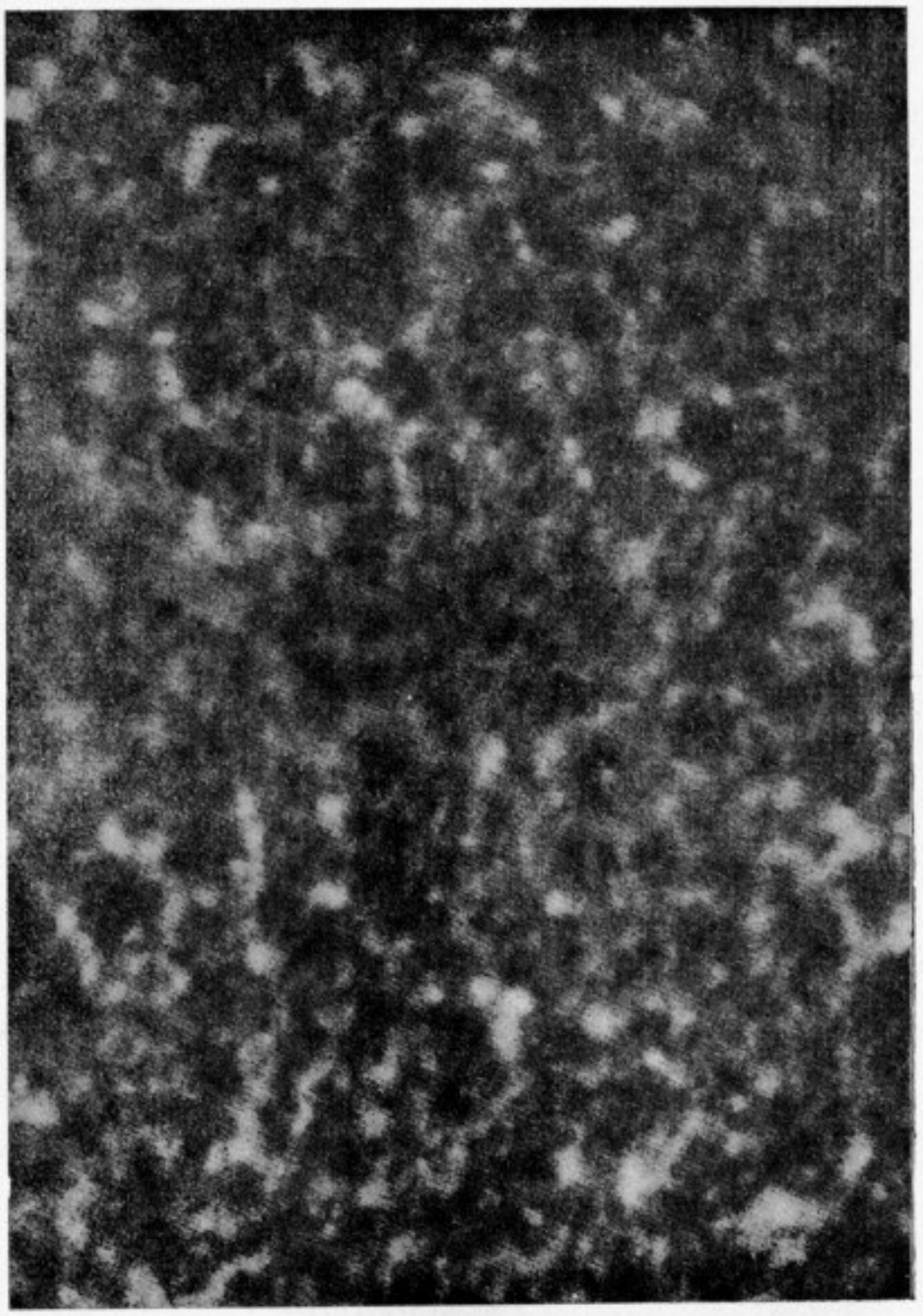
A descripção dêstes fenómenos pode completar-se em altura quando passam no bôrdo estas zonas compostas por regiões faculares e protuberâncias. A Fig. 2 da Est. 6 representa uma grande região do Sol que dá um exemplo dêstes. A protuberância que do lado norte se prolonga em diferentes pontos, até formar junto do bôrdo alguns filamentos, encontra-se rodeada por uma região facular em volta da qual se desenvolvem outros filamentos prolongados para o exterior por protuberâncias. A parte central da região facular em volta da protuberância mais alta mostra já o aspecto de transição de uma região facular para a rêde, atingindo, porém, neste ponto uma altura de 16.000 quiló-

metros acima do nível médio da cromosfera. Estes fenómenos em que surgem transformações de pequena duração devem ser acompanhados com intervalos devidamente escolhidos por meio do espectroregistador de velocidades e com o espectrohelioscópio deslocando com êste instrumento a segunda fenda sôbre os diferentes comprimentos de onda das riscas.

Na Est. 7 reproduzimos uma série de ensaios que numa das observações dêste género efectuamos com êste fim. A primeira fotografia realizou-se isolando na segunda fenda a risca K_3 e as duas outras com deslocamentos de cêrca de 0,25 Å e de 0,50 Å.

Se bem que possa haver um fenómeno de velocidades radiais a absorção deve ter-se produzido numa camada mais baixa na segunda fotografia Fig. 2, atingindo aí uma intensidade muito maior o filamento e diminuindo a das regiões faculares visíveis. Na fotografia realizada com o comprimento de onda K_1, na Fig. 3, o filamento que se apresenta mais fino e não se prolonga além da camada inferior da cromosfera, leva-nos a crer que representa a parte inferior dêste fenómeno, cujo aspecto se acompanha assim em altura relativamente a três camadas de atmosfera. A média das medidas que efectuei fixa a 2.ª camada a 4.000^{km} e a última a 10.000^{km}.

Do que acima fica exposto, podemos concluir que ha focos de actividade solar de difícil observação nas fotografias monocromáticas, e, tanto o facto de durante os mínimos de actividade solar continuarem as perturbações de carácter eléctrico, como as fases de diferente actividade, que citamos para as figuras cromosféricas, leva-nos a considerar a existência de outras causas mais gerais, resultantes das condições físicas do Sol, do que os fenómenos re-



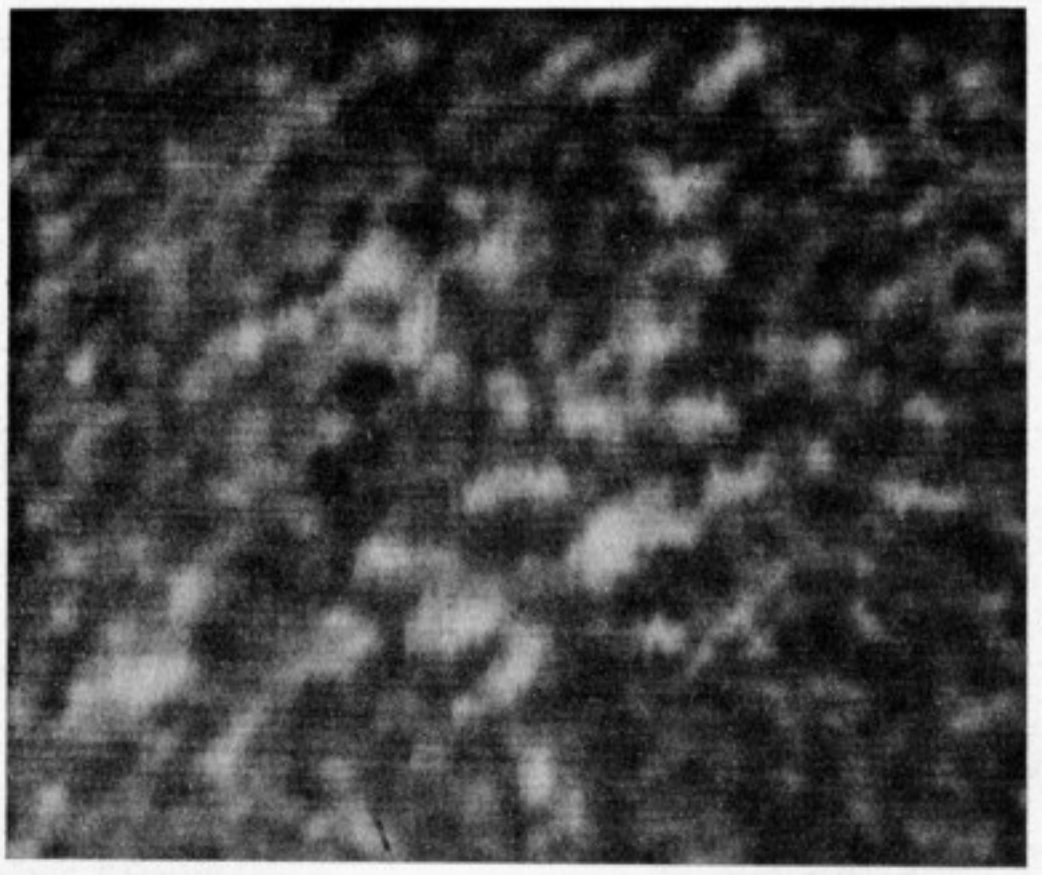


Fig. 1

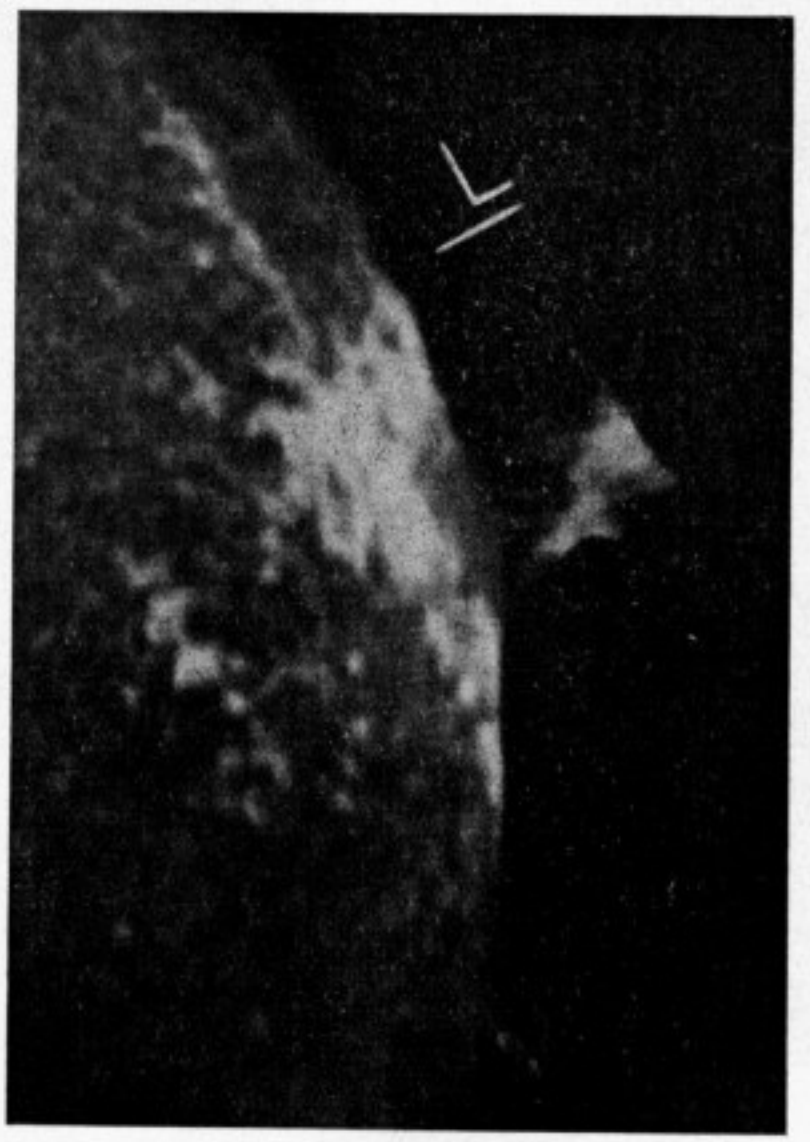
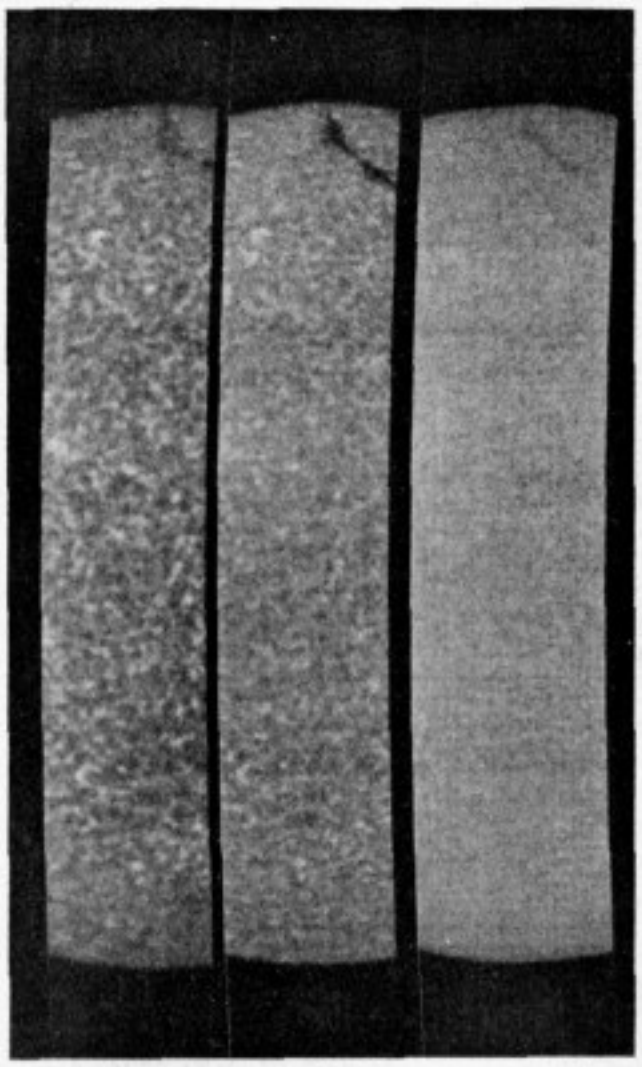


Fig. 2





putados até aqui como característicos e registados duma maneira incompleta mesmo emquanto á sua configuração.

GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO

CONIMBRIGA VISIGÓTICA (1)

Fui vizinho do dr. Augusto Mendes Simões de Castro nos últimos três anos da sua existência. Vivia êle então habitualmente em casa de sua sobrinha, D. Berta Alves, numa *vila* meio-citadina meio-rural, nova, arejada e risonha, que do alto da vertente sul da Quinta de Montes Claros que herdara, domina o vale do Mondego e os longes do Campo do Bolão.

Amigo desde o meu tempo de estudante,—fôra o primeiro a acusar o aparecimento do primeiro folheto que escrevi sôbre História da Arte, *A igreja de Lourosa da Serra da Estrêla*—, perdulário, para mim, de quanto conhecia acêrca das antiguidades locais (sendo, de resto, generoso para todos), freqüentou a minha casa, como eu freqüentei aquela onde habitava.

Como recordo, emocionado, as suas visitas vespertinas, o percutir regular do conto da sua bengala no empedrado da rua, revelando uma aproximação grata, que o tríplice nodular na porta confirmava, a ascenção da escada íngreme, regrada pela sibilante respiração de asmático, o seu vulto esguio e resequido envolto no guarda pó claro, um

---

(1) Vide nota da pág. 1 do vol. 87.

raminho de flores silvestres, que colhera nos arrifes das veredas da Quinta, e que trazia, —para a minha senhora—, na mão longa e apergaminhada...

Vi um dia, ao subir os degraus do patim da casa onde residia, sôbre um canteiro de pelargónios rubros, um pequeno capitel de conformação invulgar. Levantei a peça e examinei-a. E disse ao meu venerando amigo:—Isto é visigótico. Donde o trouxe?

Respondeu-me, rápido e seguro, porque a sua memória era privilegiada:—De Condeixa-a-Velha, há muitos anos. Quere-o?—Certamente que o levo, para o Museu...

Assim foi enriquecida, com mais uma peça de valor arqueológico, a secção de escultura visigótica que organizei no estabelecimento que dirijo. E a lembrança desta oferta gentil proporciona-me o ensejo de colaborar na Colectânea de homenagem ao dr. Simões de Castro, sábio amigo, nata dos homens bons, com o pequeno estudo que segue, referente às manifestações artísticas do domínio visigótico, em Conimbriga.

*

* *

Ignora-se em que data a cidade luso-romana de Conimbriga, arruïnada e despovoada pelo assalto suévico de 468, voltou a refazer a sua vida urbana.

Sob Eurico (468-488), o reino dos visigodos não compreendia, da área da Lusitânia romana, a zona acima do Tejo, ocupada pelos suevos.

Teria Conimbriga renascido, ainda sob o domínio dêstes suevos tenazes que se mantiveram na Galisa e parte da Lusitânia durante mais de século e meio, até à época

de Leovigildo (570-585) em que foram encorporados na monarquia visigótica?

É provável, porque existem provas de que Conimbriga era habitada na primeira metade do século VI, como o revela a lápide funerária de *Serenianus*, datada do ano de 541.

O *Cronicon* de Idácio relata, de modo bem expressivo, que os habitantes foram, uns levados em cativeiro, outros dispersos, quedando a cidade abandonada. Mas o aparecimento da epígrafe documenta a existência da povoação, naturalmente reorganizada à volta da sede episcopal.

Sabe-se como, entrados pagãos na Península, os suevos se conservaram assim até à morte de Rechila, que expulsara os Romanos de Mérida, e que faleceu ali em 448. Tendo-se Rechiário, que lhe sucedeu, convertido ao catolicismo, os bárbaros aceitaram a nova religião, que era a dos seus súbditos galegos e lusitanos. Pouco depois Remismundo abraça o arianismo, então em plena fase expansiva, contando Idácio que no ano de 464 viera da Galia para a Galisa o bispo Ajax, propagandista das doutrinas simplificadoras da seita, naturalmente favorecido pelos visigodos. O casamento de Remismundo com uma princesa visigoda mais fortaleceu a situação do arianismo nos domínios suévicos, que nêles é aceite até à conversão de Chararico (559).

Poderiam mesmo, sem excesso de imaginação, atribuir-se fundamentalmente a uma divergência de pontos de vista religiosos, os assaltos a Conimbriga, em 464 e 468. Conimbriga, cidade católica, centro religioso importante, como sede de bispado, teria oferecido, pela sua ortodoxia, pretexto fácil de ataque ao invasor suevo.

Os muros haviam sido em parte derrubados, e as casas destruídas. Isso porém não impedia a utilização dos

restos de uns e outras. Fàcilmente, num ambiente urbano poderosíssimo, a população reagrupada ou acorrida de outros lugares, poderia reatar com facilidade a vida civíl e religiosa.

Que a sede episcopal tivesse, após o desastre, passado temporàriamente para a forte Emínio das margens do Mondego, não custa a acreditar. E assim o acreditava o Cardeal Saraiva. Mas o erudito prelado dá a entender, no artigo póstumo *Coimbra e Emínio*, que a *Revista Estrangeira*, publicada em 1853, deu a lume, que a sede episcopal não voltara a Conimbriga, após essa mudança, justificando a sua opinião com o facto de, no Concílio 3.º de Toledo, do ano de 589, aparecer uma subscrição de *Possidonius, Eminiensis ecclesiae episcopus*. O bispo assinava desta forma por na cidade de Emínio estar instalado o bispado do título de Conimbriga, título que os seus sucessores preferiram continuar a usar, embora já deslocado o sólio definitivamente.

Isto não explica, porém, como Emínio era considerada, apenas a 20 anos do Concílio Totedano de 589, como simples paróquia de Conimbriga.

Que Conimbriga não mais volvesse à categoria de sede episcopal desde o assalto suévico de 468, parece improvável, e não está provado.

A divisão de Teodomiro, do concílio de Lugo de 569, relaciona: *Conimbricensis sedes teneat ipsam Conimbriam, Eminio, Selio,* etc. Nos documentos eclesiásticos citam-se como dioceses dependentes de Mérida, quer Conimbriga, quer Emínio, mas nunca as duas juntas, informa A. de Gordejuela na *Geografia Historica Española* (Madrid 1928). Nos diversos concílios citam-se os bispos de Conimbriga, quando Emínio era cidade visigótica tão importante que

nela cunharam moeda quatro monarcas: Recaredo (586-601), Liuva 2.º (601-603), Sizebuto (612-621), e Chintila (636-640).

Por outro lado, as escavações recentemente realizadas em Conimbriga tem revelada por numerosas peças de escultura, pertenças de antigos santuários, que a vida religiosa da cidade foi importante nos séculos VI e VII. ¿Como teria isto acontecido, se a cidade e o bispado não houvessem sido reconstituídos?

*

* *

Ascendem a meia centena, os fragmentos esculpidos, de típica arte visigótica, recolhidos em Conimbriga: capitéis, frisos, tabelas, elementos de construções religiosas acessórias, pilastrinhas de frestas geminadas.

Os capitéis apresentam as formas clássicas, derivadas do coríntio e do compósito, muito evolucionadas ou simplificadas. Um só, de dimensões medianas, é de mármore. O que me ofereceu o dr. Simões de Castro é pequeno, octogonal, com o chanfro das esquinas disfarçado por fôlhas grosseiramente nervadas.

Na decoração das restantes espécies predomina o ornato foliar estilizado, reproduzindo à maneira bárbara e popular os desenhos, por entalhe oblíquo. Rosetas tetrafólias com botão central, e trifólios e bifólios seguidos constituem os motivos mais vulgares do lavor entalhado. Nas tarjas o adôrno subordina-se a um linearismo correcto e monótono, que não permite composições alastradas e espontâneas. Quando quis variar, o artista dispôs paralelamente a um ornato outro ornato: ao lado da faixa de

rosetas, a faixa de triângulos; entre os cordões das barras, as tiras vegetais com fôlhas e frutos. Tôda esta ornataria *sui generis*, deriva da arte decorativa do Baixo-Império, e foi extraída, em grande parte, das figurações dos mosaicos, acrescida de elementos puramente cristãos primitivos, como a representação da vide.

Esta arte da época visigótica, tão perfeita como a de qualquer outro centro religioso coevo da Hispania, documenta a existência de basílicas e outros santuários, em Conimbriga. Oxalá as escavações, que prosseguem, consigam um dia solucionar o problema da localização da sé conimbrigense anterior ao século IX, como têm solucionado outros, de idêntica importância.

VERGÍLIO CORREIA

THÉORIE RADIANTE

Conférence faite à la Sorbonne, après invitation de la Faculté des Sciences de l'Université de Paris, sous la présidence de Mr. Charles Maurain, Doyen de la Faculté des Sciences, le 28 mai 1936, Communication au Bureau des Longitudes, et les énergies internes,
par le professeur F. M. da Costa Lôbo.

Monsieur le Président! J'ai déjà témoigné combien j'apprécie le grand honneur que la Faculté des Sciences de l'Université de Paris m'accorde avec son invitation, qui me permet d'exposer dans ce sanctuaire scientifique les idées que je viens proposant pour l'explication des phénomènes physiques.

Je ne dois pas abuser de votre indulgence, donc je devrais me restreindre à établir les lignes principales de ma doctrine et produire succinctement les arguments qui, à mon avis, lui serviront d'appui, en me réservant pour developper ces sujets dans la publication que je ferai bientôt. Pourtant je me permettrai d'observer ma conviction, de que, si ce que je vais exposer c'est vrai, comme je suppose, vous possédez, Messieurs, ces idées dans votre sousconscient, ou dans votre conscient. Dans le premier cas je n'aurais rien d'autre à faire que de reveiller ce qui est endormi dans votre esprit; dans le second cas il y a une raison de plus pour que je vous assure de ma profonde gratitude.

Au même temps je tiens à proclamer le prestige de la science française, et l'originalité que caracterise ses investigations, et les conclusions acquises par ses savants; et à

témoigner que les études dont je m'occupe trouvent leur base dans la science française.

Il serait très long de faire référence aux nombreux savants français dont j'ai profité les enseignements, pourtant qu'il me soit permis le plaisir de rapeller que je n'aurais rien pu faire dans le terrain astrophysique si je n'aurais pu profiter les admirables investigations et conclusions de notre savant maitre Mr. Deslandres, les moyens surprenants dont il a enrichi la science et l'inoubliable appui personel qu'il a voulu m'accorder, lequel a même compris la collaboration à Coïmbra de son illustre élève, aujourd'hui déjà distingué savant, Mr. d'Azambuja. Au même temps je n'aurais rien pu avancer au sujet de la théorie radiante, que je me propose d'exposer, si l'on ne pouvait disposer, prèsque au même temps, de deux ordres de decouvertes.

Celles de Mr. Branly, le vénérable savant professeur de l'Institut Catholique de Paris, supérieurement conduit par Son Éminence le Cardinal Baudrillart, lesqueles, aboutissant aux surprenants resultats de la T. S. F. au même temps nous éblouissent et nous fournissent d'inattendues et inestimables services. Et les fameuses découvertes sur la radio activité, de Pierre Curie, poursuivies, par son illustre Famille, lesquelles représentent une acquisition d'exceptionelle valeur, surtout pour la compréhension du mécanisme de l'Univers physique.

Alors qu'on me pardonne si j'ose exprimer que c'est à cette glorieuse science française, qui maintient une situation primatiale dans la production des idées directrices, qu'appartient la responsabilité de mon orientation scientifique, car je lui doits les faits qui m'ont suggestioné et les phares qui m'ont guidé.

Maintenant il est opportun d'énoncer l'ordre des considerations que je vais exposer:

—Genésis de la doctrine radiante;

—Quelques définitions et le principe que je propose;

—Des précurseurs;

—Arguments fournis par de distingués savants, lesquels justifient les bases sur lesquelles repose ce principe: —divisibilité de la matière jusqu'à des éléments infinitésimes, insécables, et atribut pour ces éléments d'une vitesse maximum, à jamais.

—Des difficultés, et même des incohérences qu'on trouve dans plusieurs explications en cours.

—Arguments qui soutiennent le principe de la théorie radiante.

—La crise qu'on peut soupçonner pour l'Univers physique.

Pour la premier fois j'ai entamé ce sujet publiquement au Congrès de l'*Association Espagnole pour le Progrès des Sciences*, qui a eu lieu à Grénat en 1911, où j'ai presenté la communnication «*Les radiactions et l'actration Newtonienne*».

Ou y trouve dèjá des considérations d'ordre général, malgré que le sujet principal serait l'explication de la gravitation, comme je montrerai incessament. Au congrès de Valladolid de 1915 j'ai developpé largement les idées presentées au Congrès de Grénat dans une Conférence faite à la demande de l'Université de Madrid sur le thème *Atmosphères et temperatures astrales*. Mais c'est seulement au Congrès de Salamanca, de 1923, que j'ai concrétisé la doctrine dans un principe, qui ne fut pas encore la redaction définitive que j'ai proposé, en cours d'une conférence sur la «*Structure de l'Univers*».

La rédaction définitive, je l'ai présentée dans la conférence que j'ai eu l'honneur de faire à l'Université Catholique de Paris, à la suite d'une bienvaillante invitation de son savant et infatigable Recteur, aujourd'hui Prince de l'Eglise, en attention à ses excelses vertus, à son devouement pour l'humanité, et à sa haute valeur intellectuelle qui lui avait déjà valu de se trouver entre les 40 immortels. En plus de communications de caractère restreint, j'ai eu l'honneur de traiter ce sujet en des conférences à l'Université de Madrid, au Congrès de Mathematiques de Toronto, au *Coloquium Mathematicum* de Zurich, à la Société des Mathématiques de Berne, à l'Université de Gand, à l'Université de Strasbourg, à l'Université de Coimbra, à la British Association of London, à l'École des Hautes Études de Gand. Pour répérer mes travaux, et même pour rapeller les premières lignes que j'ai écrites sur ce sujet, les idées que j'ai constamment soutenues, je lirai celles qu'on trouve au commencement de la premièie communication, faite à Grénat, en 1911.

«Constaté le phénomène de la desintégration de l'atome, on ne doit pas hésiter à formuler toutes les conséquences. La desintegration de la matière de l'atome doit nous fournir les eléments constitutifs de l'Univers, et en considérant ceux-ci on doit trouver l'explication de tous les phénomènes physiques. La matière excitée par une action accidentale, ou mise en conditions de perdre sa stabilité atomique, ou, même, pour ne pas avoir acquis le degré indispensable de stabilité pour se maintenir, emmettra des radiations qui nous donneront l'explication de tous les phénomènes, même des catalitiques. Elles produiront les phénomènes electriques. Reçues par la retine, ou un autre recepteur convenable, on aura affaire aux phénomènes

optiques, variables avec la quantité des radiations reçues par unité de surface, et les dimensions des corpuscules lumineux, lesquels determinent les longueurs des ondes.

«Les radiations qui agissent sur notre organisme produisent aussi des sensations qui, selon leur quantité, nous donnent une impression de chaleur ou de froid. Des phénomènes analogues sont produits quand les radiations agissent sur une matière quelquonque, et on observe des variations d'état d'équilibre avec simples dilatations, ou, même, des changements d'état.

«Tous les phénomènes du monde physique ont une cause radiante, et on peut faire la classification suivante des radiations—*macro radiations, micro radiations, radiotions atomiques* et *radiations primitives*, ces dernières correspondant à des actions exercées par des éléments possédant la vitesse maximum.

Dans la conférence de 1915,—*Atmosphères et temperatures astrales*, après avoir fait référence à l'élégante critique faite par Lord Salisbury, en 1894, au sujet de la conception de l'éther, je disais notamment: «Combien de chemin parcouru après 1894 avec une vitesse prodigieuse».

«Les atomes insécables d'alors, sont aujord'hui des mondes complexes, avec possibilité de desagrégation et de la production des phénomènes inattendus.

«Le nombre des éléments chimiques se trouve considerablement accru. Au même temps l'éther, toujours concentré dans un profond mystère, toujours invisible, jamais trouvé, conserve encore son empire, malgré qu'on voit ses fondements ruinés, et qu'on ait l'impression de que son existence de sphinx, son utilité de phantôme, tende á s'évanouir dans une vaine chimère. Pourtant il restera dans l'histoire de la science en marquant la haute valeur de l'imagination

humaine, et la consacration du genie merveilleux de Fresnel, à qui l'on doit des explications d'autant plus admirables qu'il est plus certain que dans l'état de la science de l'époque elles ont depassé, par leur hardi conception, tout ce qu'on pouvait attendre du genie humain. Il a touché l'explication des phénomènes lumineux révélant un genie qui le place à coté de Newton.

Encore plus loin j'ajoutais: «J'observerai que la desagrégation de la matière, fait que les phénomènes ont mis en relief, la production des courants élètriques, l'existence des rayons cathodiques et d'autres, récemment decouverts, et sourtout, le phènomène, déjà vulgaire, des spectres obtenus, par la décomposition des radiations, lesquels mettent en évidence des qualités trés diverses, justifient la classification que je propose pour les radians — *principaux et derivés*, et pour les premiers en *primaires et secondaires.*»

Quelques considérations encore, pour justifier l'éclosiou de cette doctrine.

Il est bien connu qu'au commencement l'humanité classifiait les éléments constitutifs de l'Univers en quatre catégories: la terre, l'eau, l'air et le feu. On peut s'imaginer d'ailleurs à quelles difficultés on devrait se heurter en partant d'une considération si rudimentaire. Sans m'arrêter dans le chemin que l'humanité a lentement poursuivi, j'arriverai immédiatement à l'époque des molécules et des atomes, qui a marqué un progrès considérable et aboutit à de notables découvertes, auxquelles les savants français, comme Berthelot, ont apporté une précieuse contribution. Maintenant on scrute profondément la constituition de l'atome, et le savant physitien, Mr. Jean Perrin, entre autres savants, nous a fourni des connaissances d'une valeur inestimable.

Pourtant, bien que l'image qu'on propose pour l'atome implique déjà l'existence d'un mouvement continu, celui des electrons, en révolution autour de l'ion, il est vrai qu'au-dessus plane encore l'idée d'une matière inerte, et le concept d'énergie reste ainsi confu, sans support materiel.

Pour justifier ce que je viens d'exprimer, je citerai des paroles très récentes prises à un remarquable article de Mr. Maurice d'Ocagne :

«Une suite de longues recherches approfondies a fini pour faire naître la conviction, comme le dit fort bien M. Volkringer, dans son beau livre précédement cité «que la chaleur, le travail, l'électricité, etc., sont les formes différentes d'un quelque chose que nous ne connaissons pas et auquel nous avons donné le nom d'énergie, énergie que, suivant la forme particulière qu'elle affecte, nous qualifions de mécanique, calorifique, électrique etc.» Et M. d' Ocagne ajoute: «Le fait capital, mis progresssivement en lumière au cours du dix-neuvième siècle, réside dans la possibilité de transformer les unes dans les autres, ces diverses formes d'énergie, l'énergie totale attachée à tout système isolé restant constante quelles que soient les transformations subies par ce système.»

J'estime qu'après cette citation je peux considérer constaté que la science admet encore plusieurs qualités d'énergie, malgré la possibilité des transformations.

À mon avis cette orientation résulte de ce que, couramment, on conduit les recherches de manière à expliquer isolément certains phénomènes qu'on groupe ensemble à cause de leur nature. Et, alors, étant parti de l'hypothèse de l'inertie de la matière, on est obligé d'avoir recours, dans les investigations relatives à chaque groupe de faits, à des

interventions plus ou moins mysterieuses, et il est juste de craindre que même en admettant des transformations, on n'arrive pas à une explicatîon simple et générale.

J'ose supposer que j'ai pu couper l'inextricable noeud que nous représentent les explications scientifiques, même dans l'actualité, en reconnaissant que l'Univers physique présente une seule classe de phénomènes, lesquels resultent des modifications dans les positions occupées par certains eléments de matière, et que l'énergie resulte d'une qualité inhérente à la matière, envisagée dans ses moindres dimensions; la matière étant ainsi considerée, il est juste d'admettre que l'énergie possède des qualités qui justifient la théorie des *quanta* envisagée avec une généralité nouvelle. Alors on part de la considération de l'Univers constitué par ses éléments fondamentaux, et je crois qu'on est assuré ainsi d'arriver à des explications claires et logiques pour chaque classe de phénomènes.

D'après ces considérations il resulte comme conséquence immédiate le principe que je vais énoncer. Pourtant il convient d'établir déjà quelques définitions, et d'abord je ferai une observation.

Quoi qu'on puisse discuter ou faire des hypothèses sur ce qui existe ou n'existe pas, on ne peut pas mettre en doute notre existence ni celle de ce qu'on appelle matière; notre conscience, au moyen de nos sens, en particulier celui du tact, nous porte à admettre la notion de matière; comme fondamentale, donc pas de définition pour elle.

Voici quelques définitions que je proposerai:

Point materiel (iotão), le minimum de matière considéré indépendamment de toute propriété que nous pourrions lui attribuer:—*Espace*, l'ensemble des positions effectives et possibles des points matériels:—*Univers physique*, la tota-

lité de ces points:—*Distance entre deux points*, le minimum de points indispensables pour établir la liaison entre eux sans discontînuité et sans double emploi: —*Orientation*, l'ensemble de deux distances.

J'observerai que c'est seulement pour faciliter nos raisonnements que nous pourrons considérer des dimensions pour l'espace. La designation des dimensions correspond à des orientations avantageuses. L'observation nous fait constater une constante variation des distances et des orientations malgré qu'elles puissent se montrer sensiblement constantes en des régions restreintes, et pendant des courts espaces de temps.

Phénomène, ensemble de points, caracterisé par les distances et orientations: —*Temps*, succession continue de phenomènes définis par certains points. En considérant l'ensemble des points constitutifs de l'Univers nous aurions le *temps universel*.

Il est évident qu'il faut un effort d'abstration pour avoir l'idée d'une succession continue et d'un phénomène.

Je designerai *instant* une coupure dans la succession, correspondante à un phénomène determiné: —*intervalle de temps*, la succession de phénomènes comprise entre deux instants, *module du temps* le temps qu'il faut à un ioton pour passer d'une position à la position immediate.

On définira: —*deux intervalles de temps égaux,* ceux entre lesquels il y aura un nombre égal de phénomènes identiques. Il est évident que ce nombre ne pourra pas être déterminé qu'à l'aide de conventions:—*Vitesse:* succession de positions d'un point entre des instants déterminés. Comme les instants dépendent de la succession, on ne pourra appliquer cette définition que lorsqu'on diposera d'un point dont le mouvement serait tel qu'on pourrait admettre l'égali-

té des intervalles de temps qui comprennent la même succession de positions. On ne connait pas un point de cette nature, malgré qu'on pourrait imaginer profitable le corpuscule lumineux, et dès lors on adopte un par convention, et on fait ensuite les retifications nécessaires. À present on prend un point de la Terre qu'on considère dans ses positions successives autour d'un axe qu'on suppose fixe (et on ne peut l'admettre que dans une première approximation). Ces positions sont établies par rapport à un point supposé fixe, une étoile ou un point choisi par convention.

Nous nons trouverons ainsi en présence de conventions rigoureusement irréalisables, mais qu'on pourra profiter dans un certain degré d'approximation.

Espace, est une conception abstraite vu qu'elle n'a pas de realité materielle.

Partant de la définition de phénomène on pourra établir que la science physique s'occupe des phénomènes présents avec l'intention d'annoncer les phénomènes futurs, et constater les phénomènes passés.

Les phénomènes ont en soi un caractère absolu. Dans un certain instant les corps occupent des positions determinées, et la science possède un caractère absolu. Il est vrai que l'insuffisance des moyens dont dispose l'homme pour l'observation ne permette pas qu'on puisse regarder instantanemente tous les eléments qui déterminent un phénomène, ni même les regarder dans leurs vraies positions. C'est à cause de çà qu'il faut d'abord tâcher d'arriver à la connaissance des vraies positions au moyen d'approximations successives.

Sans doute l'homme ne pourra jamais atteindre une connaissance exacte, ça appartient seulement à Dieu, mais il pourra perfectionner infiniment ses connaissances et abou-

tir à possèder une science suffisament exacte. Ce qui n'est pas admissible c'est qu'on pense à bâtir la science exactement sur l'insuffisance de nos moyens d'observation. «La science est conquérante» comme a dit Claude Bernard.

Maintenant, passons à l'énoncé du principe que je propose comme principe fondamental qui régit l'Univers physique et, qui, à mon avis, donne l'explication de tous les phenomènes, vraiment tous de même nature, sous des apparences les plus diverses, et devant alors découler d'un même principe.

—*L'Univers physique est un ensemble de points matériels qui possédent et conservent, indéfiniment, le minimum de matière, et sa vitesse initiale (maximum).*

Donc, la quantité de mouvement reste constante.

*

* *

L'énoncé de ce principe nous montre le problème que nous pose l'Univers physique, au même temps très simple, très clair et écrasant.—La détermination pour un moment donné des positions de tous ces points, en nombre indefini, en partant des valeurs qui les determinent à une autre époque. Et, pourtant, malgré qu'on soit surpris par la simplicité de cette création qui peut conduire à une variéte infinie de phénomènes, inattenddus et merveilleux, nous sommes obligés de reconnaitre l'énorme valeur qui a été accordé à l'homme, avec la possibilité de prendre connaissance de son existence et, même, de pouvoir modifier, consciemment, son déroulement: car, si l'homme ne peut pas créer, il est vrai qu'il peut transformer, mettre la chaleur où est le froid, mettre le froid où est la chaleur. Et je

laisse de côté, me considerant incapable de les renfermer dans la science dont nous nous occupons, les phénomènes biologiques et sociaux: la prévision et l'explication de la fécondation, de la croissance, du devouément, de la vanité, des ambitions qui hantent et troublent l'humanité, et produisent son malheur, quand tout est disposé por lui donner le bonheur.

Ainssi, j'admire et je crois! Et, pourtant, j'ai déjà osé exposer à Madrid, sous la présidence de ces figures remarquables qui ont été António Maura et Eduardo Dato, comme j'envisage la correlation entre les phénomènes physiques et les phénomènes biologiques et sociaux.

*

* *

Percurseurs de la théorie radiante. Il est toujours interessant d'examiner ce que l'histoire nous enseigne sur un sujet, car il est certain qu'on y trouvera l'embrion des idées qui se manifestent plus tard, et même des conceptions utilisables. Et dés lors on est frappé par le fait qu'on observe des periodes de grande activité et d'autres de stagnation. Nous trouvons une image dans les volcans. Mais ici je suis obligé à quelques exhumations très restreintes. Pourtant c'est un sujet dont je m'occuprai bientôt largement.

D'abord on rencontre les premiers jets lumineux dans la science grecque, pas confiné dans ce qu'on considere être la region de la Grece, mais dans la region etendue aux bassins des mers Egée et Jonien, ayant d'un coté la côte de l'Asie mineure et de l'autre la Sicile et l'Italie meridionale, colonisées par les grecs en deux periodes de expansion, le premier datant des XI et X siècles avant Jesus Christ.

On peut lui atribuer un periode hellenique, entre 600 et 300 années avant Jesus Christ, un periode hellenistique dès 300 années avant Jesus Christ jusqu'a l'epoque du Christ.

Après c'est à la renaissance qu'on trouve les puissants genies de Descartes et de Newton, et il est de justice de leur rattacher Lesage qui a taché de donner une explication, pas acceptable, mais très approfondie, pour la gravitation.

De la science grecque, malgré ce qu'on doit déjà à Leucipe, je me limiterai à observer que Democrite d'Abdere (côte de Thrace) qui a exposé ses doctrines environ quatre siècles avant Jesus Christ, malgré qui soient trés reduits les fragments qu'on posséde, occupe une situation primatial, et peut être consideré le fondateur de l'atomistique à cause de la logique de sa conception du monde.

Voici les principes qui sont en tête des doctrines que Democrite a professé dans une epoque si eloigné, et que, malhereusement, n'ont pas eu une suite durable. 1 ére Rien ne vient de rien. Rien de ce qui existe ne peut être anéanti. Tout changement n'est qui agregation ou desagregation de parties.—Cette proposition renferme déjá la these de la conservation de la matière dont, seulement au dixuitième siècle, Lavoisier a fait la demonstration. Et pourtant cette idée aura existé des l'origine de la pensée. On la trouve en embrion dans *l'Infini* d'Anaximandre, dans le feu divin d'Héraclite, qui suppose que les mondes se consomment et se renouvellent. Parmenides nia toute naissance et toute destruction.—2iéme, Rien n'arrive, fortuitement, mais tout a sa raison et sa necessité. On reproche à Democrite de atribuer la suite des phénoménes à un hasard aveugle. Mais cette discussion n'est pas maintenent

notre affaire.—3^{iéme}, Rien n'existe si ce n'est les atomes et la vide; tout le reste est hypothetique.—4^{iéme}, Les atomes son en nombre infini avec un nombre infini de formes. Ils se choquent et de leurs mouvements lateraux resultent des choses qui expliquent les origines du monde.

Et voilá que nous trouvons quatre siècles avant Jesus Christ des idées geniales, malgré quelles ne puissent donner complète satisfaction. La conservation de la matiere et sa divisibilité jusqu'à des èléments infinitesimales: des mouvements de ces petits éléments et des chocs entre eux, c'est vrai, sans qu'on y trouve d'une forme claire la cause de ces mouvements. Et pourtant il y a des idées que, bien approfondies, pouvent être déjà à la base de la proposition que je fais maintenant, car Democrite a vecu à une époque oú on n'avait pas les connaissances indispensables: on avançait au milieu d'une grande confusion de propositions et on croyait, que les éléments tombaient éternellement à travers l'espace immense, et que les plus grands, dont la chute serait plus rapide, heurtant les plus petits, produisaient des mouvements lateraux et des tourbillons qui existireaint au commencement de la formation du monde.

Epicure a corrigé ces principes, en consacrant possiblement l'unité de la matière, n'admettant pas la variété infinie des formes des atomes.

Il est encore remarcable le 5^{iéme} principe:—«Les differences de toutes choses proviennent des differences de leurs atomes en nombre, grandeur, forme e coordination, mais les atomes ne presentent pas des differences qualitatives. Ils n'ont pas d'états internes; ils n'agissent les uns sur les autres que par la pression ou le choc.»

Malgré qu'il soit hors du quadre dont je m'ocupe, il est quand même digne d'être enregistré ici le seixiéme

principe car, en substituant le mot âme et mettant de coté la ressamblance avec les atomes du feu, on pourrait le trouver à peu prés comme consequence du principe que je propose: —6ième, L'âme est formée d'atomes subtils lisses et ronds, semblables à ceux du feu. Ces atomes sont les plus mobiles de tous, et, de leur movement, qui penètre tous les corps, naissent les phénoménes de la vie.

Ayant la plus grande consideration par les opinions de Descartes et Newton, je me reserve aussi pour faire plus tard leur étude au point de vu du sujet que je traite ici. Je rapellerai seulement que l'un et l'autre envisagent des actions qui produisent les phémmènes. On doit à Descartes la celébre théorie des tourbillons qui a subsistée pendant beaucoup de temps. À Newton on doit la geniale decouverte de la gravitation, qui conservera toujours une position fundamentale dans la science. Mais on n'y trouve la cause des mouvements, ni même la cause de la conservation des mouvements. Et, pourtant, Newton a declaré nettement qu'il n'admettait pas d'actions à distance, et jamais avait fait usage du mot attraction. Il a dit notamment «Supposer que la gravitation soit innée, inherente et essentielle à la matière, et que alors un corps puisse agir sur un autre atravers le vide, sans que aucun milieu intermediaire intervienne pour transmettre cette action ou cette force, de l'un pour l'autre, c'est pour moi un absurde tel que je suppose impossible qu'un homme capable de traiter des sujets philosophiques puisse l'imaginer». Mais Newton qui se derobait à faire des hypothèses, et que, vraiment, ne disposait pas des decouvertes scientifiques qui pourraient les soutenir, poussé par son puissant genie, nous a fourni les memorables idées que je vais citer et que donnent un precieux appui à la doctrine que je propose.

«Je n'ai pas pu deduire des phénomènes la raison des propriétés de la gravitation et «*hypothesis non fingor*». Tout ce que ne decoule immediatement des phénomènes est une hypothese; et les hypotheses metaphysiques, physiques, mechaniques, ou sur des qualités occultes, ne peuvent pas être acceptées par la philosophie experimental. Il serait opportune dire quelque chose au sujet de cette espece d'esprit, três subtil, qui penètre au travers de tous les corps solides, et que se occulte dans sa substance. Il est en consequence de la force et action de cet esprit que les particules des corps se rapprochent mutuelment à petites distances, et ont de la cohesion quand elles sont contigues; c'est à cause de cet esprit que les corps electriques agissent à grandes distances, autant pour exercer une actration qu'une repulsion sur les corpuscules voisins. C'est aussi à cause de cet esprit que la lumière emane, se reflechit, s'inflete, se reflete, se refracte et chauffe les corps. Toutes les sensations sont excités, et les membres des animaux mis en mouvement, lorsque sa volonté le veut et ordonne, par les vibrations de cette sustance espirituel qui se propage des nerfs, jusqu'au cerveau, et du cervau aux muscules».

Mais on ne peut pas expliquer ces choses en peu de mots, on n'a pas encor des experiences suffisantes pour qu'on puisse avec precision établir les lois qui regissent l'action de cet esprit universel.»

En faisant reference à cettes considerations dans la conference que j'ai fait à l'Université de Coïmbra au sujet du «Principe de la gravitation universel» en 1932, j'ajoutais,—il est évident que cette doctrine, que Newton ne veut pas présenter, même comme hypothese, mais que, sans doute, a dominée son esprit, et de laquelle j'ai pris connais-

sance maintenant, est en harmonie avec la theorie que je preconise dès 1911.»

Encore, à propos des observations faites par Newton au sujet des soins qu'il faut avoir, même quand'on fait des hypotheses, je tiens à noter que la théorie que je proposé est basé sur des phenomènes bien constatés, et qu'on reconnait dans l'esprit subtil imaginé par Newton les éléments materiels, infinitèsimes qui parcourent l'espace dans tous les sens avec des vitesses enormes. Jamais je ne l'aurais presentée sans être poussé par les decouvertes de la radio activitê et de la T. S. F.

Il est juste rapeller les considerations longuement exposés par Lesage, sourtout pour donner l'explication physique du phénomène de la gravitation. C'est un travail profondement reflechi. Pourtant Lesage se trouve comme Descartes, comme Newton, comme on se trouvait encore à peu d'années, dans l'impossibilité de trouver des éléments poûr exercer les action dynamiques. Descartes a imaginé les tourbillons, Newton un esprit subtil, Lesage des atomes ultra mondains. Avec des idées très remarcables, c'est lui qui s'est placé le plus loin de la verité.

*

* *

Quelques *arguments qu'on trouve dans les travaux de éminents savants et qui viennent en appui de la théorie radiante.* Je repète encore, et je reviendrai à ce *leit motif*, que je suis obligé à me restreindre à quelques citations plus frapantes qui serviront pour justifier la divisibilité de la matière jusqu'a des limites, à vrai dire, infiniment eloignés de ceux qn'on trouve dans les dimensions des atomes,

et faire connaitre que la matière après avoir été en etat d'energie interne peut reacquerir l'energie cinètique.

Prenons la recente publication, de 1935, de l'illustre savant Mr. Charles Fabry «Physique et astrophysique». On trouve à la page 47. «Une des principales occupations de nos physiciens est de dissequer l'atome et de voir de quoi et comment il est composé»: à pages 48, «Nous trouvons déjà que l'atome n'est pas insecable puis qu'on reussi à le couper». Mais on pourrait supposer que le noyau de l'atome *reste inalteré*. Non, et on trouve la preuve dans les phénomènes qui nous offrent les corps radioactifs».

D'abord Mr. Fabry nous renseigne de que dans une petite quantité de sel de radiun, contenant un milligramme de ce metal, le nombre d'atomes de radium s'èleve à un chiffre pour le quel il faut faire suivre le nombre 3 de dixuit zeros,—3×10^{18}! Et Mr. Fabry ajoute «Dans chaque second un certain nombre de ces atomes font explosion... Nous trouvons que dans notre milligramme de radium 40 millions d'atomes (dont nous avons des milliards par milligramme) se transforment dans chaque second», c'est'à-dire se decomposent en élements moins complexes, et «il faudra environ seize siècles pour que la moitié du précieux metal ait disparu».

Nons ne nous trouverons pas encore avec des points materièls, mais nous aurions déjà atteint des dimensions inimaginables, pour les quelles il faudra écrire des milliardiemes de milliardiemes de parties du cube du micron. Qui pourra mettre consciement en doute la premiere partie du principe proposé?

Mais à pages 51 Mr. Fabry apporte aussi la justification de la deuxième partie. Il nous dit que ces éléments conservent à jamais des vitesses d'ordre infinie, malgré

que les energies correspondantes puissent rester internes jusqu'au moment où une cause ne les fait devenir cinétiques. Il nons dit: «Cette explosion de quelque chose existant dans le noyau ne se fait sans fracas. Ce que l'atome perd est projeté avec violence, et c'est cette projection qui donne aux corps radicactifs leurs propriétés si curieuses, si redoutables même. Ces particules, debris de noyaux d'atomes, sont projectées avec de telles vitesses qu'elles se propagent en ligne droite et peuvent traverser des épaisseurs plus on moins grandes: leur étude est du plus haut interêt pour nons faire connaitre les éléments constitutifs de ces parties profondes de l'atome, sur les quels, par ailleurs, nous ne savions rien. Or nous y trouvons des atomes d'électrecité negative, des electrons, que nous avons déjà rencontré dans la partie exterieure de l'atome: projetés avec des vitesses qui approchent celle de la lumière, ces electrons constituent les *rayonss beta* emis par les corps radioactifs. Mais nous trouvons aussi une autre catégorie de projectiles, constituant les *rayons alpha*; ce sont encore des particules électrisées, mais en sens inverse, et avec une masse bien plus grande, plus de sept mille fois, que celle de l'éctron.»

J'appelle de nouveau l'attention sur ce micro insignifiant électron tel que dans un milligramme de radium il occupera au plus $\frac{1}{3\times10^{13}\times14\times10^{8}}=\frac{1}{42\times10^{21}}$ partie. Et comme sa vitesse n'atteint encore la vitesse du corpuscule lumineux, celui-ci doit être bien plus reduit, et, encore plus, le point materiel que produit le phénomène de la gravitation.

Prenant en consideration que Laplace a trouvé qu'il devrait avoir une vitesse de 50.000.000 de fois celle de la

lumière, il arriverait à être seulement $\frac{1}{5 \times 42 \times 10^{78}}$ du milligramme, c'est à dire, dans un milligramme de radium on devrait avoir au moins 21×10^{29} points materiels.

Vraiment ces decouvertes, très lentement accomplies, ne devraient pas surprendre car, dans le infiniment petit grain d'electrecité, nous avons dejà un élément de la decomposition de l'atome.

Mais quelle est l'origine des vitesses signalées, déjà très considerables, quoique sans doute très petites en comparaison d'autres possédés par des éléments de matière plus primitifs? On ne peut pas admettre qu'à chaque moment il y a des milliards de miracles, donc on trouve justifié la doctrine posé dans le principe fondamental de la theorie radiante, que les points materiels conservent indefiniment une vitesse enorme, quoique parfois dans une état au quel correspondent des énérgies internes. Alors la vitesse n'est pas decelable par un mouvement, mais on la trouvera accouplant les points materiels qui presenteront une plus grande ou moindre resistance à la separation, selon la vitesse qui restera livre.

D'ailleurs il est à propos d'observer qu'on ne pourra pas mettre en doute que tous ces éléments, dont on reconnait l'existence en consequence de la destruction du complexe bâtiment atomique, ont été profités pour la construction de l'atome, qui devra comprendre un nombre énorme d'éléments primitifs *atomogènes,* déjà disposés en organismes plus ou moins complexes. Entre eux nous reconnaissons déjà ceux-là qui nous décèle l'analyse spectroscopique, mais peut être trop peu en relation à la quantité d'autres que existiront, pour lesquels on ne possède pas encore des moyens

d'observation, même dans le gama infinie qui va du côté des longueurs d'onde d'ordre des kilomètres jusqu'à celles-ci de millionièmes de microns qu'on trouve du côté des radiations X. D'autres familles pourront exister, pas encore découvertes, malgré les succès, chaque fois plus surprenants, acquis par des investigations geniales.

Aussi on doit observer qu'il est probable que la plus-pârt de la matière de l'Univers ne se trouve pas dans un état atomique, car les atomes sont déjà des organismes très parfaits et complexes, malgré qu'il y ait des milliards de milliards, ce que ne peut pas surprendre quand on pense à la rapidité avec laquelle dans un milieu approprié on voit développer des milliards de microscopiques bactéries, pourtant déjà organismes colossaux en régard des éléments primitifs constitutifs de l'atome.

Très rapidement je rapellerai encore quelques opinions frappantes.

Le distingué savant Mr. Jean Perrîn, dans la publication *Grains de Matière et de Lumière,* III 1935, écrit, pages 9: «Au moins les atomes de tels éléments ont donc une complexité interieure certaine. Nous verrons de façon plus générale, que chaque atome a des parties distinctes, trés subtiles pour être saisies par notre chimie».

Pages 23. «L'electron est un constituant de la matière, beaucoup plus subtil que les atomes, au sein desquels il est sans doute présent, et dont en tout cas il peut être extrait. Les électrons ont une même inertie connue, et une même charge negative connue, leurs vitesses sont mesurables, ils ionisent, impressionnent les plaques photographiques. Pas d'elasticité».

M.me Curie a écrit dans son traité sur la radioactivité: «Les corps radioactifs sont des sommes d'energie dont le

degajement se manifeste par des effets variés: emission de radiactions, de lumière, d'electrecité».

Pour M. M. Rutherford et Soddy:

«La destruction des atomes est assimilée à une explosion lors de laquelle les fragments d'atomes peuvent être projectés avec ou sans charge électrique».

Maintenant je vais faire quelques citations qui demontrent les difficultés, parfois même les obscurités et incoherences provoquées par les doctrines encore profitées.

Dans la publication dèjà cité, partie I pg 35, Mr. Jean Perrîn nous dit: «Ainsi se trouve retrouvé et rajeunie la vieille theorie des emissions. Nous ne pouvons pour cela renoncer aux ondes lumineuses, que seules rendent compte des phénomènes de diffraction. Mais ces ondes ne contiennent pas d'énergie; liés aux photons (comment?) elles sont decelables par le fait qu'en prenant appui sur la matière par une interaction sans charge d'énergie, et encore entierement mysterieux, elles peuvent devier ces photons, sans perte ni gain d'énergie». C'est exactement pour faire enfin disparaître ce mystere, et autant d'autres, que vient la théorie radiante que je propose, et je me permettrai d'observer que lorsque une doctrine laisse subsister quelque partie de mystère, vraiment elle est toute mysterieuse.

De M. le Prince Louis de Broglie, savant mathematitien à qui l'on doit une éclatante action scientifique qui son illustre frère, le Duc de Broglie, poursouivait déjà avec grand succés dans un champ plus positif, je prendrai encore quelques considerations trés saisissantes pour montrer les difficultés que je signale.

Dans sa belle these sur la theorie des *quanta* nous trouvons: «Bref le moment semblait venir de tenter un effort dans le but d'unifier les points de vue corpusculaire

et ondulatoire et d'approfondir un peu le sens veritable des *quanta*. C'est ce que nous avons fait recemment et la présente thèse a pour principal objet de présenter un exposé plus complet des idées nouvelles que nous avons proposées, des succès auxquels elles nous ont conduit, et aussi des trés nombreuses lacunes qu'elles contiennent». On doit à Mr. le Prince de Broglie une franchise de vrai savant.

D'autre part le Prince de Broglie, qui soutient la doctrine einsteinienne, écrit: «D'après Einstein, l'énergie doit être considerée comme ayant de la masse et toute masse représente énergie. La masse et l'énergie sont toujours raliées l'une à l'autre par la relation générale, énergie = masse × c, c étant la constante dite «vitesse de la lumière, mais que nous preferons nommer «vitesse limite de l'énergie» pour des raisons exposées plus loin». Avec tout le respect j'observerai combien je suis surpris de que un element de caractére particulier comme est la vitesse de la lumière, malgré les raisons qu'on a proposées, puisse intervenir dans une éxpression de nature si gènérale.

La dificulté se trouve augmentée avec la consideration qu'on y ajoute: «Puis qu'il y a toujours proportionalité entre la masse et l'énergie, on doit considérer matière et energie comme deux termes synonimes désignant la même realité physique». On y trouve encore «Devons nous supposer le phénomene périodique localisé à l'interieur du morceau d'énergie? Cela n'est nullement necessaire et il resultera du paragrafe III qu'il est sans doute répandu dans une portion étendue de l'espace.

«L'electron est pour nous le type du morceau isolé d'énergie que nous croyons, peut-être à tort, le mieux connaitre. Ce qui caracterise l'électron comme atome d'éner-

gie, ce n'est pas la petite place qu'il occupe dans l'espace, je repet qu'il l'occupe tout entier, cest le fait qu'il est insecable, non subdivisible, qu'il forme une unité».

Mais alors est-ce qu'on supposerait l'electron l'élement primordial de l'univers? Et que serait l'ion supposé avec des qualités si diverses de celles qu'on attribue à l'ectron? En tout cas nous trouvons augmentés les dogmes einsteiniens. Nous aurions: la vitesse maximum de la lumière; la variation de la masse et des dimensions avec la vitesse; l'électron insecable, un phénomène périodique d'une certaine fréquence lié à chaque morceau d'énergie, mais qui ne possède pas d'énergie.

J'observe aussi que la celebre experience de Michelson, qui a eté une raison pour etablir la théorie de la relativité, rien a prouvé, car, vraiment, elle ne pouvait rien prouver.

*

* *

ARGUMENTS EN FAVEUR DE LA THÉORIE RADIANTE

Je suis obligé ici de les exposer très synthétiquement. Cependant je crois qu'ils sont clairs et persuasifs.

D'abord il faut signaler que le principe de la théorie radiante, où l'on trouve comme conception originale et fondamentale, que la vitesse est qualité inhérente aux éléments primitifs de la matière, conduit immédiatement à une consequence d'importance capitale que domine toute la science et facilite des explications precises, — chaque élément primitif de matière possède deux actions, une dynamique, quand il agit à cause de sa matière et de sa

vitesse sur un élément quelconque, une action statique quand'il agit comme resistence à une action extérieure.

Dans le premier cas nous avons une impulsion, dans le deuxième une figuration courament désigné par attraction. La proportion où ces actions contribuent pour les phénomènes qu'on examine determine leur classification.

Immédiatement on trouve à la base assurés les deux principes,—de la conservation de la matière avec forme unitaire, et de la quantite de mouvent, celui-ci comme conséquence de la conservation de la matière et de la vitesse.

Nous designerons par masse da quantité de matière existante dans un certain moment dans une région, et il est évident que l'action exercé par une determinée région dependra de la quantité de matière y existante, de la manière comme elle y est disposée, de son énergie cinetique, et des énergies internes.

Maintenant la notion de force apparait claire, et il faut observer que l'opinion qui a dominé la mechanique, de qu'il suffisait de l'aprecier par ses effets, et qu'on n'avait aucun interêt à considerer sa nature, est une grave faute à reparer. C'était une opinion que résultait encore de la considération de que toute la matière était inerte et de que ses mouvements étaient conséquence de causes mystérieuses. À la mechanique celeste, une des plus remarquables manifestations du génie humain, appartient sans doute une grande responsabilité. Car on a pu supposer que vraiment on pouvait étudier les mouvements des corps celestes en partant de la connaissance des masses et des distances sans qu'il faille prendre en consideration la nature des forces agissantes, en se bornant à considerer que cettes forces étaient proportionelles aux masses, et inversement proportionelles aux carrés des distances.

Sans qu'on puisse atténuer l'importance de la découverte géniale de Newton, pour laquelle lui même comprenait la necessité d'éclaircissements, comme on le voit d'après les considérations qu'il expose en imaginant l'existence d'un esprit subtil, en tout cas matériel, on doit reconnaître que si, heureusement, on a pu obtenir des résultats surprenants et que frappent d'admiration l'esprit, il est vrai sans doute que ça resulte de que la matière que produit ces phénomènes est négligeable en relation à la matière mise en mouvement, et alors les résultats sont obtenus avec approximation suffisante. Mais pour une étude profonde il faudra considerer la nature de la force qui agit et, alors, comme je le montrerai, on doit s'attendre à des variations avec le temps et l'espace, et même on comprendra qu'étant les phénomènes gravifiques d'ordre général, les autres phénomènes qu'on envisage résultent des accidents qui se produisent dans les conditions où se trouvent les éléments qui y intervienent.

Il est intéréssant aussi d'aprécier la proposition du parallèlogramme des forces à la lumière de cettes considérations. Si nous considérons concourantes deux forces, qui représentent l'action des points matériels, alors égales, il est admissible que l'action resultante pourra être apreciée par la diagonal du parallèlogramme formé par les vecteurs qui représentent les deux forces et que, supposant leurs masses égales, et égales à l'unité, seront proportionels à les accelerations. Alors la diagonal pourra représenter la resultante à condition de supposer qu'elle représente l'acceleration pour l'unité de masse, car l'acceleration pour l'ensemble des deux masses sera représentée seulement par la moitié de ce vecteur, et une partie des forces n'est pas en évidence parce qu'une partie de l'énergie cinètique est trans-

formé en énergie interne, et sert à accoupler les deux masses comme on peut facilement reconnaître avec une expérience simple realisée avec deux jets d'eau, dont j'ai l'image. En regardant la résultante de deux forces concourantes comme conséquence de l'action que l'une exerce sur l'autre, l'augmentation relative à l'action de celle-ci sera d'autant plus moindre qu'elle sera plus grande relativement à la force qu'on suppose agir.

Encore, insistant à faire remarquer qu'une force représente l'action produite par un corps qui possède une certaine énergie cinétique comme conséquence de acceleration résultante des vitesses initiales des points matériels qui le composent, on devra s'attendre aux conséquences suivantes.

Il aura un mouvement rectiline et uniforme quand la force agira constament, dans la même direction et sen; un mouvement rectiline mais varié quand la force est variable et agit dans le même sens; uniformement varié, et l'acceleration sera constante, quand la variation de la force sera uniforme comme cela arrive avec la gravitation, et on le reconnait en profitant la doctrine radiante, comme je demontrerai.

La *théorie radiante*, ayant à la base la conservation de la matiére et de l'énergie, nous conduit trés simplement a envisager l'existence d'organismes infiniment variés et d'une complexité qui va d'une simplicité limite jusqu'à une complexité indefinie: des corps composés seulement de deux éléments, et depourvues de vitesse, à des corps dèjá composés d'un nombre considerable de ces éléments, et possédant encore grandes vitesses.

Deux points materiels qui se rencontrent en marchant dans la même direction, mais en sens opposés, y resteront, à jamais, accouplés par des énergie internes tant qu'il

n'y intervienne aucune action qui les separe, et alors ils regagneront leurs vitesses cinètiques primitives. Quand plusieurs points materiels se rencontreront on aura un ensemble d'autant plus consolidé que plus d'énergies cinetiques se seront transformées en énergies internes, et une vitesse général d'autant plus grande que plus de vitesses resteront libres.

A ce propos je dois rapeller quelques lignes du savant Mr. Gustave Mie, enthousiaste einsteinien, les quels demontrent la tendence à venir à ma doctrine, et la difficulté de trouver le chemin à cause des nuages qui enveloppent sa pensée.

«Ces considerations nous font toucher le sens le plus profond du principe de la relativité; c'est un principe *universel* qui prétend régler aussi bien les phénomènes de l'éther que ceux de la matière ponderable... Voici, je crois, les traits essentiels de l'image de l'univers vers laquelle tend le nouveau développement de la science: Le substratum universel est unique et homogène c'est l'éther. Les éléments corpusculaires constituant la matière ne sont pas des corps étrangers dans cet éther; ce sont simplement des emplacements où les grandeurs caracterisant l'état de l'éther ont pris des valeurs exceptionnelement grandes; ces lieux singuliers forment un contraste aigu avec l'espace «vide» entièrement où l'éther ne s'écarte que peu de son état normal uniforme».

La théorie radiante est imcompatible avec l'hypothese d'une vitesse maximum pour la lumière.

Faute de temps j'écarte les considerations à faire sur la pretendue constance de la vitesse de la lumière et sa propagation en ligne droite. Partons de l'opinion, aujourd'hui généralement acceptée, de que le phénomène

de nature lumineuse est produit par des corpuscules, alors ces corpuscules auront une configuration que, selon toute probabilité, sera spheroïdale, et seront composés par des éléments primitifs. Deux hipothèses se presentent à nous, —le corpuscule ne posséde pas d'énergie cinètique, il est inerte; ou il posséde un mouvement propre correspondant à la vitesse resultante des vitesses des éléments constitutifs.

Dans le premier cas la vitesse du corpuscule, vitesse de la lumière, sera conséquence d'une action exterieur qui devra posséder une vitesse supérieure à la vitesse qui possède le corpuscule; dans le second cas il devrait exister dans les corpuscules des eléments de matiére qui auraient des vitesses superieures à la vitesse resultante possedée par le corpuscule. Dans l'un et dans l'autre cas il aura des éléments materiels possédant une vitesse superieure à la vitesse de la lumière.

La théorie radiante est iucompatible avec l'intrepretation d'un Univers en expansion, basée sur l'hipothèse de que les nebuleuses s'écartent de la Terre avec des vitesses qui augmentent avec la distance. En considerant que le mouvement des nebuleuses corresponde à une vitesse resultante des vitesses des élémentes, il est evident que cette vitesse ne pourrait augmenter qu'à cause d'actions exterieures qu'on ne decèle pas. Les forces de la gravitation ne pourraient pas produire un phénomène de cette nature. Il est trés simple de verifier que quand nous avons deux corps en presence, de masses égales, en conséquence de l'action gravitationelle ils decriront une même courbe. S'ils en existaient trois equidistants, et avec la même masse, les deux exterieurs decriraient la même courbe autour du corps central qui ne bougerait pas. L'expansion serait incompatible avec la possibilité de la formation des nouveaux corps.

La loi de la gravitation decoule immediatement de la théorie radiante avec des restrictions qui ne prejudiquent pas son application, maintenant, et avec toute probabilité pendant des milliers d'années, pour la determination des mouvements des corps du systhème solaire.

Supposons deux corps. Il est evident que la quantité de radiants qui agiront sur eux, dans la direction qu'ils determinent, sera toujours plus grande pour ceux que viennent du dehors que pour ceux qui viendront de l'interieur, et d'autant plus que les deux corps seront plus proches. Alors, dans les condictions qu'on reconnait pour les aglomerats de la matière, même pour l'atome, dont la matière occupe un espace tres petit relativement à l'espace qu'on peut imaginer compris dans son coutour, et supposant une distribution uniforme des radiants autour de chaque point, on peut admettre comme utilisable la loi de Newton, laquelle reste pourtant condictionée par cettes hypotheses, et elle pourra, quantitativement, varier dans l'espace et dans le temps. On annonce dèjá qu'on a trouvé des valeurs differentes pour la constante de la gravitation en des regions éloignées.

Il est evident que la pesanteur est consequence de l'action des radiants sur les corps qu'ils atteignent.

L'explication des phénoménes lumineux resulte immediatement de la theorie radiante. Elle harmonise l'hypothese de l'emission de Newton avec celle des ondes de Fresnel.

Il suffit d'admettre, comme il et de toute probabilité, que le corpuscule lumineux soit ordinairement de forme spheroidale. Alors il est evident que dans un point quelquonque de la ligne droite qu'il poursuit, il aura un centre ondulatoire periodique correspondant au temps que le diametre du corpuscule mettra à le parcourir, et la frequence

sera representée par le nombre de corpuscules qu'y passeront dans l'unité de temps.

La variation de l'action d'une impulsion sur un corps en mouvement est une consequence immediate de la theorie radiante, et elle demontre l'inanité de l'hypotese incomprehensible de la variation de la masse avec la vitesse, laquelle conduirait à une masse enorme pour une grande vitesse.

D'abord il faut observer la modification que cette théorie apporte aux equations du mouvement.

Si l'on a l'action d'une force (X, Y, Z,), uniformement variable, produite par une masse variable $m_1 t$ qui, agissant sur un corps de masse m, produit une aceleration dont les composants sont $\frac{d^2x}{dt^2}$, $\frac{d^2y}{dt^2}$, $\frac{d^2z}{dt^2}$, on aura les equations:

$$(m_1 t + m)\frac{d^2x}{dt^2} = X,$$

$$(m_1 t + m)\frac{d^2y}{dt^2} = Y,$$

$$(m_1 t + m)\frac{d^2z}{dt^2} = Z,$$

Supposons d'abord un corps de masse m_1 marchant avec la vitesse v_1, et qu'il soit atrapé par un autre de masse m_2 et vitesse v_2 marchant dans le même sens, à cause d'être $v_2 > v_1$. L'ensemble des deux masses, si elles peuvent s'accoupler, marchera alors avec la vitesse v_3, et ou aura,

$$v_3 = \frac{m_1 v_1 + m_2 v_2}{m_1 + m_2}$$

Le corps de masse m_1, à cause de son accouplement avec le corps de masse m_2, marchera en conséquence avec une vitesse $v_3 > v_1$, et on voit qu'il est

$$v_3 - v_1 = \frac{m_1 v_1 + m_2 v_2}{m_1 + m_2} - v_1 = \frac{m_2 v_2 - m_2 v_1}{m_1 + m_2} = \frac{m_2 (v_2 - v_1)}{m_1 t m_2}$$

$$= \frac{v_2 - v_1}{\frac{m_1}{m_2} + 1}$$

On reconnait que $v_3 - v_1$ sera autant plus petit que v_1 sera plus grand.

Dans le cas d'être $v_2 = v_1$ on aura $v_3 = v_1$ le corps de masse m_2 ne pourra pas atteindre le corps de masse m_1.

Si l'on pourra negliger m_2 en comparaison de m_1, on aura

$$v_3 - v_1 = \frac{m_1 v_1 + m_2 v_2}{m_1} - v_1 = \frac{m_2 v_2}{m_1}$$

et alors $v_3 - v_1$ sera indepandent de v_1.

Envisageons le cas de masses marchant avec acceleration, mais negligeant la cause de cette acceleration.

Supposons pour plus de simplicité un corps de masse m_1 marchant dans la direction de l'axe des x avec une acceleration $\left(\frac{d^2 x}{dt^2}\right)_1$, correspondant à une force X_1, et qu'il est atrappée par un autre de masse m_2 ayant une accelleration $\left(\frac{d^2 x}{dt^2}\right)_2 > \left(\frac{d^2 x}{dt^2}\right)_1$ correspondant à une force X_2. Supposons que l'ensemble des deux corps marchent avec une accelaration qui soit supérieure à l'accelaration de

m_1 de $\left(\frac{d^2x}{dt^2}\right)_3$, on aura pour l'expression du mouvement de cette ensemble:

$$(m_1 + m_2)\left[\left(\frac{d^2x}{dt^2}\right)_1 + \left(\frac{d^2x}{dt^2}\right)_3\right] = X_1 + X_2 \qquad (1)$$

Et comme on avait

$$m_1\left(\frac{d^2x}{dt^2}\right)_1 = X_1 \qquad (2)$$

resulte

$$m_1\left(\frac{d^2x}{dt^2}\right)_3 + m_2\left[\left(\frac{d^2x}{dt^2}\right)_1 + \left(\frac{d^2x}{dt^2}\right)_3\right] = X_2$$

et il sera:

$$(m_1 + m_2)\left(\frac{d_2x}{dt^2}\right)_3 = X_2 - m_2\left(\frac{d^2x}{dt^2}\right)_1 \qquad (3)$$

Cette expression demontre que l'augmentation de l'accelaration du corps m_1 sera autant plus petite que son accelaration sera grande. C'est la consequence de la consideration de la masse m_2 de la force X_2. Car si l'on peut negliger m_2 en relation a m_1, et il'était si que supposait la doctrine de Newton, avec une approximation suffisante pour les condictions des problèmes envisagés, alors l'equation (1) se reduit à

$$m_1\left[\left(\frac{d^2x}{dt^2}\right)_1 + \left(\frac{d^2x}{dt^2}\right)_3\right] = X_1 + X_2 \qquad (4)$$

De (2) et (4) on deduit:

$$m_1\left(\frac{d^2x}{dt^2}\right)_3 = X_2$$

qui demontre que alors l'influence de la force X_2 sur le mouvement de m_1 est independante de l'accelaration de ce corps.

Si l'on voudrait obtenir pour m_1 une certaine accelaration, il faudra augmenter la force X_1 d'autant plus que l'accelaraction de m, est plus grande.

Les actes du Congrés de Mathématiques de Zurich de 1932 publient une communication que je lui ai adressée sur ce sujet.

La varieté des aspects où se trouve la matière des atomes est demontrée par le fait de que les raies qui caracterisent certains atomes ne se trouvent ensemble quand on observe divers etoiles, des couches d'hauteurs diverses de l'atmosphère solaire et même les espectres de laboratoire. Cela confirme la doctrine radiante.

Les phénomènes decelés par la T. S. F. sont une confirmation trappante de la théorie radiante. On sait que dans un endroit quelconque de l'espace, infiniment reduit, passent dans un moment donné des radiations très diverses et que conservent leur individualité, qu'on peut apprécier facilement. On peut augmenter leur intensité en conservant la proportionalité. Ce fait serait incomprehensible avec des ondes. Alors on devra prevoir un enchevetrement inextricable.

La théorie radiante est confirmée par la diversité de penetration des radiations decelés par l'espectre. Ce fait ne peut pas être compris avec l'hypothèse des ondes.

Les rayons apellés cosmiques, l'éxistence des isotopes et des corps très voisins d'autres déjà reconnus, sont une consequence de la varieté d'aspects qui peut presenter la matière. Leur existence confirme la théorie radiante.

La sensible conservation de la masse et de l'énergie du Soleil trouve une explication dans une equilibre approché entre les radiations reçues et emises par cet astre.

Les qualités magnetiques des corps auront une cause dans la complexité des atomes. Les corps plus magnetigues, le fer, le nikel, le cobalt sont ceux qui presentent dans les espectres plus de raies, dont le nombre est exceptionnel pour le fer, qui manifeste des qualités especiales.

Les phénomènes electro-magnetiques trouvent leur explication dans la superconsolidation des fils traversées par les courants électriques, en harmonie avec la theorie radiante.

Pour l'aplications des images planetaires à la stacture des atomes il ne faut pas l'intervention d'électricités mysterieuses. Le fait de que ces organismes soient très petits comparés aux sistèmes planetaires, ne constitue pas une raison pour que la doctrine de la gravitation ne leur soit pas applicable.

La théorie quantica est une conséquence de la théorie radiante.

Le fait annoncé par Mr. Picard, après ses ascensions, de que le Soleil se presentait à partir d'une certain hauteur comme un corp sombre trouve explication dans l'action de l'atmosphère de la terre comme lentille convergente. Ce phénomène serait de la même nature de celui-ci que j'ai constaté souvent d'une plus grande netteté de la surface lunaire en conséquence de l'interposition de nuages translucides.

La decroissance de la temperature avec l'hauteur dans la

atmosphère de la terre, est une conséquence de ce que la temperature resulte du mouvement que les radiations solaires impriment à les molecules de l'atmosphère. Les radiations solaires sont l'explosif, les molecules les projectiles, et à mesure que le nombre de ces projectiles, diminue baisse la temperature.

On envisage maintenant l'existence d'observations qui decélent une elevation de temperature audessus de la stratosphère.

C'est un phenomène, qui venant à être constaté, demonstrerait l'existence d'une tenue couronne de corpuscules envelopant la Terre; quelque chose de comparable aux anneaux de Saturne.

Il est évident qu'on n'aurait pas a craindre déviation des rayons à cause de ce fait, car la couronne sera en tout cas très mince.

La théorie radiante conduit à envisager une augmentation pour l'action gravitationelle exercé parune certaine masse, en rapport avec la vitesse de rotation de cette masse.

Je dois à notre savant doyen Mr. Maurain la connaissance d'expériences faites aux E. U. A qui confirment cette prevision, mais qu'on a interpreté comme conséquence de ce que la matière se magnetisait à cause de ce mouvement; faute de mieux.

La théorie radiante prevoit ce fait. Il serait conséquence de ce que à cause de la rotation un certain point agira produisant une action plus grande que celle qu'il produirait s'il restait dans la même position.

La scintillation des étoiles trouve une explication simple et nette dans la théorie radiante. L'écartement des radiations avec la distance du foyer aura comme résultat une diminuition de la quantité des radiations reçues par unité

de surface. Donc la variation d'éclat correspondant à une variation de quantité de radiations reçues est naturelle. Le phénomène se produira à partir d'une certaine distance excedant une certaine limite. Les observations sur les foyers lumineux terrestres confirment cette doctrine.

Et qu'est ce que cette doctrine peut prevoir pour un avenir très lointain? Un collapse de la vie de l'Univers comme consequence de la transformation de toute l'énergie cinetique en énergie interne? Pourtant nous pourrons nous attendre à ce que des actions puissent faire revenir les énergies cinetiques. La conservation de la vitesse en forme vibratoire, comme je suppose justifiée, conduit à admettre cette possibilité.

Il y a déjà investigations qui donnant appui à ma conception d'un Univers integral dynamique, ce qui est l'essence de la théorie radiante. Et j'ai l'espoir de qu'elle pourra ouvrir à la science nouveaux horisons si elle sera profitée par les eminents savants auxquels on doit déjà de merveilleuses decouvertes. À ceux qui m'honnorent de leur presence, à vous Mr. Maurain, illustre Doyen de la prestigieuse Faculté des sciences de Paris, et à vous tous, Mésdames et Messieurs, j'assure que je reste profondement sensible à votre bienveillante generosité.

Extrait de la Communication faite au Bureau des Longitudes de Paris dans la scéance du 20 janvier 1937.

La composition des forces.

Les vitesses qui ne sont pas profitées pour produire du mouvement de translation, seront traduites par des énergies internes, qui seront representées, je suppose, par des vibrations d'une amplitude de l'ordre des dimensions du

point matériel, et d'une frequence qui pourra être enorme, de manière qui soit assurée la conservation de la vitesse inhérente aux radiants primaires constitués par le mouvement du point matériel libre.

Les énergies internes produiront la cohesion des éléments constitutifs d'un ensemble de points matériels. Lorsqu'un point matériel deviendra complètement libre, il acquerra sa vitesse et orientation primitives.

La conception de force fût une conséquence de l'insuffisance de nos connaissances. Tandis qu'on supposait la matière inerte il fallait touver une action (dont la nature restait inconnue) pour la mettre en mouvement. On la appellée force.

Le principe que je propose, basé sur des découvertes recentes de la science, sourtout sur ceux-ci de la radioactivité, fournit immediatement une definition precise de la masse, et de la force.

La masse d'une region sera l'ensemble des points materiels qu'y existent. On pourra admettre que la force est l'action éxercée par un point, ou ensemble de points materiels Σ m, à cause de leurs masses et vitesses libres, sur un point ou ensemble de points materiels Σ_1 m . Cette action sera répresentée par Σ m v , et on aura un mouvement uniforme et en ligne droite pour l'ensemble des masses Σ m et Σ_1 m . Si l'on a une succession de masses Σ m, qui agissent avec des intervalles de temps très courts, sur une masse Σ_1 m, qui suive en ligne droite avec une vitesse v, on aura par unité de temps, une augmentation $\frac{dv}{dt}$ pour la vitesse, qu'on appellera acceleration, et qu'on pourra supposer constante si les masses Σ m, sont negligéable en relation à la masse Σ_1 m.

C'est ce que arrive dans la géneralite des problèmes de la mechanique, et alors on pourra répresenter la force par $m\frac{dv}{dt}$ ou mg.

Ainsi considerée la force, on reconnait la reserve qu'on doit faire quand on envisage la composition des forces, ou, mieux des mouvements car, il est évident que, vraiment, le problème que se pose, est un problème de compositions de mouvements.

D'abord il n'est pas acceptable la substitution simple d'une force, qu'on répresentera par un produit proportionnel à la masse, et à la vitesse, par deux autres suivant la règle du parelellogramme, car il n'y a pas d'équivalence entre la diagonal et deux cotés contigus.

Également si l'on considère la composition de deux forces concurantes dans un point, c'est à dire, le mouvement de deux corps que dans un certain moment passent par le même endroit, et on suppose, pour simplicité, qu'ils possèdent la même masse et marchent avec la même vitesse, donc qu'ils sont répresentés par des vecteurs égaux, la règle du paralellogramme ne donne pas satisfaction.

On dit que la resultante des forces representées par les vecteurs AN, BN est CN. Mais $CN=2ON$ (fig. 1), et comme ON est plus petit que AN ou BN, on aura la substitution des deux forces AN, BN por une quantité plus petite. Vraîment, si deux masses m se rencontrent en N, et ci ces masses peuvent se joindre, par exemple des points matériels, des fluides, l'ensemble des deux masses suivra, comme je l'ai constaté avec deux jets d'eau, dans le sens de la direction ON avec une vitesse de l'ordre de ON, étant les vitesses des éléments concourants de l'ordre de BN.

Alors à cette ensemble correspondra une quantité de mouvement qu'on pourra répresenter par NC. Mais il est évident que nous nous trouvons avec une quantité plus petite que la some des quantités de mouvement concourantes de 2 ($mv—mv_1$), et on devra admettre que de chaque coté de N éxistent deux actions opposées, chacune égale à ($mv—mv_1$), qui produiront la liaison des deux masses m, c'est à dire la cohésion. L'éxperience mêt en'evidences ce fait.

S'il disparaitrait une des actions, par exemple celle qui correspond à BN, la masse qui suivait dans le sens AN, reprendrait le sens et la vitesse primitives.

On arrive à la conclusion de que les points materiels sont caracterisés par leur masse, leur vitesse et une direction et sens privilégiés, dans lesquels ils marchent avec la vitesse *maximum*.

Énergies internes

D'aprèz ce qu'on vien d'exposer on ne peu pas mettre en doute qu'une partie de la vitesse inhérente aux points materils *(iotons)*, quand ceux-ci se rencontrent, ne se montre pas dans le mouvement de l'ensemble de ces points: elle sert alors pour produire la liaison entre ces points, et on dit que la partie correspondante de la quantité de mouvement produit une énergie interne. Mais comment est-ce que cette quantité de mouvement se conserve et agit?

Je crois qu'on trouve une explication claire et satisfaisante admettant que cette partie de la quantité du mouvement est profitée dans une vibration de l'ioton telle que le chemin qu'il parcoure ainsi est égal à ce qu'il devrait par-

courir en ligne droite s'il n'aurait pas arrivé le recontre des deux points.

La fig. 2 est très elucidative.

Deux iotons se rencontrent quand'ils arrivent à les positions B B_1 marchant dans les sens A B, A_1 B_1. Alors l'ioton B_1 pousse l'ioton B, dans le sens qu'il suivait. Le même se passe avec l'ioton A relativement à A_1. Mais cettes actions sont instantanées et les iotons, de nouveau

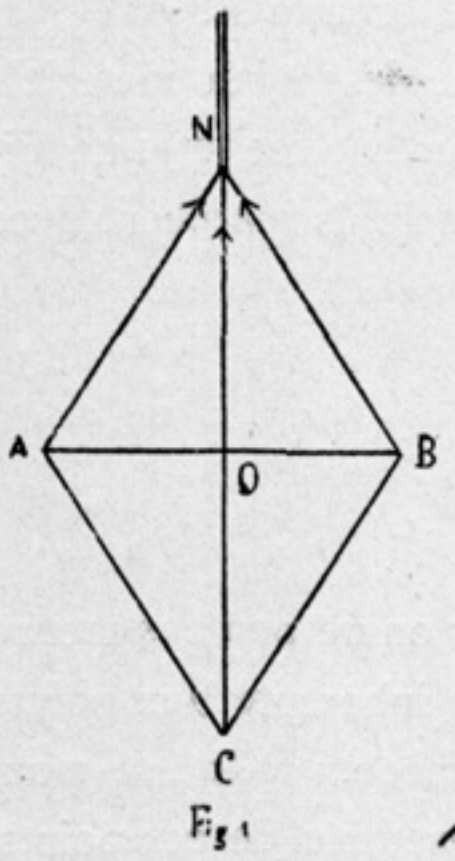


Fig 1

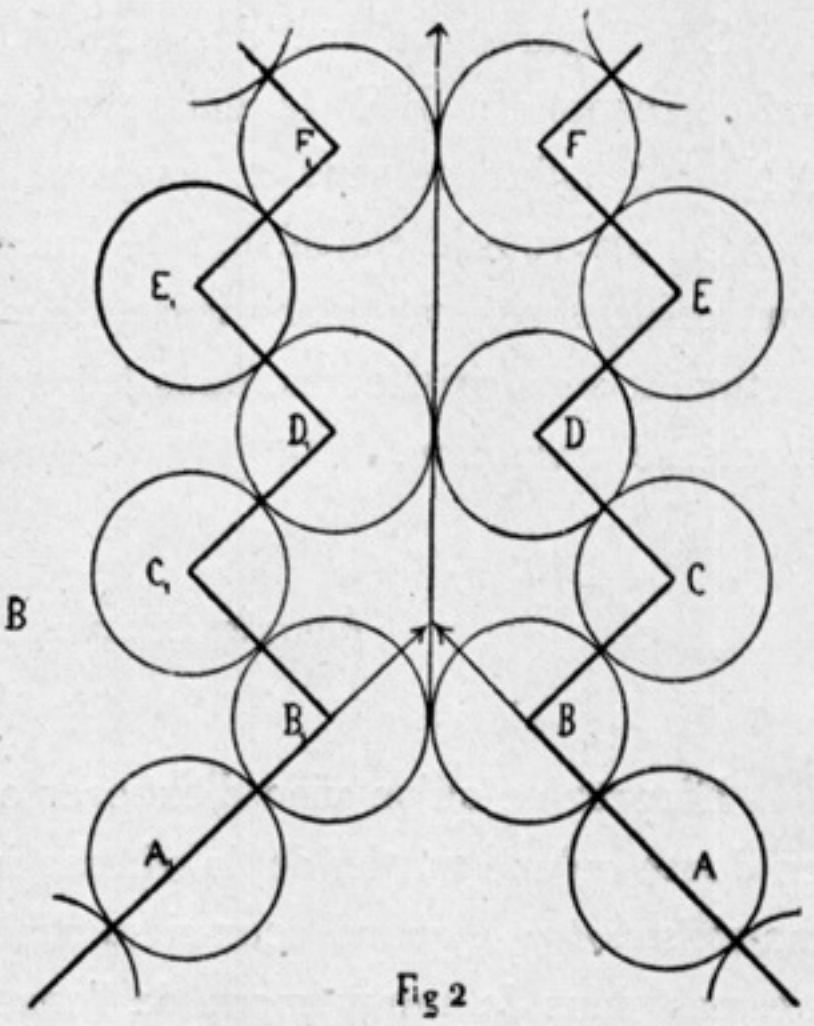


Fig 2

libres, reprennent immediatement leurs vitesses et orientations primitives BC, B_1 C_1 et le phénomène se reproduira indefiniment, attendant qu'une autre action intervienne.

Dans ces condictions, la vitesse primitive reste constante, et la vitesse cinètique des points accouplés respecte la loi du paralellogramme, car la tangente centrale sera la projection du chemin parcouru par les iotons.

Au même temps, à chaque vibration, on se trouve avec un espace vide, ce que justifie la permeabilité des corps, et on voit qu'on se trouve en presence d'un phénomène vibratoire avec des noeuds et des ventres, que l'expérience que j'ai realisée avec des jets d'eau confirme.

F. M. da Costa Lôbo

HIDROGÉNIO INDUSTRIAL (1)

POSSIBILIDADES TÉCNICAS E ECONÓMICAS DO SEU FABRICO NO NOSSO PAÍS

No aparelho usado, existe um compressor que eleva a mistura de gases à pressão desejada. Em seguida a mistura, comprimida, passa através duma serpentina refrigerante. Daí passa a uma coluna calorifugada, onde, pela parte superior, entra o dissolvente frio. O hidrogénio sai pelo tubo superior.

Êste processo sofre, porém, da relativa pouca pureza do hidrogénio obtido após a dissolução dos outros gases. A metana é o principal escolho. Para o remover existem três processos químicos:

1.º—Baseado na decomposição térmica da metana a alta temperatura

$$C\,H^4 \rightleftharpoons C + 2\,H^2 - 21.700 \text{ cal.}$$

O cálculo dá os seguintes valores para a constante de equilíbrio:

$$\frac{P_{CH^4}}{P_{H^2}} = K_P$$

---

(1) Cont. do n.º 4, vol. 90, pág. 378.

T° absolutos	822	1573	1673
K_p	0,64	0,0015	0,0009

Donde se conclui que a concentração de H^2 cresce com a temperatura, e como a metana é um gás muito estável, para se eliminar bastará conseguir a sua dissociação, o que pràticamente tem lugar à temperatura de 1.250° sôbre o coque como catalisador.

2.°—Acção do CO^2 sôbre a metana a alta temperatura e em presença de catalisadores, segundo a reacção:

$$CH^4 + CO^2 \rightleftharpoons 2CO + 2H^2 - 60.100 \text{ cal.}$$

seguida da reacção:

$$CO + H^2O \rightleftharpoons CO^2 + H^2$$

a baixa temperatura para eliminar o CO.

3.°—Acção do vapor de água segundo as reacções:

$$CH^4 + H^2O \rightleftharpoons CO + 3H^2$$

e

$$CH^4 + 2H^2O \rightleftharpoons CO^2 + 4H^2$$

Ambas estas reacções são catalíticas. E as constantes de equilíbrio mostram que abaixo de 500° a reacção prevalece no sentido da seta inferior emquanto que acima de

500º a percentagem de hidrogénio produzido tende a aumentar.

b) O método por liquefacção serve também para o gás de água. Vimos já, no estudo da síntese do amoníaco pelo processo Claude, como êste método era utilizado industrialmente.

3.º—Processo electrolítico

O processo de fabrico de hidrogénio pela electrólise da água é evidentemente o mais sedutor pela pureza do produto e pela elegância geral de tôda a instalação de síntese do amoníaco.

Porém, como vimos nos capítulos anteriores, o seu uso está limitado às fábricas situadas nas regiões onde os aproveitamentos hidráulicos fornecem um KW-h de energia eléctrica tão barato que permite a concorrência do hidrogénio electrolítico com os hidrogénios provenientes dos gases dos fornos de coque e da catálise do gás de água.

Todavia, no estado actual da ciência, não é estranhável supor que êste processo deve ser um dos que mais futuro terá.

Detenhamo-nos nêle um pouco.

Segundo a primeira lei de Faraday, o pêso do produto que aparece nos electrodos é proporcional à intensidade da corrente e ao tempo da passagem da corrente, o que se pode exprimir pela fórmula:

$$P = k\,i\,t$$

Na qual i é a intensidade da corrente, t o tempo e k uma constante.

Teòricamente, por deduções têrmodinâmicas, sabe-se que a tensão necessária para a decomposição da água é de 1,23 volt.

Na prática, porém, várias causas obrigam ao emprêgo duma voltagem superior.

Em primeiro lugar, há que contar com o fenómeno da sôbre-tensão ou excesso de tensão exigido nos electrodos para obter a libertação contínua dos gases da solução.

Esta sôbre-tensão é mais forte para a libertação do oxigénio do que para a do hidrogénio e depende principalmente do metal usado como electrodo. O ferro é dos metais usuais o que exige menor sôbre-tensão: 0,24 volt para o oxigénio e 0,08 volt para o hidrogénio. E essa é uma das principais razões da sua preferência.

A intensidade da corrente, a composição da solução electrolítica e a natureza da superfície do electrodo fazem aumentar a sôbre-tensão.

Contando a sôbre-tensão, a voltagem teórica exigida seria de 1,5 volt.

Na prática, todavia, verificou-se que com água em solução alcalina e com electrodos de platina, a tensão exigida pela electrolise era de 1,7 volt.

Na indústria as voltagens usuais oscilam entre 2 e 4 volts, porque os electrolisadores são sempre munidos de diafragmas que oferecem resistência à passagem da corrente, assim como são utilizadas soluções de variável resistência.

A aplicação da lei de Faraday à água mostra que por cada ampere-hora utilizado se obtém, a 0º e 760 m/m:

Oxigénio	0,^{gr}298	Oxigénio	208,8^{cm3}
Hidrogénio.....	0,^{gr}037	Hidrogénio.....	417,5^{cm3}

ou

Por outro lado, sabe-se que a decomposição da água se produz sob uma tensão independente da natureza da solução. Mas é claro que o que convém é utilizar soluções tão boas condutoras quanto possível. Têm-se adoptado até hoje as soluções ácidas e as alcalinas. Umas e outras, conforme as concentrações, apresentam uma condutibilidade máxima que varia ligeiramente com a temperatura.

Dos estudos feitos e que constam de tabelas, conclui-se que os hidratos são preferíveis aos carbonatos alcalinos e que os hidratos de potassa são melhores do que os de soda. Para o ácido sulfúrico a condutibilidade máxima aparece nas concentrações a 30 %. Mas êste ácido tem inconvenientes sôbre os electrodos, o que, aliado a outras circunstâncias de ordem electroquímica, o tem pôsto de parte para êste fim.

As soluções alcalinas não apresentam as mesmas desvantagens e podem-se empregar com electrodos de ferro desde que a concentração não seja muito forte.

Um cuidado que as células electrolíticas exigem é o da marcha contínua, sem o que os electrodos se deterioram.

Quando os banhos são alcalinos, as células são, em geral, de ferro; quando os banhos são ácidos, as células são de chumbo.

A electrólise realiza-se com um rendimento de corrente quási teórico.

A marcha da electrólise é simples e a única dificuldade reside na separação dos gases. Daqui resulta a diversidade técnica das células industriais.

Nos banhos alcalinos a separação dos gases é mais fácil, porque as bôlhas do gás hidrogénio, em lugar de subirem verticalmente para a superfície, como sucede com os banhos ácidos, têm tendência a deixar-se arrastar por

correntes laterais. São, de resto, mais pequenas, quási imperceptíveis, aglomeram-se lentamente e são por isso difíceis de captar. Os diversos dispositivos criados têm sempre de ter em vista que não haja aumento da resistência das células.

Teòricamente o quilograma de hidrogénio poderia ser obtido com uma despesa de energia de 40 kw-h sob uma tensão de 1,5 volt, conforme a reacção:

$$H^2O \rightarrow H^2 + O - 68{,}5 \text{ cal.}$$

Na prática, o electrolisador opõe uma certa resistência, crescente com a densidade da corrente, que faz subir a voltagem até 2,5 volts e conduz o rendimento energético a 60 %. O consumo real de energia atinge assim perto de 6 kw-h por metro cúbico de hidrogénio.

ELECTROLISADORES

I—MODELOS DIVERSOS

A primeira célula electrolítica foi montada por **Darsonval**, em 1885, com electrodos de ferro numa solução a 30 % de hidrato de soda.

A densidade da corrente era de 2 amperes por dcm^2. A corrente de consumo era de 60 amperes. Só o oxigénio era aproveitado.

Mais tarde **Latchinoff** construíu, utilizando diafragmas de amianto, a primeira célula industrial. Os electrodos eram de ferro numa solução a 10 % de hidrato de soda. A densidade da corrente era de 3,5 amperes por dcm^2 e a voltagem de 2,5 volts.

Uma das células mais conhecidas de uso industrial é a **Garuti**, que foi criada em 1892. Introduziu a inovação dos diafragmas de metal para diminuir a resistência interna e evitar as despesas de conservação dos diafragmas porosos. Os primeiros electrolisadores desta marca eram de chumbo com ácido sulfúrico em solução como electrolito. Mais tarde as células, diafragmas e electrodos passaram a ser de ferro com hidrato de soda em solução como electrólito. Os diafragmas metálicos são perfurados de pequenos e profundos orifícios. Êste sistema acentua a diminuïção da resistência da célula.

As modernas células Garuti-Pompili têm um diafragma perfurado nos pontos opostos ao centro dos electrodos e os orifícios são cobertos de rêde metálica. Estes diafragmas metálicos fazem saliência por baixo e estão isolados dos electrodos por um pente de madeira do qual os dentes servem de espaço entre os electrodos.

Estes electrolisadores trabalham sob uma corrente de 350 amperes e uma tensão de 2,5 volts. O electrólito é uma solução de 10 — 30 % de hidrato de soda.

Esta célula tem sido utilizada na Itália nas instalações de Terni, na Bélgica pela sociedade *Oxyhydrique* e na América pela *American Oxhydric Co.*

O electrolisador **Schuckert** usa um sistema de campânulas. A célula mede 60 cm. de comprimento, 45 cm. de largura e 36 cm. de altura. Os electrodos são de ferro e colocados dentro duma campânula. As campânulas são isoladas umas das outras por uma substância isoladora que se projecta em completa profundidade e largura no conteúdo da célula. A capacidade é de 50 litros e a solução é um hidrato alcalino a 15-20 %. A célula é isolada dos electrodos e não intervém na electrólise. Uma célula contém 4

catodos e 4 anodos. A intensidade é de 400 a 600 amperes por unidade e a tensão varia entre 2,6 e 3 volts. O rendimento é de 110 litros de oxigénio e 220 litros de hidrogénio por hora.

São usados estes electrolisadores pela *International Oxygen Co.*

O electrolisador **Schoop** é cilíndrico e contém 2 anodos e 2 catodos. Os electrodos são constituídos por tubos metálicos envolvidos por porcelana. O anodo e o catodo são colocados diametralmente opostos na célula cilíndrica. Os gases produzidos são conduzidos para o exterior por tubos ligados aos electrodos de igual polaridade.

A voltagem empregada varia de 2,25 volts nas soluções alcalinas para 3,6 volts nas soluções ácidas. Nestas, as células e os electrodos são de chumbo.

Os electrolisadores **Schmidt** são de características absolutamente diferentes das células anteriores.

Os electrodos são bipolares e variam de forma e feitio. São separados por um diafragma de amianto. Êste diafragma é reforçado nas extremidades e dos lados com borracha da forma do rebordo do electrodo.

Desta forma a célula assemelha-se, com as numerosas placas com que é construída, a um filtro-prensa. Canais especiais conduzem os gases. O líquido é constituído por uma solução de carbonato de soda a 10 % ou por um hidrato alcalino.

A intensidade varia entre 15 e 150 amperes e a tensão varia entre 2,7 volts, ao princípio, e 2,3 volts quando a temperatura se estabiliza em redor dos 60° C. O rendimento é de 84 litros de oxigénio e 168 litros de hidrogénio por kw-h.

O filtro-prensa é compacto e fácil de construir. Exige

contudo uma fiscalização freqüente para evitar as fugas de gás para o sistema líquido.

Êste electrolisador é construído pela célebre fábrica alemã *Siemens und Halske* e pela fábrica suissa *Oerlikon*.

É usado na Europa pela *Société Française d'Accumulateurs Tudor* e pela *Rheinischen Stahlwerke* e na América pela *International Oxygem Co* e pela *Schriver and Co*.

Mais recentemente apareceram as células **Knowles**, que são compostas duma caixa de ferro que contém o electrólito. Os electrodos são montados em paralelo, de maneira que cada anodo tem em frente de cada face um catodo e cada catodo dois anodos. Existem, em cada célula, tubagens especiais para canalizarem separadamente os gases. O electrólito é constituído por uma solução de soda a 15 %.

Há nestas células, como de resto em tôdas, interêsse em as poder manter a temperatura constante, porque a resistência da célula e, por conseqüência, a densidade da corrente variam muito em função da temperatura. Por isto, um sistema de aquecimento ou arrefecimento evitará as variações locais de temperatura que têm por efeito uma distribuïção irregular da densidade da corrente sôbre as diversas partes dos electrodos. Contudo, esta colocação do dispositivo de arrefecimento ou aquecimento é muito delicada, e quando mal imaginada pode fàcilmente dar lugar a perturbações desagradáveis.

O dispositivo usado pelas células Knowles consiste em dispor dois tubos achatados sobrepostos, ligados por uma das suas extremidades, situados dos dois lados dos electrodos e perpendicularmente aos planos dêstes últimos. Estes tubos são munidos dum funil alimentado por uma torneira e dum tubo de divisória, situado do mesmo lado que o funil de alimentação, que transvaza o líquido quente ou

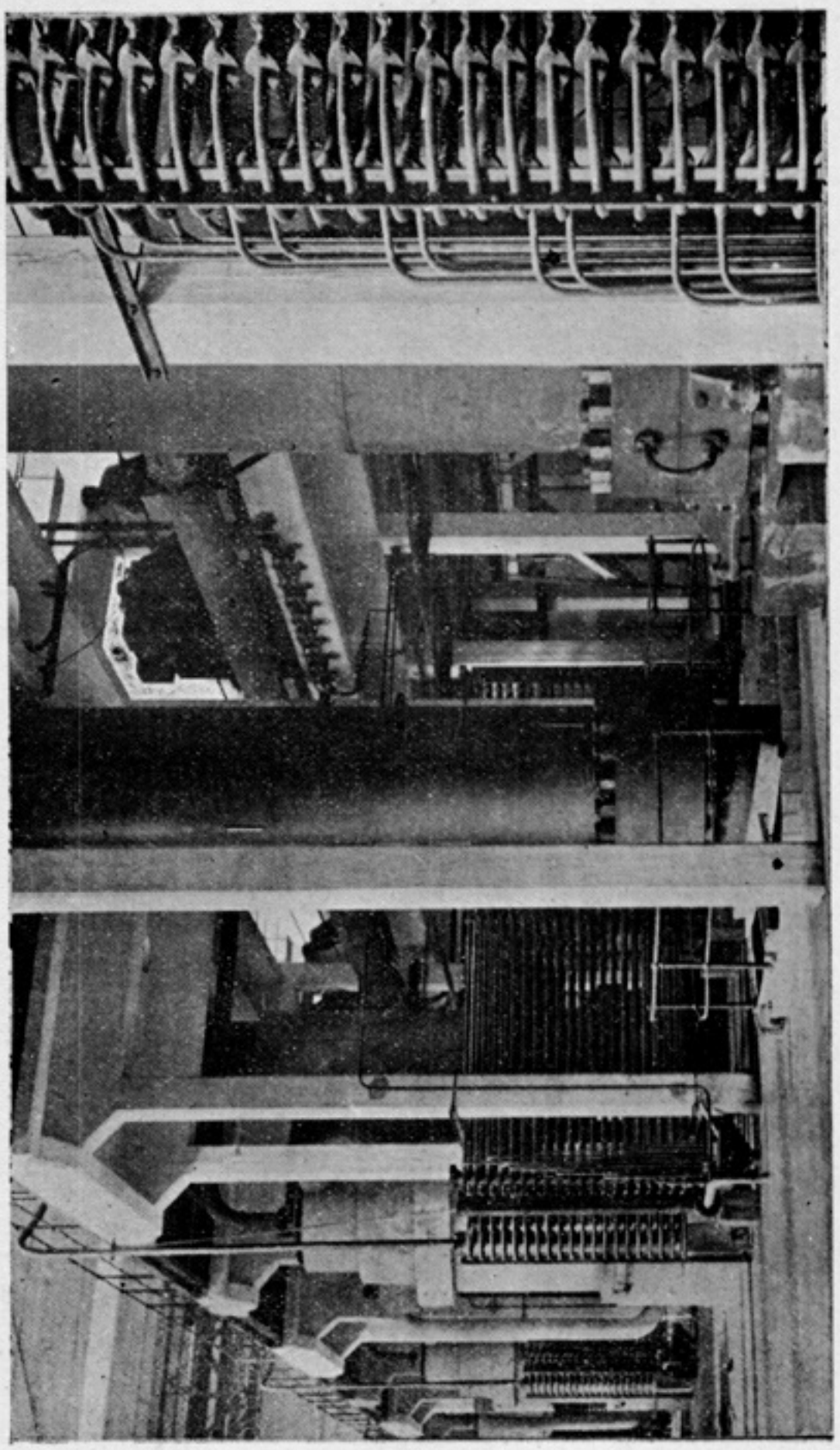
frio numa conduta de evacuação. Graças a êste dispositivo, o sistema está isolado elèctricamente das condutas gerais de alimentação e evacuação.

A fábrica de Bussi emprega estas células.

Cada célula da fábrica de Bussi, que utiliza as sobras de energia eléctrica da cidade de Nápoles, trabalha sob 7.200 amperes e consome 58 kg. de água por 24 horas. A altura destas células é de 1,^{m}27 e o comprimento é de 1,^{m}244. A largura varia conforme os tipos e segundo indica o quadro seguinte:

Tipo n.°	Largura	Amperes sob 2,25 Volt	Amperes sob 2,5 Volt
8	0,^{m}508	1.166	1.750
13	0,^{m}736	2.000	3.000
19	0,^{m}990	3.000	4.600
25	1,^{m}270	4.000	6.000
31	1,^{m}524	5.000	7.500
37	1,^{m}803	6.000	9.000
43	2,^{m}057	7.000	10.000
119	2,^{m}336	8.000	12.000

Na fábrica de Bussi existem 4 baterias de 40 células cada que trabalham com intensidades de correntes variáveis, de maneira que a potência utilizada varia de hora a hora entre largos limites que vão desde 800 até 2500 kw-h. Esta instalação foi adoptada para tirar partido de 5 baterias de geradores que podem dar, cada uma, 7.200 amperes a 150 volts. Cada bateria de 40 células é disposta em duas baterias de 20 e pode funcionar independentemente duma ou doutra das cinco geradoras. Podem-se também ligar as 4 baterias às mesmas colectoras de maneira a receber a



INSTALAÇÃO PARA A SÍNTESE DO AMONÍACO PELO SISTEMA FAUSER

corrente das 5 geradoras montadas em paralelo. O rendimento das células aumenta com a queda de corrente que as atravessa e obtém-se a quantidade máxima de gás, com um número dado de kilowatts, repartindo a carga sôbre 4 baterias. A cada fila de células corresponde um reservatório automático para a alimentação em água que mantém constante o nível do electrólito qualquer que seja a corrente que atravessa as células. A produção de hidrogénio puríssimo (99,99 % de H) atinge em média 300^{m3} e no máximo 528^{m3} por hora. O rendimento é de 5,66 kw-h por métro cúbico. A admissão de água de renovação, que se disse já ser automática, permite cumulativamente a lavagem dos gases. Esta água de renovação — 500 a 600 litros por hora — é distilada e produzida por um compressor Werth. A pureza da água é verificada por um aparelho eléctrico.

O electrolisador **Electrolabs Levin**, usado modernamente na América, é construído em 2 tipos. Um para a capacidade de 250 amperes e outro para a capacidade de 600 amperes. Esta célula contém 3 recipientes interiores. O hidrogénio é produzido no compartimento central e o oxigénio nos dois compartimentos laterais.

Os compartimentos são separados por caixilhos metálicos munidos de diafragmas de amianto. Os electrodos são achatados e isolados por blocos de amianto. O catodo é revestido de cobalto e o anodo de níquel. Com efeito, a sôbre-tensão do cobalto não ultrapasa 0,03 volt emquanto que a do níquel vai até 0,21 volt.

O electrólito é uma solução alcalina. Cada compartimento é alimentado independentemente de água. Existe um indicador de alimentação colocado entre a célula e a conduta exterior e que serve ao mesmo tempo de regulador de pressão dentro do compartimento da célula.

Estas células trabalham com uma tensão de 2 volts e são notáveis pela pureza do hidrogénio produzido e que atinge 99,85%.

The International Oxigen Co. criou o electrolisador unidade tipo 4—1.000, que é dos mais recentes modelos usados nos Estados Unidos. Foi estudado para ocupar um espaço mínimo, ser económico e oferecer grande flexibilidade à carga. Produz os dois gases a uma velocidade determinada pela amperagem aplicada.

A célula é constituída por uma caixa rectangular de fôlha de ferro na qual estão fixadas as placas de ferro fundido que servem de electrodos. Os electrodos são separados por um diafragma de amianto colocado num caixilho ligado à célula por borracha e cimento. Na parte superior dos caixilhos rectangulares estão colocados os reservatórios para o electrólito que alimenta os dois lados do diafragma. As duas câmaras de gás que permitem a separação dos gases do electrólito estão também localizadas na parte superior e servem cumulativamente de válvulas. No fundo dos caixilhos há comunicação, o que permite ao electrólito circular livremente para os dois lados do diafragma. Os electrodos estão isolados por mica dos caixilhos e as placas de que são constituídos apresentam uma grande superfície de contacto, o que é obtido por inúmeras pirâmides salientes sôbre a sua superfície. O anodo é niquelado e o catodo de ferro é reforçado.

O efeito da sôbre-tensão é assim diminuído emquanto o rendimento eléctrico é aumentado.

O gases produzidos são recolhidos em campânulas de vidro que isolam os gases da célula. As campânulas funcionam também como indicadores de pressão.

Estas células funcionam com uma corrente normal de

600 amperes e sob uma tensão de 2,2 volts. A produção horária é de 135 litros de oxigénio e de 270 litros de hidrogénio. Isto equivale à produção de 85 litros de oxigénio e de 190 litros de hidrogénio por kw-h.

Esta célula suporta bem largas e variadas condições de corrente, mantendo sempre um bom rendimento. Pode receber amperagens desde 200 até 1.000 amperes com uma voltagem de 1,85 a 2,54 volts. A produção diária de hidrogénio varia portanto de 10.800 a 54.000 litros. Nestas condições o rendimento diminui um pouco mas a diferença não ultrapassa sensivelmente uns 15%.

A pureza dos gases produzidos é de 99,7% para o hidrogénio e 99,5% para o oxigénio.

II—ELECTROLISADOR «FAUSER»

Finalmente, as células **Fauser** são as mais utilizadas na fabricação do hidrogénio destinado à síntese do amoníaco nas principais fábricas italianas e nalgumas estrangeiras conforme veremos através dos vários capítulos dêste livro.

Quando tratámos da síntese do NH^3 pelo processo Fauser vimos, duma maneira sucinta, como era fabricado o hidrogénio nas células inventadas por êste engenheiro italiano. Neste capítulo uma mais detalhada referência deveria ter lugar. É o que vamos fazer, transcrevendo uma nota sôbre os seus electrolisadores que o engenheiro Fauser teve a amabilidade de pessoalmente nos enviar.

(Continua)

MANUEL GASPAR DE BARROS

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894)—Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebêlo, J. M. Teixeira de Carvalho..... 12$00

Fernão de Magalhães—Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarãis, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921)..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) ..... 6$00

Idem—Suplemento 1.º (1877-1883) .... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 ..... 4$50

Noticia sôbre uma série de crâneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 .... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cêrca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O *Instituto* põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação, rosto e capa próprios serão de conta dos autores.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso.....	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.